



ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

João Fernando Ferreira Gonçalves

O peso da escolha: o discurso online dos públicos em período eleitoral

O peso da escolha: o discurso online dos públicos em período eleitoral

João Fernando Ferreira Gonçalves

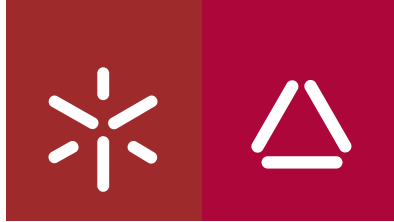
UMinho | 2018

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia



European Union
European Social Fund

novembro de 2018



ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR

UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

João Fernando Ferreira Gonçalves

O peso da escolha: o discurso online dos públicos em período eleitoral

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Estudos de Comunicação: Tecnologia,
Cultura e Sociedade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Sara Pereira
e da
Professora Doutora Marisa Torres da Silva

novembro de 2018

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 7 de novembro de 2018

Assinatura:



(João Fernando Ferreira Gonçalves)

Para a Ana, a minha abensonhada companheira de viagem

Agradecimentos

Como qualquer grande empreendimento, esta tese não foi um projeto de uma só pessoa. Começou, antes de tudo, pelas várias aprendizagens que recebi dos meus professores, amigos e familiares. De entre os professores, é de mencionar as contribuições da Prof^a Zara Pinto-Coelho, que partilhou conhecimento e literatura no tema dos comentários, e da Prof^a Anabela Carvalho, que foi imprescindível para resolver as várias questões logísticas que foram surgindo ao longo do programa doutoral.

A special word of appreciation goes to the Center for Media Engagement, especially to its director, Talia Stroud, who promptly agreed to hosting me in Austin and has been an invaluable support ever since. I've learnt a lot from my months at UT and this work owes its analytical sophistication to the weekly discussions in the team meetings.

De entre as contribuições académicas, a Prof^a Sara Pereira e a Prof.^a Marisa Torres da Silva foram naturalmente as principais guias que nortearam esta tese. Embora o papel das orientadoras seja relevante em qualquer tese de doutoramento, estou especialmente grato por estes quatro anos de parceria, marcados por uma entejuda, colaboração, esforço e amizade que merecem um destaque especial. Foram as pessoas ideais para partilhar esta viagem e serão sempre uma parte importante de todos os meus trabalhos enquanto académico.

Por fim, um agradecimento cheio de carinho à minha família, que me apoiou e suportou ao longo deste grande percurso. Ao Moriarty, companheiro de muitos dias em frente ao computador, sempre à procura de dar o seu contributo ao passear casualmente sobre o teclado. Ao meu irmão Fernando, sempre disposto a resolver os problemas mais matemáticos da tese e a partilhar os muito necessários momentos de distração e descontração. Aos meus pais. Ao meu pai, que sempre foi uma inspiração para as minhas ambições académicas, que foi incansável a dar sugestões e revisões, e me ensinou a pensar e a viver. À minha mãe, que sempre me apoia incondicionalmente em tudo o que faço, agradeço as palavras de encorajamento muito necessárias em qualquer projeto de doutoramento. O nosso valor enquanto académicos é sobretudo o nosso valor enquanto pessoas e devo o que sou aos meus pais.

Para a minha Ana, quaisquer palavras de agradecimento são poucas. Agradecer-te é partilhar contigo todos os dias e aventuras da vida. É sentir as saudades durante os meses em que estive nos Estados Unidos e a alegria das últimas palavras que escrevo. Este projeto é tanto meu como teu, é o resultado de anos de apoio, de encorajamento, de conversas e de carinho. Amo-te mais que tudo. O doutoramento chegou ao fim, que comece a próxima aventura!

Apoio financeiro

Esta tese foi financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da concessão de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/103335/2014) desenvolvida no Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, com fundos do Fundo Social Europeu e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), através do Programa Operacional para o Capital Humano (POCH).



O peso da escolha: o discurso online dos públicos em período eleitoral

Resumo

A troca de ideias e o debate entre cidadãos é um dos alicerces da democracia. Com a generalização do acesso à internet, os espaços digitais oferecem aos utilizadores uma nova esfera pública para manifestar opiniões, debater propostas e acordar soluções. No entanto, o potencial deliberativo dos espaços de discussão virtuais tem sido condicionado pela proliferação de formas de participação agressiva, da exclusão e do uso das plataformas digitais para fins não-democráticos.

Tendo como pano de fundo as Eleições Legislativas de 2015, esta dissertação debruça-se sobre o discurso dos públicos nas caixas de comentários dos jornais Público, Expresso e Observador. Recorrendo a uma análise de conteúdo quantitativa a mais de 28000 comentários e 800 peças, bem como a uma análise crítica do discurso das peças jornalísticas sobre o debate televisivo entre Pedro Passos Coelho e António Costa, este estudo explora em detalhe as características das caixas de comentários e os fatores que influenciam o seu conteúdo. Os resultados permitem concluir que subjaz tanto aos textos dos comentários como das notícias um entendimento liberal-individualista da democracia. Para além disso, emerge da análise um retrato complexo dos comentários dos leitores, que são condicionados pelos atributos dos comentadores, pelas dinâmicas de interação, pelas características do espaço de comentários e pelo conteúdo das peças. As implicações dos resultados são discutidas e são sugeridos caminhos para investigações futuras.

Palavras-chave

Comentários dos leitores, *media*, Eleições Legislativas, esfera pública, incivilidade, democracia

The weight of choosing: online publics' discourse during election periods

Abstract

Citizen debates and discussions are one of the cornerstones of democracy. With internet access being broadly available on western democracies, digital spaces offer users an new public sphere to express opinions, debate proposals and agree on solutions. However, the deliberative potential of digital discussion arenas has been limited by the proliferation of aggressive participation, exclusion and use of virtual platforms for non-democratic purposes.

With the Portuguese Legislative Elections of 2015 as a backdrop, this thesis is centred on publics' discourse on the comments sections of the Público, Expresso, and Observador newspapers. This study explores in detail the features of these comment sections and the factors that influence their content by analyzing over 28000 reader comments and more than 800 articles. It also resorts to a Critical Discourse Analysis approach of the televised debate between the two main candidates to further investigate political reporting during election periods. Results show that a liberal-individualism understanding of democracy underlies the content of both news comments and articles. Furthermore, a complex portrayal of comment sections emerges from the analysis, revealing that the content of comments is related to the commenters themselves, their interactions, the design of the comments section and the content of the articles. The implications of these findings are discussed and paths for future research are suggested.

Keywords

News comments, media, Legislative Elections, public sphere, incivility, democracy

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1 Apresentação do estudo	1
1.2 Contexto e motivações.....	5
1.3 Estrutura	6
2. Os alicerces da escolha em democracia	9
2.1 Sobre a extensão do direito de escolher	11
2.1.1 A concepção minimalista de democracia.....	11
2.1.2 Concepções maximalistas de democracia	15
2.2 Conflito, consenso e compromisso: como coexistir em democracia?.....	20
2.2.1 Concepções liberais-individualistas da democracia	22
2.2.1.1 Lições da teoria dos jogos	24
2.2.2 A concepção deliberativa de democracia.....	29
2.2.3 Republicanismo e agonismo: o conflito no centro da democracia.....	33
2.2.4 Breves notas sobre o comunitarismo.....	35
2.3 Pensar as concepções de democracia	37
2.4 Definir a participação.....	40
2.5 Audiência, massa, públicos, mercados e multidão	45
2.6 Síntese.....	47
3. Jornalismo e democracia: um espaço de tensões	49
3.1 Serviço público e mercado.....	52
3.2 Pluralismo, imparcialidade e objetividade.....	55
3.3 Estratégias, jogos e temas	62
3.4 Positivo e negativo.....	67
3.5 Para o público ou com o público?	70
3.6 Síntese.....	73
4. O discurso e as suas dimensões.....	75
4.1 Definir discurso	76
4.1.1 Texto e discurso.....	76
4.1.2 Os critérios do discurso	78

4.2	Produção	82
4.2.1	Agenda-setting.....	83
4.2.2	<i>Framing</i>	85
4.2.3	Mediatização	87
4.3	Receção.....	89
4.3.1	Codificação e descodificação	89
4.3.2	Influência pessoal e social	90
4.3.3	Características e escolhas da audiência	90
4.3.4	<i>Agenda-setting</i> inverso	92
4.3.5	Resistência dos públicos.....	94
4.4	Contexto sociocultural e ideológico	95
4.5	Síntese.....	96
5.	Os comentários dos leitores.....	97
5.1	A génese e a evolução dos comentários dos leitores	97
5.2	O que são os comentários dos leitores?	100
5.3	Os comentários como instrumento da democracia	106
5.4	Quem são os comentadores?.....	107
5.5	O impacto dos comentários nos leitores.....	109
5.6	Definir a incivilidade	110
5.7	O impacto dos comentários no jornalismo	111
5.8	O impacto do jornalismo nos comentários	112
5.9	Síntese.....	114
6.	Desenho da investigação e modelo de análise	115
7.	Metodologia	123
7.1	Análise de Conteúdo.....	123
7.2	Análise Crítica do Discurso	130
7.3	Caracterização dos jornais.....	133
7.4	Síntese.....	138
8.	Para além da incivilidade: um retrato complexo dos comentários dos leitores	139
8.1	O perfil dos comentadores.....	139
8.1.1	Comentadores frequentes e ocasionais	139
8.1.2	Orientação política e polarização	142
8.1.3	Tempo de comentário.....	146

8.1.4	Número de caracteres	149
8.1.5	Incivilidade	150
8.1.6	Relevância dos comentários.....	153
8.1.7	O perfil dos comentadores	154
8.1.8	QI1: Perfis heterogéneos, hábitos distintos	161
8.2	A interação entre os comentadores.....	162
8.2.1	Incivilidade gera incivilidade	163
8.2.2	Relevância gera relevância	166
8.2.3	Interação e posições políticas.....	168
8.2.4	Outras associações relevantes	174
8.2.5	Considerações adicionais.....	176
8.2.6	QI2: A interação é determinante para o conteúdo	178
8.3	A relação entre os comentários e os artigos dos jornais.....	179
8.3.1	Componente descritiva	179
8.3.2	<i>Agenda-setting</i>	183
8.3.3	A relação dos comentários com as notícias	191
8.3.3.1	Número de comentários	191
8.3.3.2	Incivilidade.....	196
8.3.4	QI3: A influência (limitada) das notícias	203
8.4	O tratamento jornalístico do debate	203
8.4.1	Análise da peça “O debate que permitiu a Costa demarcar-se de Sócrates”	205
8.4.2	Análise da peça: “Passos: ‘Não falei assim tantas vezes de Sócrates’”	206
8.4.3	Análise da peça: “Passos e Costa levaram mais um convidado para o duelo: Sócrates”	208
8.4.4	Análise da peça: “Quem ganhou o debate?”	210
8.4.5	QI4: Contradições no discurso do jornalismo.....	211
8.5	Síntese.....	213
9.	Discussão: os comentários como janela para os públicos	217
9.1	A relevância do indivíduo	217
9.2	Negatividade e polarização	219
9.3	A importância da interação.....	223
9.4	Definir a agenda	224
9.5	O papel dos públicos	226
9.6	Perspetiva global	229

10. Conclusões	233
10.1 Implicações práticas	236
10.2 Limitações e investigação futura	238
Referências	241

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões da teoria democrática.....	38
Figura 2: Caixa de comentários do Jornal Público (ao lado da notícia).....	103
Figura 3: Caixa de comentários do Jornal de Negócios (em baixo da notícia).....	103
Figura 4: Mapa conceptual	117
Figura 5: Número de comentários por autor	140
Figura 6: Distribuição de frequências de polarização	145
Figura 7: Frequência de comentários ao longo do dia	147
Figura 8: Frequência de comentários por dia da semana.....	147
Figura 9: Médias Marginais Estimadas por Jornal e Cluster de Frequência.....	156
Figura 10: Caixa de comentários do Expresso (esquerda) e do Público (direita).....	163
Figura 11: Médias marginais estimadas para a incivilidade das respostas em função do jornal e da incivilidade do comentário original.....	165
Figura 12: Frequência relativa do lema ‘défice’ por 10000 palavras nos artigos e nos comentários, por dia	186
Figura 13: Frequência relativa do lema “Sócrates” por 10000 palavras nos artigos e nos comentários, por dia.....	187
Figura 14: Frequência relativa do lema “esquerda” por 10000 palavras nos artigos e nos comentários, por dia.....	188
Figura 15: Síntese das relações entre variáveis	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Jogo da Galinha.....	25
Tabela 2: Dilema do Prisioneiro	27
Tabela 3: Condições para o discurso deliberativo segundo Dahlberg.....	30
Tabela 4: Papéis jornalísticos: percentagem de respostas extremamente ou muito importante por categoria e país	57
Tabela 5: Formas de participação nas notícias em Portugal.....	100
Tabela 6: Critérios de seleção de publicações	127
Tabela 7: Dimensão da Amostra	128
Tabela 8: Utilizadores por jornal.....	140
Tabela 9: Clusters de comentadores frequentes e ocasionais	141
Tabela 10: Média da orientação política dos comentadores por jornal.....	143
Tabela 11: Exemplo para o cálculo da pontuação de polarização.....	144
Tabela 12: Média da pontuação de polarização dos comentadores por jornal.....	146
Tabela 13: Modelo de número de comentários em função do jornal	149
Tabela 14: Frequências de formas de incivildade.....	150
Tabela 15: Visados da incivildade por tipo de incivildade.....	152
Tabela 16: Percentagem de incivildade por jornal e modelo.....	153
Tabela 17: Relevância dos comentários por jornal	154
Tabela 18: ANOVA fatorial para pontuação de polarização	155
Tabela 19: ANOVA fatorial para desvio de tempo	156
Tabela 20: Modelo multinível para a incivildade com base nas características do comentador.....	158
Tabela 21: Modelo multinível para a relevância com base na frequência de comentário	159
Tabela 22: Nível de relevância por cluster de frequência	160
Tabela 23: Modelo de número de caracteres com base nas características do comentador....	160
Tabela 24: Modelo multinível para a incivildade da resposta em função da incivildade do comentário original	164
Tabela 25: Modelo multinível para o número de respostas em função da incivildade do comentário	166
Tabela 26: Modelo multinível para a relevância da resposta com base na relevância do comentário original	167
Tabela 27: Modelo multinível para a relevância do comentário para respostas e não-respostas	168
Tabela 28: Orientação política da resposta pela orientação do comentário original.....	170
Tabela 29: Modelo multinível para a incivildade da resposta em função da discordância política	171
Tabela 30: Modelo multinível para a incivildade da resposta dirigida a outros comentadores em função da discordância política	173
Tabela 31: Modelo multinível para a incivildade em função de resposta	174
Tabela 32: Modelo multinível para a resposta em função das características dos comentadores.	175

Tabela 33: Tabulação cruzada do cluster do comentador original e do cluster do comentador que responde	177
Tabela 34: Tipo de frame por jornal	179
Tabela 35: Tipo de negatividade (número e percentagem em jornal) por jornal	180
Tabela 36: Nível de interpretação (número e percentagem em jornal) por jornal	181
Tabela 37: Menção de forças políticas nas peças por jornal.....	182
Tabela 38: Tom das menções a forças políticas por jornal.....	183
Tabela 39: Correlação da frequência de lemas por dia nos comentários e nos artigos.....	185
Tabela 40: 15 palavras mais frequentes nos artigos do que nos comentários	189
Tabela 41: 15 palavras mais frequentes nos comentários do que nos artigos	190
Tabela 42: Regressão binomial negativa para o número de comentários.....	192
Tabela 43: Médias marginais estimadas para o número de comentários na interação entre o jornal e o nível de interpretação.....	195
Tabela 44: Modelos multinível para a incivilidade em função das características da peça	197
Tabela 45: Modelos multinível para a relevância em função das características da peça	199
Tabela 46: Posição dos comentários segundo o partidarismo da peça	201
Tabela 47: Modelo multinível para a incivilidade com base na concordância com a posição da peça	202

1. INTRODUÇÃO

Parte do entusiasmo em torno do avanço das tecnologias da informação e da comunicação reside no seu potencial para expandir a esfera pública e dar a novos públicos a oportunidade de participar (Dahlberg, 2001; Papacharissi, 2002). Um dos espaços mais promissores para explorar este potencial reside nos comentários dos leitores nas páginas de internet dos jornais, que são fóruns com uma grande visibilidade onde os eventos da atualidade são discutidos por um grande número de utilizadores (Ruiz et al., 2011) e em que as narrativas dominantes podem ser desafiadas (Toepfl & Piwoni, 2015). No entanto, a concretização deste ideal tem sido posta em causa tanto pelos utilizadores como pelos jornalistas. As contribuições dos primeiros são frequentemente marcadas pela incivilidade (Coe, Kenski, & Rains, 2014a), por uma baixa qualidade e pelo partidarismo (Goodman & Cherubini, 2013), enquanto os segundos não encaram a participação dos públicos como uma mais-valia, vendo-a por vezes como uma ameaça ao trabalho jornalístico (Nielsen, 2014). Tendo as Eleições Legislativas de 2015 como contexto, esta dissertação procura explorar o conteúdo das caixas de comentários dos leitores dos jornais Público, Expresso e Observador, evidenciando o seu potencial e as suas fragilidades. Propõe-se uma abordagem global a este problema, que começa no indivíduo e se expande até ao conceito mais abrangente de discurso, procurando dar um contributo único e relevante para os campos da participação dos públicos e da comunicação política.

1.1 Apresentação do estudo

Desde setembro de 2014, momento em que o projeto que deu origem a esta tese foi submetido para financiamento, movimentos nacionalistas e populistas obtiveram vitórias através do voto em países como os Estados Unidos da América (Donald Trump), o Reino Unido (Brexit) e a Itália (Eleições Gerais de 2018). Num momento em que as instituições tradicionais da democracia parecem estar sob ameaça em vários pontos do globo e em que as posições se extremam, urge investigar as instâncias e os locais em que o diálogo acontece. Se a participação

digital tem sido usada como arma para influenciar eleições¹, o debate e o confronto de perspectivas ainda representam o caminho pelo qual o entendimento é viabilizado.

Parte dos problemas enfrentados pelas democracias ocidentais estão associados ao facto de haver várias formas de pensar e de praticar a democracia. Algumas destas formas, como a democracia deliberativa (Habermas, 1996), pressupõem o envolvimento e o debate crítico-racional entre os cidadãos que participam numa situação de igualdade. Outras, de uma natureza mais liberal-individualista, relegam o cidadão para um papel minimalista, cabendo-lhe apenas escolher o candidato mais competente para liderar o governo (Schumpeter, 1943/2003). As mensagens e as interações dos leitores nas caixas de comentários são enquadradas num determinado discurso da e sobre a democracia, pelo que é importante refletir sobre as várias formas que esse discurso pode assumir e sobre as suas implicações para a participação dos públicos.

Ao abordar a relação dos cidadãos com a democracia é também importante salientar o papel de mediação e de enquadramento que o jornalismo assume nesta relação. Por definição, o jornalismo procura esclarecer os cidadãos sobre as questões mais prementes da atualidade e exige que políticos, partidos e instituições prestem contas aos públicos (Norris, 2014). No entanto, a forma como por vezes os jornalistas enquadram a política e os atos eleitorais como um jogo ou como uma competição pode incentivar o cinismo dos eleitores, o que por sua vez reduz a participação (Cappella & Jamieson, 1997). Quando um político como Donald Trump é retratado como um 'vencedor', pouco importa o conteúdo das suas propostas ou a sua aptidão para o cargo específico que vai ocupar. Quando as eleições são apresentadas como um jogo, é a estratégia, não o conteúdo, que é valorizado.

Neste âmbito, ao produzir mensagens que chegam a vários setores da sociedade, os *media* podem determinar os assuntos mais relevantes para a sua audiência (McCombs & Shaw, 1972) e, em certas ocasiões, determinar a lógica adotada pela política e pelos políticos. Isto constitui uma inversão da forma como o poder fluía tradicionalmente (Strömbäck, 2008), em que os *media* eram vistos como uma ferramenta para os políticos.

Assim, as eleições podem ser consideradas o evento que coloca em destaque a relação entre cidadãos, jornalistas e políticos. Não só o contexto eleitoral está na génese de alguns dos estudos mais influentes na área dos estudos de comunicação (Lazarsfeld, Berelson, & Gaudet, 1948; McCombs & Shaw, 1972), como é aquele em que a política mais marca o dia-a-dia das

¹ Exemplos deste tipo de interferência podem ser encontrados em <https://www.nytimes.com/news-event/russian-election-hacking>.

redações. Este contexto representa também uma oportunidade para uma reflexão coletiva sobre o futuro do país, onde se discutem os vários programas e políticas que podem moldar os anos seguintes.

Os comentários dos leitores podem assumir um papel importante no período de eleições ao exercer uma influência informal sobre os jornalistas e sobre os políticos. Enquanto manifestações da esfera pública, estes fóruns digitais permitem uma troca de ideias informada entre os leitores acessível a políticos, jornalistas e outros leitores que não participam no debate. A preponderância dos comentários dos leitores não deve ser subestimada, uma vez que estes podem influenciar a forma como uma notícia é lida (Lee, 2012) e a percepção da opinião pública (Lee & Jang, 2010). As caixas de comentários são um espaço a que os leitores recorrem para expressar a sua opinião e para corrigir informação que acreditam estar errada (Stroud, Van Duyn, Alizor, Alibhai, & Lang, 2017). Em termos funcionalistas, são um espaço que os comentadores usam para autoexpressão e para influenciar os outros.

Embora os comentários dos leitores tenham sido amplamente estudados ao longo dos últimos anos, apenas uma pequena parte destes estudos se debruça sobre a realidade portuguesa (J. Gonçalves, 2014, 2015; Navio, 2012; F. Ribeiro, 2013a; M. T. d. Silva, 2013; Tadeu, 2012). Para além disso, a grande maioria dos estudos realizados a nível internacional focam-se em características específicas das caixas de comentários, como a moderação (Ksiazek, 2015), o anonimato (Santana, 2014) ou os fatores das notícias que determinam a incivilidade (Coe et al., 2014a), entre outros. Neste contexto, Stromer-Galley (2017, p. 845) aponta um melhor entendimento das variáveis que afetam a qualidade da deliberação como um dos principais desafios da investigação atual em comunicação política. Assim, esta dissertação propõe uma abordagem integrada, focada no conteúdo e que atende à complexidade das caixas de comentários. Para tal, são considerados na análise o perfil dos comentadores, a interação entre os leitores, as características das notícias e os discursos da e sobre a democracia. Todos estes fatores procuram dar resposta à questão de investigação: **quais são e como se constroem os discursos dos públicos em período de campanha eleitoral?**

O presente estudo reveste-se de particular importância no contexto internacional atual. Será que há evidências da participação de comentadores com uma agenda política antidemocrática? Quem são os principais visados da incivilidade nos comentários? Os jornalistas têm responsabilidades pela forma como a política é debatida? Todas estas questões, associadas à questão principal desta dissertação, têm implicações relevantes num contexto em que a

credibilidade das instituições tradicionais é posta em causa e em que o potencial participativo da internet parece estar sob ameaça.

Para responder a estes desafios e colmatar a lacuna que existe na investigação atual, esta dissertação aplica uma análise de conteúdo quantitativa aos comentários dos leitores (n=28615) e às notícias (n=830) publicadas *online* sobre e durante a campanha eleitoral para as Eleições Legislativas de 2015 em três jornais portugueses de distribuição nacional: Público, Expresso e Observador. Esta abordagem é complementada por uma análise de frequência de palavras e uma análise qualitativa às peças jornalísticas sobre o debate televisivo entre António Costa e Pedro Passos Coelho, no quadro teórico da análise crítica do discurso. Ao combinar uma abordagem quantitativa com uma análise qualitativa, abarcam-se tanto categorias manifestas como conceitos mais latentes, favorecendo uma perspetiva holística do fenómeno. De uma forma complementar, a análise estatística dos resultados espelha a complexidade da abordagem metodológica, recorrendo a modelos multinível que acautelam a variância entre diferentes comentadores e peças jornalísticas.

A combinação de métodos distintos de olhar para as notícias e para os comentários, assim como o foco num contexto eleitoral específico, permitem estudar um conjunto de vertentes relevantes para a participação dos cidadãos. O facto de se estudarem três publicações distintas também permite identificar quais as tendências que são específicas de um único jornal e quais as características que podem ser generalizáveis para além de um contexto particular. Tomando o problema da incivildade como exemplo, a análise de conteúdo identifica um conjunto de características dos comentadores, da interação entre leitores, do jornal e das peças específicas que ajudam a prever as instâncias em que as normas de conduta são quebradas. Este tipo de análise complexa, que considera vários fatores e contextos, apenas é possível no âmbito de um projeto abrangente como uma tese de doutoramento.

Para além de oferecer múltiplas perspetivas sobre fenómenos como a incivildade, a abordagem desta dissertação também permite o cruzamento de conceitos que podem ser associados de uma forma pertinente. Desta forma, as características que provocam a incivildade, por exemplo, podem ser também as que estão associadas a um maior volume de participação dos leitores, colocando um dilema tanto às redações como aos académicos. Dentro do quadro complexo proposto pelo presente estudo, a relação entre a civildade e o retorno económico para as redações é apenas uma das tensões que é colocada em evidência pelos resultados.

As múltiplas abordagens teóricas e metodológicas que caracterizam este trabalho pretendem reforçar a sua utilidade tanto para académicos como para profissionais do jornalismo. A participação mediada pelo ecrã de computador, no qual os fatores contextuais que guiam a interação face-a-face são reduzidos ou completamente eliminados, torna difícil a compreensão e o entendimento das dinâmicas que caracterizam os comentários dos leitores. Os jornalistas olham com desconfiança para os textos que não raras vezes os atacam pessoalmente (J. Gonçalves, 2014) e debatem-se para encontrar alguma utilidade jornalística nas contribuições dos utilizadores. Os leitores, por sua vez, veem no espaço que lhes é disponibilizado uma forma de expressar as suas frustrações e de combater a pouca importância que lhes é atribuída tanto por políticos como por jornalistas (F. V. M. Ribeiro, 2006). Se os profissionais do jornalismo não percebem as motivações dos leitores, os últimos nem sempre compreendem as rotinas e os constrangimentos do trabalho jornalístico. Para além de um trabalho académico sobre a participação em contexto eleitoral, esta dissertação pretende ser uma janela em que os participantes no debate se podem rever, repensar e conhecer o outro lado. Num contexto em que as tendências políticas globais fazem lembrar perigosamente alguns dos tempos mais tenebrosos da humanidade, pretende-se que este texto seja uma pequena luz que se junta ao trabalho de equipas de académicos que procuram iluminar a importância de uma cidadania crítica e ativa.

1.2 Contexto e motivações

O presente estudo resulta de um projeto de bolsa individual de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que tem a mesma denominação que o título desta dissertação (SFRH/BD/103335/2014). Por sua vez, esse projeto surge na sequência de uma dissertação de mestrado que aborda os comentários dos leitores nos jornais sob o ponto de vista da teoria dos jogos (J. Gonçalves, 2014), orientada também pela Professora Sara Pereira e arguida pela Professora Marisa Torres da Silva. Neste contexto, as orientadoras assumiram um papel fulcral na definição e execução do estudo, que vai da sua conceção até à submissão da dissertação.

Parte da abordagem do presente trabalho, sobretudo expressa no capítulo 2 e na opção de incluir uma componente de análise crítica do discurso, surge da constatação de que a teoria dos jogos é uma forma particular de encarar a participação e a democracia. O pressuposto do individualismo racional da teoria dos jogos encaixa sobretudo num entendimento liberal-individualista, embora possa ser aplicada no estudo de componentes como a deliberação com

algumas adaptações. Assim, o capítulo 2 procura dar resposta a estas limitações do ponto de vista teórico, detalhando as diferentes concepções e linhas de pensamento associadas à democracia, e o capítulo 8 aborda o problema do ponto de vista empírico, analisando o conteúdo das notícias numa perspetiva crítica.

A outra grande influência nesta dissertação resulta de uma estadia de investigação de dois meses no Center for Media Engagement (CME) da University of Texas at Austin. O contacto com os investigadores deste centro foi simultaneamente um contacto com as tendências atuais da investigação norte-americana em comunicação política, participação e jornalismo. Os métodos estatísticos mais complexos, incluindo os modelos multinível que são mobilizados no capítulo 8, resultam das discussões semanais do CME, onde é debatida cada componente dos estudos levados a cabo pelos seus membros. De igual forma, uma parte substancial dos estudos citados na revisão de literatura sobre os comentários dos leitores versam sobre a realidade norte-americana, alguns dos quais da autoria dos membros do CME. O envolvimento com este centro de investigação não se restringiu a esta visita, mantendo-se através da participação nas reuniões semanais via Skype.

Estas duas influências, que representam uma componente crítica e uma componente mais positivista que por vezes surgem dissociadas, marcam presença ao longo da dissertação e complementam-se mutuamente para oferecer um retrato mais completo das caixas de comentários. Mais do que a conclusão de um grau, esta dissertação pretende ser um ponto de partida para aprofundar vários aspetos da participação dos públicos e abrir portas a novos estudos que conciliem múltiplos olhares sobre os comentários dos leitores.

1.3 Estrutura

Os capítulos 2 a 5 constituem o enquadramento teórico da dissertação. O capítulo 2 aborda alguns dos conceitos centrais da dissertação como a participação e a democracia, cruzando e cartografando várias perspetivas sobre os temas, tanto clássicas como contemporâneas. O capítulo 3 foca-se no jornalismo e salienta os múltiplos papéis que este pode assumir nos contextos apresentados no capítulo anterior. Este capítulo identifica ainda algumas das variáveis mais relevantes dos trabalhos anteriores sobre a relação entre o jornalismo e a participação política. O capítulo 4 introduz as teorias da comunicação e dos *media* como uma forma de estudar as relações apresentadas nos capítulos anteriores. Para além disso, introduz-se

neste ponto o conceito de discurso, que norteia grande parte da análise e da discussão posterior. Por fim, o capítulo 5 aborda especificamente os comentários dos leitores e estabelece o estado da arte dentro desse domínio.

Com base no trabalho teórico levado a cabo nos capítulos anteriores, o capítulo 6 estabelece o desenho de investigação e divide a questão de partida em componentes que podem ser abordadas empiricamente. Neste seguimento, o capítulo 7 detalha as opções metodológicas que permitem lançar sobre o objeto de estudo um olhar que tem em vista a resposta às questões de investigação e o teste de hipótese. A operacionalização dos conceitos e das categorias associadas à metodologia são detalhadas no Anexo A.

Estando reunidas as condições teóricas e metodológicas para explorar o objeto de estudo, o capítulo 8 representa uma apresentação exaustiva dos principais resultados obtidos, acompanhados de uma breve componente interpretativa. Esta interpretação é desenvolvida no capítulo 9, onde os resultados são confrontados com a investigação anterior e onde são discutidas as suas implicações académicas e práticas. O capítulo 10 procura resumir os principais contributos desta dissertação e o capítulo 11 identifica as limitações deste estudo e aponta caminhos para trabalhos futuros.

Para encerrar a apresentação da estrutura da tese, importa salientar que os anexos não surgem como conteúdo complementar à dissertação mas incluem informação essencial para a leitura. Tanto as definições operacionais das variáveis da análise de conteúdo como a componente principal da análise crítica do discurso são apresentados como anexos, não porque representem uma informação assessoria, mas porque a sua inclusão no corpo da tese dificultaria a leitura. Uma vez que estes componentes devem ser consultados frequentemente ao longo da apresentação dos resultados e da discussão, a sua inclusão como anexos facilita a sua localização na tese e, conseqüentemente, a consulta.

2. OS ALICERCES DA ESCOLHA EM DEMOCRACIA

A diferença de ideias, o confronto e a resolução pelo consenso ou pela dominação são uma constante na história da humanidade. É a divergência de interesses, de opiniões e de concepções da 'boa vida' que faz com que a governação de um Estado não se resuma a um labor técnico e administrativo, uma tecnocracia. Contrariamente aos processos físicos e químicos, o processo político é determinado pelos que nele intervêm, sempre sujeito a interpretações contestantes e a reformulações.

A racionalização e tecnicização do estado desperta a desconfiança de vários pensadores ao longo do século XX (Arendt, 1958/2001; Horkheimer, 1947/2015; M. Weber, 1922/1978) e encontra um dos principais críticos em Carl Schmitt: "A 'Política' tem uma conotação especial para o teórico do 'político'², que no sentido que lhe é atribuído por Schmitt implica a presença constante da possibilidade de conflito que a 'tecnologia' moderna, enquanto força supostamente neutral, procura suprimir"³ (McCormick, 1997, p. 6). Mesmo quando existe um paradigma dominante relativamente à forma como deve funcionar a política, nunca se pode excluir a existência de formas alternativas minoritárias, que aguardam num estado de latência a crise que ditará o seu ressurgimento. Se, decorrente destas constatações, se admitir que o estudo da democracia não constitui apenas um problema de otimização e desempenho, como os enfrentados pelos engenheiros, torna-se necessário perceber quais os olhares, concorrentes ou complementares, sob os quais é possível observar e repensar a democracia.

O ponto de partida para esta tese e para refletir sobre a democracia reside na escolha, ou seja, no leque de ações possíveis face a uma situação que dá origem e forma ao conflito e que faz com que o consenso seja mais do que uma arbitrariedade. Uma situação sem alternativas, localizada no monótono vácuo do determinismo, não permite o desenvolvimento do conflito. A escolha não é, contudo, um elemento estanque e imutável com alternativas bem definidas. Caracteriza-se pela fragmentação, dinamismo e polissemia, sendo vulnerável aos olhares e ações

² 'The political' no original.

³ Em conformidade com as normas de citação do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, as citações diretas de obras que não estão escritas em português são traduzidas pelo autor sem transcrição do excerto original.

dos intervenientes. Mesmo os problemas de escolha matemática, vértices do racionalismo calculado, apresentam fragilidades quando confrontados com a perceção do indivíduo. Tversky e Kahneman (1981) mostram como a mesma escolha, com as mesmas consequências, suscita respostas diferentes na mesma amostra se apresentada em termos de ganhos ou de perdas. O foco na escolha, que se encontra a montante do conflito, permite estudar este último no devido contexto, explorando não só causas mas também potenciais soluções. Uma escolha que se apresenta ao sujeito, desde logo, condicionada pelo entendimento que este tem da democracia e do seu lugar nela.

O jornalismo, outro foco desta dissertação, gravita também em torno da escolha e do conflito. O *agon* estrutura a narrativa (Abbott, 2002, p. 51), prende o olhar e faz o público ansiar pelo desfecho. A associação quase pavloviana entre jornalismo e objetividade, justificada ou não, é em si mesma um reconhecimento de que o trabalho do jornalista se situa num ambiente de conflito efetivo ou latente em que é fácil resvalar para um dos lados. É, contudo, ingénuo pensar que o jornalista se limita a descrever o conflito, quando este muitas vezes assume um papel central no seu enquadramento e desenvolvimento, podendo até condicionar o desfecho. É precisamente por reconhecer a dimensão que o jornalismo assume na estruturação do conflito que Kovach e Rosenstiel (2014) relevam a necessidade de que a cobertura jornalística não projete apenas os extremos de uma questão, mas promova também a apresentação de soluções e a construção de consensos. Embora o jornalismo não seja o foco deste capítulo, será útil tê-lo como ideia presente na leitura, uma vez que este dificilmente pode ser dissociado da democracia.

Esta dissertação centra-se na escolha política, que se torna explícita no ato eleitoral e que se manifesta no discurso de cidadãos, jornalistas e políticos. Esta escolha é, no entanto, determinada pela forma como entendemos a participação, a democracia e o papel do cidadão. Assim, este capítulo procurará, por um lado, definir conceitos centrais para pensar a escolha em democracia e, por outro, apresentar os múltiplos enquadramentos propostos pela filosofia e pela ciência política para as noções de democracia e cidadania. Este exercício não só impede uma precipitação num entendimento irrefletido da democracia como estabelecerá os alicerces teóricos e conceptuais para o desenvolvimento do trabalho.

2.1 Sobre a extensão do direito de escolher

Até que ponto se justifica dar aos cidadãos o poder da escolha? Esta questão torna-se relevante pela sua associação a outra, mais específica: até que ponto é pertinente o envolvimento dos públicos no debate político? Tratar esta interrogação é um ponto prévio que deve ser abordado numa reflexão sobre participação cidadã, sob o perigo de se tratar o tema sem justificar devidamente a sua pertinência. Esta secção versa sobre as visões maximalistas/descentralizadas e minimalistas/centralizadas da democracia, elencando e contextualizando os argumentos que sustentam cada uma das posições.

2.1.1 A concepção minimalista de democracia

Ao abordar a concepção minimalista de cidadania, será útil começar por Thomas Hobbes (1651/2014), que teoriza uma das formas mais básicas da escolha política: a opção de o cidadão transferir a sua lealdade para um soberano. Nesta formulação, o soberano assume todo o poder, tendo apenas a obrigação de dar segurança e condições de existência essenciais aos seus súbditos. Em troca, os súbditos veem os seus direitos alienados e abdicam do direito de resistir ao soberano. Para justificar a necessidade de um soberano que concentra toda a autoridade, Hobbes constrói uma teoria da natureza humana que, por sua vez, conduz à conclusão de que a submissão é a única forma de evitar que o ser humano regreda para um estado de guerra, que representa para o indivíduo uma situação pior do que a submissão ao soberano.

A teoria de Hobbes apresenta duas características relevantes. A primeira é uma preconização das correntes racionalistas e utilitaristas, afirmando que o ser humano delibera entre apetites e aversões. Todas as decisões que o ser humano toma procuram aceder aos desejos e evitar ou minimizar as aversões. A segunda característica é a busca constante do poder, ou seja, o pressuposto de que o ser humano tenta adquirir incessantemente uma maior capacidade de obter benefício próprio, de perseguir os seus desejos. Assim, no cenário de escassez de recursos que subjaz a toda a teoria de Hobbes, a interação para a satisfação dos apetites envolve necessariamente uma subjugação do outro e a guerra é o único caminho para apaziguar as ambições humanas. Face a este cenário apocalíptico, o soberano apresenta-se não só como a forma de evitar o conflito aberto, mas também de potenciar o avanço e o desenvolvimento da humanidade enquanto *commonwealth*. “O maior dos poderes humanos é aquele que é composto

pelos poderes da maioria dos homens, unidos por consentimento numa só pessoa” (Hobbes, 1651/2014, p. 68). Para Hobbes, as decisões do soberano não podem ser contestadas pelos súbditos, uma vez que os súbditos estariam a contestar algo de que eles próprios são autores.

A argumentação de Hobbes é relevante porque não justifica a privação da escolha com o argumento da superioridade do soberano em relação aos súbditos, como sucedia com grande parte dos textos até então. O argumento da superioridade, como nota Dewey (1927, p. 53), é um convite a um duelo de forças para determinar quem é melhor. Hobbes acreditava na igualdade de todos os homens, apresentando como justificação para essa crença o facto de que até o mais fraco de todos é capaz de matar o mais forte. Assim, é precisamente esta igualdade que faz com que, sem um soberano, o mundo degenera num estado de guerra sem fim. Numa sociedade egoísta constituída por iguais, em que a impossibilidade do consenso torna a discussão infrutífera, o único mecanismo de resolução de conflitos que não envolve o critério arbitrário da violência é, para Hobbes, a transferência de todo o poder para uma pessoa ou assembleia de pessoas.

A impossibilidade do consenso encontra também argumentos em autores mais recentes, como Wittgenstein (1969, p. 81e): “Quando dois princípios que não podem ser conciliados se encontram, cada homem declara o outro um louco e um herege. Eu diria que iria ‘combater’ o outro homem, mas não lhe daria *razões*? Certamente; mas até onde iriam [as razões]? Quando terminam as razões surge a *persuasão*. (Pense-se no que acontece quando os missionários convertem os nativos)”⁴. A persuasão, por sua vez, tem muitas vezes um efeito nulo ou contrário ao desejado, como nota a investigação sobre o ‘efeito boomerang’ no campo da psicologia social (Byrne & Hart, 2009). O efeito boomerang acontece quando uma mensagem com um propósito pro-social tem um resultado oposto, devido a uma interpretação não-desejada ou a uma resistência ao conteúdo da mensagem. Byrne e Hart (2009), numa revisão detalhada das bases empíricas do efeito boomerang, encontram provas da sua presença em áreas como a comunicação ambiental, a publicidade, as intervenções sobre os efeitos dos *media* e a comunicação para a saúde. Estas conclusões parecem conduzir inevitavelmente, pelo menos em determinadas circunstâncias, à impossibilidade de consenso e à necessidade de uma autoridade superior para a resolução de conflitos.

As limitações à participação dos cidadãos para evitar o conflito irresolúvel podem colocar-se mesmo em democracia, onde se implementam restrições à discussão política para evitar um

⁴ Esta mesma citação é usada por Mouffe (1999) para criticar a conceção deliberativa de Habermas e avançar a conceção de pluralismo agonístico.

colapso do estado (Schudson, 1997, p. 307), colocando temas como a religião fora da esfera política. A execução de Sócrates sob a acusação da introdução de novos deuses em Atenas e de corromper a juventude é um exemplo clássico deste tipo de pensamento (Platão, 2010a), em que a *polis* se defende de ideias que podem colocar em causa a sua existência.

Um tipo de argumentação semelhante à de Hobbes pode ser encontrado no *Ditador* de Carl Schmitt (1921/2014, p. 8), onde o autor defende que o soberano pode ser dotado do poder de implementar um estado de exceção para resolver situações que exigem ação imediata: “Ele age: ele é, para antecipar a definição, o comissário da ação; ele é o executivo, em contraste com um processo de mera tomada de decisão ou com um veredicto judicial – em contraste a *deliberare* e *consultare*”. Neste caso, o consenso e o processo decisório democrático não se apresentam como impossíveis, mas como ineficazes face à situação. Agamben (2005, p. 2) chega mesmo a referir que, face à progressão de uma “guerra civil global”, o estado de exceção tende a aparecer cada vez mais como o paradigma dominante de governo na política contemporânea.

Para apoiar este argumento, há algumas evidências de que pequenos grupos exibem uma melhor capacidade para a tomada de decisão em ambientes complexos. Kao e Couzin (2014) constataram, numa modelação do comportamento animal, que quando são sujeitos a um ambiente complexo, os pequenos grupos tendem a tomar decisões com maior precisão do que grandes grupos.

Note-se, portanto, que a impossibilidade de um consenso e a ineficácia dos processos de deliberação e consulta podem ser apresentados como justificação para uma alienação dos públicos do processo de decisão política. A estes argumentos podem juntar-se os de Walter Lippmann (1922/1998, p. 233), que levanta algumas questões sobre a competência do público para intervir na política: “A nossa própria democracia, apesar de baseada numa teoria de competência universal, procurou advogados para gerir o seu governo e para ajudar a gerir a sua indústria”. A aparente imprevisibilidade, impulsividade e irracionalidade das multidões (cf. Bon, 1895/1947) leva a que a intervenção destas na política seja desconsiderada e até temida. Assuntos que suscitam a empatia do público, que procura com a sua participação contrabalançar um qualquer desnível de poder ou injustiça percebido, podem despertar ondas de solidariedade ou agressividade desmesuradas (cf. J. Gonçalves, 2013) numa multidão vulnerável ao *pathos*. O receio de que a soberania dos públicos possa lançar o caos justifica a sua alienação pela implementação de um paradoxal estado de exceção permanente e preventivo.

O argumento da falta de competência dos públicos para a participação política foi também explorado por Schumpeter (1943/2003), que defendia que a tarefa do público não era a administração ou a deliberação sobre questões, mas a formação de um governo e a escolha dos seus representantes. Schumpeter (2003, p. 254) argumenta que mesmo que os desejos e opiniões de cada cidadão, agindo racionalmente, pudessem ser sistematizados para serem trabalhados no processo democrático, as decisões políticas resultantes dificilmente se traduziriam ‘no que as pessoas realmente querem’⁵.

Lippmann (1922/1998, p. 230) estabelece ainda os limites para o envolvimento direto dos públicos no processo político: “O limite da ação direta é para todos os propósitos práticos o poder de dizer Sim ou Não a uma questão apresentada à massa. Pois apenas nos casos mais simples uma questão se apresenta na mesma forma espontaneamente a aproximadamente ao mesmo tempo a todos os membros do público.” Com base neste pressuposto, o autor advoga a impossibilidade de implementar um processo legislativo com intervenção das massas, uma vez que tal empreendimento cairia no absurdo de simplificar a elaboração das leis a uma dicotomia sim/não. Apesar da plausibilidade deste argumento, é possível idealizar um estado intermédio no processo legislativo, que pressupõe um maior envolvimento dos cidadãos sem comprometer a viabilidade do processo⁶.

Considerando o exposto acima, pode-se sintetizar as posições adversas a uma intervenção dos cidadãos na política em três eixos:

- a primazia do interesse próprio e a impossibilidade de consenso;
- a falta de eficácia do processo deliberativo e consultivo;
- a falta de competência e de informação dos públicos.

Estes três argumentos, fundamentados teoricamente, concretizam-se também na esfera dos *media*, com jornalistas e cidadãos a abordar, direta ou indiretamente, questões associadas à participação e respetivas restrições. Isto será demonstrado com clareza na exploração dos resultados, mas é útil considerar desde já alguns exemplos, como esta declaração de um jornalista do jornal mexicano *El Siglo de Torreón*: “Na verdade, a qualidade dos comentários é bastante baixa. A maioria dos comentários, sobretudo em peças sobre política, são de – suspeitamos –

⁵ Schumpeter dá o exemplo da forma como Napoleão lidou com as questões religiosas quando foi Primeiro Cônsul. Segundo o autor, através um conjunto de acordos e de manobras políticas, Napoleão chegou a uma solução que apaziguava todas as partes envolvidas. Esta solução dificilmente teria sido atingida com o envolvimento e participação das partes interessadas, uma vez que existiam diferenças irreconciliáveis que fariam com que qualquer compromisso ou cedência não agradasse a ambas as partes.

⁶ A Suíça surge como um exemplo deste estado intermédio, sendo o recurso ao referendo uma prática comum.

peessoas que estão a tentar promover uma agenda partidária” (Goodman & Cherubini, 2013, p. 14). Esta citação aborda simultaneamente o problema da baixa qualidade e da falta de competência dos públicos e a questão do interesse próprio, aqui manifesta nas agendas partidárias. Por fim, o próprio *corpus* deste estudo mostra que estes assuntos emergem no discurso dos públicos:

“(…) dizem não existir direito a liberdade de expressão naquele tempo (no tempo de Salazar)? de facto hoje temos liberdade de expressão, mas é só liberdade, nada mais, é tipo podes reclamar, comentar falar por falar, e isso viu-se quando este actual Governo mudou de opinião quando tomou posse, em fazer os diversos cortes e aumentos de impostos, taxas, as reclamações fossem elas públicas como manifestações que houve fossem elas privadas resolveram alguma coisa? (...) este Governo PSD/CDS-PP que não é mais que UM DITADOR democrático, escrevo assim porque a serem eleitos pelo povo, logo defendem em fazer seja o que for em nome do povo, ora bolas que democracia é esta afinal? agora sou eleito e deixa fazer o que quero porque fui eleito e sou maioria absoluta! isto é ditadura democrática, que ninguém nem jornalista algum alguma vez escreveu e comentou”⁷

2.1.2 Concepções maximalistas de democracia

O comentário acima questiona a legitimidade da implementação das medidas de austeridade entre 2011 e 2015, quando essas medidas contrariaram as promessas em campanha dos partidos que viriam a governar. Esta circunstância é frequentemente justificada com uma argumentação que recorda do estado de exceção de Schmitt, e as palavras do comentador convidam à apresentação dos argumentos que favorecem uma participação alargada dos cidadãos.

O recurso sistemático e regular ao estado de exceção conduz a uma ‘liquidificação’ da democracia (Tingsten, 1934, p. 333 *apud* Agamben, 2005, p.7). O abuso do medo e do argumento do caos podem conduzir ao totalitarismo, como se viu na Europa durante e após a Primeira Guerra Mundial. Para evitar a emergência deste tipo de regimes, os cidadãos deverão possuir pelo menos uma parte do poder, uma ideia que remonta a Maquiavel e que é resumida por Strauss (1958, p. 278) da seguinte forma: “A sociedade política cumpre a sua função através do poder político, e o

⁷ Comentário à notícia ‘Catarina Martins “O discurso dos cofres cheios ofende as pessoas”’, publicada in *Expresso* a 22.09.2015. Devido ao elevado número de incorreções no texto dos comentários, não será usada a expressão *sic* para assinalar as mesmas, uma vez que tal poderia dificultar excessivamente a leitura. Assim, os comentários são transcritos *ipsis verbis*.

poder político é apto a ameaçar a própria segurança em prol da qual foi estabelecido. Para evitar este perigo, a maioria deverá ter uma parte, proporcional à sua capacidade, de poder público.”

O poder da escolha é uma forma de proteção dos públicos. John Dewey (1927) encaixa-se nesta linha de pensamento, defendendo que a condição de existência do público e, por conseguinte, do Estado, é a necessidade de acautelar as consequências que uma ação tem para aqueles que estão diretamente envolvidos, tornando-as previsíveis e controladas. Assim, se um governo existe apenas para os seus fins e não presta contas aos cidadãos, não há razão para perpetuar os hábitos de lealdade e obediência associados à sua criação e, conseqüentemente, o governo deixa de ter justificação para a sua existência. “Apenas pela vigilância e crítica constante dos detentores de cargos públicos pelos cidadãos pode um estado ser mantido em integridade e utilidade” (Dewey, 1927, p. 69).

Se a participação alargada dos cidadãos na política é justificada em parte pela manutenção da democracia, o argumento também pode ser colocado do lado da eficácia. Limitar a discussão do envolvimento dos cidadãos ao receio da tirania é ignorar o lado positivo da discussão. Enquanto a centralização do poder e a suspensão dos processos de consulta e deliberação podem ser uma condição necessária para dar resposta a um estado de exceção, há outras situações em que o envolvimento de um grande número de indivíduos pode representar ganhos elevados.

Aristóteles, pelo seu exemplo do banquete para o qual todos contribuem dado na *Política*, é por vezes apontado como um defensor das virtudes da multitude, mas, como argumenta Cammack (2013), esta interpretação é implausível devido ao contexto histórico e às características do texto. Mais correto será referir o teorema do júri do Marquês de Condorcet (1785), que procura definir a dimensão ideal de um júri para alcançar uma decisão por maioria, como um dos primeiros textos que expõe as vantagens de um envolvimento de um maior número de indivíduos nos processos de tomada de decisão. O teorema de Condorcet refere que, quando a probabilidade de cada votante decidir corretamente é superior $\frac{1}{2}$, quanto maior o número de elementos do júri maior será a probabilidade de se chegar a uma decisão correta. Se a probabilidade de cada participante decidir corretamente for inferior a $\frac{1}{2}$, o júri ideal é constituído por um único indivíduo.

Embora possam ser levantadas várias objeções práticas a este teorema, o mesmo não deixa de constituir uma base teórica para o envolvimento dos cidadãos no processo de tomada de decisão, sendo um contraponto à posição de Lippmann a este respeito. No entanto, é importante ressaltar que apenas num cenário em que a maioria tende a decidir corretamente se justifica o envolvimento de um maior número de elementos na decisão.

Ao convocar trabalhos mais recentes, verifica-se que as reflexões sobre o potencial do envolvimento da multidão nos processos de tomada de decisão estão em grande parte espelhadas no conceito de inteligência coletiva (Kerckhove, 1997; Lévy, 1994), que designa uma inteligência distribuída e coordenada, que conduz a uma mobilização efetiva de competências de um conjunto de indivíduos. Uma das ideias que melhor se enquadra neste conceito decorre da Lei de Linus, do campo da informática, que dita que qualquer problema é facilmente detetado e resolvido quando tratado por um número suficientemente grande de programadores. Esta ideia foi verificada na prática, embora se tenham detetado alguns prejuízos em termos de eficácia quando estão envolvidos utilizadores pouco experientes (Wang & Carroll, 2011, p. 124), constatação que nos remete novamente para o teorema de Condorcet e para a influência que a competência dos participantes tem no cálculo do tamanho ideal para os grupos.

O *crowdfunding* é um exemplo deste tipo de lógica aplicada à economia. Recorrendo a pequenas quantidades de financiamento de um grande número de investidores através da internet, projetos inovadores são financiados com uma grande dispersão do risco, possibilitando a transição de ideias originais para o plano empresarial (Mollick, 2014). Este processo pode ser aplicado da mesma forma à esfera política, com um grande grupo de indivíduos a dar pequenas contribuições para os processos de tomada de decisão. Estas contribuições nem sempre serão tão pertinentes ou informadas como as produzidas, por exemplo, por especialistas, mas podem representar ganhos em termos de diversidade e quantidade de informação. Se o envolvimento de um elevado número de pessoas numa decisão pode tornar os processos menos eficazes pela sua complexidade, esta complexidade pode também representar ganhos substanciais, dependendo do contexto. Desde que a discussão não se converta numa simples luta pela superioridade, em que o envolvimento dos públicos apenas se traduz numa guerra de números, as intervenções de pessoas que estão normalmente localizadas fora das esferas de decisão podem iluminar dimensões até então ignoradas.

Um dos exemplos de sucesso que ilustra as virtudes do envolvimento dos públicos pode ser encontrado no orçamento participativo (OP) de Porto Alegre, no Brasil. Implementado desde 1989, este OP é uma das experiências democráticas mais elogiadas a nível global, tendo permitido uma gestão eficaz e democrática dos recursos urbanos (Santos, 2002, p. 17). O sistema implementado em Porto Alegre é bem-sucedido em duas vertentes. Por um lado, em conformidade com o argumento apresentado acima, combate o clientelismo, garantindo o alinhamento dos interesses do executivo com os interesses dos cidadãos. Por outro lado, representa um ganho em

termos de eficácia, uma constatação que colide com os argumentos de Schmitt e Lippmann de que o alargamento dos processos de tomada de decisão à generalidade dos cidadãos compromete a sua eficácia. O OP de Porto Alegre recorre simultaneamente a elementos de participação direta e de representatividade para garantir a possibilidade de participação sem comprometer a utilidade e adequabilidade dos resultados. Através de uma hierarquização de prioridades num sistema de pontos, é construído um mapa orçamental que sistematiza os contributos dos cidadãos sem obliterar o esforço negocial que lhe está subjacente.

Enquanto o OP de Porto Alegre não pode ser usado como prova definitiva da eficácia da multidão, até porque há várias experiências falhadas de OP, é um exemplo ilustrativo de que a participação alargada não é necessariamente incompatível com uma administração eficaz dos recursos. Da mesma forma, é necessário salientar que este OP apenas funciona com base num processo bem regulamentado, em que existe intervenção do executivo e em que a participação dos cidadãos é complementada por um apoio técnico especializado.

Relativamente à questão da eficácia, importa ainda referir que, apesar do estudo citado acima (Kao & Couzin, 2014) advogar a precisão da decisão em grupos pequenos, há um grande número de estudos que apontam para a existência do fenómeno contrário, apelidado de 'sabedoria das multidões' (*wisdom of the crowds*). Um dos primeiros trabalhos empíricos que observa a precisão de grandes grupos foi levado a cabo por Galton (1907), que analisou as estimativas dadas para o peso de um boi num concurso organizado numa feira do gado. A conclusão de Galton foi de que a estimativa dada pela média do grupo se aproximava mais do peso real do que seria expectável, sendo um argumento a favor da fiabilidade do processo democrático. O livro de Surowiecki (2004) *The Wisdom of the Crowds* centra-se precisamente na ideia de que os grandes grupos podem ser mais eficazes até que os especialistas. No entanto, o autor nota que esta eficácia é influenciada por fatores como a existência de regras, a quantidade de comunicação e o tipo de problema a resolver.

Carpentier (2011, p. 25) encontra outra vantagem para o alargamento da participação na sua função educacional e de promoção da cidadania, onde a distribuição do poder é vista como um instrumento pedagógico para gerar melhores cidadãos e aumentar a felicidade social. Esta visão decorre de uma ideia resgatada por Pateman (1970, pp. 24-25) da obra de Rousseau, que afirma que através do processo participativo o indivíduo aprende que tem que atender a interesses mais abrangentes do que os seus. No fundo, é ao sentir o peso da escolha que o cidadão aprende o valor da mesma e desenvolve as suas competências para tomar melhores decisões.

Pode-se fazer a ponte das ideias de Rousseau para o conceito de culturas cívicas de Dahlgren (2000, p. 336), no qual se incluem quatro condições prévias do quotidiano necessárias à participação democrática. Estas condições são o conhecimento e competências relevantes para a participação, a lealdade aos valores e procedimentos democráticos, o desenvolvimento das identidades cidadãs e a implementação e promoção de práticas, rotinas e tradições de cidadania. Esta última vertente é, segundo Dahlgren, essencial para a atribuição de significados individuais e sociais aos ideais da democracia. O envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão enquadra-se nesta condição, uma vez que a participação democrática deixa de ser algo extraordinário e distante para se tornar parte do quotidiano dos cidadãos, reforçando as restantes vertentes da cultura cívica.

A ideia de que a participação nos processos democráticos é importante para uma educação para a cidadania encontra também sustento prático nas atividades que procuram envolver os jovens nesses mesmos processos. Em Portugal, podemos localizar exemplos deste género em iniciativas como o Parlamento dos Jovens⁸ e os Orçamentos Participativos Jovens ou Escolares implementados em vários municípios nacionais⁹. O enquadramento destes projetos na formação dos cidadãos é um indício prático da importância que as experiências de participação assumem no desenvolvimento do indivíduo e na promoção de culturas cívicas. Esta importância é também reconhecida por Sloam (2007), que alerta para o facto de uma reduzida participação juvenil poder decair num ciclo vicioso, em que o sistema partidário começa a ignorar este grupo uma vez que a opinião dos seus elementos deixa de se traduzir em votos.

Em contraponto com as três linhas de argumentação que suportam uma conceção minimalista de democracia, este conjunto de reflexões permite listar os argumentos a favor de um maior envolvimento dos cidadãos no processo político:

- o combate à tirania e a proteção dos cidadãos;
- a eficácia da multidão (inteligência coletiva e sabedoria das multidões);
- a participação política como educação e formação.

⁸ <http://www.jovens.parlamento.pt/>, acedido em 12/12/16

⁹ Ver, por exemplo, os casos de Valongo, Lousada e Braga.

2.2 Conflito, consenso e compromisso: como coexistir em democracia?

A secção acima procura responder à questão relativa ao número de participantes que deverão estar envolvidos no processo de decisão política. Esta secção incide sobre o processo de decisão em si, olhando para o papel do conflito em democracia e para as formas como este é enquadrado pela teoria política.

Antes de prosseguir com esta reflexão importa definir os conceitos que dão título a esta secção. Consenso, compromisso e conflito são três estados em que os participantes numa escolha se podem encontrar. O consenso acontece quando os intervenientes estão de acordo relativamente à opção a tomar ou ao procedimento a adotar para chegar a essa opção. O conflito, por oposição, surge quando as opções dos participantes são irreconciliáveis e, deste modo, cada uma das partes tenta impor a sua vontade procurando suprimir as outras. Quando existem interesses divergentes mas é alcançada uma solução que é consentida por todas as partes, é atingido um compromisso. No compromisso, a solução alcançada não corresponde aos interesses de todos, obrigando os participantes a fazer concessões, mas evita uma situação de conflito.

Consenso, compromisso e conflito também podem ser encarados como processos, traduzindo-se os dois primeiros na cooperação e na negociação. Para van den Hove (2006), todos os processos participativos estão localizados num contínuo entre processos inteiramente cooperativos e inteiramente conflituosos: “No extremo puramente consensual encontram-se as situações discursivas ideais – de acordo com Habermas as únicas apropriadas para avaliar a validade de normas universais. No extremo conflituoso encontram-se negociações puramente de ‘soma-zero’ em que uma parte ganha o que a outra perde. Entre estes extremos podemos identificar uma série de processos em que a cooperação e o conflito coexistem”. A formulação de van den Hove aproxima-se da que é adotada nesta dissertação, contudo, recusa-se a ideia de que a negociação é a forma pura de conflito uma vez que, como a própria autora reconhece, é necessário um consenso mínimo quanto às regras de comunicação para que a negociação possa ocorrer. Posto isto, é importante que não haja precipitação na atribuição de conotações positivas ou negativas a cada um dos conceitos, uma vez que o consenso pode ser extremamente injusto e destrutivo para os participantes da mesma forma que o conflito pode ser libertador e construtivo.

O ser humano é obrigado a coexistir para sobreviver e a coordenar-se para aumentar o seu potencial. Nesta coexistência, que se materializa numa estrutura social cuja evolução tende

para um aumento da complexidade, a divergência de interesses entre os indivíduos é inevitável. Por vezes, e sobretudo quando há escassez de recursos, as divergências entre indivíduos sobrepõem-se e colocam tensão sobre a coexistência. Quando as implicações destas divergências se tornam mais abrangentes e afetam aqueles que não estão diretamente envolvidos na interação, a tensão adquire uma dimensão política. Eventualmente, o acumular de tensões exige que se recorra a um dos processos elencados acima para que a divergência de interesses deixe de se tornar problemática. Quando não existe uma solução pela cooperação ou negociação que apazigue a tensão gerada pelas divergências, esta poderá resultar num conflito entre as partes envolvidas.

A descrição acima esquematiza a génese do conflito e coloca a divergência de interesses no centro do processo político. O conflito é um conceito multifacetado, enquanto alguns condenam as suas consequências e procuram minimizá-lo, outros consideram-no central para o processo democrático e apresentam-no como a essência do 'político'¹⁰. Platão capta esta dualidade no conceito de *thumos*, que por um lado desperta o desejo, as paixões e a ambição mas que por outro conduz à tirania e dominação. Uma história relatada por Sócrates no Livro IV da República (440a) ilustra bem esta ideia:

“Uma vez ouvi uma história em que acredito, que Leôncio, o filho de Agláion, regressando do Pireu pelo lado exterior da Muralha Norte, percebendo que havia cadáveres que jaziam perto do carrasco, sentiu simultaneamente o desejo de os ver e uma repugnância e aversão. Durante algum tempo lutou consigo mesmo e velou o rosto; mas, por fim, vencido pelo desejo, abriu muito os olhos e correu em direção aos cadáveres, bradando: «Aqui tendes, ó génios do mal, saciai-vos com este belo espectáculo!»” (Platão, 2010b, p. 172)

Assim, a discussão política assemelha-se ao *thumos*, sendo simultaneamente desconfortável (Schudson, 1997, p. 299) e mobilizadora de paixões (Mouffe, 1999, p. 756). Se o conflito é uma força destruidora, pode também ser a força impulsionadora da participação democrática. Schmitt (1932/1996, p. 26), por exemplo, identifica a distinção entre amigo e inimigo como a dualidade central para o conceito do político. Tal como o domínio moral se caracteriza pela oposição entre bem e mal, o estético entre belo e feio e o económico entre lucrativo e não-lucrativo, os motivos e as ações políticas podem ser reduzidos à oposição amigo e inimigo. Embora as distinções sejam autónomas entre si, podem relacionar-se, já que o inimigo político é, por exemplo, muitas vezes visto como 'mau' e 'feio'.

¹⁰ Sendo o termo entendido como o conceito abstrato do domínio político, como foi usado por Schmitt (1932/1996), e não se referindo à figura/personagem do político.

O controlo das condições e das consequências do conflito é uma questão *sine qua non* para a democracia. Como aponta Norbert Elias (1992, pp. 50-51), o funcionamento de um regime parlamentar depende do “monopólio da violência física de um país, da estabilidade da pacificação interna dessa sociedade”. Por sua vez, essa estabilidade depende dos níveis de constrangimento individual dos elementos dessa sociedade, que não são os mesmos para todas as sociedades humanas. Num trabalho em que relaciona a violência no confronto político e a progressiva regulamentação do desporto, Elias considera que, na sua evolução, as sociedades tendem a desenvolver uma maior tolerância à tensão que resulta num multiplicar de confrontos não-violentos, que por sua vez podem constituir um apoio ao funcionamento do regime parlamentar.

Tendo isto em consideração, qualquer concepção de democracia terá que impor limites ao conflito para garantir a sua estabilidade. Contudo, será ingénuo assumir que todas as formas de pensar o processo democrático encaram o conflito sob a mesma perspetiva. As próximas secções introduzem as principais concepções de democracia cimentadas na teoria e na filosofia política, procurando enquadrar o papel do conflito e do consenso em cada uma. Estas concepções implicam também uma posição relativamente à extensão do envolvimento dos cidadãos no processo político, pelo que o seu tratamento tem uma ligação natural com as questões tratadas na secção 2.1.

2.2.1 Concepções liberais-individualistas da democracia

A classificação ‘liberal-individualista’ é adotada por Dahlberg (2011, p. 858) para caracterizar as posições sobre a democracia que se focam nas oportunidades dadas aos indivíduos para perseguirem os seus interesses através de sistemas políticos liberais. Neste sistema, o cidadão é um indivíduo racional, auto-orientado e instrumental que procura maximizar os seus ganhos conhecendo quais são os seus interesses. O papel do Estado é reduzido a um mínimo, permitindo apenas a maior liberdade possível e garantindo as condições para que os cidadãos persigam os seus interesses.

As bases para esta concepção de democracia partem da teorização de Locke (1681/1980) da propriedade privada como sendo essencial para a liberdade individual. O consentimento dado pelos cidadãos à governação de um soberano é motivado pela necessidade de proteger a propriedade de cada um. Enquanto Hobbes assenta a sua argumentação num cenário de escassez, Locke parte do princípio da abundância, em que cada um colhe os frutos do seu trabalho e tem direito a preservá-los como seus.

Para além de Locke, as origens do liberalismo podem ser localizadas em Stuart Mill e na corrente utilitarista. A teoria de Mill, mais do que a de Locke, considera a individualidade e o interesse próprio como as fontes do progresso não só pessoal, como também social (Schuck, 2002, p. 133). Esta ideia não difere muito daquela que é frequentemente apontada como a principal contribuição de Adam Smith (1776/1999), que defende que ao acautelar os próprios interesses cada um está também a contribuir para o bem comum. Convém, no entanto, não associar o interesse próprio de Smith ao egoísmo Hobbesiano. Ele mesmo se dissocia do conceito do egoísmo puro na obra *The Theory of Moral Sentiments* (A. Smith, 1759/1982), defendendo que o que move o ser humano é a compaixão (*sympathy*) pelo outro e a busca da compaixão. Assim, pode ser do interesse próprio do indivíduo, por razões morais ou de outra natureza, ser solidário ou altruísta com o outro.

A este propósito podemos também evocar Rawls (1971/1999) e a sua 'posição original', na qual os indivíduos são colocados sob um véu de ignorância e, face a uma decisão, nenhum sabe como as alternativas irão afetar a sua posição específica. Assim, os participantes não conhecem o seu sexo, idade, raça, estatuto social, inteligência, força, concepção do bem nem as condições sociais e culturais da sociedade em que vivem. Sob estas condições, os princípios e as decisões acordadas serão justas e o interesse próprio será também o interesse de todos. Embora esta situação seja impossível na prática, é um exercício de pensamento que mostra como o interesse coletivo pode ser alcançado através da ação racional e auto-orientada e que é frequentemente associado à concepção liberal de democracia.

Há ainda outros autores que sustentam que o altruísmo e a solidariedade não são incompatíveis com a procura do interesse próprio. Recorrendo à teoria dos jogos, Skyrms (1998, 2004) mostrou como o contrato social e a cooperação se podem desenvolver sob pressupostos de ação racional auto-orientada. Na sua descrição da posição liberal-individualista, o próprio Dahlberg (2011, p. 858) reconhece algum espaço para a empatia e para atender às necessidades e direitos de outros indivíduos.

Os princípios essenciais da teoria liberal clássica podem ser resumidos do seguinte modo: o entendimento da liberdade individual como não interferência do estado nos projetos e desenvolvimento pessoais; uma proteção abrangente da liberdade de expressão, de crítica e religiosa; uma profunda desconfiança do poder do estado sobre os indivíduos; a restrição da coerção do estado às áreas em que a conduta de um indivíduo afeta os outros; e um favorecimento

forte, mas questionável, da privacidade, dos mercados e de outras formas de organização privada (Schuck, 2002, p. 134).

Neste enquadramento, os *media* digitais permitem aos indivíduos recolher informação para examinar posições políticas que competem entre si e dão-lhes um mecanismo para registar a sua opinião e agregar as escolhas através de sistemas de recolha de opinião, petições e votações *online*, entre outros (Dahlberg, 2011, p. 858). A componente individualista da conceção implica que os processos de tomada de decisão dependem precisamente desta agregação de vontades individuais, que são potenciadas pela internet na sua dimensão e visibilidade. Neste contexto, a discussão entre os participantes é menos relevante do que a manifestação de opiniões, e serve sobretudo o propósito da persuasão num jogo de forças entre as partes envolvidas.

A ênfase da conceção liberal-individualista na expressão do indivíduo implica que, num debate digital, os participantes possam expressar-se de uma forma incivil sem levar em consideração os argumentos dos outros e sem que este comportamento seja considerado não-democrático (Freelon, 2015). Assim, a liberdade de expressão assume primazia sobre outros direitos individuais e o consenso surge como algo inalcançável ou até mesmo irrelevante para o projeto democrático.

2.2.1.1 Lições da teoria dos jogos

A posição liberal-individualista da democracia tem uma forte associação à ação individual, racional, auto-orientada e instrumental dos cidadãos. Neste contexto, importa perceber como é que os processos de escolha e de conflito se encaixam neste esquema. Para equacionar este exercício, recorre-se à teoria dos jogos, “o estudo de modelos matemáticos de conflito e cooperação entre decisores inteligentes e racionais” (Myerson, 1991, p. 1). Tendo as suas origens na matemática e na economia, a teoria dos jogos tem também sido adaptada com sucesso nas ciências sociais e humanas (J. Gonçalves, 2016; Swedberg, 2001). Embora a sua matriz matemática, estratégica e racional restrinja o seu âmbito de aplicação, a teoria dos jogos adequa-se à conceção liberal-individualista precisamente devido a estas características. No esquema da teoria dos jogos, o jogador (sujeito) tem à sua disposição diversas estratégias (ações) e opta por aquela que lhe irá oferecer maiores recompensas (ganhos). A teoria dos jogos implica necessariamente uma componente estratégica, uma vez que as recompensas de um indivíduo

não dependem apenas das suas escolhas, mas também das estratégias dos restantes participantes.

Esta secção centra-se na coexistência de posições distintas e/ou incompatíveis e na sua resolução através do conflito, do consenso ou do compromisso. Para tratar o problema do ponto de vista da teoria dos jogos, pode-se transpor o espectro cooperação-conflito para a dicotomia cooperar-agredir. Embora seja redutora, esta divisão de comportamentos permite explorar com clareza algumas particularidades da ação racional-estratégica e, por conseguinte, intuir o comportamento dos participantes segundo a conceção liberal-individualista de democracia.

A estrutura da situação é relevante. Quando diferentes partes defendem cursos de ação distintos e incompatíveis, uma interpretação rápida, semelhante à de Hobbes, faria pressupor que o conflito era inevitável. Contudo, em muitas situações concretas os problemas não estão estruturados de uma forma ‘soma-zero’ em que uma das partes tem que abdicar de tudo em detrimento da outra, e permitem a negociação.

Tome-se como exemplo um dos jogos clássicos da teoria dos jogos, o Jogo da Galinha¹¹:

Tabela 1: Jogo da Galinha¹²

	Desviar (Cooperar)	Em frente (Agredir)
Desviar (Cooperar)	0, 0	-1, +1
Em frente (Agredir)	+1, -1	-10, -10

Observando esta matriz, torna-se claro que ambos os intervenientes desejam evitar uma situação de conflito total, já que este é o resultado mais prejudicial para qualquer um deles. No entanto, um jogador que procure maximizar os seus lucros (+1) poderá optar por uma solução agressiva na esperança de que a outra parte ceda. Na verdade, é possível estabelecer um paralelismo entre as células da tabela e os estados referidos anteriormente: Consenso (Cooperar, Cooperar); Compromisso (Cooperar, Agredir e Agredir, Cooperar) e Conflito (Agredir, Agredir). Do ponto de vista da teoria dos jogos, a única estratégia pura que é Equilíbrio de Nash¹³ é o compromisso, uma vez que nenhuma das partes tem um incentivo para alterar a sua estratégia.

¹¹ O jogo baseia-se numa situação em que dois condutores vão em direção um ao outro. Para evitar uma colisão, um deles deve desviar-se, no entanto, o primeiro a fazê-lo é apelidado de cobarde (galinha – *chicken*).

¹² O jogo encontra-se aqui representado na sua forma normal. Uma explicação mais detalhada sobre a leitura das representações dos jogos e sobre a terminologia associada pode ser encontrada no Anexo A.

¹³ Consultar Anexo A para explicação da terminologia.

O Jogo da Galinha é precisamente um dos exemplos em que os interesses individuais divergem, mas em que existe um interesse maior de ambas as partes em evitar um conflito aberto.

Um pressuposto relevante para que o Equilíbrio, ou seja, a solução mais racional, seja atingido é que ambas as partes têm que ter uma informação que indique qual a estratégia que será escolhida pela outra parte. Assim, se um dos elementos tem a garantia que o outro irá ser agressivo este acabará por optar por cooperar e chegar a um compromisso. Esta situação pressupõe que exista comunicação entre os participantes ou, pelo menos, que haja algum tipo de informação sobre o outro participante ou sobre o ambiente que indique qual será a sua escolha. Esta constatação conduz à segunda consideração sobre a racionalidade e sobre o paradigma liberal-individualista: *embora ambas as partes sejam prejudicadas por uma situação de conflito, poderá ser racional aproximar-se do comportamento agressivo.*

Esta ideia tem por base a noção de ameaça credível de Thomas Schelling (1960, p. 35): “Quando alguém ameaça lutar se atacado ou corta o seu preço como resposta à concorrência, a ameaça não é mais do que a comunicação dos incentivos do próprio, com o intuito de transmitir ao outro as consequências automáticas da sua ação. Se esta ameaça tiver sucesso, beneficia ambos os participantes”. O valor deste tipo de ameaças não reside na sua execução, mas em dissuadir o outro de adotar uma estratégia agressiva. No exemplo do Jogo da Galinha apresentado acima, uma das partes poderia adotar uma série de comportamentos perigosos ou até irracionais antes de começar a conduzir, como partir uma garrafa na cabeça ou ingerir substâncias psicotrópicas, procurando dar credibilidade à sua irracionalidade e à ameaça de não se desviar durante o jogo. Esta é a justificação para que, por exemplo, se adote no discurso político uma postura agressiva e um extremar de posições, num esforço que procura obrigar a outra parte a ceder. Embora a ausência de um acordo seja frequentemente prejudicial para todas as partes, é este jogo de ameaças que permite que alguns consigam que o acordo lhes seja favorável, mesmo partindo de posições semelhantes. A ameaça de um conflito potencial dá alavancagem a uma das partes nas negociações.

Há, no entanto, situações em que o comportamento racional auto-orientado por si só não garante o melhor resultado para as partes envolvidas. Um exemplo deste tipo de situação pode ser encontrado no Dilema do Prisioneiro¹⁴, um dos problemas clássicos da teoria dos jogos.

¹⁴ No dilema do prisioneiro, dois prisioneiros isolados têm que escolher denunciar ou não o outro prisioneiro, sendo que a sua pena de prisão depende da sua decisão e da do outro prisioneiro.

Tabela 2: Dilema do Prisioneiro

	Ficar calado (Cooperar)	Denunciar (Agridir)
Ficar calado (Cooperar)	-3, -3	-10, 0
Denunciar (Agridir)	0, -10	-5, -5

A particularidade do Dilema do Prisioneiro reside no facto de a agressividade ser a estratégia dominante. Isto significa que, independentemente da decisão do outro participante, o jogador fica sempre melhor escolhendo um comportamento agressivo (0 ou -5). Assim, como resultado, dois jogadores racionais auto-orientados acabarão sempre por chegar ao polo do conflito (Agressivo, Agressivo), já que este é o único Equilíbrio de Nash de estratégias puras.

No entanto, qualquer observador atento chega à conclusão que o polo do consenso (Cooperar, Cooperar) seria mais benéfico para ambos os jogadores. Não só esta estratégia representa um ganho para todos os participantes, como representa o maior sucesso agregado (6 anos de prisão no total por oposição a 10 anos de prisão das restantes) e é eficiente do ponto de vista de Pareto¹⁵. Embora seja claro que esta solução é melhor, do ponto de vista racional é inatingível, já que, se um dos jogadores optasse por ser cooperativo, o outro, perseguindo os seus interesses, seria agressivo para obter um resultado melhor. Claro que poderiam ser oferecidos incentivos ou castigos externos para forçar esse resultado, mas nesse caso a estrutura do jogo já não seria a de um dilema do prisioneiro. Assim, num paradigma liberal-individualista seria impossível atingir a melhor solução social para o Dilema do Prisioneiro não-iterativo, uma vez que esta só seria viável caso se introduzisse uma dimensão normativa no problema.

A interação repetida pode favorecer a cooperação. A particularização 'não-iterativo' na conclusão acima é relevante, uma vez que um dilema do prisioneiro jogado múltiplas vezes com os mesmos jogadores pode induzir estratégias cooperativas. A ideia é que a perspetiva futura de cooperação leva os jogadores a optar pela cooperação, por forma a garantirem ganhos mútuos superiores. Axelrod (1984) testou este princípio na prática, tendo organizado torneios em que vários programas informáticos com diferentes estratégias competiam entre si num dilema do prisioneiro iterativo. A participação era aberta e os programadores foram desafiados a submeter as suas propostas para tentar ganhar a competição. A estratégia mais bem-sucedida nos dois torneios realizados foi uma das mais simples, a *tit-for-tat*, que consiste em cooperar na primeira

¹⁵ A eficiência de Pareto é atingida na distribuição de recursos quando nenhuma das partes pode ficar melhor sem que se prejudique uma das outras partes.

iteração e, nas jogadas subsequentes, replicar a ação que o outro jogador fez na iteração anterior. Esta estratégia, submetida por Anatol Rapoport, também parece fazer sentido do ponto de vista do senso comum, já que encontra paralelo nos ditados populares¹⁶. Assim, o caráter repetitivo ou não de uma interação pode condicionar os comportamentos adotados pelos intervenientes no paradigma liberal-individualista.

Uma das conclusões relevantes dos exercícios de Axelrod é de que *a composição do universo de participantes é relevante para o sucesso das estratégias*. Este ponto afasta-se da teoria dos jogos *in abstracto* para uma incursão na teoria dos jogos *de facto*. O facto de as estratégias tendencialmente cooperativas terem tido mais sucesso no primeiro torneio de Axelrod deve-se, em parte, à sua existência em grande número, que assegura um benefício mútuo. Este tipo de fenómenos é explorado por J. M. Smith e Price (1973) no campo da biologia e dos estudos da evolução e conflito animal. As conclusões do seu estudo relevam a importância da constituição do universo de participantes para o sucesso de uma determinada estratégia. Por exemplo, a introdução de uma espécie num ambiente em que não existe um predador natural terá mais sucesso do que num ambiente cheio de predadores.

O uso da teoria dos jogos para escrutinar a conceção liberal-individualista de democracia serve, em primeiro lugar, para evitar generalizações ou interpretações simplistas do conceito de racionalidade. A equiparação, por exemplo, da razão instrumental à ausência de cooperação não é fundamentada, existindo uma série de fatores, como as estratégias disponíveis, a repetição das interações e a composição dos participantes que influenciam qual o comportamento considerado racional.

Na prática, o comportamento humano raramente segue as lógicas da racionalidade pura, sendo difícil localizar os modelos abstratos da teoria dos jogos na realidade (Swedberg, 2001, p. 323). No entanto, isso não justifica uma rejeição do poder explicativo da teoria dos jogos para interpretar o comportamento dos participantes no paradigma liberal-individualista. Mesmo que os jogos não se manifestem na realidade de uma forma tão clara e pura como a sua formulação matemática, fornecem uma bússola teórica que permite mapear e explorar comportamentos.

Em jeito de conclusão importa ressaltar que, no contexto da escolha política, componentes como a estrutura de recompensas e o leque de estratégias disponíveis são elementos dinâmicos construídos pelos intervenientes. “As crenças sobre qual é a ação racional dependem de crenças causais, incluindo crenças sobre quais seriam as consequências causais dos cursos de ação

¹⁶ Uma expressão equivalente para *tít-fót-tat* em português seria: “olho por olho, dente por dente”.

alternativos. Mas o que é racional depende daquilo em que se acredita também penso sobre a forma como as minhas crenças e as crenças de outros mudariam se recebêssemos informação inesperada” (Stalnakar, 1999, p. 4). A racionalidade é dependente das crenças dos participantes, podendo coexistir múltiplas racionalidades que se entrecruzam e atualizam constantemente. Isto significa que teorias como o *framing* não são incompatíveis com a teoria dos jogos, uma vez que a percepção do jogo e dos comportamentos prováveis dos restantes intervenientes são essenciais para a definição do curso de ação racional. Não só as consequências futuras de uma ação são difíceis de avaliar¹⁷, como, fora do domínio económico, os ganhos e as perdas raramente são quantificáveis e dependem em grande parte de critérios subjetivos. Não há uma formulação do problema que não passe pelo ponto de vista do sujeito.

2.2.2 A conceção deliberativa de democracia

Situações como o Dilema do Prisioneiro mostram que nem sempre o curso de ação racional do ponto de vista estratégico e individual é o mais benéfico para o coletivo. Para além deste fator, a modelação das decisões em jogos pode ignorar o quadro mais abrangente da experiência humana, apresentando um retrato limitado da escolha cidadã. Enquanto uma decisão pode ser racional do ponto de vista instrumental para atingir um determinado fim, o fim enquanto tal pode não ter sido sujeito ao crivo da razão no seu entendimento mais abrangente.

É precisamente nesta linha que Max Horkheimer (1947/2015), um dos pais da teoria crítica, afirma a sua oposição ao que apelida de razão subjetiva ou instrumental. A razão subjetiva caracteriza-se pela preocupação com os meios para atingir os fins, sem que estes fins sejam questionados quanto à sua razoabilidade. Para Horkheimer este critério aplica-se quer se esteja a considerar ganhos imediatos e objetivos de curto prazo, quer se considere o panorama mais abrangente da comunidade e do projeto de longo prazo. Esta razão contrapõe-se a uma razão objetiva, “a razão como uma força não só no espírito individual, mas também no mundo objetivo – nas relações entre os seres humanos e entre as classes sociais, nas instituições sociais, e na natureza e suas manifestações” (Horkheimer, 1947/2015, p. 10). Esta é a razão dos sistemas filosóficos gregos, como os de Platão e Aristóteles, que se foca no ‘bem maior’, no destino da humanidade e na realização de objetivos superiores. Assim, Horkheimer critica os filósofos

¹⁷ Ou até mesmo impossíveis, se entendermos o conceito de ação de acordo com a definição Hannah Arendt (1958/2001)

iluministas, afirmando que aquilo que estes mataram não foi a Igreja, mas a metafísica e o conceito objetivo de razão.

Habermas (1984) transcende a crítica de Horkheimer, propondo uma reorientação do projeto do iluminismo e não o seu abandono (McCarthy, 1984, p. vi) ao estabelecer as bases para uma teoria processual da razão e para a concepção deliberativa de democracia. A racionalidade comunicativa de Habermas apresenta uma resposta para o problema da escolha e da divergência de posições, uma vez que define os processos e as condições para alcançar um entendimento entre sujeitos racionais.

A teoria da ação comunicativa de Habermas assenta na troca de afirmações de validade criticáveis em três dimensões: retidão normativa, verdade proposicional e veracidade subjetiva. A comunicação e a troca de argumentos estão no centro no processo de entendimento, em que se pressupõe o reconhecimento intersubjetivo das afirmações de validade. Sempre que uma das partes não consegue fornecer razões válidas para o seu argumento ou posição, este argumento torna-se irracional do ponto de vista da ação comunicativa. Dahlberg (2001, p. 623), com base no trabalho de Habermas e na sua discussão, identifica um conjunto de condições para o discurso na esfera pública segundo a concepção deliberativa de democracia (Tabela 1).

Tabela 3: Condições para o discurso deliberativo segundo Dahlberg

<i>i. Autonomia do estado e do poder económico.</i>	O discurso deve basear-se nas preocupações dos cidadãos como público e não orientado pelos <i>media</i> do dinheiro e poder administrativo, que facilitam as operações do mercado e do estado.
<i>ii. Troca e crítica de afirmações criticáveis de validade moral e prática.</i>	O discurso crítico-racional envolve uma troca recíproca de posições normativas que são apoiadas por razões e que, por isso mesmo, são criticáveis, i.e. abertas à crítica e não impostas dogmaticamente.
<i>iii. Reflexividade.</i>	Os participantes devem examinar criticamente os seus valores culturais, pressupostos e interesses, assim como o contexto social mais alargado.
<i>iv. Troca de papéis ideal.</i>	Os participantes devem procurar compreender o argumento do ponto de vista do outro. Isto requer um compromisso com um constante diálogo com a diferença em que os interlocutores se escutam respeitosamente.
<i>v. Sinceridade.</i>	Cada participante deve fazer um esforço sincero para tornar conhecida toda a informação, incluindo as suas verdadeiras intenções, os interesses, as necessidades e os desejos, desde que relevantes para o problema específico em consideração.

vi. Inclusão discursiva e igualdade.

Cada participante afetado pelas alegações de validade sob consideração tem igual direito de introduzir quaisquer questões e asserções. A inclusão pode ser limitada pelas desigualdades exteriores ao discurso – por restrições formais ou informais ao acesso. Também pode ser limitada por desigualdades internas ao discurso, onde alguns dominam o discurso e outros lutam para que as suas vozes sejam ouvidas.

Fonte: Adaptado de J. Gonçalves (2014)

Uma vez que no paradigma deliberativo todos os participantes aderem a um conjunto de regras para o debate que tornam o entendimento possível, o conflito aberto não acontece, sendo possível negociar a definição da situação com base nas afirmações de validade avançadas pelos participantes. Habermas (1996, pp. 290-295) rejeita a ideia de que a aceitação dos participantes das regras da democracia se deva à inevitabilidade de um ‘estado de guerra’ Hobbesiano ou à capacidade coerciva da maioria. Os próprios críticos de Habermas, como Mouffe (1999), apontam que a conceção deliberativa não incorpora as dimensões de poder e antagonismo na sua formulação. É importante notar que, no entanto, alguns ramos da teoria deliberativa, como o ‘ativismo deliberativo’ de Fung (2005), admitem o recurso a métodos não persuasivos para atingir objetivos deliberativos. Quanto maiores são as condições de desigualdade e de adversidade política que um participante enfrenta, mais permissíveis são os desvios das normas deliberativas com o objetivo de alcançar uma igualdade entre participantes.

Após um trabalho inicial de conceptualização e desenvolvimento da teoria deliberativa que decorreu intensivamente nos anos 80 e 90 do século XX, surgiu um conjunto de estudos que visam avaliar a sua exequibilidade, identificando os constrangimentos empíricos e práticos à deliberação (Bohman, 1998). Não serão explorados aqui ao pormenor os resultados deste tipo de estudos, uma vez que o assunto será abordado adiante a propósito da caracterização e do enquadramento do objeto de estudo. É, no entanto, relevante afirmar que estes estudos motivaram revisões da teoria deliberativa e divergências da sua conceção tradicional, sendo um exemplo o ativismo deliberativo acima referido (Fung, 2005).

Trabalhos mais recentes propõem uma flexibilização da conceção deliberativa para a inclusão de categorias que não estão contempladas na racionalidade Habermasiana. “Apesar de a esfera pública ser tradicionalmente associada às noções de deliberação racional, está agora cada vez mais ligada a novos canais comunicativos multimédia que privilegiam frequentemente

outras formas de expressão política, incluindo o visual, o simbólico, o afetivo, o experiencial” (Dahlgren & Alvares, 2013, p. 51).

Esta flexibilização está também presente na abordagem sistémica à teoria deliberativa (Mansbridge et al., 2012), que considera que os *fora* deliberativos devem ser encarados dentro de um sistema mais abrangente, em que diferentes partes cumprem funções distintas. Neste contexto, nem todas as interações precisam de obedecer aos ideais deliberativos, desde que o sistema como um todo os espelhe (Mansbridge, 1999, p. 224). Assim, elementos que tradicionalmente estariam fora da esfera deliberativa pelas suas características, como órgãos de comunicação com enviesamentos partidários e protestos assentes numa força coerciva, podem cumprir outras funções no sistema que contribuem para a deliberação, como incluir públicos negligenciados e estimular o debate em torno de um assunto descuidado. No entanto, alguns críticos desta abordagem afirmam que este tipo de flexibilização e de abordagem sistémica pode comprometer a vertente normativa da teoria deliberativa, permitindo um sistema em que são cumpridas as funções deliberativas, mas onde não são cumpridas as normas deliberativas (Owen & Smith, 2015).

A democracia deliberativa é uma abordagem processual marcada por uma forte orientação normativa. De todas as concepções de democracia que são tratadas neste capítulo, será aquela que mais claramente se posiciona no extremo do consenso, por sugerir a primazia da ‘força do melhor argumento’ e por ser edificada na possibilidade de um entendimento entre os participantes.

Neste contexto, os meios digitais podem potenciar este entendimento da democracia devido à sua natureza bidirecional, acessível, flexível e moderável que permite a troca de informações, o debate racional e a formação de opinião (Dahlberg, 2011, p. 860). O anonimato e a imaterialidade da internet também favorecem, em teoria, o princípio de igualdade dos participantes que integra a concepção deliberativa. A natureza relacional do hipertexto também potencia argumentação, podendo os participantes socorrer-se do manancial de informação disponível *online* para apresentar razões para as suas afirmações de validade. O caráter aberto da internet também pode ser associado à independência do poder político e económico, essencial para um debate livre que cumpre as normas deliberativas.

2.2.3 Republicanismo e agonismo: o conflito no centro da democracia

Este ponto afasta-se terminologia de Dahlberg (2011), agrupando as perspetivas que relevam o papel do conflito no processo democrático. O republicanismo caracteriza-se pela ênfase na participação ativa dos cidadãos na autogovernança democrática (Dahlgren, 2009, p. 66). No entanto, em contraste com a teoria deliberativa, o republicanismo tende a colocar o foco no conflito e na possibilidade de contestação. “A não-arbitrariedade das decisões publicas não surge do facto de estas terem originado ou emergido segundo um qualquer processo consensual, mas da condição de que se estas forem contrárias aos interesses e ideias percebidos dos cidadãos, então os cidadãos podem efetivamente contestá-las” (Pettit, 1997, p. 185).

Embora não se possa considerar as duas conceções diametralmente opostas, o republicanismo distingue-se do liberalismo pela introdução de uma dimensão ética na participação política, considerando o envolvimento nos assuntos públicos um exercício de virtude e de elevação. Esta diferença pode espelhar-se, por exemplo, na distinção entre *amour de soi* e *amour propre* de Rousseau, em que o primeiro conceito está associado a um pensamento individualista e o segundo a uma priorização do outro e da comunidade em relação aos interesses próprios. O *amour propre* não implica apenas a inclusão da solidariedade no cálculo dos lucros e dos prejuízos, mas um alinhamento total do interesse individual com o interesse da comunidade¹⁸, tal como é ilustrado por este exemplo retirado de *Émile* de Rousseau (1762/1979, p. 40): “Pedareto concorre para o conselho dos trezentos. Ele é derrotado. Ele regressa a casa deleitado pelo facto de haver em Esparta trezentos homens com mais valor que ele. Considero que esta manifestação é sincera, e há razão para acreditar que assim foi. Isto é o cidadão.” Neste caso, o cidadão espartano coloca o sucesso da cidade acima de qualquer tipo de sucesso ou glória individual, encarando uma derrota pessoal como uma vitória coletiva. Isto não significa que o cidadão republicano não possa perseguir a glória pessoal, mas deve fazê-lo procurando a virtude e o respeito dos concidadãos, algo distinto da ação auto-orientada estratégica e instrumental que caracteriza a conceção liberal-individualista.

¹⁸ Num relativismo absoluto, poderíamos admitir que a razão instrumental e estratégica coincide com os ideais republicanos no caso de um alinhamento perfeito dos interesses do individuo com os da comunidade. Para o cidadão de Rousseau, uma atitude egoísta traria efetivamente maiores perdas para o individuo do que a submissão aos interesses da comunidade, mesmo que em termos práticos o sujeito ganhasse em termos materiais. Contudo, este alinhamento é possível apenas em teoria, pelo que será mantida a distinção útil entre a ação cívica no âmbito do paradigma liberal-individualista e republicano ou agonista.

O caráter superior que o republicanismo atribui à ação política está também presente na obra de Hannah Arendt (1958/2001). Em *A Condição Humana*, é feita uma categorização das atividades humanas (*vita activa*), divididas entre labor (*labour*), trabalho¹⁹ e ação. A ação é o domínio em que os seres humanos se revelam e que constitui a sua biografia, que inclui os atos (feitos) e o discurso. A ação “não nos é imposta pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho” (Arendt, 1958/2001, p. 225). Arendt critica claramente uma concepção de democracia regida por valores instrumentais ou utilitários, afirmando que, quando usado como um meio para atingir um fim, o discurso transforma-se em ‘simples conversa’ e deixa de estar enquadrado no domínio da ação.

O ideário republicano coloca a ênfase no espaço e na vida pública, rejeitando tanto o individualismo desobstruído como a vida dedicada exclusivamente à família e amigos. Daqui decorre o foco republicano na lei e na virtude cívica. Os assuntos devem ser conduzidos em público não só para reunir os cidadãos, mas para evitar a corrupção e a presença de interesses privados (Dagger, 2002, p. 147).

No extremo do republicanismo é possível localizar o conceito de ‘democracia radical’ (Dahlgren, 2009, p. 67), para o qual a obra de Laclau e Mouffe (2001) representa uma das principais contribuições. Esta visão da democracia releva ainda mais o papel do conflito no processo democrático, considerando que o conflito não tem fim e que a democracia assenta na contínua redefinição de limites ‘nós/eles’. Esta visão ancora-se no supramencionado conceito de político formulado por Schmitt (1932/1996), onde a dicotomia amigo/inimigo é o eixo central que caracteriza o domínio político.

Influenciada por Schmitt, Mouffe (1999, p. 756) vê o consenso como o resultado provisório de uma hegemonia temporária, sendo o conflito reconhecido e legitimado o mecanismo fundamental da democracia. Assim, a dimensão do poder não pode ser alienada da política. A concepção de pluralismo agonístico de Mouffe (1999, pp. 755-756) é particularmente crítica da visão deliberativa, afirmando que as paixões não devem ser eliminadas nem relegadas para a esfera privada, mas mobilizadas para a promoção de planos democráticos, numa formulação que recorda o *thumos* Platónico. Os limites do político segundo a concepção de democracia radical são também mais abrangentes, não se limitando à esfera do estado ou da economia. Este é um

¹⁹ Embora labor e trabalho sejam frequentemente entendidos como sinónimos, algo ainda mais saliente em português do que em inglês, Arendt distingue entre o que considera ser a atividade humana que tem em vista a satisfação de necessidades e a auto-preservação, o labor, e a atividade que visa a produção de objetos duráveis, como ferramentas e instrumentos. O labor é um processo sem fim enquanto o trabalho tem um início e um final definidos.

movimento anti-essencialista (Rasmussen & Brown, 2002), em que as fronteiras do domínio público são constantemente redefinidas.

Apesar da ênfase no conflito, as concepções de democracia radical não deixam de se aproximar do republicanismo, uma vez que não abandonam um ideal do ‘bem comum’ e um conjunto de princípios ético-políticos que caracterizam a democracia. O ‘outro’ de Mouffe deixa de ser um ‘inimigo’ para ser visto como um adversário que é confrontado dentro dos princípios básicos da democracia.

Um outro conceito útil para a concepção agonística de democracia é o de contrapúblicos: “‘alternative’ discursive arenas constituted by a number of participants engaging in debate and criticism that strengthens and develops oppositional discourses (identities, interpretations, social imaginaries and languages) to those dominating the mainstream public sphere” (Dahlberg, 2007, p. 56). Na sua crítica à concepção original de esfera pública burguesa apresentada por (Habermas, 1962/1984), Fraser (1992, p. 116) identifica um conjunto de contrapúblicos como os nacionalistas, os populares, o das mulheres de elite e dos trabalhadores, argumentando que o público burguês nunca foi *o público*. Ao incorporar a formação de contrapúblicos que se opõem aos discursos dominantes, a concepção agonística permite incluir grupos marginalizados que são colocados em desvantagem pelas normas hegemónicas do debate político.

Na perspetiva dos contrapúblicos, os meios digitais permitem a construção de espaços discursivos alternativos que contestam e subvertem os discursos dominantes. A internet permite que vozes excluídas se liguem entre si e redefinam os limites discursivos da esfera pública tradicional (Dahlberg, 2011, p. 861). Uma vez mais, é o carácter anónimo e acessível dos meios digitais que permite a construção destes espaços alternativos. No entanto, é importante salientar que a internet também potencia a reprodução dos discursos dominantes, pelo que não significa um fim ou uma resolução dos conflitos e das oposições.

2.2.4 Breves notas sobre o comunitarismo

As secções acima abordaram as principais concepções de democracia e de ação cívica referidas na literatura académica recente. As fronteiras de cada concepção não são claramente delimitadas e o curto resumo aqui apresentado deixa de parte várias inflexões de cada um dos conceitos. A última das concepções aqui contemplada é o comunitarismo, uma tradição por vezes

associada ao republicanismo, mas que contém traços distintivos suficientes para justificar uma abordagem própria.

Como o próprio nome indica, o comunitarismo coloca a ênfase no conceito de comunidade de valores partilhados, podendo ser visto como um contraponto ao individualismo extremo do liberalismo (Dahlgren, 2009, p. 66). Para os comunitaristas, a cidadania está enraizada numa comunidade definida culturalmente, anterior à ordem política do Estado (Delanty, 2002). A perspetiva valoriza as redes e instituições informais acima do Estado e do mercado, uma vez que os últimos não podem existir desligados dos contextos sociais em que se inserem. A abrangência desta visão leva a que alguns dos seus proponentes a caracterizem como um ‘movimento social’ (Etzioni, 1993, p. 245). O conceito de capital social de Putnam (2000), assente no valor dos laços e das relações sociais, também pode ser associado à perspetiva comunitarista, uma vez que enaltece a importância das redes informais e da comunidade.

Como explica Sandel (1998, pp. 147-154) na sua crítica a Rawls, a comunidade segundo a perspetiva comunitarista não é apenas um agregado de indivíduos auto-orientados, mesmo que esta auto-orientação permita margem para o sentimentalismo e a solidariedade, mas assume uma dimensão constitutiva, ou seja, a comunidade é efetivamente parte da identidade do sujeito e do cidadão. Assim, o processo de escolha e de tomada de decisão deixa de partir de um ponto de vista puramente individual: “A amizade torna-se uma forma de conhecer tanto como de gostar. Quando estou incerto do caminho a tomar, consulto um amigo que me conhece bem e deliberamos em conjunto, oferecendo e avaliando à vez descrições divergentes da pessoa que sou e as alternativas que enfrento de acordo com a minha identidade” (Sandel, 1998, p. 181). É por vezes apontada ao comunitarismo a crítica de que este defende a posição da maioria ou a manutenção do *status quo* assente nos valores predominantes de uma determinada comunidade ou nação, algo de que Sandel (1998, p. x) se distancia, mas que não pode ser removido de todas as perspetivas comunitaristas.

O posicionamento do comunitarismo no eixo consenso-conflito não é claro. Tal como a perspetiva liberal-individualista, o comunitarismo não aparenta prescrever nenhum processo para a resolução das diferenças. Assim, dada a sua base comunitária, será legítimo pressupor que a importância política dada ao conflito dependerá da relevância que lhe é culturalmente atribuída pela comunidade. No entanto, como nota Delanty (2002), há um entendimento funcionalista da comunidade na sociologia clássica, presente em autores como Tönnies e Durkheim, que a concebe como totalidade e local de proximidade e de pertença que se opõe à disfuncionalidade da

modernidade. A comunidade é, assim, equiparada à unidade e à ausência ao conflito. A elevada integração dos seus membros e a partilha de valores fazem com que o comunitarismo, segundo este entendimento, se aproxime do polo do consenso. Mesmo que esta visão do comunitarismo como consenso tenha sido criticada e reformulada por teóricos mais recentes, a questionável obsolescência académica deste entendimento de comunidade não significa a sua erradicação, pelo que o mesmo deve ser considerado nesta reflexão.

O conceito de comunidade virtual está presente desde os primeiros tempos de teorização dos meios digitais (Rheingold, 1993). O transcender de fronteiras geográficas e culturais permitiu o surgimento na web de um conjunto de interações e de grupos que são apelidados de comunidade. A centralidade do conceito no mundo digital é espelhada em profissões como a de gestor da comunidade e o termo surge no léxico de muitas entidades empresariais²⁰. A aparente explosão de comunidades digitais deve, no entanto, ser encarada com alguma cautela. A omnipresença do termo ‘comunidade’ está também associada a uma diluição do conceito. Embora represente um conjunto de indivíduos com um interesse comum, uma comunidade de marca (Muniz & O’Guinn, 2001) digital dificilmente apresenta a mesma intensidade relacional, entrosamento e ritualização das comunidades pré-industriais ou da comunidade tal como é concebida pela sociologia clássica.

2.3 Pensar as conceções de democracia

Até este ponto foram elencados argumentos a favor e contra um elevado grau de envolvimento dos cidadãos no processo democrático, bem como quatro diferentes conceções de democracia (liberal-individualista, deliberativa, republicana/agonística e comunitarista) e a sua relação com a dicotomia conflito/consenso. De certa forma, esta reflexão pode ser representada pelo seguinte esquema (Figura 1).

²⁰ Ver, por exemplo: <https://www.playstation.com/en-us/inside-playstation/community/>, acedido em 26-08-2018.

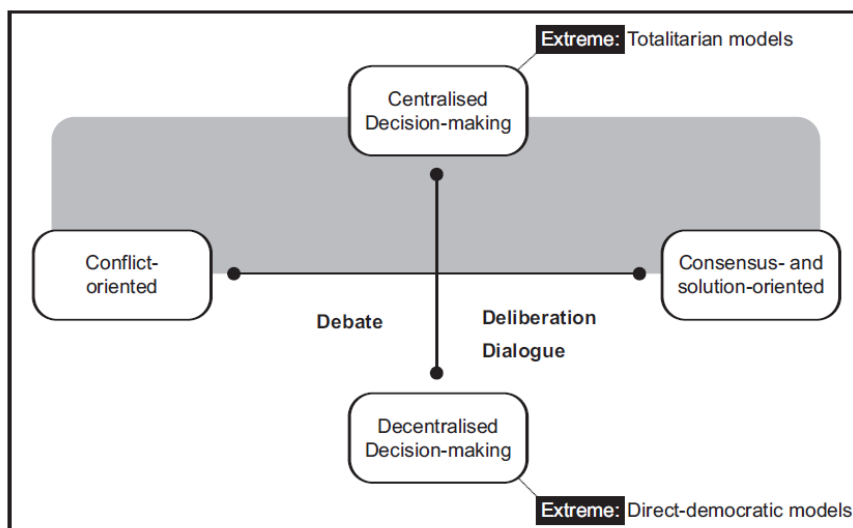


Figura 1: Dimensões da teoria democrática

Fonte: Carpentier e Cammaerts (2007)

A breve incursão nas dimensões e nas concepções da democracia não tem como objetivo situar esta dissertação numa visão específica de democracia. Embora estudar o objeto empírico pelo prisma de um entendimento de democracia específico e cuidadosamente construído seja um empreendimento pertinente, como provam os estudos sobre a internet que procuram avaliar o seu potencial deliberativo (Dahlberg, 2001; Ruiz et al., 2011; M. T. d. Silva, 2013; Stroud, Scacco, Muddiman, & Curry, 2015), esta opção representa também um afunilamento daquilo que pode ser revelado pelos resultados obtidos. Por exemplo, um comportamento pode ser irracional numa concepção deliberativa da democracia, mas apresentar-se como racional e até óbvio no paradigma liberal-individualista, deixar de parte ou favorecer qualquer destas dimensões restringe a interpretação dos resultados empíricos. Esta é também a posição defendida por Freelon (2015), que estudou a discussão política *online* à luz das concepções deliberativa, comunitarista e liberal individualista.

Contudo, a opção de não favorecer uma concepção ou entendimento específico de democracia não significa que estes sejam relegados à irrelevância. Como afirma Dahlberg (2011, p. 856) na construção das suas quatro posições sobre a democracia digital, as concepções avançadas não são puramente analíticas, baseando-se numa categorização geral de casos empíricos. Referindo-se às tradições liberais, republicanas e deliberativas de democracia, Habermas (2006, p. 412) afirma: “estas linhas de pensamento político impactam de formas diferentes culturas, criando assim relações específicas entre a teoria e a prática. (...) O diferente

peso que os cidadãos de diferentes nações atribuem aos direitos e liberdades, à inclusão e à igualdade, ou à deliberação política e resolução de problemas determina como é que estes se veem enquanto membros da sua comunidade política”. Habermas chega mesmo a sugerir explicitamente a execução de projetos de investigação empíricos assentes neste pressuposto (Habermas, 2006, p. 412).

A visão das conceções da democracia é, assim, orientada pelo pressuposto que estas são enraizadas na realidade prática. Se, por um lado, a categorização decorre de um contexto histórico específico, por outro, as obras e os pensadores que geraram as categorias condicionaram o curso dos acontecimentos, seja pela influência que tiveram nas constituições nacionais, como Rousseau na Polónia ou Locke nos Estados Unidos, seja por uma permeação mais informal no pensamento dos indivíduos.

Contrariamente a Habermas considera-se, no entanto, que as variações no pensamento político não se dão apenas ao nível das culturas nacionais. Grupos e sujeitos pertencentes a diferentes orientações políticas, classes sociais, setores de atividade e níveis de formação, entre muitas outras categorias que podem ser definidas, podem ter diferentes formas de ver e de viver a democracia. O político, o jornalista e o leitor não têm o mesmo conceito de democracia e não veem de uma forma consensual o seu papel e o dos outros no processo democrático. Este trabalho parte do princípio que estas diferenças se manifestam no discurso e que a teoria democrática é essencial para as compreender.

Na esfera do quotidiano, é impraticável afirmar que o indivíduo A tem uma conceção liberal individualista e que B adota uma visão deliberativa da democracia. Os próprios conceitos quando tratados teoricamente têm fronteiras indistintas, com oposições, complementaridades e sobreposições em diferentes domínios. Da mesma forma, a grande maioria dos espaços de discussão não se afirma como sendo claramente republicana ou comunitarista, mas pode beber destas conceções enfatizando, por exemplo, o valor da comunidade. As conceções de democracia e os eixos consenso/conflito e centralização/descentralização funcionam como uma espécie de arquétipos numa relação dialética com o discurso na esfera pública, constroem-na e são construídos por ela.

2.4 Definir a participação

O conceito de participação assume primazia na introdução do quadro teórico. Embora esta dissertação se escuse de adotar uma concepção de democracia, torna-se relevante precisar o conceito de participação sob pena de cair numa falta de rigor e numa abrangência exagerada. É sobre este conceito de participação que assenta a escolha do objeto de estudo e o seu tratamento. Note-se que a definição de participação que será assumida posiciona este trabalho relativamente aos eixos e concepções avançados anteriormente, fazendo com que a adoção desta definição pareça contraditória relativamente à afirmação de que não será favorecida nenhuma definição de democracia. É, contudo, necessário distinguir o uso dos conceitos enquanto arquétipos, que permitem interpretar e discutir os resultados, do seu uso enquanto esqueleto teórico, que guia a seleção do *corpus* e a construção do problema.

Segundo a definição de dicionário²¹, participar é tomar parte em ou tornar-se parte de algo. Assim, a participação pressupõe, necessariamente, um todo, algo a que o sujeito se junta no ato ou processo de participar. Até este ponto, a definição aparenta ser relativamente consensual mas excessivamente vaga. No entanto, as dificuldades começam quando se tenta definir este ‘todo’ e as formas sob as quais o sujeito se integra ou exclui do mesmo. Por isso mesmo, antes de considerações adicionais, importa afunilar o conceito de participação ao ponto de vista político, em que o todo está necessariamente ligado à associação humana e aos processos de tomada de decisão que incidem sobre a vida comum.

Abordar o conceito de participação política implica uma reflexão sobre os conceitos de público e privado. Habermas (1962/1984) traça um percurso histórico para esta distinção, principiando nos conceitos gregos de *oikos* (lar) e *polis*. Na esfera do *oikos*, cada cidadão livre ateniense tinha o seu domínio privado (*idia*) e participava na *polis*, a vida comum da cidade, que se materializava em locais como a *agora*. No entanto, a participação na vida pública pressupunha a existência de uma esfera privada, já que o estatuto na *polis* dependia do estatuto enquanto mestre de um *oikos*.

Segundo Habermas, esta distinção entre público e privado dissolveu-se na época feudal, em que todo o domínio estava centrado nos Senhores. A ausência de propriedade privada implicava necessariamente que o público não poderia existir. Apenas a partir do século XVI volta

²¹ <http://www.priberam.pt/dlpo/participa%C3%A7%C3%A3o>, acedido em 07/10/16.

a emergir a distinção entre público e privado, com uma oposição em que o Estado e os cidadãos enquanto pessoas públicas se separam da propriedade e do domínio privado dos indivíduos.

Deve-se, então, encarar como participação apenas as ações que são enquadradas na esfera oficial e legal do Estado, como a assinatura de uma petição ou a participação num processo de consulta pública? O conceito de esfera pública Habermasiano não cabe nesta definição restritiva. Para Habermas, a esfera pública da sociedade civil é constituída por indivíduos privados que se reúnem num fórum e que obrigam a autoridade a legitimar-se perante a opinião pública. Assim, a participação implica o envolvimento e a contribuição para este fórum. Como refere Dagger (2002, p. 147) a respeito do republicanismo: “O que torna algo público é o facto de envolver as pessoas enquanto membros de uma comunidade ou regime – enquanto pessoas unidas por preocupações comuns que as retiram das suas vidas privadas”.

Há, no entanto, algumas nuances que deverão ser consideradas na construção do conceito de participação. Em primeiro lugar, é necessário notar que poderão existir diferentes graus de envolvimento e participação. A escada construída por Arnstein (1969) ilustra precisamente esta dimensão, estabelecendo oito níveis para a participação do cidadão. Num extremo da escada encontramos a manipulação, em que o objetivo não é a intervenção dos cidadãos mas sim a sua conversão aos propósitos dos detentores do poder, enquanto no outro extremo encontramos o controlo dos cidadãos, em que a maioria ou a totalidade do poder decisório é concentrada nos cidadãos. Esta distinção é semelhante à de Pateman (1970), que diferencia a pseudoparticipação da participação parcial e total, segundo a quantidade de poder decisório que é dada aos participantes.

Arnstein e Pateman introduzem uma componente consequencialista na definição de participação, ou seja, a participação é medida pelo seu impacto efetivo ou potencial/esperado. Em linha com este pensamento, Carpentier (2011, p. 131) afirma que só é possível falar de participação quando existe uma associação ao poder, ou seja, num contexto de relações de poder que tendem para a igualdade no processo de tomada de decisão. Quando estes processos decorrem sem esta componente do poder não são classificados como participação, mas sim como acesso ou interação.

Uma outra questão associada ao conceito de participação diz respeito ao tipo de atividades que podem ser consideradas participação, nomeadamente a uma participação passiva ou ativa. Biocca (1988), numa revisão de literatura que é posteriormente complementada por McQuail (2003, pp. 385-386), distingue vários tipos de atividade da audiência, como a seletividade, que

consiste na escolha de um meio ou conteúdo, ou a resistência à influência, em que os membros da audiência limitam a sua permeabilidade a aprendizagens ou influências não desejadas. À partida, comportamentos tão passivos como a seletividade podem ser descartados como formas irrelevantes de participação. Contudo, o simples ato de mudar de canal ou de comprar um livro, quando multiplicado e massificado, tem consequências económicas práticas para as organizações mediáticas, sendo portanto dotado de poder. Este fator é ainda exacerbado pelo desenvolvimento de métricas cada vez mais avançadas para as audiências, particularmente no caso da Internet, que são determinantes nos processos de tomada de decisão editoriais.

Os parágrafos acima põem a descoberto as dimensões do conceito de participação que permitem a construção da definição que é adotada nesta dissertação. Procurando apresentar o conceito com clareza, discriminam-se em baixo os tópicos abordados, acrescentando algumas considerações e posições pertinentes:

- *Participação Pública*: o carácter público não é entendido como estando ligado necessariamente aos atos e processos oficiais. Neste entendimento, uma interação entre um cidadão e um organismo ou representante do estado pode ser privada, desde que os únicos elementos a tomar conhecimento da mesma sejam os que estão diretamente envolvidos. Para Dewey (1927, p. 15) a fronteira entre o público e o privado é traçada no limite em que a dimensão e o âmbito das consequências dos atos são importantes ao ponto de necessitarem de controlo. Assim, o público germina da circunstância de as pessoas serem de tal forma afetadas pelas consequências indiretas de uma transação que se torna necessário um controlo destas consequências.

Ancorando a reflexão nas ideias de Dewey sobre o público, pode-se considerar que a participação só é pública quando é aberta a todos os que indiretamente podem ser afetados pelas consequências da mesma. Isto significa que, caso deseje, qualquer elemento do público poderá ter acesso ao conteúdo do ato participativo. Segundo esta definição, o envio de uma carta por um cidadão cujo conteúdo não é divulgado num processo de consulta pública não se enquadra no conceito de participação. Pelo contrário, a publicação de um texto num blogue pode ser considerada participação, mesmo que exista uma probabilidade muito reduzida de que o conteúdo do texto alguma vez chegue aos oficiais do estado.

Importa clarificar, no entanto, que o carácter público de uma participação não exige um registo permanente. Uma intervenção efémera, numa assembleia local sem registo em ata, pode

ser considerada participação desde que não seja barrado o acesso à assembleia a qualquer indivíduo que considere ter interesse no conteúdo daquela intervenção.

- *Intencional*: Como se verificou anteriormente, a atividade da audiência pode assumir várias formas que, apesar da sua passividade, têm consequências económicas e políticas. É possível, no entanto, considerar o simples ato de escolha de um produto mediático como participação? Neste caso, não nos parece correto definir a participação pelo seu grau de atividade.

Um dos debates que ilustra bem o problema da definição da participação política pelo grau de atividade e pelas consequências refere-se ao *slacktivism*. Este termo anglófono designa as práticas de ativismo na internet que exigem um reduzido grau de envolvimento e de esforço da parte dos cidadãos, por exemplo, através de um simples clique ou do preenchimento de um formulário com dois ou três campos.

O termo *slacktivism* tem uma carga negativa que remete para uma forma diminuída ou amputada de participação. Os críticos destas formas de ‘microparticipação’ argumentam que o seu propósito é exclusivamente o de aumentar a autoestima dos participantes e que estas não têm consequências práticas nas decisões políticas (cf. Christensen, 2011). Incorporar estes fatores numa definição de participação parece ser um exercício pouco rigoroso. A avaliação das consequências para o indivíduo (autoestima) e no sistema político (influência de decisões) não é linear. Uma forma de *slacktivism* pode facilmente adquirir uma dimensão viral e gerar um grande impacto mediático²², enquanto um texto bem trabalhado e fundamentado publicado num jornal de dimensão nacional pode ser largamente ignorado pelos públicos e pelos atores políticos.

Assim, opta-se por estabelecer a fronteira da participação na sua intencionalidade. Esta opção aproxima-se da definição de Brady (1999, p. 737), que descreve a participação política como “a ação de cidadãos comuns que visam influenciar resultados políticos”. A orientação da ação é o ponto fulcral desta definição abrangente de participação. Nem sempre é fácil perceber se determinada ação tem uma intenção política. Há, no entanto, alguns mecanismos que contribuem para ultrapassar esta dificuldade.

Uma ação tem uma intenção política quando é desenvolvida num espaço eminentemente político. Tal como na democracia ateniense a *polis* era o local para a intervenção política, podemos identificar na atualidade determinados espaços, físicos ou digitais, formais ou informais, que são investidos de uma forte conotação política. Assim, qualquer intervenção num jornal, num fórum

²² Ver, por exemplo, o impacto mediático e parlamentar de uma petição relativa à alteração da duração da licença de maternidade: <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=Licencaparaamamentar>, acedido em 13/10/16.

dedicado à política, nos comentários dos jornais, numa assembleia de freguesia, entre outros, é imediatamente associada a uma intencionalidade política. Mesmo quando a ação decorre fora destes espaços, pode adquirir uma carga intencional quando isso é expresso pelos atores ou pelos seus representantes. A decisão de optar por uma determinada marca de sapatos numa compra não tem, à partida, nenhuma intenção política. Contudo, quando esta opção se insere num boicote à marca pelo recurso ao trabalho infantil, a intenção associada transforma a não-compra num ato de participação política.

Apesar da sua marca intencional, não se pode considerar que a participação se enquadra apenas no domínio da ação instrumental (*zweckrational*), como definida por Max Weber (1922/1978), teleológica e estratégica. Uma ação gerada por emoções e afetos não deixa de ser intencional. A estas considerações subjaz a distinção entre intencionalidade e premeditação. Alguém pode ser levado a participar numa manifestação embriagado pela efervescência da multidão, sem que as causas ou consequências da mesma assumam primazia nessa decisão. No entanto, desde que o indivíduo tenha consciência que a manifestação é necessariamente um espaço político, existe uma intencionalidade política na participação. O oposto da intencionalidade não é necessariamente a irracionalidade mas a acidentalidade. Ou seja, recuperando o exemplo acima, apenas não existe uma ação intencional da parte do indivíduo que, deslocando-se a pé para o trabalho, é engolido pela manifestação porque o percurso desta coincide com o seu trajeto habitual.

Um último pormenor relevante para a reflexão sobre intencionalidade assenta no carácter voluntário da participação. Se não existe uma escolha, seja pela ausência de alternativas, seja porque há coerção, não se pode apelidar uma ação de participação. Uma mensagem que não tem alternativas é uma não-mensagem, é um exercício de comunicação mecânico que cumpre no máximo uma função fática. Por exemplo, enquanto o ato de votar em Portugal, independentemente da opção de voto, pode ser considerado participação, o mesmo não pode ser dito no Brasil, onde o voto tem uma obrigatoriedade legal cujo não cumprimento implica sanções para o indivíduo. O voto em Portugal é uma ação intencional que pressupõe, em princípio, uma crença no sistema democrático, enquanto no Brasil é uma obrigação legal, que nada revela sobre a atitude do eleitor perante a democracia.

- *Política*: A interpretação de participação política implica uma associação às estruturas de governação e de tomada de decisão coletiva. Apesar de, como aponta Schmitt (1932/1996, p. 22), a equação Estado=política se tornar difusa quando o Estado e a sociedade se sobrepõem,

parece aceitável a ancorar a participação política num conjunto de estruturas públicas bem definidas. No caso português estas serão sobretudo o governo, o Presidente da República, o parlamento, as autarquias e os partidos políticos. Embora se considere a ideia de que qualquer assunto pode entrar na esfera da política quando convocado pelos governantes e pelos cidadãos através deles, a participação apenas se torna política quando tem como alvo principal ou secundário estas estruturas. Recorde-se que, mesmo para Habermas, a esfera pública se constitui face à autoridade, como forma de obrigar a uma legitimação dos oficiais do Estado. O político remete, portanto, para os espaços, temas e atores ligados ao Estado, quer estes se posicionem dentro das suas estruturas ou as contestem, como acontece no caso dos contra-públicos.

2.5 Audiência, massa, públicos, mercados e multidão

Para além do conceito de participação, há um conjunto de conceitos que são mobilizados ao longo do texto para designar os sujeitos que se relacionam com os *media*, sejam estes participantes ou não. De uma forma global este grupo de sujeitos é designado como audiência dos *media* (Livingstone, 2015), que pode assumir várias características e, tal como a democracia, pode ser concebida de várias formas. Conceitos como multidão, massa, mercado e público atribuem diferentes graus de agência e de consciência aos sujeitos e enfatizam diferentes componentes da sua identidade.

O conceito de multidão surge frequentemente associado às obras de Gustave Le Bon (1895/1947) e de Gabriel Tarde (1898/2013). Le Bon aponta às multidões um carácter irracional e imprevisível. “Mil indivíduos reunidos aleatoriamente num lugar público sem qualquer objetivo definido não constituem uma multidão psicológica. Para adquirir as características especiais de uma multidão, é necessário influenciar certos estimulantes cuja natureza devemos determinar” (Bon, 1895/1947, p. 20). Embora a multidão não seja simplesmente uma concentração de indivíduos, os membros da multidão são encarados enquanto entidades passivas, quase animais, que são influenciadas por determinados estimulantes. Ver a audiência como uma multidão é reconhecer-lhe uma imprevisibilidade que assenta na sua irracionalidade, mas que também reage a determinados estímulos que são transmitidos pelos *media*.

Por sua vez, Tarde (1898/2013) pesa os méritos e as ofensas das multidões. Apesar de, à semelhança de Le Bon, Tarde apontar a desorganização e improdutividade das multidões,

reconhece-lhes também o valor das manifestações coletivas de alegria, como os festivais, e de pesar, como o luto. Assim, um mundo sem o potencial destrutivo das multidões agressivas teria também de viver sem a emotividade das multidões efusivas. Para Tarde (1898/2013, p. 233) a importância das últimas para a construção e reparação do tecido social é bem superior aos efeitos prejudiciais das últimas. Note-se ainda que Tarde propõe a distinção entre a multidão e o público, sendo que o segundo conceito será abordado em maior detalhe abaixo.

O conceito de massa (Blumer, 1939) é semelhante ao conceito de multidão, uma vez que atribui um reduzido grau de autonomia às audiências. No entanto, a massa é mais previsível e suscetível à manipulação do que a multidão. Os membros da massa não se conhecem e estão dispersos, com uma composição em constante mudança e sem identidade própria. Neste contexto, há uma grande distância social entre os poderosos produtores de *media* e os membros da audiência (McQuail, 2003, pp. 365-366). É precisamente esta concepção de audiência que conduz a uma linha de pensamento crítica em relação aos *media*, como a conceptualização de indústrias culturais por Adorno e Horkheimer (Horkheimer & Adorno, 2002).

No caso da concepção de audiência como mercado, os membros são encarados como consumidores individuais e as fronteiras da audiência são baseadas em critérios económicos. A relação entre os *media* e a audiência é sobretudo calculista e instrumental (McQuail, 2003, p. 367). Há, no entanto, algumas componentes do mercado identificadas por McQuail que se tornaram menos adequadas com a ascensão das potencialidades sociais da internet. Com a generalização das críticas *online* e de websites como o Tripadvisor²³, dificilmente se poderá considerar que os membros do mercado não se relacionam uns com os outros. O passa-a-palavra eletrónico (Doh & Hwang, 2008) assume um papel preponderante nas decisões dos consumidores, pelo que a consideração de que os membros do mercado não se relacionam é desadequada ao contexto atual. De igual forma, a criação de comunidades de marca (Muniz & O'Guinn, 2001) faz com que determinados mercados partilhem uma identidade comum, embora esta nem sempre seja saliente.

De certa forma, a concepção de audiência enquanto público é em vários aspetos uma antítese da concepção enquanto massa. Segundo Tarde (1901/2010), enquanto as multidões se forma pela partilha de um espaço, os públicos formam-se pela partilha de ideias e pela discussão crítica. Os membros do público relacionam-se entre si, identificam-se enquanto tal e adotam uma atitude ativa perante os *media*. Neste caso, os *media* oferecem aos públicos um conjunto de

²³ <https://www.tripadvisor.com>, acedido em 29-08-2018

recursos através dos quais os significados e práticas do quotidiano são construídos (Livingstone, 2005, p. 21). Em vários discursos, os públicos são valorizados enquanto entidades ativas, com espírito crítico e politicamente relevantes (Livingstone, 2005, p. 18). Desta forma, os públicos constituem a audiência ativa que participa, que não só é moldada pelos *media* mas que também os molda.

Tendo em mente as distintas conceções de audiência, o presente estudo encara os comentadores dos jornais na qualidade de públicos. Este grupo de leitores participativos relaciona-se entre si e partilha as suas mensagens e opiniões com o intuito de contribuir para ou influenciar a opinião sobre um determinado assunto. Mesmo quando subjaz à participação uma qualquer agenda partidária ou eleitoralista, as dinâmicas de participação favorecem a interação e dificilmente se poderá acusar os comentadores de passividade ou amorfismo, mesmo que a qualidade da argumentação nem sempre seja a mais elevada.

No entanto, ao reconhecer o papel ativo dos comentadores enquanto público, não se exclui a importância de fatores contextuais e das relações de poder subjacentes ao ato de comentar. O ato de participar é condicionado por fatores socioculturais e pelo próprio espaço de discussão. Neste caso, características como a política de moderação do jornal ou o enquadramento da notícia podem determinar o rumo da discussão e condicionar o tipo de mensagens partilhadas.

2.6 Síntese

O presente capítulo estabeleceu as bases teóricas e conceptuais para a base democráticas deste estudo. Os as conceções de democracia, de participação e de audiência não só são relevantes para enquadrar o jornalismo e a participação dos leitores em período eleitoral, mas também para orientar o modelo de análise do estudo e para interpretar as implicações dos resultados. É de particular importância que o papel atribuído ao cidadão assume contornos distintos segundo a conceção de democracia dominante, antevendo-se uma problematização desse papel nos espaços de discussão pública como as notícias e os comentários dos leitores.

Com base nesta reflexão conceptual, torna-se possível neste ponto afinar o âmbito desta dissertação e tecer algumas considerações sobre o jornalismo. O próximo capítulo relaciona o ofício do jornalista com a democracia, explorando as várias tensões associadas ao exercício do ofício do jornalismo bem como as implicações das escolhas jornalísticas para os processos

democráticos. Colocando em diálogo a teoria democrática e os estudos de jornalismo pretende-se reorientar o debate sobre a participação e a cidadania para o domínio dos *media*.

3. JORNALISMO E DEMOCRACIA: UM ESPAÇO DE TENSÕES

O jornalismo é frequentemente apresentado como um dos alicerces da democracia (McNair, 2000a). O quarto poder de Edmund Burke, a imprensa, vigia o funcionamento das instituições, informando os cidadãos dos acontecimentos relevantes e obrigando os políticos e outros detentores de poder a prestar contas e a submeter-se ao escrutínio público. Se a vigilância e a participação dos cidadãos constituem uma das condições que evita que a democracia degenera e sirva os interesses privados dos governantes, então será relevante destacar o papel particular que os jornalistas desempenham neste contexto (*watchdog journalism*). Enquanto cidadãos com direitos legais extraordinários em muitos países, os jornalistas encontram-se numa posição privilegiada para monitorizar a ação dos representantes dos cidadãos e lhes exigir a prestação de contas (*accountability*). O acesso direto aos públicos, que por sua vez elegem os seus representantes, dota os jornalistas de um poder indireto sobre o governo através da opinião pública.

O caso Watergate, nos Estados Unidos da América, é um dos exemplos mais célebres e impactantes deste tipo de jornalismo. Monitorizando a ação dos três ramos tradicionais do poder, o jornalismo, alavancado pela sua influência na opinião pública, pode forçar mudanças radicais no cenário político. Esta ideia é apoiada pelo trabalho de Brunetti e Weder (2003), que encontraram uma relação significativa entre o aumento da liberdade de imprensa e a diminuição da corrupção, existindo indícios que sugerem que o primeiro causa a segunda. Para além disso, esta função do jornalismo é também consagrada na cultura popular, com filmes como o *The Post* (Spielberg, 2018) a enaltecerem a função de vigilância do jornalismo.

Há, contudo, alguns fatores que colocam em risco a função ‘cão de guarda’ do jornalismo. A crise económica, a precariedade da profissão e a sofisticação da comunicação estratégica dos políticos aparecem como alguns dos fatores que limitam a ação dos jornalistas (J. Pinto, 2008). O jornalismo não deixa de ser um negócio sujeito à disponibilidade de recursos, pelo que nem o maior rigor ético e deontológico pode evitar uma deterioração do trabalho do jornalista quando as condições lhe são adversas.

No entanto, o trabalho dos jornalistas também pode ser posto em causa caso estes se isolem dos seus públicos. Parafraseando Dewey (1927, p. 67), pode-se questionar: se um jornal existe por si e sem prestar contas, para que servem os jornais? Um jornalismo que se preocupe apenas com a sustentabilidade financeira, afastando-se do interesse público e dos valores da

profissão, poderá ter relevância no mercado do entretenimento, mas deixa de a ter no sistema da democracia.

Este cenário é complexificado com a emergência de plataformas digitais como o Twitter, os blogues e o *website* de fugas de informação WikiLeaks, que desafiam as formas tradicionais do *watchdog journalism* (Norris, 2014, p. 530). A figura do *whistleblower* assume cada vez mais protagonismo, num contexto em que as pessoas com informação privilegiada recorrem aos *media* para subverter as lógicas de poder dominantes, sejam elas políticas, económicas ou sociais. Publicações de referência como o The Guardian²⁴ e o New York Times²⁵ disponibilizam canais anónimos, seguros e confidenciais nas suas páginas de internet para receber dicas e informação. A participação dos públicos não só se reveste de relevância no sistema político como um todo, mas também na esfera particular do jornalismo.

Embora a capacidade do jornalismo para monitorizar o poder não deva ser subestimada, também é um erro considerar que a cobertura mediática, por si só, conduz a alterações no cenário político. Há casos em que os escândalos mediáticos não se traduzem numa perda de poder, como aconteceu com Silvio Berlusconi em Itália, que venceu eleições após múltiplas alegações criminais (Norris, 2014, p. 531).

Há, não obstante, um conjunto de tensões entre o exercício do jornalismo, com os seus constrangimentos e práticas, e o funcionamento ideal da democracia, que é objeto de reflexão na própria obra de Lippmann. O termo tensão, distinto de outros como escolha ou conflito espelha com maior precisão o tipo de relações que se pretende estudar. A tensão não exclui a coexistência de polos opostos, mas implica que esta coexistência gere forças em sentidos opostos que, quando aplicadas em excesso, conduzem necessariamente a um ponto de rutura. Uma redação pode procurar servir o seu público ao mesmo tempo que acautela os seus interesses comerciais, no entanto, esta coexistência não é pacífica, já que há um conjunto de situações em que optar por um lado implica necessariamente negligenciar o outro.

A primeira destas tensões, usada como exemplo acima, tem a sua base no facto de o jornalismo ser frequentemente condicionado por uma lógica de mercado, essencial à sua sobrevivência, mas por vezes incompatível com a missão de serviço público que o caracteriza. A segunda tensão surge da impossibilidade de existência de uma imagem única e verdadeira do mundo exterior que possa ser simplesmente relatada pelo jornalista, algo que é particularmente

²⁴ <https://securedrop.theguardian.com/>, acedido em 06-01-2017

²⁵ <https://www.nytimes.com/newsgraphics/2016/news-tips/?WT.nav=top-news&action=click&clickSource=story-heading&hp&module=first-column-region&pgtype=Homepage®ion=top-news>, acedido em 06-01-2017

aplicável ao domínio político, onde as visões do mundo são muitas vezes distintas e incompatíveis. Face a esta impossibilidade, o jornalista e as publicações podem assumir abertamente um ponto de vista ou procurar produzir um relato que seja considerado imparcial e equilibrado. Este problema é ainda mais patente se, de acordo com as perspectivas construtivistas, se considerar que é o próprio jornalismo que constrói a realidade através da linguagem. Nesta ótica, não está apenas e causa uma apresentação enviesada de uma qualquer realidade verificável, mas uma construção de um acontecimento que se impõe como verdadeira e evidente.

A terceira e a quarta tensões assumem particular relevância no estudo de atos eleitorais. A terceira prende-se com o foco da cobertura noticiosa nos assuntos e políticas em debate na campanha eleitoral ou na componente estratégica e de jogo da campanha, evocando o que são normalmente designados como *frames* de tema ou *frames* de estratégia ou de jogo. A predominância destes últimos na cobertura noticiosa das campanhas eleitorais pode aumentar o cinismo entre o eleitorado, sendo prejudicial para o sistema democrático. A quarta tensão aborda o tom negativo e positivo no trabalho jornalístico, onde diferentes abordagens têm implicações na audiência e na construção do discurso em torno de um ator ou acontecimento noticioso.

Por fim, explora-se a tensão intrínseca à participação dos públicos nos processos de produção noticiosa. Se é verdade que a atenção e o envolvimento das audiências são essenciais à sobrevivência das redações, a competência dos públicos para se envolverem nos processos de produção é colocada em causa pelos profissionais do jornalismo. Uma vez que o presente trabalho tem como *corpus* de análise as caixas de comentários dos jornais *online*, esta tensão assume particular relevância no contexto deste estudo.

Algumas tensões apresentam relações de influência e de complementaridade com outras. A pressão de mercado pode manifestar-se, por exemplo, na decisão de centrar a cobertura jornalística das campanhas políticas em sondagens, na estratégia dos candidatos e na corrida eleitoral. Importa ainda referir que a própria diversidade de conceções de democracia e de entendimentos sobre o papel do jornalista cria uma tensão intrínseca no exercício da profissão, em que um consenso sobre a melhor forma de servir o público é inatingível e, provavelmente, indesejável.

Este capítulo procura explorar o papel do jornalismo em democracia, examinando particularmente as tensões mencionadas acima na cobertura da política, associadas ao objeto de estudo desta dissertação. Neste contexto, será também abordada a relação do jornalismo com os seus públicos, os cidadãos que sustentam a democracia. Ao contrastar retratos de uma crise

(Blumler & Gurevitch, 1995) com algumas perspectivas mais otimistas (McNair, 2000b), pretendemos estabelecer as bases teóricas para elaborar as questões que orientam a análise e a discussão.

3.1 Serviço público e mercado

Uma das tensões mais evidentes no quotidiano do trabalho jornalístico decorre das pressões económicas a que o exercício da profissão está sujeito. Seja para aumentar os lucros perante os acionistas ou, num cenário cada vez mais frequente, para lutar pela sobrevivência, a inquietação da rentabilidade imiscui-se nas redações. Os dados do estudo *Worlds of Journalism* (WJS) (2016), coordenado por Thomas Hanitzch, revelam que 17,8% dos jornalistas portugueses consideram que a expectativa de lucro é muito ou extremamente influente no seu trabalho. Sendo ainda uma minoria, esta percentagem é reveladora de que uma parte significativa dos jornalistas considera que o mercado tem uma grande influência no seu trabalho. Para além desta evidência, há dados que mostram que esta pressão tem vindo a aumentar, com 77,6% dos jornalistas portugueses a considerar que houve mais pressão associada ao lucro nos cinco anos que antecederam o estudo.

As pressões de mercado assumem uma relevância adicional no jornalismo porque, como nota Lippmann (1922/1998, p. 321), os jornais estão sujeitos a obrigações éticas de serviço público semelhantes às de uma escola ou de uma igreja, mas não têm fontes de financiamento comparáveis a estas ou a outros serviços de utilidade pública. “Esperamos que o jornal nos sirva com a verdade, independentemente de quão pouco lucrativa essa verdade possa ser” (Lippmann, 1922/1998, p. 321). A preponderância das preocupações económicas no jornalismo é problemática uma vez que nem sempre o interesse do público coincide com o que é de interesse público, apresentando dilemas para a democracia (Bennet & Graber, 2007, p. 220). A abordagem noticiosa que melhor prepara o cidadão para navegar o ato eleitoral pode não ser a mais lucrativa ou a que desperta mais interesse. Nestas situações, jornalistas, editores e grupos de *media* fazem opções e compromissos, alterando efetivamente o retrato da política apresentado aos eleitores.

Habermas (1962/1989, p. 169) identifica na comercialização e na massificação da imprensa uma despolitização da esfera pública, com uma perda de influência das publicações que submetiam os assuntos políticos a um debate crítico. O foco na venda fez assim com que as publicações se tornassem permeáveis a interesses e a poderes em constante luta para a

manipulação das audiências, estando as oportunidades de acesso à comunicação pública sujeitas a uma maior pressão seletiva (Habermas, 1992, pp. 436-437). Habermas (1962/1989, p. 195) refere ainda o papel da integração do entretenimento de massa com a publicidade, onde é incutida a ideia aos clientes de que suas decisões enquanto consumidores são tomadas também na sua condição de cidadãos. Nesta circunstância, o Estado é impelido a abordar os cidadãos como consumidores, comprometendo a dimensão de debate crítico-racional que sustenta a democracia. A política deixa de ser um espaço de troca de ideias e de debate para se tornar num mercado de pacotes ideológicos diferenciados que apelam a diferentes segmentos da sociedade.

Este foco na venda de jornais e no lucro pode conduzir por sua vez ao tratamento jornalístico da política como uma corrida de cavalos (Broh, 1980), destacando os aspetos competitivos e estratégicos da ação política. Esta prática pode aumentar o envolvimento e o interesse das audiências, mas ignora simultaneamente aspetos importantes na definição e discussão de políticas. Este assunto será abordado com maior detalhe na próxima secção, mas importa desde já destacar a associação entre este tipo de cobertura jornalística e a pressão do mercado (Iyengar, Norpoth, & Hahn, 2004).

Coleman (1998, p. 687) apresenta uma visão particularmente crítica neste contexto, relevando o crescimento das *“designer politics”* e referindo que o consumismo eleitoral danificou a cultura democrática, substituindo o *ethos* da comunidade pelo *ethos* do comércio. Paradoxalmente, Coleman afirma ainda que é precisamente esta forma comercial da política, apontada ao grupo restrito de cidadãos cuja alteração do sentido de voto pode fazer a diferença no dia de eleições, que leva a uma erosão do interesse das audiências na cobertura eleitoral.

Parece ser, no entanto, excessivamente restritivo abordar apenas os efeitos nocivos que a orientação para o mercado pode ter na cobertura jornalística. No esforço de aumentar os lucros expandindo a sua audiência, as organizações mediáticas podem também produzir conteúdos acessíveis a públicos que estavam, até então, culturalmente excluídos da participação na esfera pública, contrariando um enviesamento racionalista que subjaz à conceção habermasiana de democracia deliberativa (Dahlberg, 2007; Dahlgren, 2006).

Em Portugal, a pressão do mercado tem sido particularmente premente para a sobrevivência das redações. Despedimentos nos principais jornais generalistas nacionais²⁶ e cortes

²⁶ <http://www.jn.pt/sociedade/media/interior/jornal-publico-despede-48-pessoas-e-desinveste-na-informacao-local-2820838.html>; <https://www.publico.pt/2014/06/11/sociedade/noticia/dona-do-dn-jn-e-ts-fvai-despedir-160-trabalhadores-1639475>; <http://www.tsf.pt/sociedade/interior/dona-do-sol-e-do-i-fecha-e-despede-120-trabalhadores-4908848.html>, acedidos em 20-12-2017

orçamentais na agência Lusa²⁷ são algumas das manifestações locais de uma crise internacional ao nível do jornalismo, com o número de jornalistas em Portugal a diminuir 17,8% entre 2007 e 2014²⁸. Como salienta McNair (2000b, p. 4), mesmo organizações noticiosas que não estão tão dependentes de pressões comerciais, como a BBC no caso do Reino Unido, tiveram que se orientar mais para os *ratings*. Assim, a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) também não ficou imune a estas pressões, com a privatização da emissora pública a ser equacionada durante o programa de assistência financeira a Portugal²⁹.

Neste contexto, importa ainda referir que a escassez de recursos financeiros não se traduz apenas na adaptação dos critérios jornalísticos em função do objetivo do lucro. As restrições de recursos, com cortes em pessoal e em meios, aliadas às exigências do fluxo noticioso *online*, levam a um desdobramento do jornalista em várias tarefas (L. A. Santos, 2012) e a uma menor disponibilidade para tarefas relativas à interação com os leitores, como a moderação de comentários. Adicionalmente, essa mesma escassez poderá agravar ou tornar mais resiliente a dependência das fontes oficiais por parte dos jornalistas no campo da política, uma situação que já tinha sido identificada por F. V. M. Ribeiro (2006) antes do adensar da crise do jornalismo. Segundo este estudo, as fontes oficiais representam 90% das fontes identificadas e a intervenção de cidadãos anónimos acontece predominantemente em período de campanha eleitoral e com propósitos sobretudo ornamentais (F. V. M. Ribeiro, 2006, p. 119). A este respeito Fenton (2011) nota que, apesar do potencial das novas tecnologias para criar novos espaços noticiosos para as comunidades locais, estes espaços e a qualidade das notícias são comprometidos pelas pressões da comercialização e do mercado livre.

Outra consequência do impacto do mercado no jornalismo está relacionada com a diferenciação. Quando o mercado publicitário é mais reduzido, as organizações noticiosas procuram diferenciar-se dos seus concorrentes apresentando linhas editoriais que apelem a segmentos de audiência distintos (Kind, Schjelderup, & Stähler, 2013). Uma das formas que essa diferenciação pode assumir é a polarização política, com as publicações a assumirem posicionamentos distintos no espectro esquerda-direita. Uma vez que este tipo de diferenciação tem implicações diretas para a cobertura eleitoral, o tópico será abordado na próxima secção.

²⁷ <http://www.dn.pt/lusa/interior/aprovado-plano-de-atividades-e-orcamento-da-lusa-mas-com-restricoes-nos-gastos-com-pessoal-8536796.html>, acedido em 20-12-2017

²⁸ <http://www.dn.pt/media/interior/portugal-perdeu-1218-jornalistas-em-sete-anos-4941113.html>, acedido em 20-12-2017

²⁹ <https://sol.sapo.pt/artigo/78627/governo-adia-privatizacao-ou-concessao-da-rtp>, acedido em 20-12-2017

Se a diferenciação pode ser um dos resultados da primazia das lógicas de mercado, a concentração de grupos de *media* representa outra faceta dessa mesma lógica. Quando uma grande parte dos meios de comunicação está concentrada num grupo restrito de proprietários, isso pode representar um entrave ao pluralismo e diversidade dos *media*. Mesmo quando existe um número elevado de títulos individuais, tal não equivale a diversidade. Como alerta E. C. e. Silva (2015, p. 56) os grupos de *media* em Portugal não investem em inovação de formatos e as rádios locais estão a desaparecer devido à concentração das licenças de rádio locais nos grandes grupos para retransmissão de programação nacional. Contudo, é relevante notar que este tipo de concentração e de ganhos de escala e convergência podem ser importantes para a sobrevivência dos órgãos de comunicação social num contexto de dificuldades económicas. Estes ganhos manifestam-se, por exemplo, na partilha de recursos entre vários órgãos do mesmo grupo de *media* no acesso a capital que estaria vedado a entidades mais pequenas.

3.2 Pluralismo, imparcialidade e objetividade

O segundo campo de tensões a abordar tem origem nos conceitos de pluralismo, imparcialidade e objetividade. Este último, em particular, é muitas vezes usado como marca identitária do jornalismo e não raramente empregado como sinónimo de imparcialidade³⁰. Kovach e Rosenstiel (2014) alertam, no entanto, para uma perda do significado de objetividade e de como o conceito, originalmente aplicado ao processo de verificação de informação e não ao jornalista em si, não implica a neutralidade como um princípio basilar do jornalismo. A objetividade, neste sentido, implica que o jornalista segue, no exercício da sua profissão, um conjunto de critérios e métodos rigorosos de verificação dos factos que podem ser de certa forma comparáveis ao método científico.

Assim, contrariamente ao que é comumente retratado, objetividade e imparcialidade podem não ser sinónimos, mas apresentam por vezes uma relação de incompatibilidade ou até mesmo antitética. Considere-se o caso das alterações climáticas, onde duas partes com visões incompatíveis dominam o debate sobre a questão. Um dos lados nega a existência de alterações climáticas ou que estas, existindo, tenham causas antropogénicas. O outro lado, apoiado

³⁰ Veja-se, por exemplo, a página relativa à ética jornalística da Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica_jornal%C3%ADstica), em que a objetividade é contrastada com a adoção de um ponto de vista.

largamente pela comunidade científica, advoga que as alterações climáticas existem e que são provocadas pela ação humana. Se o ideal da imparcialidade dita que o jornalista se deve abster de favorecer qualquer um dos lados, os métodos de verificação da informação associados ao conceito tradicional de objetividade tornam claro que a perspetiva da comunidade científica deve ser privilegiada.

Entrevistas nas redações sobre o tema das alterações climáticas revelam esta mesma tensão entre objetividade e equilíbrio, com os jornalistas a adotarem uma definição de objetividade mais próxima da apresentada por Kovach e Rosenstiel (2014) para justificar uma quebra do equilíbrio a favor das evidências científicas (Hiles & Hinnant, 2014). Um outro exemplo pode ser encontrado na cobertura do referendo para a permanência do Reino Unido na União Europeia de 2016, em que foram apontadas críticas à BBC por demonstrar falta de escrutínio na cobertura da campanha em prol de ideais de independência e imparcialidade³¹.

Em Portugal, no caso das eleições legislativas, a procura do equilíbrio na cobertura dos vários partidos políticos não encontra apenas bases na ética jornalística da imparcialidade e pluralidade, mas também está contemplada em diplomas legais, como o Decreto-Lei n.º 85-D/75, de 26 de fevereiro, que contempla o tratamento jornalístico das campanhas eleitorais pela imprensa. Este enquadramento legal tem levado as redações a contestar a formulação e aplicação da lei, reclamando maior autonomia editorial na cobertura das campanhas³². Do ponto de vista das audiências, o estudo *Públicos e Consumos de Média* da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) revela que os portugueses preferem os relatos noticiosos que incluam uma variedade de pontos de vista (75%) do que aqueles que defendem um ponto de vista (25%) e confiam mais em órgãos de comunicação social neutros/imparciais (70%) do que em órgãos de comunicação social que defendem um ponto de vista (27%).

Do ponto de vista dos jornalistas, a Tabela 4 revela dados da perceção dos jornalistas em Portugal sobre o seu papel, apresentando os valores relativos a outros países para referência. Os resultados mostram que, apesar de valorizarem a independência e rejeitarem o papel de influenciar a opinião pública, os jornalistas em Portugal continuam a considerar que a análise é uma componente importante da profissão. Esta informação vai ao encontro dos dados recolhidos por Serrano (2006, p. 342) que verificou um aumento do número de peças de estilo

³¹ <https://www.ft.com/content/3236e982-5fb6-11e6-ae3f-77baadeb1c93> e <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/01/bbc-brex-it-too-timid-impartial-on-eu-not-enough>

³² A este respeito, consultar a Deliberação da ERC n.º 118/2013 (OUT), <http://www.gmcs.pt/pt/deliberacao-da-erc-n-1182013-out-sobre-proposta-a-assembleia-da-republica-de-medida-legislativa-sobre-debates-eleitorais>

analítico/interpretativo na cobertura do Diário de Notícias às eleições presidenciais entre 1976 e 2001.

Tabela 4: Papéis jornalísticos: percentagem de respostas extremamente ou muito importante por categoria e país³³

	Portugal	Espanha	Itália	Reino Unido	EUA
Ser um observador independente³⁴	85.9%	70.3%	86.6%	76.8%	75.5%
Analisar a atualidade³⁵	83.3%	87.9%	77.4%	67.2%	63.7%
Definir a agenda política³⁶	29.1%	37.0%	22.3%	15.1%	11.3%
Influenciar a opinião pública³⁷	28.9%	52.2%	23.6%	23.7%	19.0%

Fonte: *Worlds of Journalism Survey*

O comentário e a opinião têm-se imposto como géneros relevantes no domínio do jornalismo de política, mas a sua tradição remonta às origens do jornalismo. Schudson (2001), analisando o caso dos Estados Unidos, dá conta de que a norma da objetividade foi uma construção do final do século XIX e início do século XX. Esta realidade encontra paralelo no sul da Europa, onde, segundo Hallin e Mancini (2004, p. 94), o desenvolvimento inicial da imprensa não foi comercial, mas sim partidário, embora o caso português tenha sido fortemente condicionado pela ditadura durante grande parte do século XX. Apesar de a norma da objetividade se ter imposto progressivamente ao longo da primeira metade do século XX, desde os anos 50 que as notícias nos EUA têm vindo a favorecer elementos contextuais mobilizados pelos jornalistas (Fink & Schudson, 2014). Na mesma linha, um estudo longitudinal de Esser e Umbricht (2014) revela uma tendência para o aumento de jornalismo interpretativo nos EUA e em cinco países europeus. Em Portugal, o comentário é um componente central dos noticiários televisivos, sendo dominado sobretudo por jornalistas e políticos (Figueiras, 2017).

³³ Pergunta: “Por favor indique quão importante é cada uma destas coisas no seu trabalho”. Escala: 5 = extremamente importante; 4 = muito importante; 3 = algo importante; 2 = pouco importante; 1 = nada importante.

³⁴ Traduzido de: “Be a detached observer”

³⁵ Traduzido de: “Provide analysis of current affairs”

³⁶ Traduzido de: “Set the political agenda”

³⁷ Traduzido de: “Influence public opinion”

Embora esteja subjacente ao trabalho jornalístico uma distinção clara entre a informação e a opinião³⁸, a verdade é que estes géneros coexistem no espaço do jornal, partilhando por vezes autores e protagonistas. No entanto, essa distinção nem sempre poderá ser clara para o leitor. Se nos Estados Unidos, por exemplo, é habitual a publicação de um editorial em que um órgão de comunicação social manifesta o seu apoio (*endorsement*) a um candidato em contexto de eleições, o mesmo já não é prática corrente em Portugal e, a acontecer, pode-se especular que facilmente despertaria acusações de cobertura enviesada. Contudo, como referido acima, os jornalistas participam frequentemente em espaços de comentário político o que, por sua vez, poderá criar nos leitores uma associação a uma determinada facção política.

Após abordar as questões ligadas à objetividade e imparcialidade, importa pensar o conceito de pluralismo, também associado a tensões no jornalismo. O pluralismo está consagrado no 1º artigo do Código Deontológico do Jornalista sob a seguinte formulação: “Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso.” Transpondo este princípio para o domínio da política, tal significa que o jornalista deverá ouvir ou considerar todos os partidos e forças políticas interessadas. Contudo, note-se que o código refere apenas uma obrigação de ouvir e não de reportar ou de atribuir iguais graus de importância. Pode existir pluralismo sem imparcialidade. Recorrendo uma vez mais de Kovach e Rosenstiel (2014), pode argumentar-se que a obrigação do jornalista não é a de repartir o espaço noticioso em partes iguais, mas de cumprir os requisitos de proporcionalidade. Recuperando a metáfora do mapa usada pelos autores (Kovach & Rosenstiel, 2014), os jornalistas não devem ocultar nenhum país (partido) do mapa para cumprir o princípio da pluralidade. No entanto, desenhar um mapa em que todos os países são do mesmo tamanho não só tornaria o mapa inútil, como representaria uma distorção dos factos.

Não se pretende com estas considerações adotar uma posição normativa face a uma determinada conceção de jornalismo, mas apenas evidenciar as tensões que estão presentes no exercício da profissão. Mesmo que uma redação decida adotar um ponto de vista que favorece constantemente uma determinada posição ideológica, este enviesamento poderá ser contrabalançado por outra redação que favorece o ponto de vista contrário. Assim, o pluralismo pode acontecer a nível interno, quando uma organização mediática procura cobrir de forma equilibrada os vários partidos, ou a nível externo, quando no sistema mediático existem

³⁸ Consultar a este respeito, por exemplo, o livro de estilo do público.

organizações mediáticas que espelham o ponto de vista de diferentes tendências e organizações (Hallin & Mancini, 2004, p. 29).

Considerando o pluralismo e a polarização política, verifica-se que entre os 22 países estudados no *Reuters Institute Digital News Report 2017*, Portugal é o país que apresenta menor polarização política das audiências dos meios de comunicação *online*, indiciando a presença de pluralismo interno e não de pluralismo externo. Este baixo valor difere dos valores de países que são geograficamente próximos, como a Espanha ou a Itália e com a categorização original de Hallin e Mancini (2004), entretanto revisitada pelos autores (Hallin & Mancini, 2017), que incluía o sistema mediático português no modelo polarizado pluralista. A contrastar de certa forma com estes dados que apontam para um pluralismo interno, Barriga (2017) relata várias opiniões publicadas no *Twitter* que acusam os órgãos de comunicação portugueses de falta de pluralismo, sobretudo nos espaços de comentário. Note-se, contudo, que este estudo lida com perceções e não com uma análise do conteúdo efetivo destes espaços.

A polarização dos meios de comunicação e o pluralismo na cobertura da campanha eleitoral podem ser importantes para compreender o discurso e o comportamento dos públicos neste período. Stroud (2011), estudando o caso dos Estados Unidos, conclui que a exposição a conteúdo mediático polarizado concordante com a posição de um indivíduo está associada a níveis mais elevados de participação política, intenção de voto e polarização política. Neste estudo os dados sugerem a existência de um efeito em espiral, ou seja, a exposição seletiva (Freedman & Sears, 1965) leva a uma maior polarização e participação, que por sua vez conduz a maior seletividade.

Estes efeitos podem-se materializar em consequências nefastas para o processo democrático. Modelos dos efeitos da polarização mediática nos resultados eleitorais mostram que esta pode resultar em erros eleitorais (Bernhardt, Krasa, & Polborn, 2008). Os erros são definidos pelos autores como a escolha de um candidato que não resulta das preferências individuais de cada um, mas que é contaminada pela distorção dos *media*. Neste modelo os efeitos verificam-se mesmo numa situação análoga à Portuguesa, onde a ideologia *mediana* é centrista.

O reduzido grau de polarização política dos órgãos de comunicação social em Portugal parece indiciar que o fenómeno da exposição seletiva está menos presente na realidade nacional do que noutros sistemas mediáticos. Contudo, apesar do pluralismo interno praticado nas redações, a cobertura da política, sobretudo em tempo de campanha e nas páginas da internet, apresenta-se fragmentada pelas forças políticas. Cada jornalista segue a caravana do partido que

Ihe foi atribuído, relatando habitualmente os eventos e as frases que marcaram o dia desse partido. Enquanto num jornal em papel ou num noticiário de televisão as peças são apresentadas em bloco, as notícias publicadas *online* valem por si isoladamente, o que pode traduzir-se num afunilamento da diversidade de perspetivas com que o leitor é confrontado. Uma parte substancial dos utilizadores não acede aos *websites* dos jornais diretamente pela *homepage*, mas chega a notícias específicas através das redes sociais ou de pesquisas na internet. Estes utilizadores veem em média menos notícias e passam menos tempo na página (Mitchell, Jurkowitz, & Olmstead, 2014), o que significa, à partida, que acedem a um retrato menos completo da realidade.

O fenómeno da exposição seletiva politicamente motivada a notícias tem sido designado como *echo chambers* (câmaras de eco), em que uma determinada opinião ou crença é reforçada pelo contacto frequente com informação e entidades favoráveis, excluindo a informação e entidades desfavoráveis. No caso dos *media*, há evidências que mostram que os utilizadores procuram notícias que reforçam a sua opinião (Garrett, 2009). Importa, no entanto, referir que há estudos que apresentam resultados mistos neste domínio. Apesar de as discussões em redes sociais digitais apresentarem frequentemente a dinâmica de *echo chambers* (Colleoni, Rozza, & Avidsson, 2014; Williams, McMurray, Kurz, & Hugo Lambert, 2015), estas redes também podem ser um meio de exposição a notícias e opiniões que divergem das do utilizador. Adicionalmente, grande parte dos utilizadores ainda consome notícias acedendo às *homepages* das publicações (Flaxman, Goel, & Rao, 2016).

Não obstante os efeitos potencialmente nocivos associados à polarização da cobertura eleitoral e à exposição seletiva, o outro extremo do espectro, uma cobertura de equilíbrio absoluto que rejeita completamente a adoção de um ponto de vista, também representa riscos. Uma cobertura que se abstém de qualquer posicionamento face às várias partes em confronto pode transmitir a ideia de que qualquer discussão é inútil e infrutífera, uma vez que não há possibilidade de consenso. Esta questão está intimamente ligada com as conceções de democracia abordadas no capítulo anterior. Se os partidos em campanha rejeitam qualquer hipótese de consenso, para se diferenciarem e para captar eleitores, e se a força do melhor argumento é ignorada pelos jornalistas em prol do equilíbrio e imparcialidade, qualquer forma de democracia deliberativa é afastada à partida pelos estrategas das campanhas eleitorais. “Para o melhor e para o pior, as notícias tornaram-se relatórios bastante uniformes que se apresentam como neutrais e dos quais se espera que as pessoas tirem as suas conclusões pessoais – geralmente sem confrontar concidadãos com os quais podem discordar” (Bennet & Graber, 2007, p. 29).

Concluindo a reflexão sobre os conceitos de polarização e objetividade, importa salientar que o enviesamento ou equilíbrio de uma peça não é determinado apenas pelos critérios seguidos pelo jornalista, mas pelo olhar do leitor. Uma reportagem equilibrada do ponto de vista de um indivíduo pode não o ser na opinião de outro. Experiências no campo da psicologia mostram uma tendência para o indivíduo se considerar a si mesmo e aos que concordam consigo como menos sujeitos a enviesamentos do que os que têm opiniões divergentes (Pronin, Gilovich, & Ross, 2004). Estes estudos mostram que o sujeito tem a perceção de que os processos que segue para construir a sua opinião são mais objetivos e adequados do que os usados por outros, especialmente por aqueles que discordam dessa opinião.

Este mesmo efeito pode ser estudado no âmbito das perceções de enviesamento nos *media*. De facto, a constatação de que, face a uma peça jornalística sobre um tema, indivíduos com opiniões opostas sobre esse mesmo tema classificam a peça como enviesada contra a sua parte remonta a pelo menos 1985 (Vallone, Ross, & Lepper). Mais recentemente, Gunther e Schmitt (2004) sugerem que este efeito pode ser característico apenas dos meios de comunicação de massas, apontando a potencial influência que o conteúdo poderá ter nos outros como causa possível. Se a influência nos outros é efetivamente o fator que impulsiona este efeito, o mesmo deverá ganhar força em períodos eleitorais, onde esta influência ganha uma importância e centralidade acrescidas.

As perceções de enviesamento podem também aplicar-se às organizações de *media* como um todo e não apenas a peças jornalísticas específicas. No seu estudo da realidade norte-americana, Stroud (2011) verificou que cidadãos com conhecimento político elevado identificam o enviesamento de determinados meios de comunicação a favor do partido oposto (Republicano/Democrata), não acontecendo o mesmo em relação a perceção de enviesamentos a favor do próprio partido. Esta informação sugere que a fonte do conteúdo jornalístico também poderá ser relevante para as perceções de enviesamento. Um estudo mais recente (Gunther, McLaughlin, Gotlieb, & Wise, 2017) apresenta evidências a favor desta perspetiva, mostrando que tanto o conteúdo como a fonte interferem com a perceção que determinado meio é hostil (*hostile media perception*). Embora, como foi salientado anteriormente, a orientação política dos meios *online* em Portugal não seja pronunciada, pode-se encontrar em determinadas fontes, especialmente nos autores de artigos de opinião ou nos protagonistas de espaços de comentário político e económico, uma orientação ideológica implícita ou explícita.

3.3 Estratégias, jogos e temas

Este capítulo iniciou-se com a exploração das tensões entre uma orientação para o mercado e uma orientação para o serviço público no jornalismo, seguindo-se uma reflexão sobre a relação de tensão entre os conceitos de objetividade, imparcialidade e pluralismo. Não descartando as incursões anteriores, introduz-se agora um olhar direcionado à área do jornalismo sobre política, centrando a reflexão nas diferentes formas de abordar os atores e o processo político.

Os momentos eleitorais são marcantes para o jornalismo sobre política, quer pela dimensão da cobertura mediática quer pelas implicações da escolha dos cidadãos. Por esse motivo, importa enquadrar teoricamente a campanha eleitoral e o respetivo tratamento jornalístico. Neste âmbito, Benoit (2014) baseia a sua teoria funcional do discurso de campanha política em cinco axiomas fundamentais:

- Votar é um ato comparativo;
- Os candidatos devem distinguir-se dos seus oponentes;
- As mensagens das campanhas políticas permitem aos candidatos distinguirem-se;
- Os candidatos estabelecem-se como preferíveis aclamando-se, atacando e defendendo;
- O discurso de campanha centra-se em dois temas: políticas e caráter.

A teoria funcionalista de Benoit tende visivelmente para uma conceção liberal-individualista de democracia. Neste entendimento, o voto pode ser equiparado à escolha de um produto, em que os partidos políticos procuram diferenciar o seu programa e o seu candidato da concorrência, cativando o consumidor com mensagens e procurando convencê-lo de que o seu produto/programa é o que mais se adequa às suas necessidades e desejos. Este retrato contrasta com a visão deliberativa, onde o objetivo não é vender um programa ou candidato, mas chegar à melhor solução para a governação do país através da troca de afirmações racionais cuja validade pode ser questionada.

Este é um ponto de partida útil para dissecar uma das tensões mais visíveis do período eleitoral, a escolha jornalística de cobrir o desempenho dos candidatos e partidos no âmbito de uma competição para a captação de eleitores ou de abordar as ideias, programas eleitorais e propostas de cada força política. Note-se que ambas estão interrelacionadas, uma vez que o programa eleitoral é também, à partida, uma forma de diferenciação e de captação de eleitores, no entanto, a abordagem e o enquadramento dado pelo jornalista a uma determinada peça tende a aproximar-se de um dos polos.

Esta tensão é referida frequentemente na literatura como uma oposição entre *frames*³⁹ de estratégia ou jogo e *frames* de temas (*issue*). Os primeiros referem-se às estratégias dos candidatos/partidos, aspetos vitória-derrota da campanha e os interesses egoístas dos políticos, enquanto os segundos implicam um foco em medidas políticas, problemas e soluções na cobertura da campanha (Rhee, 1997). Aalberg, Strömbäck, e Vreese (2012) sugerem ainda uma subdivisão dos *frames* que são normalmente categorizados sob a designação de estratégia em duas vertentes. Em primeiro lugar avançam o conceito de *frames* de jogo, onde são mobilizadas as vertentes competitivas, potenciais coligações e intenções de voto. De seguida propõem uma redefinição dos *frames* de estratégia, incidindo estes últimos nas estratégias e táticas dos partidos para alcançar objetivos, motivações dos candidatos e escolhas relacionadas com a integridade e personalidade dos candidatos.

Os *frames* de estratégia são frequentemente associados ao supramencionado jornalismo ‘corrida de cavalos’ (Broh, 1980), em que os candidatos não são julgados pelo mérito das suas ideias, mas pela comparação com outros candidatos e pelas suas vitórias e derrotas na corrida eleitoral. As sondagens de intenção de voto são um exemplo claro de jornalismo ‘corrida de cavalos’, indicando a força relativa de cada candidato e as tendências de ascensão ou queda junto dos eleitores.

Há, no entanto, um conjunto de eventos de campanha cuja classificação não é intrínseca, mas é definida na abordagem dos jornalistas e dos comentadores. É o caso, por exemplo, dos debates eleitorais, que são um espaço privilegiado para o confronto de ideias e para o escrutínio dos candidatos. Todavia, muita da discussão em torno dos debates prende-se com uma interpretação de quem ‘ganhou’ o debate, sendo esta vitória por vezes atribuída pela forma e não pela substância. Uma análise de Benoit (2014, pp. 81-88) ao conteúdo dos debates eleitorais e às notícias sobre os debates revelou que as notícias que o debate origina tendem a enfatizar desproporcionalmente os ataques dos candidatos e o seu caráter relativamente aos temas que foram discutidos no debate. Isto significa que aqueles que não acompanharam o debate e apenas acedem ao mesmo através das notícias ficam com uma visão enviesada da discussão.

Neste âmbito, Jamieson (1992, pp. 165-169) distingue cinco características que marcam a cobertura jornalística orientada para a estratégia: a vitória e a derrota como preocupações centrais; a linguagem da guerra, dos jogos e da competição; a menção de atores, críticos e

³⁹ Usa-se aqui o termo em inglês devido à sua forte associação à teoria do *framing*, para a qual consideramos não haver tradução adequada em português.

audiências; a ênfase na performance, estilo e percepção do candidato; e o grande peso dado às sondagens e posições na avaliação de campanhas e candidatos. O enquadramento da cobertura das campanhas eleitorais em termos de *frames* de estratégia é geralmente visto como nocivo para a democracia, com estudos a demonstrar que este tipo de abordagem aumenta o cinismo face à campanha e à política (Cappella & Jamieson, 1996; de Vreese, 2004), criando-se um efeito em espiral entre jornalistas e políticos que conduz a um reforço dos *frames* de estratégia (Cappella & Jamieson, 1997). O enquadramento usado nas notícias também influencia o discurso dos cidadãos (Rhee, 1997), que descrevem a campanha de formas diferentes consoante o tipo de *frame* a que foram expostos. Adicionalmente, McNair (2000b, p. 5) nota que a cobertura centrada na estratégia também se arrisca a tornar elitista ou restringida ao círculo de cidadãos que possui conhecimentos suficientes para descodificar o jargão e as referências usadas nesse tipo de jornalismo. Contudo, o foco na componente estratégica também tende a atrair mais visualizações *online* (Scacco & Stroud, 2017), reforçando a tensão entre o democraticamente desejável e o economicamente viável. O comercialismo é, aliás, um dos principais antecedentes para o enquadramento da política como estratégia (Strömbäck & Aelst, 2010).

Uma tendência complementar na cobertura das campanhas eleitorais pode ser encontrada naquilo que Fallows (1996) designou como hiperadversarialismo (*hyperadversarialism*), o retratar da esfera política como uma luta pela sobrevivência, onde é enfatizada a luta pela dominação em detrimento do tratamento dos problemas dos cidadãos. O recurso aos *frames* de estratégia tende a enaltecer o conflito e a desconsiderar a possibilidade de consenso, transformando o período de campanha num período de confronto aberto e assumido entre os partidos e os seus candidatos.

Neste contexto, importa salientar que o discurso político não é um elemento estanque que é transformado e tratado pelos jornalistas. Os contornos da campanha e das intervenções dos seus protagonistas também se adaptam à cobertura jornalística. No campo do estudo dos *media*, este processo tem sido designado como mediatização (Mazzoleni & Schulz, 1999), em que as instituições políticas estão dependentes dos *media* e são moldadas pelos mesmos. Neste contexto, Strömbäck (2008) distingue quatro fases no processo de mediatização: (1) os meios de comunicação de massas constituem a principal fonte de informação sobre a política e a sociedade; (2) os *media* ganham independência do governo e das instituições políticas; (3) a lógica dos *media* passa a dominar o conteúdo dos *media*, por oposição a uma lógica política; (4) os atores políticos são governados pela lógica dos *media*, por oposição à lógica política. O processo de mediatização

da política é, assim, uma transformação progressiva em que os *media* deixam de se submeter ao funcionamento determinado pelos atores e instituições políticos para dominarem eles próprios a lógica do seu funcionamento e outros setores da sociedade, incluindo a política.

Há algum paralelismo entre este processo de mediatização e a passagem de *frames* de assuntos para *frames* de estratégia, estando a lógica política e democrática associada aos primeiros e a lógica mediática e comercial relacionada com os segundos. Sobre a terceira fase da mediatização, Strömbäck (2008, p. 238) refere:

“Por exemplo, tal como é conhecido pelos atores políticos, o conflito e a personalização estão entre as técnicas narrativas relevantes que os *media* preferem quando escolhem o que abordar e como cobrir a política. Assim, os atores políticos e sociais vão construir eventos que incluem um foco nestes aspetos, o que por sua vez conduz a um mundo político em que os conflitos e as personalidades se tornam mais importantes.”

Em Portugal, Serrano (2006, p. 228) identificou entre os atores políticos uma visão do jornalismo como instrumento da política. É particularmente ilustrativo um excerto de uma entrevista de Nuno Morais Sarmiento, ministro de Estado dos Governos de coligação PSD/CDS entre 2001 e 2004, à Rádio Renascença e ao jornal Público publicada em 1994 e citada pela autora (Serrano, 2006, p. 228): “A comunicação é adjetivo (...). Apesar da importância que a comunicação tem, separamos o adjetivo do substantivo, que é a apresentação de políticas e reformas. A comunicação é importante mas é instrumental”. Este excerto indicia que, nos anos 90, a política em Portugal ainda era dominada por uma lógica sobretudo política e que os atores políticos acreditavam que essa mesma lógica dominava a ação dos *media*. Portugal encontrar-se-ia, assim, numa das primeiras fases do processo de mediatização. Mais recentemente, Correia (2010, p. 145) identifica uma crescente mediatização da política, embora com “relativo atraso” por razões estruturais de natureza política e económica, em que “a influência dos *media*, o peso das sondagens transformam a mensagem política numa *performance*⁴⁰ contínua sujeita a uma avaliação permanente”.

A submissão do discurso político à lógica mediática pode ter consequências diretas nas dinâmicas da campanha eleitoral. Como referido acima, a propensão dos *media* para a narrativa do conflito (*agon*) contagia a esfera política, traduzindo-se numa retórica mais agressiva e inflamada. Sobieraj e Berry (2011) detetaram a presença de discurso ofensivo (*outrage*) nos *media* norte-americanos em vários formatos (blogues políticos, programas de rádio e programas

⁴⁰ Ênfase do autor.

noticiosos de televisão por cabo). Por sua vez, a eleição de Donald Trump em 2016 parece legitimar a eficácia desta estratégia, mesmo quando os próprios *media* são uma das partes visadas no conflito.

A adoção de um discurso agressivo por parte dos atores políticos pode ter consequências no funcionamento do sistema democrático. A proliferação de uma retórica ofensiva, agressiva ou incivil no discurso político aumenta o interesse do espectador, mas fá-lo à custa da confiança dos cidadãos na política (Mutz & Reeves, 2005). Características típicas do formato televisivo de transmissão de debates ou discussões políticas, como o uso de grandes planos ou a presença de incivilidade, também afetam a percepção dos telespetadores da legitimidade das posições opostas à sua (Mutz, 2007), reduzindo a possibilidade de diálogo e de consenso. No entanto, estudos mais recentes (Muddiman, Pond-Cobb, & Matson, 2017), que mostram que artigos *online* civis estão associados a um maior envolvimento dos utilizadores do que artigos incivis, sugerem que o interesse gerado pela incivilidade na televisão pode não encontrar eco nos meios *online* ou que a atitude das audiências face à incivilidade se modificou.

No contexto nacional, a já mencionada análise de Serrano (2006) à cobertura das eleições presidenciais (1976-2001) na imprensa e na televisão é um dos principais recursos para avaliar o uso de *frames* de estratégia ou de tema. A autora conclui que os temas políticos, como os programas dos candidatos ou a sua conceção do papel do Presidente da República, estiveram quase sempre ausentes nas peças jornalísticas (Serrano, 2006, p. 343). Neste período, as sondagens apresentavam ainda um peso reduzido na cobertura eleitoral (Serrano, 2006, pp. 344-348), uma realidade que é bastante distinta da verificada nas Eleições Legislativas de 2015, em que alguns órgãos de comunicação realizaram inquéritos de opinião diários durante o período de campanha. Por fim, relativamente aos *frames* de estratégia e de tema, designados pela autora respetivamente como jogo/estratégia e assunto/substância, verifica-se uma maior frequência dos primeiros (32,6% a 67%) comparativamente com os segundos (1,1% a 8,5%), com o enquadramento de estratégia a revelar uma tendência crescente e o de temas a movimentar-se no sentido inverso (Serrano, 2006, p. 349).

Estes dados mostram que, mesmo antes do novo milénio, os *frames* de estratégia já dominavam a cobertura das campanhas eleitorais. Naturalmente poderão existir diferenças substanciais entre a cobertura das eleições legislativas e das eleições presidenciais, mas a diferença entre o uso dos dois *frames* e as tendências observadas são suficientemente pronunciadas para assumirem relevância para este trabalho.

Numa nota final, deve ser referido que os efeitos do enquadramento estratégico da política não são apenas negativos. Aalberg et al. (2012, p. 166) salientam que há vários académicos que questionam um retrato exclusivamente negativo dos *frames* de estratégia. Especificamente, este tipo de enquadramento poderá aumentar o interesse na política (Iyengar et al., 2004) ou fornecer informação relevante num contexto multipartidário em que a votação pode ter motivações estratégicas (Irwin & Van Holsteyn, 2008), como é o caso de Portugal. Nesta situação, as sondagens assumem uma grande preponderância, uma vez que permitem antever o (des)equilíbrio de forças no parlamento e as possíveis coligações entre partidos.

3.4 Positivo e negativo

A próxima tensão a explorar na interação entre os jornalistas e os cidadãos expressa-se no espectro positivo-negativo da abordagem noticiosa. Segundo Bennet e Graber (2007, pp. 41-42) as crises ocupam um lugar central no jornalismo, já que se encaixam na componente dramática que caracteriza a escrita jornalística. Os dados empíricos sobre o uso da negatividade na cobertura jornalística da política parecem apoiar esta afirmação. Na sua revisão sobre o tema, Lengauer, Esser, e Berganza (2012) notam que a grande maioria dos estudos empíricos mostram uma forte presença da negatividade ou pessimismo, tanto no tom geral dos artigos como no tom adotado relativamente a atores políticos e às suas organizações. Curiosamente, a única exceção citada pelos autores (Lengauer et al., 2012, p. 189) refere-se ao caso português, mais especificamente ao trabalho de Salgado (2011) sobre a construção da imagem e discurso dos candidatos presidenciais nos *media*. O estudo de Serrano (2006, pp. 352-353) corrobora estas conclusões, com a grande maioria das notícias analisadas pela autora a assumir uma tonalidade neutra e com as notícias positivas a ter um peso superior às negativas em 5 das 7 eleições presidenciais estudadas. Novamente, será necessário salientar que ambos os estudos incidem sobre eleições presidenciais e que o perfil noticioso das eleições legislativas pode ser substancialmente diferente.

Se se considerar que os *media* podem influenciar a perceção que as audiências têm do mundo, à semelhança do que é assumido pela teoria da cultura (Gerbner, Gross, Morgan, & Signorielli, 1986), então um excesso de negatividade nas notícias sobre política conduzirá necessariamente a um pessimismo e desconfiança dos cidadãos em relação ao sistema político e respetivos atores, uma ideia que encontra apoio na literatura sobre o tema (Lau, Sigelman, &

Rovner, 2007). Este efeito apresenta semelhanças com o cinismo provocado pelo uso de *frames* de estratégia (Cappella & Jamieson, 1996), no entanto, é importante distinguir a presença de negatividade e de positividade dos conceitos de jogo e de estratégia.

Embora o uso de *frames* de estratégia ou de jogo implique frequentemente a presença do conflito e, por conseguinte, da negatividade, a sua coexistência não implica necessariamente uma sobreposição total. Neste caso a negatividade e a positividade são abordadas como tonalidade, ou seja, com base nas impressões geradas por um determinado texto noticioso. Assim, por exemplo, uma notícia pode conter um *frame* de estratégia/jogo, descrevendo o sucesso de uma iniciativa de campanha, e implicar um tom positivo porque enquadra precisamente a notícia em termos de sucesso. Neste contexto, Lengauer et al. (2012) distinguem ainda entre negatividade ao nível do *frame*, no âmbito da peça jornalística como um todo, e negatividade ao nível dos autores, direcionada a um político ou partido. Considerando estas distinções, obtém-se o rigor conceptual necessário para distinguir a tonalidade do uso de *frames* de estratégia, jogo ou tema.

Uma das manifestações da negatividade é a ausência de possíveis soluções para as crises apresentadas nas notícias, transmitindo aos cidadãos um sentimento de impotência ou inevitabilidade. Em resposta a esta realidade têm sido desenvolvidas iniciativas, como a Solutions Journalism Network⁴¹ nos EUA, que procuram promover jornalismo de soluções nas redações, ou a página Boas Notícias⁴² em Portugal, cujo principal critério de seleção de notícias é o seu tom positivo. A promoção do jornalismo de soluções é sustentada por estudos empíricos (Curry & Hammonds, 2014), sendo que os leitores expostos a este tipo de jornalismo se sentem mais informados, mais interessados no tema abordado e acreditam poder contribuir mais para uma solução do que os leitores expostos a um jornalismo não focado em soluções.

Contudo, apesar dos efeitos positivos do jornalismo de soluções, as notícias negativas poderão despertar maior interesse nos utilizadores. “Como resultado do processo evolutivo, as pessoas estão geneticamente programadas para prestar atenção às notícias negativas e adquirir hábitos de consumo associados a indivíduos, ideias e eventos desviantes” (Lengauer et al., 2012, p. 181; cf. Shoemaker, 1996). O impacto mais pronunciado dos comportamentos negativos foi ainda observado na formação de impressões (Van Der Pligt & Eiser, 1980; Vonk, 1996) e reflete-se na forma diferente como os indivíduos avaliam ganhos e perdas, ilustrada pela *prospect theory* de Kahneman e Tversky (1979). A transposição destas conclusões para o domínio das notícias

⁴¹ <https://www.solutionsjournalism.org/>

⁴² <http://boasnoticias.pt/>

sobre política é apoiada por uma experiência psicofisiológica de Soroka e McAdams (2015), em que a negatividade das notícias esteve associada a alterações significativas na condutividade da pele e no ritmo cardíaco.

A negatividade pode também estar relacionada com uma escassez de recursos nas redações. Westerståhl e Johansson (1986, p. 147) explicam que para fazer o contraditório a uma afirmação de um político, jornalistas com constrangimentos de tempo e de recursos optam por recolher apenas a opinião de um oponente, gerando assim uma controvérsia que implica negatividade.

Apesar destas considerações, a predominância da negatividade em vários contextos noticiosos parece colidir de certa forma com a crença de que os indivíduos tendem a procurar experiências agradáveis e evitar experiências desagradáveis. Como demonstrou Goffman (1967), a interação social comporta vários mecanismos não só para o sujeito preservar a sua face, mas também para preservar a face do outro. Por que motivo uma sociedade que desenvolve tantos mecanismos para mitigar ameaças à face valoriza tanto as notícias negativas que contêm frequentemente ameaças à face? Esta questão torna-se ainda mais pertinente quando se verifica que o motivo mais mencionado para evitar as notícias é que “as notícias tendem a incomodar-me ou deprimir-me” (Schrøder & Ørsten, 2016), uma afirmação que está indubitavelmente ligada à negatividade.

É possível que a resposta às questões colocadas acima passa ser encontrada no caráter específico da política, que mobiliza um conjunto de comportamentos associados ao conflito intergrupar. A experiência de Robbers Cave (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961/1988) ilustra como as normas sociais de não-agressão podem ser quebradas quando se introduzem questões de identidade e são criados grupos (*ingroups* e *outgroups*). A experiência contou com a participação de rapazes de 11 anos que foram levados para um parque natural, onde foram divididos em dois grupos. Na primeira semana da experiência cada grupo desconhecia a existência do outro. Nesta fase, ambos os grupos realizaram um conjunto de atividades que visava a construção de uma identidade grupal como nomear o grupo, desenhar bandeiras e realizar atividades em conjunto. Na segunda semana, os dois grupos foram sujeitos a uma série de atividades competitivas que conduziram a um nível de agressividade entre os grupos de tal dimensão que os investigadores tiveram que os separar fisicamente.

Encontrar paralelismos entre a experiência de Robbers Cave e a política partidária não é um exercício particularmente difícil. As identidades partidárias e ideológicas, sobretudo para os

indivíduos que estão diretamente envolvidos, serão à partida particularmente salientes em período eleitoral. Neste contexto, manifestações de negatividade que ameacem a face de um candidato da oposição tornam-se particularmente apelativas para os apoiantes de um determinado partido. Este fenómeno verifica-se, por exemplo, quando se considera a identidade em termos de género, com esta variável a influenciar a perceção que o sujeito tem de um candidato que integra ataques pessoais no seu discurso. Um estudo experimental de C. Schultz e Pancer (1997) mostrou que os participantes que leram um discurso de um candidato do mesmo género tenderam a atribuir maior integridade ao candidato quando este atacou o seu oponente. Em contraste, ao avaliar um candidato do género oposto houve uma tendência para os participantes avaliarem o candidato que atacou como tendo menor integridade do que o que não atacou.

Encerrando esta incursão pela tensão positivo/negativo no jornalismo, importa referir que, à semelhança dos casos anteriores, a negatividade não pode ser abordada apenas pelos seus efeitos nocivos. Uma postura crítica por parte das redações pode contribuir para que os cidadãos estejam menos vulneráveis a tentativas de manipulação por parte dos candidatos. Esta vertente crítica é, aliás, parte da função ‘cão de guarda’ do jornalismo, que traz para o espaço público as vulnerabilidades e as falhas dos representantes dos cidadãos.

3.5 Para o público ou com o público?

A distinção entre formas maximalistas e minimalistas de democracia encontra paralelo nas redações, que podem manifestar diferentes graus de abertura ao envolvimento dos públicos nos processos de produção jornalística. Num contexto de crise que afeta várias redações nas democracias ocidentais, a participação dos públicos nas notícias tem sido apresentada como uma possível forma de mitigar a diminuição das receitas e da confiança nos *media* (Deuze, Bruns, & Neuberger, 2007). Contudo, se a participação dos públicos é, à partida, compatível com os princípios do jornalismo e desejável do ponto de vista financeiro, a qualidade e as motivações associadas a essa participação podem criar dilemas para as redações.

A tensão subjacente ao envolvimento dos públicos na produção noticiosa manifesta-se nas perceções e práticas dos jornalistas. Um estudo em quatro países europeus (Paulussen, Heinonen, Domingo, & Quandt, 2007) revela que a cultura jornalística, com a sua abordagem *top-down*, é um dos principais fatores que impedem o desenvolvimento de jornalismo participativo. Outro estudo, no contexto norte-americano, conclui que apesar de os jornalistas não se oporem a uma

partilha de espaço com conteúdos como os comentários dos leitores, mantêm a sua jurisdição sobre o conteúdo noticioso e ignoram em grande medida o *feedback* dos leitores (Nielsen, 2014). Esta realidade verifica-se também noutros contextos, com entrevistas realizadas em redações na Argentina a revelar que os moderadores não participam nos *fora* de discussão e consideram que os comentários dos leitores têm pouca qualidade (Mitchelstein, 2011). Em Portugal, o trabalho de M. T. d. Silva (2009, p. 310) sobre as cartas dos leitores revela que “existe uma atitude de ceticismo por parte de jornalistas, editores e diretores relativamente às capacidades dos leitores-escritores”.

Este ceticismo encontra-se também em vários estudos que relatam a presença de incivilidade e de agressividade em mecanismos de participação como as caixas de comentários dos jornais *online* (Coe et al., 2014a; J. Gonçalves, 2014; Santana, 2015). A constatação de que os comentários incivis têm efeitos na qualidade percebida de um artigo (Prochazka, Weber, & Schweiger, 2016) legitima estas preocupações sobre as consequências do envolvimento dos públicos.

Contudo, há também argumentos que sustentam uma simbiose produtiva entre jornalistas e os seus públicos. A intervenção dos jornalistas em espaços de discussão e de participação dos públicos pode contribuir para melhorias na qualidade e civildade da discussão (Stroud et al., 2015). Adicionalmente, iniciativas como a plataforma de jornalismo cidadão OhmyNews da Coreia do Sul, cujo modelo de produção se baseia em contribuições de cidadãos articuladas com uma redação profissional, são ilustrativas do impacto político que este tipo de participação pode ter. Esta plataforma foi determinante para o resultado das eleições presidenciais de 2002 (E.-G. Kim & Hamilton, 2006) e assumiu-se com um órgão relevante no panorama mediático coreano.

Para além dos exemplos práticos associados a experiências de envolvimento dos públicos no processo jornalístico, há argumentos teóricos que reforçam a importância da participação para a regulação e monitorização dos jornalistas e do seu trabalho. Uma parte relevante das funções da imprensa assenta no princípio de que governantes e decisores políticos prestam contas aos cidadãos pelas suas ações e decisões através dos *media*. No entanto, o papel que os órgãos de comunicação social assumem a vigiar o poder político não implica que as próprias organizações de *media* estejam dispensadas de prestar contas pelo seu trabalho (*accountability*). Apesar de existirem mecanismos legais e formais para esta prestação de contas, como a ERC e a lei da imprensa no caso português, este prestar contas também acontece a um nível informal, seja pela

participação espontânea dos membros da audiência seja pela vertente do mercado, com oscilações nas receitas que dependem das vendas e da publicidade.

Neste âmbito, McQuail (1997) distingue entre dois modos através dos quais se pode exigir aos *media* a prestação de contas: *liability* e *answerability*⁴³. A *liability* remete para uma noção antagónica de prestação de contas, onde os *media* são responsabilizados pelas consequências negativas que a sua ação provoca. Por sua vez, a *answerability* está associada a uma disponibilidade para o debate, negociação e interação com o propósito de reconciliação e de resolução das diferenças (McQuail, 1997, p. 517). A reticência que as redações por vezes demonstram em abrir canais de comunicação com os públicos poder-se-á dever em grande parte a um receio que a interação decorra mais na lógica antagónica da *liability* do que na lógica colaborativa da *answerability*. Um estudo sobre o principal programa noticioso televisivo da rede de serviço público alemã (*Tagesschau*) revelou que os jornalistas tendem a subestimar as motivações de colaboração dos seus públicos, com os telespectadores inquiridos a atribuírem uma relevância ao item ‘apoiar os jornalistas no seu trabalho’ significativamente superior à perceção dos jornalistas sobre a importância desse item para a audiência (Heise, Loosen, Reimer, & Schmidt, 2014).

A participação dos públicos poderá ser também uma forma de responder à crítica habermasiana (Habermas, 1992) de que os *media* se tornaram permeáveis a interesses e a poderes que competem entre si procurando manipular a audiência. Através da participação, os interesses dos públicos reforçam a sua presença nos *media* e competem também eles pela atenção das audiências, evitando que o espaço público seja dominado por um conjunto restrito de vozes.

Apesar destas considerações, algumas evidências sugerem que apenas uma pequena parte da população se preocupa com estas questões. Um inquérito realizado nos Países Baixos revelou que a maioria dos inquiridos não querem participar em discussões aprofundadas sobre o jornalismo e não manifestam interesse em contactar com os jornalistas pessoalmente (van der Wurff & Schönbach, 2014, p. 133). Este desinteresse pode também ser associado à já mencionada tendência para o decréscimo das formas tradicionais de envolvimento cívico, mas relaciona-se, por outro lado, com o leque de competências e atitudes necessárias a uma interação crítica com os *media*.

⁴³ Uma vez que estes termos não possuem uma tradução equivalente adequada em português, referimo-nos a eles na sua forma original em língua inglesa.

A literacia para os *media* é definida pela Comissão Europeia (2009) como “a capacidade de aceder aos *media*, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos *media* e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos”. Neste âmbito, a participação é frequentemente apresentada como uma das dimensões da literacia mediática (Pereira, Pinto, & Moura, 2015), mesmo que se levantem dúvidas sobre se a participação cívica se trata de um sinal ou de uma consequência desta forma de literacia (DTI & EAVI, 2011).

Os programas de literacia mediática podem ser usados para fomentar a participação cívica (Culver & Jacobson, 2012). Um estudo com jovens na Califórnia mostra que atividades de literacia mediática digital estão associadas a um aumento na quantidade de atividades *online* politicamente orientadas e na exposição a diferentes pontos de vista (Kahne, Lee, & Feezell, 2012). Por fim, importa referir outro estudo que, apesar de não encontrar uma correlação direta entre a participação em programas de literacia mediática e envolvimento cívico, mostra que as motivações para procurar informação, conhecimento dos *media* e competências de análise das notícias estão associadas a um maior envolvimento cívico, sugerindo assim efeitos *mediados* por estes fatores das iniciativas de literacia mediática (Martens & Hobbs, 2015).

3.6 Síntese

As cinco tensões abordadas neste capítulo são relevantes para esta dissertação sob duas perspetivas. Em primeiro lugar, transpõem para o campo específico do jornalismo várias reflexões associadas às conceções de democracia e ao conceito de participação abordados no primeiro capítulo. Se, por um lado, a associação do jornalismo à vitalidade da democracia pode ser considerada evidente, por outro, as próprias redações assumem-se como locais de concentração de poder, sujeitas à influência de vários interesses e manifestando distintos graus de permeabilidade à participação dos públicos.

Em segundo lugar, considera-se que estas tensões assumem um papel pertinente na determinação do discurso dos públicos em campanha eleitoral. Enquanto intermediários entre políticos e cidadãos, os jornalistas contribuem para definir a situação e podem influenciar a agenda e a opinião pública. Para responder às questões sobre a extensão desta influência e sobre a atividade ou passividade dos públicos na construção deste discurso deve-se considerar estas tensões. Entender as forças subjacentes a uma determinada opção discursiva ou abordagem noticiosa coloca o investigador em melhor posição para avaliar criticamente essa escolha e as

suas consequências. Assim, são precisamente as concepções e as tensões abordadas nestes capítulos que vão guiar o olhar desta dissertação sobre o jornalismo e sobre a participação dos cidadãos no espaço público durante a campanha para as Eleições Legislativas de 2015.

As relações exploradas acima entre políticos, jornalistas e públicos sugerem, por um lado, que o discurso de uma das partes pode ter efeitos na outra e, por outro, que este discurso pode ser recebido, transformado e contextualizado de diferentes formas. Importa assim sistematizar estas relações do ponto de vista teórico, recorrendo às teorias da comunicação e aprofundando o conceito de discurso, central para esta dissertação e para a compreensão das várias dimensões da cobertura jornalística da campanha eleitoral.

4.0 DISCURSO E AS SUAS DIMENSÕES

O foco nas tensões do jornalismo no capítulo anterior e os vários estudos que as fundamentam parecem indicar uma relação entre as opções editoriais e o debate público, em que as primeiras causam alterações no segundo. Embora seja abusivo situar grande parte dos estudos apenas no campo dos efeitos, a forma como são apresentados os resultados aproxima-se inevitavelmente deste paradigma, centrado na produção. Contudo, esta perspetiva assume-se como demasiadamente restritiva para o trabalho que nos propomos desenvolver.

Em primeiro lugar, de um ponto de vista técnico, as opções metodológicas desta dissertação não são as mais indicadas para estabelecer relações causais. Embora o presente estudo consiga controlar as questões de covariância e de precedência temporal, avaliar o impacto de outras variáveis que condicionem as relações estudadas afigura-se um exercício extremamente complexo, uma vez que os dados não provêm de um ambiente controlado (Shadish, Cook, & Thomas, 2002).

Em segundo lugar, recuperando a distinção de Tarde (1901/2010) entre públicos e multidões, os estudos da comunicação têm vindo a abordar cada vez mais as audiências dos *media* com base na componente crítica e ativa que caracteriza os primeiros em detrimento da passividade e irracionalidade conotada com os segundos (McQuail, 2003, p. 366). Quando se considera a relação entre políticos, jornalistas e cidadãos tendo o debate público como âncora, não se pode ignorar fatores como a interação entre os membros da audiência (E. Katz & Lazarsfeld, 1955) e a cultura cívica que envolve todos estes atores (Dahlgren, 2000).

Assim, torna-se necessário definir a abordagem tendo em conta o problema que nos propomos estudar e as opções metodológicas subjacentes. A centralidade que o conceito de discurso assume neste contexto leva-nos a procurar uma definição cuidada, à qual dedicamos a primeira secção deste capítulo. De seguida, exploramos a construção do discurso dos públicos sob três perspetivas: (1) o discurso das audiências é determinado pelos *media* e pelos políticos através destes; (2) o discurso dos públicos, dos *media* (e dos políticos) é determinado pelas formas de apropriação e de interpretação dos públicos; (3) o discurso dos públicos, dos *media* e dos políticos é determinado por fatores estruturais, que variam culturalmente, que se alteram lentamente e que permeiam vários setores da sociedade. De uma forma geral, a primeira abordagem foca-se nas teorias dos efeitos dos *media* e atribui centralidade à produção, estando

representada em teorias como o *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1972), o *framing* (Entman, 1993) e a mediatização (Mazzoleni & Schulz, 1999). A segunda abordagem privilegia a recepção e confere agência e autonomia aos públicos, integrando perspectivas como a codificação e descodificação de S. Hall (1993), o papel das relações interpessoais (E. Katz & Lazarsfeld, 1955; Noelle-Neumann, 1974), as características e escolhas da audiência e o *agenda-setting* inverso (Behr & Iyengar, 1985). Por fim, a terceira abordagem considera os fatores mais abrangentes, como as características dos sistemas mediáticos (Hallin & Mancini, 2004) e da percepção do espaço e do tempo (E. T. Hall, 1986, 1996) que se impõem a um nível societal para condicionar os discursos na relação *media*-públicos. A separação destas três abordagens é artificial, uma vez que, por exemplo, os fatores culturais condicionam a influência dos *media* nos públicos. Não é o objeto de estudo que se altera com cada abordagem, mas sim o foco do olhar do investigador.

Este capítulo termina com uma sistematização da discussão teórica apresentada acima que permite contextualizar e mobilizar os conceitos mencionados nos capítulos anteriores e introduzir, no próximo capítulo, a abordagem aos comentários dos leitores nos websites dos jornais, que constituem o principal objeto deste estudo.

4.1 Definir discurso

4.1.1 Texto e discurso

O termo discurso é empregue em vários contextos e com diversos graus de elaboração tanto no quotidiano como na academia. Esta polissemia leva a que as definições de discurso se tornem abrangentes, procurando abarcar a variedade de usos do termo: “todas as formas de interação falada, formal e informal, e textos escritos de todos os tipos” (Potter & Wetherell, 1987, p. 7). Este tipo de definições ajuda a delimitar o conceito de discurso, mas revela-se insuficiente para o propósito deste trabalho. Para além de precisar o que é que o conceito de discurso engloba, é necessário aprofundar o que é o discurso e quais as suas implicações.

Um ponto útil para iniciar a discussão desta definição assenta na distinção entre texto e discurso. As formas de discurso acima descritas, enquanto instâncias de uso da linguagem, podem ser representadas sob a forma de texto. Considera-se neste ponto o texto como correspondendo ao conjunto de significantes que são materializados de forma visual ou auditiva e que se enquadram num determinado código, como a linguagem. Os textos são manifestações concretas

dos discursos e, em ciências sociais, abordar os primeiros sem considerar os segundos revela-se uma limitação importante relativamente ao potencial de um estudo.

Como referiu Saussure, os signos linguísticos são arbitrários, ou seja, a relação entre o significante (parte material do signo) e o significado (parte mental/idealizada do signo) é estabelecida apenas por convenção. Isto é ilustrado, por exemplo, na forma como os algoritmos de computador processam o texto e as imagens. Enquanto os valores numéricos que correspondem à representação dos pixels de uma imagem num algoritmo estão associados a uma escala (seja preto e branco ou em vários canais de cores), a representação numérica ou vetorial de um carácter é indiferente, desde que esta se mantenha constante e exclusiva (Zhang, Zhao, & LeCun, 2015). Quando alimentado com uma base de dados de dimensões suficientes, um computador pode até ‘aprender’ a estrutura de uma determinada linguagem, sendo capaz de realizar exercícios complexos como analogias (Mikolov, Yih, & Zweig, 2013).

Apesar da verosimilhança da produção oral e escrita de uma máquina, que causa algum estranhamento (Mori, MacDorman, & Kageki, 2012) nos seus interlocutores⁴⁴, o esforço de ‘aprendizagem’ da estrutura da linguagem associado à Inteligência Artificial não equivale a uma apreensão dos discursos subjacentes aos textos. Voltando aos termos empregues por Saussure, pode-se referir que o computador apreende as regras do jogo linguístico (*la langue*), mas a ausência de livre-arbítrio e de preferências e qualidades subjetivas impede que, considerada isoladamente, a sua produção escrita e oral seja considerada um ato de fala (*parole*). Sem esta intencionalidade, que apesar de estar ausente no ‘autor’ pode ser atribuída pelo sujeito que contacta com a mensagem, o texto resume-se ao resultado da maximização de um problema matemático. O algoritmo não consegue captar o que Barthes (1970, p. 83) apelida de ‘linguística do discurso’.

Considerando estas reflexões, abordar o *corpus* apenas como um texto, prática que seria aceitável no domínio da linguística ou das ciências da computação, é uma opção desenquadrada dos objetivos deste trabalho. As palavras são uma forma de agir sobre o mundo (Austin, 1975), de construir a realidade (Berger & Luckmann, 1966/1991) e os objetos (Foucault, 1972, p. 49) e reproduzem relações de poder (T. A. van Dijk, 1993). Os discursos estão situados historicamente e não são indiferentes ao sujeito que os materializa em texto. Não tendo aqui a possibilidade de abordar em detalhe as perspetivas pós-estruturalistas sobre o discurso, importa pelo menos

⁴⁴ <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2017/04/uncanny-valley-digital-assistants/523806/>

reconhecer a sua complexidade, a sua interação com outras práticas sociais e dissertar sobre alguns dos aspetos mais pertinentes para o presente estudo.

4.1.2 Os critérios do discurso

Devido à dificuldade associada à definição de discurso, toma-se como ponto de partida para a esta reflexão os critérios e a definição apresentados por Parker (1990). Assim, o discurso é “um sistema de afirmações⁴⁵ que constrói um objeto” (Parker, 1990, p. 191). Poder-se-á argumentar que esta definição apresenta um grau de generalidade semelhante à apresentada anteriormente por Potter e Wetherell (1987), contudo, esta formulação abre a porta às condições subsequentemente apresentadas pelo autor e tem o mérito de salientar a ideia de ‘construção’, que consideramos central para este trabalho.

A ideia de que o discurso constrói objetos assenta em grande parte no trabalho de Foucault. O autor mostra, por exemplo, como o discurso sobre a loucura se transfigurou na idade média, na renascença e na idade moderna (Foucault, 1988). Se inicialmente o louco era representado como tendo uma espécie de sabedoria transcendental, o racionalismo renascentista veio ditar a separação dos loucos da sociedade, confinando-os em instituições específicas. A idade moderna veio associar esta segregação a um discurso médico, que vê a loucura como algo a ser curado nessas mesmas instituições especializadas. Assim, o discurso da loucura não é apenas uma representação da loucura, mas constrói a loucura e determina que segmentos da população devem estar enquadrados nessa categoria (Parker, 1990, p. 190).

Esta componente construtiva significa que o discurso é também ação. Para além do sentido performativo que é dado às palavras em circunstâncias específicas por Austin (1975), como um padre que declara o casamento entre noivos, algumas correntes, como a análise crítica do discurso (ACD), assumem o objetivo de usar a explicação do discurso como uma base para mudar a realidade (Fairclough, 2018, p. 13). Estudar o discurso permite-nos a elaboração de raciocínios contrafactuais, ou seja, considerar como discursos alternativos podem estar associados formas diferentes de fazer política e alterar a reprodução das relações de poder.

Como indica o exemplo da loucura, os discursos são também situados historicamente. Um discurso só pode ser descrito recorrendo a outras instâncias desse discurso e explicando como estas surgiram (Parker, 1990, p. 198). Esta intertextualidade do discurso, que o relaciona com os

⁴⁵ *Statements* no original.

processos de mudança social e cultural, é alvo de reflexão pelo menos desde o trabalho sobre a filosofia da linguagem de Volosinov (1973) associado a Mikhail Bakhtin, que argumenta contra a distinção de Saussure entre *langue* e *parole*, afirmando que a linguagem apenas existe em manifestações específicas, em contexto e em relação.

O segundo capítulo desta dissertação surge precisamente desta necessidade de olhar para os discursos na sua historicidade e considerando a sua génese. Assim, no contexto da democracia, pode-se considerar os textos como materializações de um discurso liberal, republicano ou deliberativo, por exemplo. Ao estudar estes discursos no contexto dos *media*, é possível investigar como é que estes se relacionam com o discurso sobre o jornalismo. Apenas considerando estas relações se pode adotar uma perspetiva crítica sobre o discurso e projetar o trabalho para além do domínio da descrição e da explicação.

O discurso relaciona-se com outros elementos sociais como o poder, as ideologias e as instituições (Fairclough, 2018, p. 13). O conceito de hegemonia de Gramsci ilustra precisamente como as relações de dominação e de poder se podem manifestar pelo discurso e pelo consenso, através da implementação dos valores da classe dominante. Uma instância deste tipo de fenómenos pode ser encontrada na *Distinção* de Bourdieu (1979/2010), onde o sociólogo mostra como os que possuem um elevado capital cultural determinam o que é o 'gosto' e impõem uma distinção entre 'alta' e 'baixa' cultura. Neste caso, as classes trabalhadoras podem, por exemplo, não conhecer a terminologia usada para descrever as obras de arte clássicas e assim serem excluídas face aos que dominam o léxico da cultura 'legítima'.

Ainda sobre o conceito de poder, T. A. van Dijk (1993, p. 254), à semelhança de Gramsci, salienta que o poder se manifesta sob a forma de controlo, que pode ser exercido ao nível da coerção física, mas também ao nível cognitivo. Este controlo cognitivo pode assumir os contornos da persuasão, da manipulação ou da dissimulação, entre outros que se manifestam de uma forma mais ou menos subtil na fala e no texto escrito. Neste contexto, os textos produzidos pelos *media* e pelas elites deverão ser particularmente escrutinados pelo seu alcance e pela sua influência potencial (T. A. van Dijk, 2018). Embora o discurso reproduza frequentemente relações de poder, Parker (1990, pp. 199-200) considera que se deve resistir à tentação de estabelecer uma equivalência automática entre os conceitos, uma vez que isso pode levar à pressuposição menos produtiva de que 'o poder se encontra em todo o lado'. No caso deste estudo, considera-se pertinente reconhecer que a disseminação e notoriedade dos textos está associada ao poder que estes representam. Desta forma, o caráter público das notícias e dos comentários dos leitores

significam que estes representam instâncias particularmente relevantes dos discursos que reproduzem.

À semelhança do poder, o uso do conceito de ideologia desperta um vasto conjunto de reflexões que em muitos casos encontram a sua génese no Marxismo. As ideologias são conjuntos de crenças e valores que estão associados a um grupo social específico e afetam a forma como as pessoas se relacionam e os discursos com que são confrontadas (Flowerdew & Richardson, 2018). De um ponto de vista sociocognitivo, as ideologias são representações sociais partilhadas por um grupo e que organizam as crenças desse grupo sobre o que é certo e errado, o que é bom e mau ou sobre o que é aceite como verdadeiro e falso (T. A. van Dijk, 1998, p. 8). Neste sentido, as conceções de democracia são também ideologias, uma vez que afetam a forma como os cidadãos se relacionam entre si e se envolvem na política. Especificamente, prescrevem um conjunto de normas sobre quais são os textos aceitáveis e legítimos no contexto do debate democrático.

Caracterizar todos os discursos como ideológicos pode, no entanto, esvaziar o conceito e negar a sua utilidade, desprovendo a política de significado ou confinando-a ao domínio de uma escolha moral (Parker, 1990, p. 200). Neste contexto, importa clarificar a relação complexa das conceções de democracia com as ideologias políticas. De certa forma, a conceção de democracia dominante estabelece as normas e o sistema no qual o confronto ideológico decorre. Contudo, diferentes ideologias políticas pressupõem também ideias sobre o papel do cidadão e sobre o processo político ideal, estabelecendo-se afinidades e simbioses entre as ideologias políticas e as conceções de democracia.

Para além da sua relação com o poder e com as ideologias, o discurso também constrói, apoia e legitima as instituições. As instituições podem ser definidas como conjuntos históricos de práticas e de convenções que condicionam a ação, adquirindo de uma forma gradual um estatuto ontológico e moral (Phillips, Lawrence, & Hardy, 2004, p. 637). Neste sentido, as instituições incluem práticas discursivas que as reproduzem e as sustentam. Considerando o exemplo da instituição do jornalismo, pode-se identificar um discurso do jornalismo e sobre o jornalismo que materializa essa instituição nos textos. A importância do discurso na definição e manutenção da instituição faz com que designações como 'jornalismo do cidadão' causem resistência entre os membros da instituição do jornalismo (Örnebring, 2013). Se a publicação de 'posts' sobre a atualidade por 'bloguers' não é uma ameaça ao jornalismo, a produção de 'notícias' por 'jornalistas cidadãos' é entendida como um risco e há uma preocupação dos jornalistas em classificar essas

práticas como não sendo jornalismo (Örnebring, 2013, p. 42). Outros exemplos poderiam ser dados nesta linha, como o caso das ‘medicinas alternativas’, em que a resistência das instituições da saúde à apropriação do seu discurso ilustra precisamente a importância deste último.

As considerações até este ponto demonstram a importância de encarar o debate político da perspectiva do discurso. Como referido anteriormente, as concepções de democracia constituem em si um discurso sobre a democracia que é materializado nos textos dos políticos, dos jornalistas e dos cidadãos. Num exemplo da concretização desta ideia, Phelan (2014) estuda a forma como o funcionamento do sistema político da Nova Zelândia é permeado por uma lógica neoliberal que pode ser de certa forma equiparada ao que definimos como concepção liberal-individualista de democracia.

O facto de uma determinada concepção de democracia, e o discurso associado, se assumirem como dominantes, não exclui a presença de textos associados aos discursos das restantes concepções de democracia. Em contexto de campanha eleitoral pode-se observar, por exemplo, artigos de opinião que contestam a forma dominante de fazer política e que apelam à força do melhor argumento e a valores e processos mais próximos de uma concepção deliberativa⁴⁶. Embora a existência de perspectivas não-hegemónicas seja compatível com uma hegemonia, devemos considerar a diversidade de discursos e a sua constante redefinição e negociação.

Assim, o discurso associado a uma concepção de democracia não se afigura necessariamente incompatível com outra. Embora as concepções liberal-individualista e agonística tenham emergido a partir de linhas de pensamento que são frequentemente apresentadas em oposição, as ideias de poder e de conflito assumem centralidade em ambas. Quando um debate eleitoral é apresentado como um ‘confronto entre candidatos’, esta apresentação enquadra-se simultaneamente nos jogos de soma-zero da concepção liberal-individualista e na dimensão antagónica prevista na concepção agonística.

O principal propósito de abordar a democracia como sendo construída discursivamente é o de desnaturalizar os ‘termos do debate’ (Fairclough, 2018, p. 21) e de evidenciar de que forma o debate democrático pode assumir outros contornos. Este exercício assume particular relevância uma vez que, no âmbito do debate, “alterar os discursos significa alterar as possibilidades para a ação imaginada e mudança, o que também significa mudar as possibilidades para ação efetiva e mudança” (Fairclough, 2018, p. 21). A importância desta reflexão é ainda mais evidente no caso de uma ‘democracia em construção’ como a China. Lu e Shi (2015) mostram, por exemplo, como

⁴⁶ <http://expresso.sapo.pt/opiniao/2015-09-11-0-debate#gs.pLOE8WE>

o Estado Chinês usa a influência nos *media* e na educação para difundir um discurso associado a uma conceção guardiã (paternalista) de democracia, disfarçando a sua natureza autoritária.

O interesse no discurso dos *media* encontra a sua justificação no objetivo de estudar, por um lado, de que forma determinadas representações e processos do debate democrático são naturalizados e normalizados nos espaços mediáticos e, por outro, pensar as implicações práticas destes discursos mediáticos (Phelan, 2018, p. 288). No entanto, o foco não se limita aos textos dos *media* e das elites, mas atribui uma importância decisiva aos textos e discursos dos públicos, admitindo, entre outras, a possibilidade de que estes sejam uma reprodução dos primeiros.

Importa encerrar esta secção sobre o discurso com alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, a abordagem deste estudo aproxima-se da perspetiva de T. A. van Dijk (2018) ao considerar que o estudo do discurso deve considerar as estruturas sociocognitivas que estão envolvidas no processamento desse discurso. Assim, considera-se imprescindível evocar teorias dos *media* associadas à cognição e desenvolvidas em áreas como a psicologia social e a sociologia, que nem sempre são contempladas nos trabalhos de análise do discurso. A inclusão da revisão da literatura associada a estas teorias nas próximas secções, que se situam no mesmo capítulo em que se aborda o conceito de discurso, procura nesse sentido evidenciar a ligação e complementaridade destas abordagens teóricas.

Em segundo lugar, considera-se que a abordagem ao discurso é crítica, uma vez que este trabalho assume o propósito de melhorar o estado atual das coisas. Contudo, esta componente crítica não decorre apenas de considerações teóricas prévias que indicariam, por exemplo, que a conceção deliberativa da democracia conduz a um ‘melhor’ debate público enquanto a conceção liberal-individualista provoca uma situação ‘pior’ ou ‘indesejável’. Reconhece-se, contudo, que determinadas características do debate público como a incivilidade ou a exclusão são geralmente indesejáveis e que a sua presença ou ausência nos textos dos *media* e dos públicos pode ser articulada com os discursos associados a determinadas conceções de democracia. Desta forma, a componente crítica do estudo não pode ser dissociada dos resultados da investigação empírica.

4.2 Produção

O estudo dos efeitos dos *media* foi o principal foco da investigação sobre os *media* desde o início do século XX até aos anos 60 (McQuail, 2003, p. 425). Tendo como pano de fundo duas guerras mundiais, investigadores como Lasswell (1927), Lazarsfeld e Berelson (Lazarsfeld et al.,

1948) formularam e testaram hipóteses sobre a influência dos *media* nas audiências. Os resultados de grande parte das investigações deste período apontaram para um quadro complexo da influência dos *media*, que não pode ser representada de uma forma direta e linear.

Tendo definido o conceito de discurso, esta secção aborda uma série de teorias e ideias que se centram na influência dos *media* nas atitudes, nos valores e nos textos das audiências e de outros atores relevantes em contexto eleitoral. Estas teorias apontam uma relação causal que parte dos *media* e que produz efeitos em vários setores da sociedade. Não se pretende uma compilação das teorias dos *media* centradas na produção, mas sim a mobilização de um conjunto específico destas teorias que assume particular relevância neste trabalho.

Sem negar a influência de outro tipo de conteúdos, a abordagem às teorias dos *media* que focam a importância da produção centra-se sobretudo no jornalismo. A autonomia e o papel crítico e de *gatekeeping* atribuídos aos jornalistas significam que estes podem ser uma figura determinante no estudo do discurso dos públicos. Para além disso, uma parte considerável dos trabalhos clássicos em estudos de comunicação incide sobre a área do jornalismo, ou seja, a literatura sobre este campo é mais abundante.

4.2.1 Agenda-setting

Uma das formas mais estudadas de influência dos *media* nas audiências consiste na definição da agenda pública, ou seja, dos assuntos mais importantes da atualidade. Este fenómeno tem sido apelidado no âmbito dos estudos da comunicação como *agenda-setting*, segundo o termo cunhado por McCombs e Shaw (1972). Neste estudo, os autores cruzaram entrevistas aos eleitores, em que perguntaram quais os temas mais relevantes da atualidade, com os resultados de uma análise ao conteúdo das notícias. Os resultados do estudo evidenciaram uma correlação entre a importância dos assuntos nos *media* e nas respostas dos eleitores, apoiando a hipótese do *agenda-setting*, mas não estabelecendo necessariamente a direção causal pressuposta.

Sem usar o termo *agenda-setting*, Funkhouser (1973) também investigou o impacto da cobertura noticiosa na opinião pública, encontrando correlações convincentes. O trabalho de Funkhouser é pertinente uma vez que, através de análise de conteúdo e dados de inquéritos de opinião nacionais, estuda a importância dos assuntos ao longo dos anos 60 nos Estados Unidos. Para além desta dimensão longitudinal, é também interessante notar que o autor considera a relação entre a saliência atribuída pelos *media* aos assuntos e a sua importância 'real', cruzando

a análise de conteúdo com dados estatísticos sobre os tópicos abordados. O desfasamento entre a cobertura mediática e os indicadores da 'realidade' parece comprovar o pessimismo de Lippmann (1922/1998) sobre os *media* e introduz uma dimensão interessante no tratamento do *agenda-setting*.

Desde as investigações iniciais de McCombs, Shaw e Funkhouser, vários académicos se têm debruçado sobre os fenómenos de *agenda-setting*, testando e desenvolvendo a hipótese de que os *media* influenciam as agendas públicas em diversos contextos, canais e conteúdos (McCombs, 2005). Considerando o impacto dos meios digitais, alguns dos trabalhos mais recentes mostram que o aumento da oferta mediática não teve um impacto negativo na influência agregada dessa oferta na agenda pública (Djerf-Pierre & Shehata, 2017). Contudo, olhando para casos específicos, é possível identificar novos elementos, como as redes sociais, que desempenham um papel relevante na construção da agenda (Boynton & Richardson, 2016).

Nesta linha, um dos desenvolvimentos mais relevantes foi o estabelecer da direção causal do *agenda-setting* dos *media* para as audiências. Como alerta Scheufele (2000, p. 304), os desenhos de investigação e métodos estatísticos usados nos estudos do *agenda-setting* raramente são adequados para fazer inferências causais. O problema da endogeneidade não é de fácil solução, já que as correlações tanto podem implicar que as audiências seguem a agenda dos *media* como sugerem que os *media* seguem a agenda dos públicos. Neste contexto, King, Schneer, e White (2017) realizaram um conjunto de experiências de larga escala onde manipularam os temas abordados por um conjunto de jornais norte-americanos. Após a manipulação, o impacto na agenda pública foi medido através de uma análise de conteúdo automática aos temas abordados em publicações na rede social Twitter. Os resultados apoiam a hipótese de que os *media* determinam a agenda dos públicos, sugerindo uma relação causal com origem nos *media*.

A constatação de que os *media* têm influência nos assuntos que dominam o debate público é um argumento relevante para promover o seu escrutínio e para interrogarmos o seu conteúdo. Isto torna-se particularmente relevante se considerarmos que os *media* podem influenciar não só os assuntos que marcam presença na agenda, mas também a forma como estas audiências pensam e discutem estes assuntos. Esta forma de influência dos *media* tem sido apelidada por vezes de *agenda-setting* de atributos ou de segundo nível (McCombs, 2005; McCombs, Llamas, Lopez-Escobar, & Rey, 1997).

Contudo, a respeito da terminologia, esta dissertação segue a linha de Scheufele (2000), que associa ao *agenda-setting* questões relacionadas com a saliência e atribui ao *framing* as

questões ligadas aos esquemas interpretativos de uma determinada situação expostas acima. Embora o *agenda-setting* também condicione a forma como as audiências falam dos assuntos, este condicionamento limita-se à saliência de determinados atributos. Neste contexto, as teorias do *framing* constituem um caminho mais promissor para abordar esta componente do discurso dos públicos.

4.2.2 *Framing*

Embora o conceito de *frame* ou enquadramento já tenha sido mobilizado anteriormente, importa agora revesti-lo do substrato teórico necessário à sua operacionalização na investigação. Como salienta Scheufele (2000), as teorias do *framing* encontram raízes na psicologia (Kahneman & Tversky, 1979) e na sociologia (Goffman, 1974) e a sua abordagem do ponto de vista dos *media* encaixa-se no construtivismo social (Scheufele, 1999, p. 105). Se estas características facilitam a ligação do conceito com o estudo do discurso sociocognitivo apresentado acima (T. A. van Dijk, 2018), deve-se também reconhecer a indefinição que tem sido associada ao uso do conceito (Scheufele & Iyengar, 2017).

“O *framing* caracteriza um processo dinâmico e circunstancialmente limitado de formação de opinião em que as formas predominantes de apresentação na retórica das elites e dos meios de comunicação de massas moldam a opinião pública”⁴⁷ (Scheufele & Iyengar, 2017). Em contraste com o *agenda-setting*, o *framing* não foca ‘o que’ é comunicado mas sim ‘como’ é comunicado. A definição de Scheufele e Iyengar é uma delimitação intencional do conceito de *frames* ao domínio da comunicação de massas, embora o trabalho de Goffman (1974) mostre como este conceito se pode aplicar a muitas outras situações do quotidiano.

Grande parte da confusão conceptual no *framing* advém da confusão entre o que Scheufele e Iyengar (2017) apelidam de *frames* de equivalência e *frames* de ênfase, ligados respetivamente às raízes psicológicas e sociológicas do conceito. Os *frames* de equivalência referem-se a diferenças subtis na apresentação da informação, como a descrição de uma escolha com os mesmos resultados em termos de ‘ganhos’ ou ‘perdas’ (Kahneman & Tversky, 1979). Um exemplo frequentemente usado para ilustrar o conceito é o estímulo do ‘B’ partido (Bruner &

⁴⁷ “Framing defines a dynamic, circumstantially-bound process of opinion formation in which the prevailing modes of presentation in elite rhetoric and news *media* coverage shape mass opinion”

Minturn, 1955), que facilmente pode ser lido como a letra 'B' ou o número '13' manipulando o contexto ('A' e 'C' ou '12' e '14', respetivamente).

Em contraste, os trabalhos orientados para os *frames* de ênfase baseiam-se predominantemente na definição de Gamson e Modigliani (1987, p. 143) “uma ideia central ou história que dá significado a um desenrolar de eventos... O *frame* sugere sobre o que é a controvérsia, dá significado a um assunto”. Neste contexto, os *frames* são um mecanismo de construção de sentido a que os jornalistas recorrem, que não se relacionam apenas com aspetos subtis da apresentação, mas que implicam alterações mais profundas na mensagem. Scheufele e Iyengar (2017) consideram que este foco nos *frames* de ênfase compromete o conceito, tornando-o redundante e dificultando a observação dos efeitos dos *frames*.

Com base nestas reflexões, como se devem situar os *frames* mencionados no capítulo anterior? Os *frames* de jogo e de assunto não diferem apenas na sua forma de apresentação da mesma informação, mas reportam-se frequentemente a informações diferentes. Considerando as definições acima, seria difícil, por exemplo, enquadrar a informação sobre os resultados de uma sondagem num *frame* de assunto. Nesta perspetiva, esta tipologia não se refere apenas à forma como algo é dito mas também àquilo que é dito.

Esta constatação, que se pode aplicar também de alguma forma à negatividade e positividade nas notícias, parece indiciar que as escolhas jornalísticas para a construção das notícias deveriam ser abordadas do ponto de vista do *agenda-setting* e não no âmbito do *framing*. Porém, há dois motivos que nos levam a considerar o *framing* como a base teórica preferencial para estas vertentes. (1) Embora existam opções de conteúdo inerentes aos *frames*, estas podem também ser encaradas como formas de olhar, de abordar e de discutir a campanha. O que está aqui em causa não é a saliência da campanha em si nas notícias, mas de diferentes formas de enquadrar e de dar sentido a um conjunto de acontecimentos que constituem a campanha eleitoral. (2) O propósito deste estudo em termos de resultados não é apenas o de verificar se o uso de *frames* de jogo ou de assunto por parte dos jornalistas aumenta a saliência dos conteúdos associados (ex: sondagens ou políticas económicas) nos textos dos públicos, mas sobretudo avaliar a relação dos *frames* utilizados com a forma como os públicos falam da campanha eleitoral.

Desta forma, apesar das reservas de Scheufele e Iyengar, e admitindo que esta opção implica uma certa flexibilidade na definição de *framing*, reafirma-se a decisão de considerar as abordagens de assunto, de jogo, positivas e negativas como *frames*. Como advoga Reese (2007), parte do valor do *framing* reside precisamente na criação de pontes entre abordagens teóricas e

metodológicas que habitualmente se apresentam dissociadas. Neste contexto, importa mencionar que o tratamento não se limita aos *frames* enfáticos, mas também aos *frames* equivalentes. Embora, como é detalhado adiante, o desenho metodológico não permita o tratamento experimental que é característico das raízes psicológicas do *framing*, a análise do discurso permite pensar as opções discursivas e interrogar as manifestações mais subtis dos *frames* de uma forma equiparável aos estudos cognitivos do *framing*.

4.2.3 Mediatização

Tanto as teorias do *agenda-setting* como do *framing* contemplam designações para os processos envolvidos na construção da agenda e dos *frames* dos *media*. O termo *agenda-building* (Cobb & Elder, 1971) refere-se à forma como a agenda dos *media* é determinada pelos decisores políticos ou por outros fatores da realidade social. O exercício de Funkhouser (1973) de comparar a agenda dos *media* com dados estatísticos sobre os temas enquadra-se neste domínio, mesmo que o termo *agenda-building* não seja usado pelo autor.

No domínio do *framing*, Scheufele (2000, p. 307) avança a designação *frame-building* para caracterizar o processo e os fatores que influenciam a seleção de *frames* para as notícias. Numa operacionalização do conceito e seguindo a definição mais sociológica de *framing*, Hänggli (2012) mostra como o poder das fontes, a repetição dos *frames* pelas fontes e os cargos ocupados pelos atores políticos estão relacionados com a adoção de um determinado *frame* pelos *media*.

Embora grande parte dos estudos de *agenda-building* e de *frame-building* se preocupem em analisar a determinação dos textos jornalísticos pelos políticos, a hipótese contrária também deve ser considerada, ou seja, a adequação das ações e declarações dos políticos à lógica dos *media*. Esta ideia pode expressar-se no processo de mediatização da política, mencionada no capítulo anterior (Mazzoleni & Schulz, 1999).

Considerada neste contexto, a mediatização é um processo que se pode enquadrar no paradigma dos efeitos dos *media*, que visam não só as audiências, mas também outros setores da sociedade. Com base em estudos anteriores, Walgrave e Aelst (2006) sistematizam um conjunto de fatores que condicionam a interação entre a agenda política e a agenda dos *media*, incluindo o tipo de cobertura mediática e fatores contextuais da política. Particularmente relevante para este trabalho é a constatação de que esta interação assume contornos significativamente diferentes nas semanas de campanha que antecedem o dia de eleições. “Contrariamente aos

resultados mistos de estudos em épocas rotineiras, os resultados dos estudos das campanhas são menos contraditórios: Durante a campanha, o impacto dos *media* nas agendas dos candidatos e dos partidos é limitado ou até ausente” (Walgrave & Aelst, 2006, p. 96). Isto sugere que embora a hipótese de que os *media* influenciam as agendas políticas seja admissível, será particularmente difícil que esta se verifique em período eleitoral.

Ainda neste contexto, importa mencionar a importância que o paralelismo político (Hallin & Mancini, 2004) pode assumir para moderar a relação entre as agendas. Há evidências que mostram que os políticos têm tendência a responder a questões colocadas por jornais lidos pelos seus eleitores (van der Pas, van der Brug, & Vliegenthart, 2017). Isto significa que a influência dos *media* na agenda política pode estar condicionada às características dos seus leitores. Enquanto Portugal apresenta um grau reduzido de polarização das audiências, tal não significa que o relacionamento dos jornalistas com as fontes não possa condicionar a ação de ambas as partes (M. Pinto, 2000).

As teorias sociocognitivas dos efeitos dos *media* ilustram o papel que o jornalismo pode assumir na definição dos discursos dominantes. Nesta secção, os *media* são apresentados como um ator poderoso no panorama do debate público, capaz de condicionar os temas que são discutidos e a forma como estes são discutidos. Os jornalistas são dotados de autonomia e as escolhas jornalísticas podem determinar a opinião e a discussão pública.

No entanto, embora exista sustentação empírica para os efeitos dos *media*, as suas manifestações são frequentemente condicionadas pelos contextos e pelos públicos. Esta constatação evidencia o carácter ativo, heterogéneo e complexo dos públicos e da forma como estes processam a informação veiculada pelos *media*. Couldry (2008) aponta as limitações do conceito de mediatização enquanto retrato de uma influência uniforme dos *media*, contrastando-o com o conceito de mediação. Não negando a utilidade do conceito de mediatização, o autor acredita que este não abarca a “heterogeneidade das transformações que os *media* originam num espaço social complexo e dividido” (Couldry, 2008, p. 375) que está presente no conceito de mediação. A próxima secção sublinha esta heterogeneidade, focando-se nas teorias e nos estudos que privilegiam a receção e a centralidade das audiências enquanto públicos.

4.3 Receção

Na sua sistematização histórica da investigação e das teorias sobre os efeitos dos *media*, McQuail (2003, pp. 423-428) atribui à última fase a designação de “influência negociada dos *media*”, uma abordagem que reconhece o poder dos *media* mas também o papel das audiências e das suas escolhas na interação com as construções simbólicas oferecidas pelos *media*. Embora o estudo das audiências seja um empreendimento complexo, trata-se de um exercício necessário não só para demonstrar as aplicações contingentes das teorias dos efeitos, mas para explorar processos de apropriação, remediação e resistência que têm um valor académico por si mesmos (Livingstone, 2015).

4.3.1 Codificação e descodificação

No contexto do estudo das audiências, a ideia de codificação e de descodificação de S. Hall (1993) apresenta um ponto de partida útil para esta reflexão. A codificação de uma mensagem implica algum controlo sobre a sua receção e as mensagens não estão abertas a qualquer interpretação, mas a descodificação da mensagem pode gerar uma interpretação distinta daquela que era pretendida pelo emissor, um afastamento dos significados pretendidos ou dominantes. Hall salienta ainda que a definição dos significados dominantes se relaciona necessariamente com as relações de poder. As interpretações consideradas ‘naturais’ não são mais do que a afirmação de uma ordem cultural dominante que é naturalizada tanto ao nível da codificação como da descodificação.

Esta abordagem de Hall abre a porta à negociação de significados ou até mesmo à resistência e rejeição no momento da descodificação. Sobressai assim a polissemia das mensagens e é enfatizado o papel da audiência ativa e crítica na relação com os *media*. As mensagens dos *media* chegam a contextos de receção que podem ser substancialmente diferentes dos da produção e competem com esquemas interpretativos que têm origem noutros atores e instituições sociais.

4.3.2 Influência pessoal e social

A ideia de que as mensagens dos *media* não são processadas de uma forma linear pelas audiências já estava presente na obra de E. Katz e Lazarsfeld (1955) sobre a influência pessoal. Na sua teoria do *two-step flow of communication*, os autores avançam a hipótese de que as mensagens dos *media* fluem para os líderes de opinião, que por sua vez interpretam e transformam a mensagem para depois a transmitirem ao resto da audiência. Este trabalho surge de um estudo anterior sobre as opções de voto, em que Lazarsfeld et al. (1948) constataram que há um grande leque de fatores com maior influência do que os *media* na determinação das opções de voto dos eleitores.

A teoria da espiral do silêncio de Noelle-Neumann (1974) também pode ilustrar a importância do contexto de receção para o discurso público. Na sua base, a teoria propõe que as percepções da opinião pública podem levar os indivíduos a sentir-se relutantes em expressar publicamente a sua opinião quando esta é percebida como sendo minoritária. Esta autocensura seria motivada pelo medo de ostracismo e de rejeição por parte dos membros da comunidade.

Se a teoria da espiral do silêncio pode ser vista como uma teoria dos efeitos dos *media*, uma vez que estes podem influenciar a percepção da opinião pública, é também evidente que a opinião de uma comunidade pode ser avaliada pelas suas manifestações em textos, sobretudo quando estes provêm da rede de contactos de um indivíduo. Embora as evidências de que a percepção do clima de opinião influencia a verbalização de uma opinião dissonante sejam limitadas e contingentes (Hayes & Matthes, 2017, p. 766), o fenómeno ilustra a importância que os fatores ligados à audiência podem ter na produção de textos pelos públicos.

4.3.3 Características e escolhas da audiência

Com base nestes trabalhos, pode-se destacar a ideia de que a receção das mensagens dos *media* depende do contexto sociocultural e das características individuais dos membros da audiência. Esta constatação é evidente em fenómenos como o já mencionado efeito de *media* hostil (Gunther & Schmitt, 2004), já que os leitores percebem o enviesamento de uma notícia de acordo com a sua própria posição sobre o assunto abordado. Ilustrando a complexidade da audiência no estudo dos *media*, verifica-se que este efeito pode ser *mediado* pela literacia

mediática dos membros da audiência (Vraga & Tully, 2015) e que mesmo esta mediação não afeta de igual forma grupos com orientações partidárias distintas.

De um ponto de vista mais fundamental, importa recordar que a própria exposição das audiências ao conteúdo dos *media* não é uma casualidade. A teoria dos usos e gratificações (Elihu Katz, Blumler, & Gurevitch, 1973, p. 510) parte do pressuposto que há necessidades e expectativas dos membros da audiência em relação aos *media* que conduzem a padrões de exposição distintos, em busca de gratificações ou outras consequências, intencionais ou não. Embora a teoria dos usos e gratificações tenha algumas limitações, como a sua natureza individualista ou a ênfase numa decisão intencional e racional na escolha dos conteúdos (Ruggiero, 2000), a investigação realizada neste âmbito é particularmente relevante para entender os ambientes digitais interativos (Rubin, 2009, p. 178).

Para além dos usos e gratificações, o conceito de exposição seletiva, já referido na secção relativa à objetividade e imparcialidade, pode ser particularmente útil para abordar as escolhas das audiências dos *media*. A exposição seletiva pode ser definida de uma forma abrangente como a tendência de um sujeito para ver e ouvir informação congruente com as suas atitudes e posições. Embora alguns trabalhos tenham levantado dúvidas sobre o conceito (Sears & Freedman, 1967), admite-se que hoje em dia, dado o aumento da oferta de conteúdos mediáticos e a natureza interativa da internet, o ambiente é mais propício à exposição seletiva (Stroud, 2008).

No contexto específico deste estudo, a exposição seletiva associada às orientações partidárias pode ser particularmente interessante. Especificamente, a ideia de que a exposição seletiva pode conduzir à polarização partidária (Stroud, 2010) tem consequências importantes para as dinâmicas discursivas dos públicos. Uma maior polarização das audiências pode dificultar a chegada a um consenso e, assim, comprometer a viabilidade de um debate democrático deliberativo e racional.

A respeito da exposição seletiva, importa ainda ressaltar que o contacto com informações consonantes não se restringe aos *media*, mas pode também abranger a comunicação interpessoal e as redes de contactos. A emergência de conceitos como câmara de eco (*echochamber*) e de bolhas filtro (*filter bubble*), este último relacionado especificamente com a componente algorítmica da exposição a informação *online*, reflete precisamente a preocupação de que os meios digitais possam estar a limitar a exposição a informação dissonante (Williams et al., 2015).

Contudo, as evidências de que *websites* de redes sociais digitais como o Facebook contribuem para esta exposição seletiva são limitadas. Se, por um lado, o acesso a artigos através

de *websites* de redes sociais digitais e de motores de busca está associado a uma maior segregação ideológica que a consulta de websites noticiosos, estes canais também estão relacionados com uma maior exposição a perspectivas dissonantes (Flaxman et al., 2016). Para além disso, as escolhas individuais parecem ser um fator mais limitativo à exposição a conteúdo dissonante do que os algoritmos (Bakshy, Messing, & Adamic, 2015), uma constatação que contribui para mitigar os receios associados às bolhas filtro.

4.3.4 Agenda-setting inverso

Se no paradigma dos efeitos é considerada a possibilidade de os *media* determinarem o discurso das audiências, por uma questão de coerência deve-se equacionar a possibilidade inversa, ou seja, de que as audiências determinam o discurso dos *media*. Se, por um lado, a afirmação de que os jornalistas moldam a cobertura noticiosa em função de um leitor real ou imaginário pode ser aceite sem grandes reservas, a asserção de que os públicos influenciam ativamente os textos jornalísticos exige maior cautela.

No âmbito da teoria do *agenda-setting* as evidências parecem não apoiar a hipótese da influência dos públicos na agenda dos *media*: “A cobertura noticiosa não é largamente afetada pela opinião pública e a pressuposição de que o *agenda-setting* é um processo recursivo está enterrada” (Behr & Iyengar, 1985, p. 47). Há, no entanto, três considerações que se deve ter em mente relativamente a esta conclusão: (1) embora não tenham encontrado evidências globais de *agenda-setting* inverso, Behr e Iyengar observaram que o fenómeno ocorria num caso específico (inflação); (2) este estudo tem como variáveis a opinião pública como um todo e a cobertura noticiosa agregada, no entanto, não se pode excluir à partida a hipótese de que segmentos específicos do público podem colocar assuntos na agenda dos *media*; (3) a introdução do digital nas dinâmicas de interação dos públicos pode ter alterado a situação relativamente à época em que o estudo de Behr e Iyengar foi elaborado.

A constatação de que o *agenda-setting* inverso ocorre em casos específicos não deverá ser surpreendente. À semelhança de Behr e Iyengar (1985), Uscinski (2009) também verifica que para determinados assuntos a preocupação pública com um assunto precede a agenda dos *media*. Este fenómeno acontece em temas que afetam diretamente ou têm implicações para o quotidiano das audiências, mas não estão na agenda das fontes tradicionais ou não cumprem de uma forma evidente os critérios de noticiabilidade das redações.

Apesar da sua capacidade para avaliar a atualidade, há situações em que os jornalistas subestimam a importância que um determinado assunto tem para a sua audiência. Através das redes sociais digitais e das métricas detalhadas dos *websites* esse tipo de dissonância entre a agenda dos *media* e a agenda dos públicos torna-se ainda mais evidente e as redações podem dar uma resposta mais rápida às prioridades da sua audiência.

Os públicos podem também impor a sua agenda através de mobilizações e iniciativas que vão ao encontro dos critérios de noticiabilidade praticados pelas redações. Estes critérios podem ser cumpridos, por exemplo, através de mobilizações de grande impacto pelo seu número, como manifestações e petições (J. Gonçalves, 2013), pelas suas consequências, como bloqueios de estradas ou greves, ou pelo seu caráter original e disruptivo. Contudo, mesmo nestes casos, é necessário distinguir entre ser noticiado e determinar a agenda. Não desconsiderando o seu impacto mediático, as iniciativas acima podem ser uma resposta a um assunto que foi colocado na agenda pelos *media* e não uma forma de determinação da agenda em si mesmas. Neste caso, estas iniciativas seriam mais uma confirmação do poder de *agenda-setting* dos *media* do que propriamente evidências do seu inverso.

Como mencionado acima, a possibilidade de influência das audiências na agenda dos *media* é mais visível num ambiente digital (Weaver & Choi, 2017, p. 371). Um exemplo deste processo pode ser observado na China, em que os assuntos discutidos nas redes sociais acabam por ser abordados pelos *media* estatais (Jiang, 2014). Neste caso específico, as agendas de ambas as partes estão limitadas pelas políticas do estado Chinês, o que limita efetivamente os processos de influência. A disseminação de conteúdo 'viral' na internet é outro exemplo deste género, uma vez que no momento em que o conteúdo é abordado na comunicação social uma parte substancial da audiência já teve contacto com o mesmo.

Paradoxalmente, o momento em que é devolvido ao eleitorado o poder da escolha parece ser aquele em que há maior dependência dos atores tradicionais e a margem dos públicos para influenciar as mensagens dos *media* se estreita. Como observado anteriormente (F. V. M. Ribeiro, 2006), a voz dos cidadãos na campanha assume frequentemente um papel meramente ornamental. A opinião pública é amplamente medida através de sondagens, mas as evidências de que esta condiciona as mensagens dos *media* são bastante limitadas.

4.3.5 Resistência dos públicos

No contexto da abordagem à relação entre os *media* e o discurso dos públicos, as instâncias em que se manifesta uma oposição às mensagens veiculadas pelos *media* devem ser consideradas com particular interesse. Na terminologia de S. Hall (1993), isto pode acontecer quando um público opera segundo um código de oposição, rejeitando o significado preferencial da mensagem. Esta oposição pode também acontecer quando os públicos se definem pela sua oposição às mensagens veiculadas pelos *media* ou às narrativas dominantes, constituindo-se como contrapúblicos (Fraser, 1992).

As possibilidades de comunicação muitos-para-muitos oferecidas pelas redes sociais digitais podem ser particularmente propícias à constituição de contrapúblicos. Jackson e Foucault Welles (2015), por exemplo, mostraram como os públicos usaram uma campanha da polícia de Nova Iorque no Twitter (#MYNYPD) que tinha como propósito aproximar os cidadãos da polícia para difundir mensagens que alertavam para o problema da violência policial. Noutro exemplo, Renninger (2015) mostrou como a plataforma de blogues Tumblr favorecia a comunicação de contrapúblicos da comunidade assexual.

A resistência ativa dos públicos no domínio de um tema ou assunto específico é observada em várias instâncias e é potenciada pelos meios digitais. Contudo, essa resistência pode não se observar apenas ao nível do que é discutido, mas também da forma como os temas são discutidos. Segundo Dahlberg (2018, pp. 39-40), os contrapúblicos adquirem o seu carácter de oposição porque articulam discursos contra-hegemónicos, contra os limites da esfera pública e contra os discursos dos quais são excluídos.

A ideia de que o discurso dos públicos é determinado pelos *media* conta apenas parte da história. Os públicos têm autonomia para negociar e resistir aos discursos dos jornalistas e das elites, podendo até em alguns casos inverter o sentido das dinâmicas de influência. Por muito que políticos e partidos estejam no centro da cobertura mediática da campanha eleitoral, uma abordagem ao discurso dos públicos que descarte a complexidade dos contextos e lógicas de receção estará sempre condicionada à partida.

4.4 Contexto sociocultural e ideológico

Embora o trabalho proposto não inclua uma comparação entre discursos de culturas e países distintos, importa reconhecer a variação que está inerente às realidades nacionais e culturais. As dinâmicas associadas aos *media* e aos públicos são condicionadas pelos contextos mais abrangentes. Considerar este fator não só permite contextualizar de uma forma mais adequada a análise dos resultados, como também introduz a cautela necessária à generalização das conclusões.

Uma das melhores ilustrações da variabilidade nacional nos sistemas políticos e mediáticos é a já mencionada obra de Hallin e Mancini (2004), *Comparing media Systems*, em que os autores avançam três modelos para os sistemas mediáticos e políticos nas democracias ocidentais. Estes modelos, designados polarizado pluralista, democrático corporativista e liberal, são apresentados como tipos-ideais, reconhecendo-se que as diferenças entre os países não podem ser simplesmente reduzidas a três categorias globais. Os modelos e a determinação dos países correspondentes foram elaborados considerando fatores como o mercado mediático, o paralelismo político, o grau de profissionalização dos jornalistas e o papel do Estado. Importa ainda salientar que nesta categorização Hallin e Mancini atribuem especial relevância ao contexto histórico e político de cada sistema mediático.

Comparing media Systems serviu de base para vários trabalhos que adaptaram, aperfeiçoaram e expandiram os modelos iniciais (Brüggemann, Engesser, Büchel, Humprecht, & Castro, 2014; Büchel, Humprecht, Castro-Herrero, Engesser, & Brüggemann, 2016), para críticas (Norris, 2013) e para uma revisão dos próprios autores (Hallin & Mancini, 2017). Estes estudos baseiam-se em indicadores que ilustram as diferenças entre os sistemas mediáticos e os públicos dos países. Alguns dos indicadores provêm de estudos focados no lado da produção, como o *Worlds of Journalism Study* (Hanitzsch et al., 2011), enquanto outros se focam no lado do consumo, como o *Reuters Institute Digital News Report* (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy, & Nielsen, 2017).

Considerar as diferenças entre países é um exercício pertinente uma vez que estas podem ter implicações concretas na relação entre os *media* e os públicos. Características ao nível dos países afetam, por exemplo, as dinâmicas de *agenda-setting* (Peter, 2003), dos usos e gratificações (Grace-Farfaglia, Dekkers, Sundararajan, Peters, & Park, 2006) e da espiral do silêncio (Huang, 2005). Assim, enquanto não é possível observar a forma como estas dinâmicas

se desenrolam num estudo que não contempla várias realidades nacionais e culturais, uma contextualização adequada pode contribuir para uma interpretação mais precisa dos resultados.

Como é evidenciado no trabalho de Edward T. Hall, as dimensões mais básicas da interação social como tempo (E. T. Hall, 1996) e o espaço (E. T. Hall, 1986) podem variar culturalmente. De uma forma semelhante, diferenças ideológicas podem exercer uma influência no conteúdo dos *media* (Shoemaker & Reese, 1996, pp. 221-252). Isto significa que se deve considerar que as variações nos textos podem ter raízes culturais tão fundamentais que não são facilmente perceptíveis sem uma imersão mais profunda nos contextos em que se enquadram. Enquanto membros da cultura e do contexto que se pretende estudar, considerar estes pressupostos fundamentais não é um exercício fácil para os investigadores. No entanto, está subjacente à construção deste estudo a tentativa de adotar uma atitude crítica face à condição de pertença aos públicos que se pretende estudar.

4.5 Síntese

A interação entre os públicos e os *media* é um fenómeno complexo e multifacetado. Ao elencar teorias que abordam os efeitos, a receção e o contexto, torna-se possível apreender esta complexidade e integrá-la na análise dos comentários dos leitores. Desta forma, este estudo reconhece a agência dos públicos e a sua autodeterminação sem excluir a influência dos *media* no comportamento desses mesmos públicos. Para além disso, considera-se que todas estas dinâmicas têm lugar num contexto sociocultural que as determina e é determinado por elas. Em vez de abraçar uma única perspetiva teórica, esta dissertação recebe e põe em diálogo os contributos das várias tradições de investigação sobre os *media*.

O próximo capítulo é dedicado aos comentários dos leitores, o objeto de estudo que dá corpo aos públicos e permite cruzar os dados empíricos com as teorias e estudos apresentados até este ponto. Neste âmbito, são apresentadas as características que tornam as caixas de comentários dos jornais um local privilegiado para observar a interação dos públicos com o conteúdo dos *media*.

5. OS COMENTÁRIOS DOS LEITORES

5.1 A génese e a evolução dos comentários dos leitores

Em 1973, na cidade norte-americana de Berkeley, na Califórnia, um grupo de três entusiastas da tecnologia desenvolveu um quadro de avisos eletrónico (*bulletin board*) (Cybernetics, 1976) a que chamaram Community Memory. O princípio de funcionamento do sistema era simples e aberto, uma vez que qualquer pessoa podia aceder ao terminal de computador e ler as publicações de outros utilizadores. Para publicar o seu próprio texto no terminal, o participante tinha que inserir uma moeda de 25 cêntimos (Schuler, 1994, p. 44) enquanto a leitura dos textos era gratuita. O projeto teve uma boa adesão por parte da comunidade, o que fez com que os terminais do Community Memory crescessem em número. Eventualmente, a tecnologia na qual se baseava o sistema tornou-se obsoleta e o Community Memory terminou.

Um dos aspetos interessantes do Community Memory é que, na sua conceção, o projeto não especificava quais os usos que a nova ferramenta poderia ter, avançando apenas em termos gerais a intenção de ‘melhorar’ a vida em comunidade⁴⁸. Apesar da multiplicidade de usos possíveis, a equipa relata a publicação de textos semelhantes às cartas ao editor, mas com uma forma e um estilo muito mais livres (Cybernetics, 1976, p. 100). De igual forma, o sistema parece ter dado origem ao primeiro *troll*⁴⁹ da internet⁵⁰, um utilizador que se identificava como Benway e que publicava textos absurdos e jocosos.

O Community Memory possuía já uma das características essenciais dos comentários dos leitores às notícias, a possibilidade de publicação de todos para todos. De facto, os usos relatados acima mostram que parte dos textos publicados se aproximavam já dos comentários dos leitores, cartas ao editor que são mais flexíveis na sua forma e no seu estilo. No entanto, convém salientar que há diferenças importantes entre o Community Memory e os espaços de participação contemporâneos.

⁴⁸ <https://people.well.com/user/szpak/cm/cmflyer.html>, acessido em 19/06/2018

⁴⁹ Utilizador que procura perturbar o funcionamento normal dos *fora* de discussão na internet

⁵⁰ <https://people.well.com/user/szpak/cm/>, acessido em 19/06/2018

Atualmente, a participação em *fora* de discussão digitais não requer o acesso a um terminal de computador específico, já que a internet possibilita o acesso ao espaço digital comum a qualquer computador pessoal ou dispositivo móvel. Na transposição do *bulleting board* para a realidade dos jornais, os espaços de publicação de comentários aparecem habitualmente associados a notícias específicas, sendo apresentados normalmente abaixo ou ao lado da notícia. Para além da simples publicação e visualização de mensagens por parte dos utilizadores, outras funcionalidades foram implementadas como a moderação, a resposta a outros utilizadores e a votação de comentários.

Pelas funções que cumprem e pela sua natureza participativa, as cartas dos leitores podem ser consideradas um antecessor natural dos comentários dos leitores. Tal como os comentários, as cartas dos leitores salientam o carácter dialógico da imprensa, permitindo ao leitor interagir com o jornal e com outros leitores (M. T. d. Silva, 2009, p. 107). À semelhança dos comentários, as cartas dos leitores também são publicadas no espaço do jornal, onde podem ser lidas pelos restantes leitores.

Contudo, os comentários dos leitores também apresentam diferenças substanciais face a esta forma mais tradicional de contacto com a redação. A instantaneidade do meio digital significa que a vertente dialógica das cartas é acelerada, com a publicação das mensagens e das respetivas respostas a decorrer num espaço de horas ou de alguns minutos, dependendo do sistema de moderação. A moderação em si também apresenta diferenças importantes, enquanto as cartas dos leitores são sujeitas a uma seleção e edição cuidadas, sujeitando-se por vezes a elevadas possibilidades de rejeição (M. T. d. Silva, 2009, p. 212), a ausência de constrangimentos de espaço no meio digital implica que as taxas de publicação dos comentários sejam, por norma, bastante superiores. Dando o exemplo do jornal Público no primeiro trimestre de 2013, verifica-se que mais de 90% dos comentários submetidos foram aprovados para publicação. Por fim, a organização dos *websites* implica que os comentários estão associados a artigos específicos, não sendo remetidos para um espaço ou secção à parte ou incluídos no espaço de opinião, como sucede por norma com as cartas dos leitores.

Pelo que foi possível apurar numa breve análise dos *websites* dos jornais disponíveis na página ARQUIVO.PT⁵¹, o Expresso terá sido o primeiro jornal Português a permitir comentários na sua página de internet, com uma secção de comentários disponível em janeiro de 1998. Em contraste com o molde atual dos comentários, esta seção estava colocada num espaço próprio do

⁵¹ <http://arquivo.pt>, acedido em 20/06/18

website, permitindo aos leitores fazer comentários gerais sobre um número do jornal. No entanto, este espaço apresentava já várias características das caixas de comentários contemporâneas, com os comentários a serem publicados por todos e para todos e pedindo uma identificação do utilizador através de nome e endereço de e-mail. Note-se ainda que a página tinha ainda um espaço denominado ‘Fórum’ cujo propósito era descrito da seguinte forma: “Este será um espaço aberto dedicado à discussão de assuntos específicos, relacionados com notícias do EXPRESSO. Periodicamente, será igualmente utilizado para a realização de debates on-line, com a presença de convidados especiais.”⁵² Embora não seja possível avaliar se esta secção chegou efetivamente a funcionar, a sua disponibilização ilustra a intenção de abertura à participação dos públicos que está presente na génese de várias páginas de internet de jornais.

O jornal Público começou a permitir comentários associados às notícias publicadas *online* a 21 de setembro de 2001 (J. Gonçalves, 2014, p. 4). De igual forma, uma consulta da página do Expresso através do portal ARQUIVO.PT permite constatar que o jornal também permitia comentários na página de cada notícia a 18 de setembro de 2001. A tendência para abrir espaços de discussão digitais para os leitores não é exclusiva dos jornais portugueses. Uma análise de T. Schultz (1999) a 100 publicações norte-americanas concluiu que, em 1998, 33 disponibilizavam fóruns de discussão *online*.

Após o ímpeto da participação que acompanhou o nascimento, desenvolvimento e adoção generalizada das caixas de comentários pelos jornais (Hermida & Thurman, 2008), assiste-se a uma restrição progressiva dos mecanismos de participação dos públicos. A incivilidade e a fraca qualidade dos comentários são apontadas pelos editores como os principais problemas enfrentados pelas redações (Goodman & Cherubini, 2013). Enquanto algumas redações optaram por alocar mais recursos à moderação de comentários ou por exigir mais dados de identificação, outras, como é o caso do jornal Expresso em Portugal, encerraram as caixas de comentários em parte ou na totalidade das suas notícias⁵³.

Ao olhar para a realidade atual, verifica-se que as caixas de comentários dos jornais são uma forma importante para os leitores manifestarem publicamente a sua opinião. A Tabela 5 descreve as formas através das quais os utilizadores de internet em Portugal participam nas

⁵²

<http://arquivo.pt/wayback/19980110134950/http://www.expresso.pt/expresso/forum.asp?comentgeral.asp?ed=1315>, acessado em 20/06/18

⁵³ Ver, por exemplo: <https://www.theatlantic.com/letters/archive/2018/02/letters-comments-on-the-end-of-comments/552392/>; <https://medium.com/global-editors-network/why-news-websites-are-closing-their-comments-sections-ea31139c469d>, acessados em 21/06/2018

notícias. Os dados permitem observar que, numa semana normal, perto de 1 em cada 10 utilizadores comenta as notícias nas páginas dos jornais. Estes dados indicam que os comentários às notícias representam um fórum de discussão relevante no panorama nacional, com uma parte assinalável dos utilizadores portugueses a fazer uso desta ferramenta de participação.

Tabela 5: Formas de participação nas notícias em Portugal

Formas de participação e partilha	Percentagem (n=2007)
Comentar uma notícia nas redes sociais (ex: Facebook, Twitter)	25%
Avaliar, gostar de ou marcar como favorita uma notícia	18%
Votar numa sondagem online num website de notícias ou rede social	14%
Comentar uma notícia no website de um órgão de comunicação social	9%
Enviar uma imagem ou vídeo para um órgão de comunicação social ou publicar no seu website	6%
Participar numa campanha ou grupo em torno de um assunto noticioso	5%
Escrever um blog sobre notícias ou temas políticos	2%
Nenhuma das anteriores	21%

Fonte: Reuters Institute Digital News Report 2017

5.2 O que são os comentários dos leitores?

À semelhança do precursor *Community Memory*, o aparecimento das caixas de comentários está associado a uma certa indefinição quanto às suas funções e objetivos. Enquanto grande parte das redações estabelece regras da comunidade ou normas de utilização que delimitam o tipo de participação que é aceitável nesses espaços, poucas vezes é tornado explícito o propósito das caixas de comentários. No jornal Público, por exemplo, é apenas referido que “as caixas de comentários devem ser utilizadas para defender pontos de vista informados, relevantes e intelectualmente honestos”⁵⁴. No Observador, a formulação é semelhante: “Esta comunidade é uma área onde os membros podem partilhar as suas ideias, opiniões e pensamentos”⁵⁵. As caixas

⁵⁴ <https://www.publico.pt/nos/criterios-de-publicacao>, acessado em 21/06/2018

⁵⁵ <https://observador.pt/regras-da-comunidade/>, acessado em 21/06/2018.

de comentários são apresentadas como locais de partilha e de participação, mas o seu propósito e potencial impacto não são habitualmente especificados.

Face a esta indefinição formal por parte das redações, pode-se procurar pistas na própria designação do espaço para desvelar os pressupostos que norteiam os seus usos. Para Foucault (1981, p. 56), o comentário é um procedimento interno dos discursos que assegura a sua delimitação e controlo. Em *The order of discourse*, Foucault refere-se sobretudo a textos literários, religiosos e legais, que se distinguem dos textos (conversas) do dia-a-dia pela sua intemporalidade. No entanto, se um artigo de jornal não pode ser equiparado à *Odisseia* de Homero ou ao *Evangelho*, também não será correto atribuir-lhe a categoria de conversa quotidiana, uma vez que, como referido anteriormente, os textos jornalísticos podem assumir um papel importante na construção dos assuntos relevantes e dos discursos dominantes.

Neste contexto, o comentário apresenta para Foucault (1981, pp. 57-58) o paradoxo de estar preso ao texto que é comentado, mas dizendo o que está articulado de uma forma ‘silenciosa’ para além do texto. O comentário tem a função de eliminar o elemento de aleatoriedade e de multiplicidade do discurso: permite dizer algo para além do texto, na condição de que o que é dito é o texto em si. Assim, Foucault (1981, p.58) atribui ao comentário uma natureza repetitiva, “com um horizonte que nada contém para além do que está no ponto de partida – a mera recitação”. Transpondo esta reflexão para o caso concreto dos comentários dos leitores, estes possibilitam a criação de novos discursos, mas que nunca deixam de ser uma repetição do discurso da notícia. A este respeito, é pertinente constatar que a repetição pode ser mais persuasiva que a qualidade argumentativa em determinados contextos (Gerber, Bächtiger, Fiket, Steenbergen, & Steiner, 2014).

As ideias de Foucault sobre o comentário são relevantes para compreender o objeto de estudo desta dissertação. Contudo, é importante clarificar que a repetição acima referida, sobretudo no caso das notícias e artigos de opinião, está longe de equivaler a um consenso ou a homogeneidade. Frequentemente, a leitura do que está ‘para além do texto’ diverge substancialmente consoante, por exemplo, a orientação política do leitor. No entanto, mesmo estas interpretações divergentes são, em si mesmas, repetições de discursos que podem ser localizados noutros textos noticiosos e políticos. Mesmo quando as interpretações divergem, estas não deixam de estar presas ao texto da notícia e de eliminar a sua aleatoriedade, materializando uma interpretação e excluindo as restantes. Tendo esta perspetiva em consideração, o potencial criador dos comentários parece ser limitado, sendo que iniciativas como movimentos sociais podem

encontrar terreno mais fértil para germinar noutros espaços de discussão. O comentário não é propício ao manifesto, uma vez que trabalha ideias já existentes mas não está na origem de novos movimentos ou revoluções.

De um ponto de vista mais prático, há alguns estudos que incidem sobre as motivações dos leitores para submeter um comentário. Um questionário de Stroud, Duyn, e Peacock (2016) revela que as três principais razões indicadas pelos leitores norte-americanos para comentar são: exprimir uma emoção ou opinião (56.0%); acrescentar informação (39.9%); e corrigir imprecisões e informação falsa (35.1%). No caso português, um questionário de F. Ribeiro (2013b) conclui que dar opiniões sobre o tema noticiado e debater assuntos que afetam diretamente a vida dos leitores são as principais motivações para comentar. Quanto às motivações para não participar, os dados do Reuters Digital News Report 2017 revelam que os internautas portugueses preferem debater as notícias face-a-face (44%), têm falta de interesse (33%) e não acreditam que comentar ou partilhar notícias possa fazer a diferença (18%). De igual forma, o trabalho de F. Ribeiro (2013b) aponta que os comentadores têm a perceção de que o impacto dos seus comentários é bastante reduzido.

Considerando estes dados, se se definir as caixas de comentários pela função que têm para os participantes, estas seriam, por um lado, um espaço de partilha de opiniões e de emoções e, por outro, um local onde os leitores podem corrigir informações dadas na notícia ou avançadas por outros leitores. Apesar da visibilidade dos órgãos noticiosos a que estão associados os comentários, os comentadores parecem reconhecer um impacto reduzido das mensagens que publicam. Isto indica que as motivações se prendem mais com uma vertente de expressão pessoal (Mitchelstein, 2011) do que com a intenção de intervir a um nível societal ou coletivo.

Para terminar a caracterização das caixas de comentários, importa abordar a componente técnica destes espaços. Por norma, os comentários são enviados pelo leitor através de uma caixa de texto com um limite de caracteres associado, localizada em baixo ou do lado direito do conteúdo da notícia (Figura 2 e Figura 3). Para além das restrições no número de caracteres, as redações podem exigir ao leitor um registo prévio para comentar e podem moderar os comentários submetidos a publicação. Algumas caixas de comentários também possibilitam interação entre os leitores, permitindo a votação e resposta a comentários de outros utilizadores. Note-se ainda que algumas redações optam por integrar os seus sistemas de comentários com outras plataformas, como a rede social Facebook. Entre estas características, serão focados em maior detalhe o registo

de utilizadores e a moderação de comentários, que podem condicionar de uma forma mais explícita a interação que ocorre nos espaços de discussão.



Figura 2: Caixa de comentários do Jornal Público (ao lado da notícia)

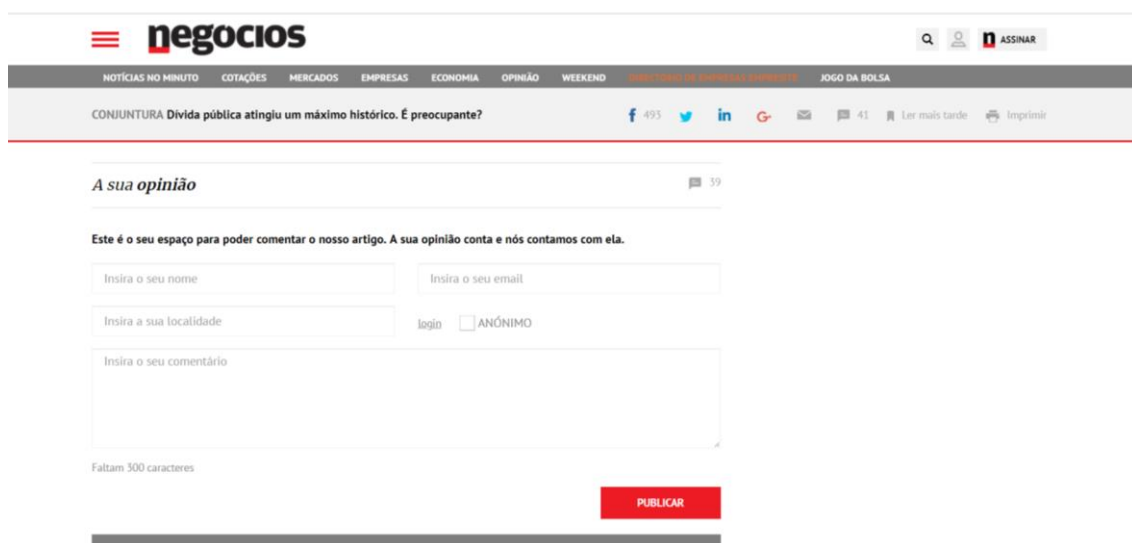


Figura 3: Caixa de comentários do Jornal de Negócios (em baixo da notícia)

As políticas de registo de comentários podem ir de um nível bastante permissivo, em que qualquer utilizador pode comentar de uma forma anónima fornecendo pouca ou nenhuma informação acerca da sua identidade, a um nível exigente e restritivo, com várias publicações a exigirem um número de identificação oficial para confirmar a identidade do utilizador (Goodman & Cherubini, 2013, p. 30). Para além de preocupações legais suscitadas pelo conteúdo dos

comentários, subjaz às políticas de registo e de identificação a crença de que estes fatores têm uma influência importante na qualidade e civilidade da discussão.

A hipótese de que a identificação contribui para um aumento da qualidade das mensagens nas caixas de comentários encontra fundamento em teorias como o efeito de desinibição *online* (Suler, 2004) e o modelo de identidade social dos efeitos de desindividualização (SIDE) (Postmes, Spears, & Lea, 1998). No que Suler (2004) apelida de desinibição tóxica, a influência do anonimato poderá levar o sujeito a construir uma não-identidade ou uma identidade alternativa, ambas potenciando formas de expressão que estariam inibidas noutros contextos e que assumem frequentemente um contorno negativo ou prejudicial (tóxico).

Em contraste, o modelo SIDE avança que as alterações comportamentais sob o anonimato não se devem apenas a uma perda de identidade, mas a uma alteração de saliência da identidade individual para a identidade social ou grupal. Neste caso, a distinção entre o sujeito e o grupo em que este se inclui (*ingroup*) desvanece-se e os estereótipos em relação a outros grupos (*outgroup*) são exacerbados. A já mencionada experiência de Robbers Cave (Sherif et al., 1961/1988) ilustra bem o papel que as identidades grupais podem ter na promoção do conflito e, conseqüentemente, na fomentação de um ambiente incivil nas caixas de comentários.

Em termos empíricos, a ligação entre o anonimato e uma redução na civilidade ou na qualidade dos comentários não é clara. Um estudo de Santana (2014) que compara a incivilidade de comentários publicados em *websites* de jornais que permitem o anonimato com jornais que não permitem comentários anónimos conclui que o anonimato está associado a uma maior incivilidade. Em contraste, um estudo de Rowe (2015), que compara comentários submetidos no *website* e na página de Facebook do Washington Post, concluiu que os últimos apresentam maior qualidade deliberativa que os primeiros. Sendo que o Facebook está associado a um maior grau de identificação, estes resultados contrariam a expectativa inicial de que o anonimato seria prejudicial à discussão. Em sentido contrário, um estudo nos Países Baixos chegou à conclusão de que a integração dos comentários com o Facebook tem um efeito positivo na qualidade dos comentários mas reduz a participação (Hille & Bakker, 2014). Outro estudo (Berg, 2016) conclui que o anonimato tem um efeito reduzido na qualidade da discussão *online*, sendo que fatores como a controvérsia do tema a ser abordado têm uma maior importância para prever qualidade da discussão. O nosso próprio trabalho (J. Gonçalves, 2015), que incidiu sobre a realidade portuguesa, mostra que os utilizadores que não se identificam não apresentam taxas superiores de agressividade. Concretamente, apenas os utilizadores que se apresentam com pseudónimos

evidenciaram taxas de agressividade superiores às dos comentadores anónimos e dos comentadores que indicam um nome real credível.

O anonimato pode, no entanto, trazer algumas vantagens do ponto de vista democrático. A ausência de identificação permite aos comentadores articular opiniões que são impopulares ou estão em minoria sem que estes tenham receio de repercussões, mitigando os efeitos da espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1974). Apesar dos riscos associados a um decréscimo na qualidade do discurso, o anonimato está associado a uma maior participação dos leitores. Veja-se o caso do jornal Público, onde o fim do anonimato em 2013 representou um decréscimo de cerca de 50% no volume de comentários.

Uma vez que, em grande parte dos casos, o registo não é uma forma linear e automática de melhorar a qualidade da discussão, as redações implementam sistemas de moderação para mitigar os problemas de incivildade e agressividade. O processo de moderação implica a verificação, automática ou manual, do conteúdo de um comentário para verificar se o mesmo está em conformidade com os critérios de publicação do jornal, que normalmente são disponibilizados publicamente para consulta. Quando os critérios não são cumpridos, o comentário não é publicado ou é removido da página do jornal.

A moderação pode ocorrer em dois momentos distintos, antes da publicação do comentário (pré-moderação) ou após a publicação (pós-moderação). A pré-moderação é mais eficaz para garantir que as normas das caixas de comentários são cumpridas, uma vez que todos os comentários são verificados antes de serem tornados públicos. Contudo, o elevado volume de comentários e a importância da instantaneidade (Tadeu, 2012, p. 32) fazem com que a adoção deste sistema seja particularmente exigente para as redações. Este problema tem sido abordado de formas distintas, através da subcontratação de moderadores (caso a redação tenha os recursos financeiros para isso) ou, numa abordagem mais criativa, delegando a responsabilidade de moderação de comentários na comunidade, um sistema adotado, por exemplo, pelo jornal Público.

A pós-moderação de comentários é mais económica, mas também mais permissiva a violações dos critérios de publicações. Grande parte das redações que optam pela pós-moderação apenas analisa os comentários que foram sinalizados pelos utilizadores como potencialmente violando as normas da caixa de comentários (Goodman & Cherubini, 2013, p. 21). Embora o sistema seja menos rigoroso, a pós-moderação apresenta a vantagem da instantaneidade, sendo que os comentadores não precisam de esperar pela moderação da redação para ver o seu comentário publicado.

Em termos de dados empíricos relativamente à eficácia dos sistemas de moderação, não será surpreendente constatar que os sistemas de pré-moderação estão associados a uma maior civilidade e menor hostilidade, enquanto a pós-moderação apenas tem um efeito significativo no aumento da civilidade (Ksiazek, 2015). A respeito da moderação, é ainda importante notar que a deliberação 2/CONT-NET/2011⁵⁶ da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) determina que “a publicação de comentários a notícias divulgadas online, à semelhança do que acontece no ‘correio dos leitores’ das edições impressas, não deve ser feita de forma acrítica pelo jornal.” Desta forma, as implicações da moderação não se cingem apenas à salubridade dos espaços de comentários, mas abrangem também a responsabilidade legal das organizações de *media*.

As considerações sobre as opções técnicas subjacentes à implementação das caixas de comentários dos jornais são relevantes porque, tal como a organização do espaço físico tem traços culturais e condiciona a interação (E. T. Hall, 1986), também o *design* dos espaços virtuais tem implicações na qualidade deliberativa da discussão (Wright & Street, 2007). Juntamente com o contexto histórico e com o enquadramento conceptual, a vertente técnica é uma componente central para a definição das caixas de comentários.

5.3 Os comentários como instrumento da democracia

As caixas de comentários dos jornais fazem parte do impulso participativo digital que ambicionava revitalizar a democracia. A possibilidade de a internet melhorar a participação democrática está inerente aos estudos conduzidos durante os primeiros anos da sua generalização (Dahlberg, 2001), em que os mais otimistas acreditavam na concretização de ideias como a inteligência coletiva (Kerckhove, 1997; Lévy, 1994) e numa democratização da intervenção política. Contudo, este otimismo foi acompanhado de alguma vezes que advertiam para as limitações da internet e para as falhas de um determinismo tecnológico excessivo (Clift, 1998).

Os olhares mais contemporâneos sobre o impacto da internet na democracia são mais cuidadosos a prescrever um sentido positivo ou negativo. Usando como exemplos a primavera

⁵⁶

<http://www.erc.pt/download/YTovOntzOjg6lmZpY2hlaXJvljtzOjM5OjJtZWRpYS9kZWVpc29lcY9vYmplY3RvX29mZmxpbmUvMTY1NC5wZGYiO3M6NjoidGI0dWxvltzOjI1OjJkZWxpYmVvYWNhby0yY29udC1uZXQyMDEljt9/deliberacao-2cont-net2011>, acedido em 21/06/2018

árabe, o movimento *Occupy Wall Street* e o caso da constituição islandesa, Castells (2012) ilustra como os movimentos *online* estão contingentes a um conjunto de fatores *offline* e ao contexto em que se desenrolam as interações. Conceitos como o de cultura participativa (Jenkins, 1992), que inicialmente designava o potencial criativo das comunidades de fãs, têm sido revistos (Jenkins, Ito, & Boyd, 2016) para refletirem a complexidade da sua aplicação a uma internet que é multifacetada. Enquanto autores como Jenkins apresentam uma perspectiva mais otimista, correntes mais críticas como a de Fuchs (2014) alertam para as dimensões de poder e de dominação que permeiam os espaços normalmente tidos como abertos e participativos como as redes sociais.

Fenómenos como a interferência externa nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016 revelam as limitações das redes sociais digitais como o Facebook enquanto instrumentos da democracia (Shane & Mazzetti, 2018). De igual forma, a emergência de movimentos populistas e nacionalistas nos Estados Unidos da América, no Reino Unido, em França e em Itália, entre outros, lança algumas dúvidas sobre os efeitos positivos da proliferação da internet na democracia. Mesmo não sendo possível estabelecer uma relação causal entre o uso da internet e o crescimento de movimentos populistas, é possível pelo menos afirmar que estes movimentos populistas prosperam e se afirmam apesar do uso generalizado da internet.

Os fóruns online como as caixas de comentários são locais que permitem a criação e a comunicação de contrapúblicos. Neste âmbito, Renninger (2015) mostrou como a plataforma de blogues Tumblr facilitou a comunicação de um contrapúblico da comunidade assexual. No caso específico dos comentários às notícias, Toepfl e Piwoni (2015) exploraram a forma como os utilizadores alemães usaram estes espaços para contrariar a narrativa mediática dominante sobre o partido de extrema-direita AfD. Como foi notado anteriormente, existem várias formas distintas de pensar e abordar a democracia. Mesmo que as interações nas caixas de comentários nem sempre sigam as normas deliberativas, alguns traços das discussões entre comentadores, como a agressividade e emotividade, podem ser justificados numa conceção agonística da democracia.

5.4 Quem são os comentadores?

Se o *design* de um espaço de comentários condiciona a discussão, é ainda mais evidente que os contornos desta discussão dependem dos intervenientes que nela tomam parte. Ao encarar a audiência como público reconhece-se necessariamente a sua diversidade e a sua agência. Desta forma, compreender as caixas de comentários é também explorar quem são os comentadores.

O anonimato associado à discussão *online* torna o acesso aos comentadores particularmente difícil. Uma vez que as informações que acompanham o perfil dos utilizadores das caixas de comentários são escassas, a recolha de informação sobre este grupo de leitores apenas pode ser feita através de questionários, que por sua vez dependem da adesão dos próprios. No entanto, alguns estudos podem fornecer informações importantes sobre os comentadores.

Para além de explorar as motivações para comentar, o já mencionado inquérito a comentadores do Center for Media Engagement (Stroud et al., 2016) dá algumas pistas úteis sobre o perfil sociodemográfico dos comentadores nos Estados Unidos da América⁵⁷. Os comentadores, por exemplo, tendem a pertencer mais ao sexo masculino e têm um menor rendimento e nível de escolaridade do que os utilizadores que leem comentários mas não participam.

De forma semelhante, os dados do DNR 17 (Newman et al., 2017) permitem conduzir uma análise do caso português. Tal como acontece nos Estados Unidos da América, os comentadores tendem a pertencer mais ao sexo masculino do que a generalidade dos utilizadores de internet. Contudo, em contraste, os comentadores em Portugal tendem, de uma forma marginal, a ser mais velhos, a ter rendimentos mais elevados e a ter um nível de escolaridade superior à generalidade dos utilizadores de internet.

Ao perfilar os comentadores, sobretudo num contexto de campanha eleitoral, não se deve ignorar a possibilidade de que uma parte substancial dos participantes tenha motivações e incentivos associados aos partidos políticos. A dissertação⁵⁸ de Sá (2013) sugere que há uma manipulação dos conteúdos de vários fóruns de discussão, incluindo as caixas de comentários dos jornais, por parte dos partidos políticos. Estas formas de influência política são também relatadas no guia de boas práticas do World Editors Forum (Goodman & Cherubini, 2013, p. 14), em que vários editores afirmam desconfiar que as caixas de comentários são usadas por políticos e por ativistas partidários para disseminar os seus pontos de vista.

Por fim, importa reconhecer que as rotinas de comentário também variam de utilizador para utilizador. Estas diferenças são espelhadas, por exemplo, na constatação de que as mensagens publicadas por comentadores frequentes têm uma maior probabilidade de ser incivis e de ter menor valor informativo (Blom, Carpenter, Bowe, & Lange, 2014). Desta forma, qualquer

⁵⁷ Consideramos pertinente explorar brevemente o perfil dos comentadores norte-americanos uma vez que uma parte substancial dos estudos sobre caixas de comentários provém dessa realidade.

⁵⁸ Uma vez que não foi possível aceder ao documento original na Universidade de Vigo, as considerações sobre esta dissertação baseiam-se na versão parcial disponibilizada pelo autor em: <https://aventar.eu/wp-content/uploads/2013/11/a-comunicacao-politica-digital-nas-eleicoes-directas-de-2010-no-psd-pelo-candidato-pedro-passos-coelho.pdf>, acedido em 22/06/2018.

análise às caixas de comentários deverá considerar os perfis distintos que os comentadores assumem e a associação destes perfis a determinadas rotinas de comentário.

5.5 O impacto dos comentários nos leitores

O conteúdo de um jornal é pensado, trabalhado e publicado para os seus leitores. Integrados na página da notícia, os comentários são acessíveis a qualquer leitor. Ao explorar as formas como as caixas de comentários e o seu conteúdo alteram a experiência de leitura de um jornal e as percepções do jornalismo, justifica-se simultaneamente a pertinência do objeto de estudo desta dissertação e introduzem-se algumas das questões de investigação.

Existem amplas evidências de que os comentários dos leitores afetam a percepção de uma notícia e de uma organização mediática. Os comentários podem, por exemplo, aumentar a probabilidade de um leitor considerar que uma determinada peça é enviesada (Anderson, Yeo, Brossard, Scheufele, & Xenos, 2018; Lee, 2012) ou que o tratamento jornalístico de um candidato é parcial (Houston, Hansen, & Nisbett, 2011). Um aprofundar destes efeitos sugere uma associação ao efeito de *media* hostil (Vallone et al., 1985), em que a leitura de comentários com uma posição contrária à do leitor desperta a crença de que a cobertura noticiosa é desfavorável à posição desse mesmo leitor. Para além da posição dos comentários relativamente ao tema da notícia, a civilidade também pode desempenhar um papel na percepção de enviesamento, já que os leitores expostos a comentários incivis tendem a perceber uma peça como sendo mais enviesada (Anderson et al., 2018).

Para além do enviesamento, os comentários dos leitores podem impactar as percepções da qualidade jornalística de uma forma mais abrangente. A simples presença de comentários, independentemente da sua civilidade e qualidade, pode deteriorar a percepção da qualidade de um artigo (Prochazka et al., 2016). Contudo, os comentários incivis e sem argumentação racional têm um efeito negativo mais pronunciado. Outro estudo (Y. Kim, 2015) sugere que os comentários têm um impacto na avaliação da qualidade das notícias ao influenciarem a percepção da opinião pública pelo leitor. Neste caso, comentários consonantes com a mensagem da notícia transmitem a ideia de que a opinião pública é da mesma opinião e, conseqüentemente, aumentaram a avaliação do artigo pelos leitores.

Alguns destes estudos indiciam que os comentários dos leitores têm um papel determinante na avaliação que o leitor faz do resto da audiência. Os comentários surgem como

uma forma de discernir a opinião pública (Lee & Jang, 2010), que por sua vez pode afetar a opinião de leitores menos propensos a pensar de uma forma analítica. Os comentários podem também ter um efeito na percepção da influência das notícias em terceiros (nos outros leitores) (Houston et al., 2011). Quanto aos comentários em si, os comentadores têm a percepção de que as mensagens civis são mais eficazes do que as incivis a persuadir terceiros (Chen & Ng, 2016).

Para além das implicações que os comentários dos leitores têm para a forma como o utilizador lê as notícias, os próprios comentários podem condicionar a participação e a interação que ocorre no jornal. Uma das manifestações mais observadas deste processo é a proliferação da agressão nos espaços de comentário. A predominância de comentários incivis faz com que se estabeleça uma norma de incivilidade no espaço, que por sua vez conduz a que os comentários subsequentes sejam mais incivis (Rösner & Krämer, 2016). Criam-se assim dinâmicas replicativas, onde um comentário agressivo gera uma resposta agressiva, que por sua vez motiva uma réplica agressiva numa espiral de incivilidade (J. Gonçalves, 2014).

De facto, os comentadores identificam a comunidade como sendo um dos principais impedimentos ao bom funcionamento das caixas de comentários (da Silva, 2015) e o baixo nível da discussão é apontado como um dos motivos para não participar nas caixas de comentários (Springer, Engelmann, & Pfaffinger, 2015). Contudo, evidências recolhidas através de experiências mostram que a incivilidade também pode aumentar a vontade de participar em determinadas condições (Ziegele, Weber, Quiring, & Breiner, 2017) e aumenta o número de respostas quando o tema de discussão é a política.

5.6 Definir a incivilidade

A revisão de literatura até este ponto torna evidente que a incivilidade tem sido um conceito central para os estudos da participação dos leitores. Os estudos empíricos parecem justificar a preocupação com a incivilidade demonstrada pelos editores (Goodman & Cherubini, 2013). No entanto, sem especificar o que se entende por incivilidade no âmbito destes estudos arrisca-se uma interpretação imprecisa das suas conclusões.

Na grande maioria dos estudos citados acima, a definição adotada para a incivilidade aproxima-se da que foi proposta por Coe et al. (2014a, p. 3): “características de uma discussão que transmitem um tom desnecessariamente desrespeitoso para o fórum de discussão, os seus participantes, ou os seus temas”. É importante notar a inclusão do termo ‘desnecessariamente’

na definição, uma vez que o debate democrático nem sempre pode ser agradável para os participantes e inclui por vezes ameaças à face⁵⁹ dos intervenientes (Schudson, 1997). Num debate político pode ser necessário, por exemplo, questionar a competência de um determinado político, mesmo que esse questionamento ameace a face desse político e torne a conversa desagradável do ponto de vista da socialização.

Neste contexto, há autores (Papacharissi, 2004) que salientam a necessidade de distinguir entre polidez (*politeness*) e civildade. Para Papacharissi, a incivildade apenas se manifesta quando é dirigida a grupos sociais e tem consequências para a democracia. Segundo esta definição, o insulto pessoal apenas viola as regras da polidez e da boa educação, mas não as da civildade. Apesar de este entendimento da civildade não ser o mais utilizado nos estudos empíricos mais recentes, reconhece-se a pertinência de distinguir entre diferentes graus e formas de incivildade. Assim, como será detalhado nos próximos capítulos, a operacionalização do conceito tem esta distinção em consideração.

Em suma, a grande maioria dos trabalhos citados mobiliza um conceito de incivildade relacionado com o desrespeito, com o insulto e com a violação das normas de boa educação. O tema da incivildade tem recebido uma atenção crescente, uma vez que esta está associada ao risco de exclusão de participantes do debate e a um colapso do diálogo (Berry & Sobieraj, 2014). Grupos mais vulneráveis podem recriar as repercussões da participação e comprometer a pluralidade de perspetivas que é desejável em democracia. Por sua vez, esta degeneração do diálogo está associada à proliferação do conflito no lugar do consenso.

5.7 O impacto dos comentários no jornalismo

Ao enquadrar as caixas de comentários como um mecanismo de participação, considera-se implicitamente que um dos objetivos das mesmas se prende com o envolvimento dos leitores no conteúdo e nos processos do jornalismo. Neste contexto, importa perceber de que forma os comentários fazem parte das rotinas profissionais dos jornalistas e de que forma é que estes encaram os comentários e os comentadores.

É precisamente sobre estas questões que se debruça um estudo de Nielsen (2014), que questionou 583 jornalistas norte-americanos sobre a forma como as caixas de comentários afetaram as suas práticas profissionais, locais de trabalho e produção noticiosa. As respostas dos

⁵⁹ O termo face é usado aqui no sentido de imagem e apresentação social (Goffman, 1967).

jornalistas revelam que estes são contra o anonimato dos comentadores e dedicam pouco tempo à leitura dos comentários. Apesar de serem a favor da disponibilização das caixas de comentários, consideram que grande parte da participação dos públicos não representa qualquer mais-valia para o processo de produção noticiosa. Neste contexto, as caixas de comentários não são vistas como um lugar de interação com os leitores, mas apenas para intervir quando há conteúdo disseminado pelos utilizadores que é incorreto. Nielsen (2014) chama a isto uma reafirmação da territorialidade do jornalismo, que se defende da potencial ameaça do amadorismo dos comentários.

Outros estudos sugerem que a realidade do caso europeu é semelhante, com os comentários a servirem sobretudo o propósito de fomentar o debate entre os leitores e não o de encorajar a interação com a redação (Domingo et al., 2008). De igual forma, na Argentina os moderadores das redações não participam nos comentários e consideram que as contribuições dos utilizadores têm uma qualidade reduzida (Mitchelstein, 2011). No caso português, os jornalistas também levantam dúvidas quanto ao contributo deliberativo dos comentários (Brites & Silva, 2017). Raramente os jornalistas interagem com os leitores por essa via, muitas vezes receando ataques pessoais por parte dos comentadores (J. Gonçalves, 2014).

Sobre o impacto dos comentários no jornalismo, importa ainda salientar que estes podem trazer um valor económico acrescido, uma vez que podem ser uma forma de atrair visitantes para as páginas do jornal (Silva, 2014). No entanto, os comentários dos leitores podem também ter um efeito adverso para o número de visualizações, uma vez que a qualidade ou parcialidade dos comentários pode influenciar a forma como os leitores processam as notícias.

5.8 O impacto do jornalismo nos comentários

A pressuposição de que o conteúdo dos comentários depende do conteúdo da produção jornalística apresenta-se como evidente. Se as caixas de comentários partilham o espaço com uma peça jornalística, é legítimo assumir que a discussão será norteadada por essa mesma peça. Contudo, os leitores podem relacionar-se com o conteúdo de um jornal de diversas formas, incluindo a transformação ou a rejeição do texto do jornalista. Desta forma, importa analisar as dinâmicas que se constroem entre as escolhas jornalísticas e os textos dos comentadores.

Retomando o tema da incivilidade, um estudo de Coe et al. (2014a) mostra como a presença de incivilidade nos comentários está associada a determinados temas e protagonistas.

O desporto, a economia e a política encontram-se entre os temas mais associados a comentários incivis, enquanto temas como a tecnologia despertam discussões maioritariamente civis. De igual forma, algumas figuras políticas como o Presidente Barack Obama e certos autores de artigos de opinião estão associados a um aumento da incivilidade nos comentários. Esta constatação de que temas específicos são mais propensos à incivilidade, bem como as preocupações éticas associadas a peças com conteúdo mais sensível, terão levado a que algumas organizações optem por não permitir comentários em peças específicas (Santana, 2016).

Se há peças que são mais propensas à incivilidade, também é possível constatar que alguns artigos são alvo de maior participação por parte dos leitores. Uma análise de conteúdo de Tenenboim e Cohen (2015) mostrou que as peças associadas à política e a controvérsia social atraem um maior número de comentários. Neste caso, importa notar que as notícias mais comentadas não são necessariamente as que têm um maior número de cliques, sendo que as últimas assumem um carácter sensacionalista ou procuram despertar explicitamente a curiosidade dos leitores.

No caso específico das notícias sobre política, P. Weber (2014) procurou identificar os critérios de noticiabilidade que estavam associados a uma maior participação e interação nas caixas de comentários. Neste contexto, a proximidade e o impacto de um artigo estão associados a um aumento da participação e da interação entre os comentadores. De forma semelhante, a continuidade, ou seja, o facto de um tema ou acontecimento já ter sido abordado noutras peças, aumenta a participação dos leitores. Por fim, a presença de componentes de análise ou de comentário e opinião nas peças também estimula a participação e a interação. Globalmente, os leitores comentam notícias que lhes são próximas ou que têm um impacto nas suas vidas, favorecem assuntos que marcam uma presença frequente nas notícias e sentem-se mais impelidos a comentar quando a peça apresenta alguma forma de análise ou de opinião.

Na sequência destes estudos, Ziegele et al. (2017) procuraram identificar fatores das notícias que influenciam a vontade de participar de um comentador, bem como a probabilidade desse comentário ser incivil. Neste caso, artigos com os fatores 'controvérsia' e 'dano' (*'damage'*) estimularam a vontade de participar dos leitores através de um envolvimento afetivo e cognitivo. Tomados no seu conjunto, estes estudos sugerem que os temas que afetam de uma forma mais direta os leitores e que estão associados a alguma controvérsia potenciam o envolvimento e participação dos comentadores.

Para além da associação entre o conteúdo das notícias e o texto dos comentários, há evidências de que uma abordagem mais direta por parte dos jornalistas pode produzir efeitos benéficos na discussão. Um estudo de Stroud et al. (2015) mostra que o envolvimento de um jornalista na discussão nas caixas de comentários pode melhorar a qualidade deliberativa da discussão. Embora, como referido acima, poucas organizações adotem a prática de responder aos comentários dos leitores, este estudo sugere que um maior envolvimento dos jornalistas poderia conduzir a um ambiente de discussão mais salubre. Do lado dos comentadores, cerca de dois terços gostariam que jornalistas e peritos intervenham na caixa de comentários para esclarecer questões factuais (Stroud et al., 2017).

5.9 Síntese

Tidos como uma inovação com potencial para ter um impacto positivo no jornalismo e na democracia, as limitações das caixas de comentários dos jornais depressa se tornaram evidentes. A incivilidade e a baixa qualidade da discussão frustram tanto jornalistas como leitores e algumas redações optaram por encerrar por completo este tipo de espaços de participação. No entanto, a participação dos públicos também apresenta vantagens e alguns estudos lançam pistas sobre medidas que podem ajudar a mitigar os aspetos negativos das caixas de comentários e a potenciar os aspetos positivos.

Da revisão da literatura emerge um retrato complexo das caixas de comentários, com alguns resultados contraditórios e uma ênfase na relação entre os vários intervenientes no espaço. Apesar de escassos, os dados sobre a realidade portuguesa revelam pontos em comum com as conclusões relativas a outros países. Apesar da existência de um manancial substancial de trabalhos sobre as caixas de comentários, há ainda aspetos a aprofundar que esta dissertação procura explorar.

6. DESENHO DA INVESTIGAÇÃO E MODELO DE ANÁLISE

A revisão de literatura conduzida nos capítulos anteriores indica que existe um volume razoável de produção académica sobre os temas essenciais que esta dissertação aborda. Democracia, participação, jornalismo e mesmo o fenómeno mais recente dos comentários dos leitores foram alvo de reflexão e de estudos empíricos levados a cabo sob múltiplas perspetivas, em contextos distintos e com base em tradições académicas diversas. Contudo, ao mapear estes estudos, identificaram-se também áreas do conhecimento que estão por explorar ou que, fruto da fragmentação e afunilamento dos estudos associados, não são integradas para uma reflexão mais abrangente que relaciona as várias componentes que fomos introduzindo.

O capítulo 2 desta tese estabeleceu as bases conceptuais e teóricas para situar este estudo no campo da participação e democracia. Verificou-se que há diferentes formas de pensar, implementar e viver a democracia e procurou-se introduzir algumas ideias que justificam a pertinência da realização de estudos na área da participação dos cidadãos.

No capítulo 3 estabeleceu-se uma ponte entre as reflexões do capítulo anterior e a realidade dos *media* e do jornalismo. Especificamente, abordou-se um conjunto de ideias e de estudos empíricos sobre a forma como o trabalho dos *media* se posiciona em democracia e se relaciona com as dinâmicas da participação. O jornalismo e a democracia estão numa relação constante de tensão e de complementaridade, em que as escolhas dos jornalistas espelham e constroem o sistema democrático.

O capítulo 4 procurou enquadrar os temas abordados nos capítulos anteriores do ponto de vista das teorias do discurso e dos *media*. Para além de aprofundar o conceito de discurso, consideraram-se as relações descritas anteriormente sob vários pontos de vista teóricos e epistemológicos. Uma longa tradição de investigação do ponto de vista dos efeitos e da receção dá um conjunto de bases empíricas para ancorar a dissertação, enquanto um conjunto de reflexões mais críticas desvelam as relações de poder que subjazem às observações empíricas.

O capítulo 5 introduziu os comentários dos leitores como objeto de estudo desta dissertação. As caixas de comentários foram definidas quanto à sua origem e desenvolvimento, quanto ao seu propósito e quanto à sua componente técnica. Foi igualmente explorado o perfil dos comentadores, bem como as relações entre comentadores e jornalistas. Este afunilamento permite

operacionalizar os conceitos e relações dos capítulos anteriores numa abordagem mais específica e exequível.

Estes capítulos avançam um conjunto de perspetivas e de conceitos diversos sobre a participação nos *media*. No entanto, nota-se também a ausência de uma perspetiva abrangente e integrada sobre os comentários dos leitores. Embora existam vários artigos que têm as caixas de comentário como objeto de estudo, raramente as diferentes características são postas em diálogo para oferecer um retrato mais abrangente. Para além disso, grande parte destes estudos focam-se numa realidade anglo-saxónica, não sendo claro que os resultados destes estudos se apliquem à realidade portuguesa. Assumindo que esta dissertação pretende colmatar a falta de uma abordagem holística ao discurso dos públicos em articulação com a produção jornalística, define-se a questão de investigação principal (QI) da seguinte forma:

QI: Quais são e como se constroem os discursos dos públicos em período de campanha eleitoral?

Esta questão será abordada tendo por base os seguintes pressupostos:

P1: Os discursos manifestam-se e são construídos em textos;

P2: Os textos permitem inferir, com algum grau de precisão, as características, as crenças e as intenções dos indivíduos, grupos e organizações que os produzem;

P3: A relação entre os textos dos *media* e os textos dos públicos é complexa e contingente, com “efeitos que resultam de interações intrincadas e fluidas entre participantes extraordinariamente diversos” (Singer, 2018, p. 220) e públicos ativos e autónomos;

P4: Os textos devem ser encarados com uma perspetiva crítica, considerando tanto a realidade discursiva manifesta como as realidades discursivas alternativas.

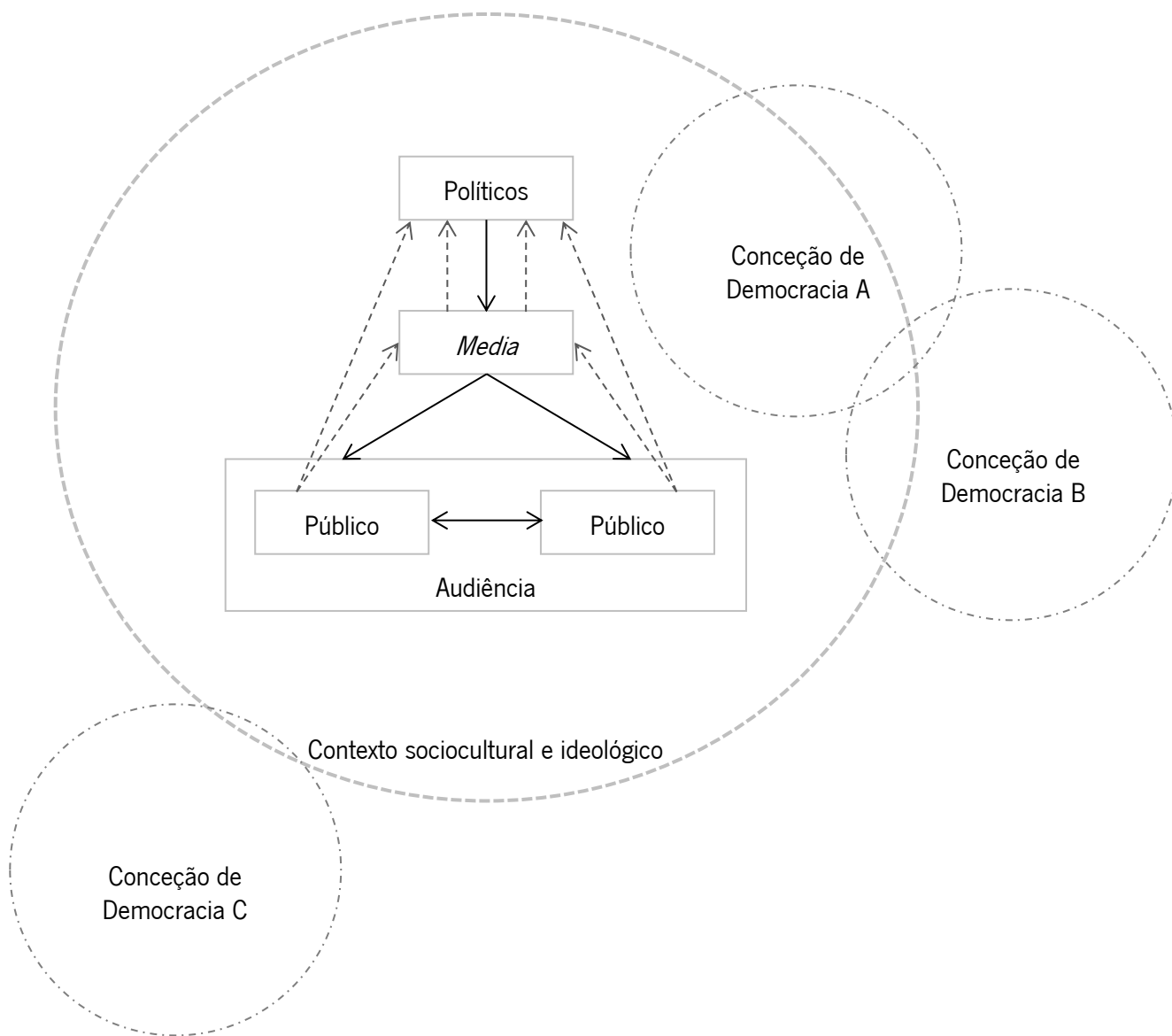


Figura 4: Mapa conceitual

Este mapa conceptual procura ilustrar as relações teóricas que esta dissertação se propõe a estudar. As setas a negro indicam os principais fluxos de circulação de textos entre políticos, *media* e públicos, enquanto as setas a tracejado sinalizam fluxos secundários, aos quais tem sido atribuída menor relevância teórica e empírica. Os públicos são representados no plural e em interação, constituindo-se como um segmento da audiência que participa e expressa a sua opinião publicamente. Por fim, a produção, circulação e receção de textos decorrem num contexto sociocultural e ideológico que condiciona e é condicionado por esta circulação. As fronteiras deste contexto são abertas e em constante renegociação, bem como as das diferentes concepções de democracia, que apresentam diferentes graus de sobreposição entre si e que assumem diferentes graus de importância/dominação no contexto sociocultural e ideológico.

No mapa conceptual apresentado, o foco será a relação dos públicos entre si e com os *media* através dos textos. Contudo, como referido anteriormente, é importante ter em conta os restantes elementos que condicionam esta relação quando esta é estudada. É face a esta constatação que uma abordagem holística ao problema do discurso dos públicos se torna, neste ponto de vista, vantajosa. Embora o entrecruzar de perspetivas possa implicar uma menor profundidade no tratamento de algumas teorias e conceitos específicos, considera-se que a diversidade de enquadramentos e de métodos permitirá dar um contributo mais completo e inovador nas áreas de estudo em que o presente trabalho se insere.

No contexto específico do estudo, consideramos os comentários dos jornais como uma forma de avaliar o discurso dos públicos. É importante salientar que esta decisão não é uma afirmação de que o discurso dos comentadores é generalizável para equivaler ao discurso dos públicos. Os comentadores são uma parte específica dos públicos com características particulares e as caixas de comentários impõem condicionantes ao discurso que outros espaços discursivos não espelham. No entanto, os comentadores são um grupo relevante para ser estudado uma vez que subjaz à sua intervenção uma vontade e uma coragem para participar⁶⁰, equivalendo de certa forma aos líderes de opinião da teoria do *two-step flow* (E. Katz & Lazarsfeld, 1955).

Ao focar o contexto específico dos comentários dos leitores, pode-se afunilar e segmentar a questão de investigação (QI) para tornar exequível a abordagem empírica ao problema.

⁶⁰ Sobre a coragem para participar, conferir a obra de Arendt (2003) e de (Splichal, 2002).

Q11. Qual o perfil dos leitores que comentam as notícias em campanha eleitoral?⁶¹

Apesar de o perfil dos comentadores já ter sido abordado noutros estudos sob o ponto de vista da frequência dos comentários (Blom et al., 2014), há duas lacunas na literatura que esta dissertação pretende colmatar. Por um lado, é possível que o perfil e as rotinas dos comentadores no contexto norte-americano sejam distintos do caso português. Por outro, existem outras vertentes para além da frequência que podem ser relevantes para a análise, tais como a propensão para a interatividade, a hora de publicação dos comentários e a orientação política. Se a inacessibilidade dos comentadores significa que a recolha de dados sociodemográficos é difícil, há informações, como a orientação política, que podem ser inferidas, com as devidas reservas, pelo conteúdo dos comentários. Este será um exercício inovador no campo de estudos dos comentários dos leitores, uma vez que não foi possível localizar nenhum mapeamento cabal dos perfis dos comentadores dos jornais *online*.

Q12. De que forma é que os comentadores interagem entre si?

Uma das funcionalidades mais características das caixas de comentários, que as distingue de outras formas de participação, é a possibilidade de os leitores interagirem entre si e debaterem as notícias. Considera-se que as dinâmicas de interação são uma componente importante do discurso dos públicos, contanto tenham recebido uma atenção limitada em estudos anteriores. Embora se explorem as motivações para responder aos comentários de outros leitores (Ziegele et al., 2017) e os efeitos da normalização da agressividade (J. Gonçalves, 2014; Rösner & Krämer, 2016), a relevância destas discussões e o papel da orientação política enquanto moderador da probabilidade de resposta e do conteúdo da mesma não foram, tanto quanto foi possível aferir, alvo de investigação. Assim, esta questão pode ser desdobrada nas seguintes hipóteses:

H2.1 É mais provável que uma resposta a um comentário incivil seja incivil do que uma resposta a um comentário civil.

H2.2 A relevância de um comentário para o conteúdo da peça está associada à relevância das respostas a esse comentário.

H2.3 Uma resposta a um comentário tende a ser menos relevante para o tema da notícia do que os comentários iniciais (não-respostas).

⁶¹ Sempre que a literatura não permite antever a direccionalidade da relação entre as variáveis, os objetivos da investigação são apresentados sob a forma de questões e não como hipóteses.

H2.4 Quando um comentário pode ser associado a uma posição política, as respostas tendem a ser da posição política contrária.

H2.5 A divergência de posições políticas é um moderador significativo para a civilidade da resposta a um comentário.

Embora as hipóteses **H2.2 a H2.5** não tenham sido abordadas explicitamente na literatura, a sua direccionalidade decorre dos nossos estudos anteriores (J. Gonçalves, 2014) e da literatura sobre exposição seletiva (Stroud, 2017) e sobre o efeito de *media* hostil (Feldman, 2017). Na nossa dissertação de mestrado (J. Gonçalves, 2014) observámos que o conteúdo das respostas tende a adquirir traços do comentário inicial (**H2.1 e H2.2**) e que os comentadores se envolviam frequentemente em diálogos incivis que degeneravam no insulto pessoal (**H2.3**). É assim expectável que as respostas a comentários se afastem progressivamente do tópico do artigo e que tendam a replicar a incivilidade presente no comentário inicial. De igual forma, a orientação política surge na teoria da exposição seletiva (Stroud, 2010) como um fator importante para determinar a exposição aos *media* e as atitudes face às mensagens, de modo que é previsível que a posição política dos comentários seja um moderador relevante nas dinâmicas de interação (**H2.4**). Uma vez que o envolvimento afetivo negativo está associado à incivilidade nos comentários (Ziegele et al., 2017), antevê-se que as divergências políticas entre comentadores estejam associadas a essa mesma incivilidade (**H2.5**).

Q13. Qual a relação entre o conteúdo jornalístico e o conteúdo dos comentários?

A incursão pela literatura relativa às caixas de comentários desvelou alguns estudos que se focam em relacionar comentários e produção jornalística (Coe et al., 2014a; Tenenboim & Cohen, 2015; Ziegele et al., 2017). Contudo, há dimensões relevantes na literatura, como o uso de *frames* de assunto ou de *tema*, cuja associação ao conteúdo dos comentários não foi ainda abordada, embora tenha sido tocada do ponto de vista das visualizações e das partilhas (Scacco, Potts, Hearit, Sonderman, & Stroud, 2017). Desta forma, é possível desdobrar esta questão de investigação num conjunto de hipóteses que podem ser testadas empiricamente:

H3.1a Os tópicos das peças determinam os tópicos dos comentários.

H3.1b Os tópicos dos comentários determinam os tópicos das peças.

H3.2a/b A presença de *frames* de jogo no lead ou título da peça está associada a um aumento do número de comentários/ da incivilidade.

H3.3a/b A presença de *frames* de assunto no lead ou título da peça está associada a uma diminuição do número de comentários/ aumento da relevância.

H3.4a/b A presença de negatividade na peça está associada a um aumento do número de comentários/ da incivilidade.

H3.5a Um maior nível de interpretação numa peça aumenta a quantidade de comentários.

H3.5b/c O nível de interpretação de uma peça tem um impacto na civilidade/relevância dos comentários.

H3.6 Os comentários com uma posição política contrária à exposta nas peças são mais propensos à incivilidade do que os restantes.

Se se considerar as teorias do *agenda-setting* (McCombs & Shaw, 1972), o conteúdo jornalístico define os temas abordados nas caixas de comentários (**H3.1a**). Uma vez que as caixas de comentários estão associadas a artigos específicos, é expectável que os comentários estejam associados ao texto da peça (Foucault, 1981). No entanto, a possibilidade de que determinados tópicos possam ter uma resposta desproporcional por parte dos públicos também é admissível (Uscinski, 2009). Neste caso, os jornalistas agem reactivamente ao interesse demonstrado pelo público e alinham a oferta de conteúdos sobre um determinado tema com a procura observada (**H3.1b**).

Apesar de os *frames* de jogo poderem contribuir para cativar a atenção dos públicos (Scacco & Stroud, 2017) (**H3.2a**), também podem ter efeitos negativos na forma como os leitores encaram a política (Cappella & Jamieson, 1997), potenciando a proliferação da incivilidade (**H3.2b**). Contrariamente aos *frames* de jogo, os *frames* de tema podem não ser tão apelativos para a audiência (**H3.3a**). No entanto, o foco num assunto específico que se reveste de pertinência direta para os comentadores pode assegurar que a discussão seja mais relevante para o conteúdo da peça (**H3.3b**).

A literatura sobre a negatividade no jornalismo (Lengauer et al., 2012) permite antever efeitos semelhantes aos associados aos *frames* de jogo. Enquanto o destaque de acontecimentos e de declarações negativas pode atrair um maior volume de comentários (**H3.4a**), também pode espoletar efeitos prejudiciais para a qualidade da discussão (**H3.4b**). O volume de comentários também tende a ser maior quando há uma componente de análise ou de opinião nos artigos (P. Weber, 2014) (**H3.5a**). No entanto, não é claro qual será o impacto destas formas de jornalismo

mais interpretativo e de opinião na civilidade (**H3.5b**) e na relevância (**H3.5c**) dos comentários. Por fim, a teoria da exposição seletiva (Festinger, 1957; Freedman & Sears, 1965; Stroud, 2010) permite uma vez mais considerar que a orientação política e a presença de determinados partidos ou candidatos na peça podem condicionar a participação nos comentários, sendo que a discórdia poderá estar associada à incivilidade (**H3.6**).

Q14. Qual é o tratamento jornalístico dado às declarações e ações dos candidatos?

O conteúdo jornalístico em tempo de campanha eleitoral depende em grande medida das ações e declarações dos protagonistas e dos partidos políticos. No entanto, há sempre escolhas associadas à produção noticiosa e à forma como os jornalistas constroem, transformam e enquadram a campanha eleitoral. Estas escolhas podem, por sua vez, assumir um papel importante para determinar a relação dos públicos com este conteúdo. Embora este estudo se foque nos comentários dos leitores, esta relação entre o texto jornalístico e as declarações políticas torna-se relevante no quadro da abordagem holística que se pretende implementar.

A revisão de literatura dos capítulos anteriores permite definir com rigor as questões que este estudo ambiciona responder e, através da formulação de hipóteses, as respostas que se espera encontrar. Trata-se de um desenho de investigação extensivo, mas que se torna pertinente para os campos da participação nos *media* e da comunicação política precisamente devido a esta abrangência. No próximo capítulo são detalhadas as opções metodológicas que vão orientar a procura das respostas para estas questões.

7. METODOLOGIA

Se o processo de investigação se inicia com a escolha do objeto de estudo e com a instrução do olhar, então a metodologia é a lente que permite ao investigador tornar visível o que passa despercebido ao olhar inadvertido. Quer se procure sistematizar o avassaladoramente grande ou documentar o infinitamente pequeno, a escolha da lente metodológica adequada e a sua progressiva afinação são uma componente fulcral para o sucesso e validade de um estudo. Por estes motivos, dedica-se este capítulo à explicitação e fundamentação dos métodos e técnicas adotados, procurando não omitir nenhum pormenor relevante para a interpretação dos resultados.

O desenho metodológico deste estudo assenta em dois pontos de observação que convergem no objeto de estudo: análise de conteúdo quantitativa e análise crítica do discurso. Estas abordagens são complementadas por uma entrevista exploratória a Leonete Botelho, editora de Política do jornal Público durante as Eleições Legislativas de 2015, que permite vislumbrar o que está a jusante do conteúdo. Esta abordagem multifacetada permite uma triangulação de fontes e de perspetivas que validam resultados e desvelam novas tendências.

7.1 Análise de Conteúdo

Embora a divisão entre a análise de conteúdo quantitativa e qualitativa seja por vezes difusa, a primeira remete habitualmente para a “*frequência* de aparição de determinados elementos da mensagem” (Bardin, 2008, p. 140). Uma análise de frequências permite não só a construção de um quadro que retrata estatisticamente o objeto de estudo, mas, com uma maior intervenção do investigador, presta-se a inferir associações e características que vão além da presença ou ausência de um tema ou conceito. Riffe, Lacy, e Fico (2005, p. 19) propõem uma definição de análise de conteúdo quantitativa na qual o presente trabalho se revê:

“A análise de conteúdo quantitativa é o estudo sistemático e replicável de símbolos de comunicação, aos quais foram atribuídos valores numéricos de acordo com regras de medida válidas, e a análise de relações envolvendo estes valores usando métodos estatísticos para descrever a comunicação, retirar inferências sobre o seu significado, ou inferir o contexto da comunicação, tanto de produção como de consumo.”

A aplicação da análise de conteúdo nesta dissertação apresenta a particularidade de incidir simultaneamente sobre o texto dos jornalistas e sobre o texto dos públicos. Na sua génese, a análise de conteúdo era sobretudo uma ferramenta de escrutínio do trabalho jornalístico, interrogando os critérios de publicação e policiando o enviesamento. Krippendorf (2004, p. 5) identifica um estudo de Speed (1893) como sendo provavelmente a primeira análise de conteúdo quantitativa a um jornal. Speed, preocupado com o decréscimo da qualidade do jornalismo, quantificou a cobertura dada a assuntos religiosos, científicos e literários comparativamente ao espaço dado a mexericos, temas desportivos e escândalos. Este recurso à análise de conteúdo como forma de escrutínio do trabalho dos *media* revela-se preponderante ainda hoje, com estudos que incidem sobre a produção jornalística (Armstrong & Boyle, 2011) ou sobre o conteúdo em meios alternativos como o Youtube (Yoo & Kim, 2012).

O presente estudo enquadra-se parcialmente nesta linha de investigação de observação crítica da produção dos *media*. Recorrendo à análise dos artigos publicados no período das Eleições Legislativas de 2015, pretende-se mapear e explorar os principais traços da produção jornalística e do discurso político que é filtrado e disseminado pelos jornalistas. No entanto, a componente fulcral da análise emerge no cruzamento do conteúdo das notícias com os comentários dos leitores. De certa forma, o exercício poderá ser comparado ao trabalho sobre os processos de *cultivação*⁶² levado a cabo por Gerbner et al. (1986). No seu estudo sobre a televisão, os autores propunham uma abordagem tripartida que incidia sobre os processos institucionais, o sistema de mensagens e uma análise da *cultivação*. Neste enquadramento, a primeira componente incide sobre as decisões e políticas que norteiam o processo produtivo, a segunda sobre as mensagens produzidas e a terceira sobre um conjunto de indicadores culturais que podem ser afetados pela exposição a estas mensagens.

Embora o presente estudo partilhe com as teorias da *cultivação* a sua abordagem tripartida, o seu propósito e, por conseguinte, os seus pressupostos metodológicos são distintos. Contrariamente às teorias da *cultivação*, que visam as consequências a longo prazo da exposição aos *media*, pretende-se avaliar os efeitos dos conteúdos mediáticos a curto e médio prazo num contexto delimitado temporal e tematicamente. Adicionalmente, o desenho metodológico da investigação pretende acautelar não só a influência dos *media*, mas também o impacto das dinâmicas de interação que se desenvolvem entre os públicos. Assim, a análise de conteúdo não

⁶² A teoria da *cultivação* ou da *aculturação* afirma que a televisão adquiriu um lugar tão central no quotidiano que se substitui à experiência pessoal (McQuail, 2003, p. 471). O termo *cultivação* reporta-se a um efeito de longo prazo, no qual a influência dos *media* no sujeito germina e cresce ao longo do tempo.

é apenas aplicada ao sistema de mensagens dos *media*, mas também à participação dos leitores associada a essas mensagens.

Importa também fundamentar a opção pela análise de conteúdo para o estudo dos públicos por oposição ao inquérito por questionário. A aplicação de um questionário aos comentadores frequentes é impraticável no contexto do presente estudo devido aos elevados recursos que exige e às reduzidas taxas de resposta a questionários *online* aplicados em estudos semelhantes (cf. F. Ribeiro, 2013a). Para além dos obstáculos práticos à aplicação do questionário, é necessário considerar o caráter insular que este atribui ao inquirido. A resposta a um questionário é um exercício individual que eclipsa as relações com outros indivíduos e com os *media*. Embora os questionários possam formular questões sobre a interação com os outros e com as notícias, essas questões resultarão sempre em opiniões e experiências fabricadas para aquele momento, não captando a complexidade da verdadeira interação. Como refere A. Gonçalves (2007, p. 203), “(...) o questionário está sempre imbuído de pressupostos. Cada pergunta propõe, ao entrevistado, um mundo pré-formatado de respostas possíveis.” Para reforçar a opção pela análise de conteúdo, importa referir que vários outros estudos a aplicaram com sucesso aos comentários dos leitores (Coe, Kenski, & Rains, 2014b; J. Gonçalves, 2014; Ruiz et al., 2011; Santana, 2014; Stroud et al., 2015), servindo estes como uma base de trabalho e de validação para o modelo proposto.

O recurso a análise de conteúdo comporta, porém, algumas limitações que devem ser acauteladas na construção deste modelo. A ausência de contaminação do material de estudo por parte do investigador, embora seja uma garantia de genuinidade, limita de alguma forma a capacidade de adequar o material empírico aos objetivos e às categorias do investigador. A construção de uma variável válida, relevante e fiável é um exercício complexo que implica frequentemente compromissos. Como nota Krippendorff (2004, p. 213), na busca de elevada fiabilidade a validade tende a perder-se. O uso de análise computadorizada, por exemplo, representa uma garantia de elevada fiabilidade. Porém, a capacidade limitada das aplicações de análise de texto para o processamento de significados compromete por vezes a validade e limita a leitura dos resultados. A simples frequência de uma palavra, por exemplo, pode não ser um indicador fiável da importância de um determinado assunto ou tema. Como nota Volosinov (1973), em tempos de crise social ou de revolução a mesma palavra pode assumir significados distintos e até opostos. No *corpus* dos comentários encontra-se um exemplo desta metamorfose semântica na palavra ‘irrevogável’, que aparece quase exclusivamente em substituição de Paulo Portas. Assim, a elevada

frequência da palavra só pode ser interpretada corretamente considerando a polémica quase demissão de Paulo Portas de julho de 2013, que o próprio classificou como ‘irrevogável’.

As categorias propostas para a análise de conteúdo, detalhadas no Anexo A, representam o ponto de equilíbrio entre a relevância, a validade, a fiabilidade e a exequibilidade. Para melhor compreender como é que a aplicação do modelo de análise se articula com a metodologia importa caracterizar a amostra selecionada, tecendo as devidas considerações de exequibilidade para cada tipo de análise de conteúdo que se pretende fazer.

Considerando que o objeto deste estudo são as eleições legislativas portuguesas de 2015, afigura-se como natural a inclusão do período de campanha (20/09/2015 a 02/10/2015) como o horizonte temporal para a análise manual. Não só são estas as datas que estão oficialmente associadas às eleições, como é também expectável que este seja o período de maior intensidade de cobertura jornalística e de comentário dos leitores. No entanto, considerou-se pertinente que a recolha do *corpus* abrangesse um período mais alargado para contextualizar um pouco melhor os dados recolhidos no período de campanha e dia de eleições. Assim, o horizonte temporal total da recolha de artigos e comentários inicia-se a 04/09/2015 e termina a 10/10/2016. Devido à dimensão da amostra, não é possível contemplar todo este período na análise de conteúdo manual, mas este será abrangido pela análise computadorizada.

Definido o horizonte temporal, importa considerar o âmbito temático e as publicações a abranger. Para efetuar a seleção, consideraram-se as publicações de informação generalista de grande relevância na internet, expressa pelo número de visitas no Ranking netScope da Marktest de outubro de 2015. Adicionalmente, foram considerados para a seleção o volume de comentários e o sistema de comentário e moderação. O volume de comentários foi estimado através da consulta de várias notícias alusivas às legislativas e é ilustrado na Tabela 6 com o número de comentários à notícia que divulga os resultados das projeções eleitorais publicada em cada *website*.

Tabela 6: Critérios de seleção de publicações

Jornal	Nº de comentários	Visitas	Sistema de comentários
Correio da Manhã	0	16146734	Sistema Próprio
Diário de Notícias¹	0	10306617	Facebook Comments Plugin
Expresso	425	10058952	Disqus
Jornal de Notícias⁶³	0	13701715	Facebook Comments Plugin
Jornal i	0 ⁶⁴	3463663	Disqus
Observador	15-25 ⁶⁵	8193014	Sistema Próprio
Público	7	13413241	Sistema Próprio
Jornal Sol	36	6835044	Disqus

Sendo os comentários dos leitores um dos objetos centrais do presente estudo, é evidente que apenas quatro publicações apresentam o volume mínimo de comentários para serem elegíveis: Expresso, Público, Observador e Sol. Entre estes, apenas o Jornal Sol foi excluído da análise, uma vez que o *website* não permite uma pesquisa sistemática de todas as notícias relacionadas com as legislativas e usa o mesmo sistema de comentário do Expresso. Considerou-se ainda que a dimensão e diversidade da amostra com três jornais seriam suficientes para o âmbito e objetivos do estudo.

Relativamente aos artigos a incluir, optou-se por seguir o critério de classificação dos três jornais, sendo recolhidas todas as peças com o *tag* Legislativas 2015 no período selecionado e os respetivos comentários. Todos os tipos de artigo foram incluídos, independentemente do formato (texto, fotogaleria, vídeo, podcast, infografia, etc.) e género (reportagem, notícia, opinião, perfil, etc.). Para evitar perda de informação e facilitar o tratamento, foram arquivadas numa base de dados todas as notícias e respetivos comentários que cumprem os critérios acima mencionados. As páginas foram recolhidas em formato HTML e PDF e transpostas para uma base de dados

⁶³ O Jornal de Notícias e o Diário de Notícias representavam dois grandes focos de atividade ao nível dos comentários dos leitores até recentemente. Contudo, a introdução do sistema Facebook Comments Plugin fez com que grande parte desta atividade esmorecesse.

⁶⁴ Não foi possível aceder à notícia relativa às projeções e, por isso, o número de comentários foi estimado com base nos dados relativos a outras notícias enquadradas nas eleições legislativas 2015.

⁶⁵ O Observador optou por fazer um *live feed* com os resultados das legislativas que não permitia comentários. O número de comentários foi estimado com base nos dados das restantes notícias de 4 de outubro de 2015 relativas às legislativas.

construída com o programa Microsoft Office Excel. A recolha iniciou-se em dezembro de 2015 para garantir que o período de comentário mais intenso tinha passado e que não eram excluídos comentários recentes. A dimensão da amostra é detalhada na Tabela 7.

Tabela 7: Dimensão da Amostra

	20/09/2015 a 02/10/2015		04/09/2015 a 10/10/2015	
	Notícias	Comentários	Notícias	Comentários
Expresso	379	24789	742	52064
Observador	174	1931	458	5278
Público	277	1895	482	4066
Total	830	28615	1682	61408

É patente na tabela acima que a dimensão total da amostra, sobretudo inflacionada pelo Expresso, é demasiado grande para uma análise de conteúdo manual. Este facto legitima a decisão de analisar o período completo para as variáveis que podem ser codificadas de forma computadorizada (análise temática) e analisar apenas o período de campanha no caso das variáveis que exigem uma codificação manual. Note-se que da amostra foram excluídos os comentários com conteúdo promocional (SPAM) ou duplicados (n = 806).

É importante considerar algumas limitações de uma abordagem automática à classificação temática, que cartografa a importância de um tema pela frequência de palavras associadas. Como nota Krippendorff (2004, p. 59), a frequência de uma palavra nem sempre é um indicador fidedigno de importância ou relevância. Contudo, com a devida cautela interpretativa, a frequência de uma palavra no texto dos artigos e dos comentários apresenta-se como um indicador relevante da presença de um determinado assunto ou personalidade no debate público. Por exemplo, a elevada frequência da palavra Sócrates no início do período analisado indica que José Sócrates foi um tema central da pré-campanha. A dificuldade em atingir valores aceitáveis de fidelidade para esta variável na codificação manual é outro argumento que sustenta a adoção de uma análise computadorizada.

Um outro aspeto na amostragem que deve ser justificado prende-se com a opção por uma redução do espectro temporal por oposição a outros tipos de amostragem, como uma amostragem aleatória simples dos comentários. Esta opção pode ser justificada sob duas vertentes: a natureza da análise de conteúdo e os objetivos do presente estudo. O texto é um objeto de estudo

substancialmente diferente do indivíduo. Enquanto em teoria de amostragem a unitização do indivíduo é relativamente pacífica, os textos apresentam interdependências que condicionam a sua leitura. O preenchimento de um questionário é um exercício tipicamente individual, contudo, um comentário frequentemente só pode ser interpretado atendendo ao comentário anterior. Isto significa que uma amostragem aleatória, mesmo incidindo sobre *clusters* de comentários, dificilmente poderia captar as interações entre comentadores, uma vertente essencial da análise.

Relativamente à especificidade do presente estudo, será de relevar o papel que a análise de séries temporais tem na exploração dos dados. Desta forma, uma amostragem que não assegurasse a continuidade do período temporal a ser analisado poderia comprometer a validade e a interpretação dos resultados obtidos. A análise de séries temporais aliada à contagem de palavras permitirá, por exemplo, estabelecer relações causais como a direção do *agenda setting* ou definir ciclos de vida para os temas. Como mostrou o estudo de Lazarsfeld et al. (1948) sobre o comportamento dos eleitores nas eleições presidenciais norte-americanas, a introdução da dimensão temporal revela frequentemente novos caminhos de investigação e conclusões que não são evidentes num estudo que incide sobre um momento isolado.

A análise de conteúdo manual é feita a dois níveis. Em primeiro lugar, são analisados os comentários às notícias segundo as variáveis detalhadas no Anexo A. Cada comentário é uma unidade de codificação, enquanto as notícias são unidades de contexto. Num segundo nível é estudado o conteúdo das notícias, sendo cada notícia tratada como unidade de codificação. O propósito desta abordagem, aliada à análise de frequência de palavras, reside em estabelecer a teia de relações entre o conteúdo das notícias e o dos comentários. Este exercício assemelha-se de certa forma ao levado a cabo por Coe et al. (2014b), que procuraram identificar as determinantes da incivilidade nas caixas de comentários. Contudo, o presente estudo pretende ser simultaneamente mais abrangente, abordando outras dimensões da qualidade do discurso, e mais detalhado, focando-se num evento específico e num horizonte temporal limitado.

Todas as variáveis de codificação manual foram submetidas a testes de fiabilidade entre codificadores e intracodificador⁶⁶, obtendo resultados no Alfa de Krippendorff superiores a 0.7⁶⁷. A codificação manual e análise foi realizada recorrendo aos *softwares* Microsoft Excel, NVivo, IBM SPSS Statistics e RStudio. O estudo da frequência de palavras foi realizado com recurso aos programas QDA Analysis e WordStat.

⁶⁶ Devido ao vasto horizonte temporal ao longo do qual decorreu a codificação, tornou-se imperativo assegurar a coerência dos critérios ao longo de todo o período.

⁶⁷ Os valores exatos para os testes intercodificador são detalhados no anexo A.

7.2 Análise Crítica do Discurso

A análise de conteúdo quantitativa oferece uma visão abrangente do comportamento dos leitores durante as eleições legislativas. Espera-se que os dados mostrem relações significativas entre o discurso político, o conteúdo das notícias e as contribuições dos comentaristas. No entanto, um estudo que se cinja ao nível macro de análise arrisca-se a padecer de lacunas importantes na sua abordagem ao objeto, remetendo para o terreno da especulação considerações causais e detalhes relevantes sobre os fenómenos observados. Desta forma, a análise crítica do discurso (ACD), com uma natureza mais qualitativa e intensiva, aparece como uma forma natural de olhar os mecanismos de seleção e as relações de poder que determinam as notícias e os comentários.

Se, por um lado, a ACD restringe o seu objeto através de uma abordagem qualitativa intensiva, esta torna-se mais abrangente que a análise de conteúdo quantitativa ao considerar o texto, as práticas discursivas e as práticas socioculturais na sua análise (Fairclough, 1995). Considerações de poder, ideologia e intertextualidade são intrínsecas à ACD. Em vez de quantificar traços textuais e retirar inferências dos mesmos, é realizado um exercício interpretativo do texto, situando-o no contexto em que ocorre e estudando a construção do significado na interação entre produtor, texto e consumidor (Richardson, 2007, p. 15). Este tipo de análise ajuda a colmatar algumas das omissões da análise quantitativa, acautelando que o significado de uma palavra é dado pelo seu contexto e que existem tantos significados para uma palavra quanto existem contextos para o seu uso (Volosinov, 1973, p. 79)⁶⁸.

A ACD interroga não só a presença de determinados termos e expressões mas também a sua ausência. Há uma diferença substancial em afirmar que há um debate de António Costa *contra* Pedro Passos Coelho ou que António Costa debate *com* Pedro Passos Coelho. Este tipo de opções discursivas pode ajudar a compreender a oposição subjacente entre o interesse público e o interesse do público. Existe motivação da parte dos *media* para estruturar as eleições em geral e os debates em particular como um confronto a ser ganho por uma das partes. Isto acontece porque o conflito, o *agon*, estrutura a narrativa (Abbott, 2002, p. 51) e, por conseguinte, o trabalho jornalístico. Contudo, talvez fosse mais produtivo, embora menos apelativo, que os debates fossem estruturados de uma forma diferente, com uma oposição entre os políticos e os desafios do país, resgatando os cidadãos novamente para o plano central. Desta forma, um debate seria a busca

⁶⁸ Obra também atribuída com frequência a Mikhail Bakhtin.

de soluções distintas para problemas comuns e não um exercício de posicionamento antagonístico que eclipsa por vezes os temas relevantes.

O exemplo acima ilustra o tipo de exercício associado à ACD, partindo de uma análise lexical, sintática e modal para o nível macro das práticas discursivas e sociais. A ACD pressupõe uma relação dialética entre discurso e sociedade e cultura (Richardson, 2007, p. 26), em que o discurso ecoa e transforma as relações de poder. Habitualmente, a última vertente da tríade, produção, texto e consumo encontra-se relativamente inacessível. Contudo, recorrendo à análise dos comentários dos leitores, o presente estudo pretende colocar em evidência a descodificação que é feita das notícias, incluindo a possibilidade de a leitura se desviar da interpretação preferencial do produtor. Este desvio pode, por exemplo, ser provocado fortuitamente por uma confusão de conceitos ou má interpretação do contexto ou, no limite, por uma opção intencional do leitor de se reger por um referencial distinto do pretendido pelo produtor. S. Hall (1993, p. 103) explica esta situação com um exemplo particularmente próximo do objeto do presente estudo:

“Finalmente, é possível para um espetador entender perfeitamente o conteúdo literal e a inflexão conotativa dada por um discurso, mas descodificar a mensagem numa forma globalmente oposta. Ele/ela destotaliza a mensagem no código preferencial para a retotalizar num quadro alternativo de referência. Este é o caso de um ouvinte que escuta um debate sobre a necessidade de limitar os salários mas ‘lê’ cada menção de ‘interesse nacional’ como ‘interesse de classes’. Ele/ela opera no que apelidamos de código oposicional.”

Considera-se que, como qualquer pessoa, o jornalista é incapaz de produzir um relato objetivo e imparcial da realidade (Richardson, 2007, p. 64) e que o seu trabalho constitui uma forma de persuadir a audiência que a interpretação apresentada é racional e apropriada (Kieran, 2002, p. 27). Esta visão argumentativa do jornalismo não implica qualquer julgamento moral pejorativo, é antes uma forma de evidenciar a necessidade de escrutinar o sentido e os pressupostos deste esforço persuasivo em prol de uma maior transparência.

Embora as peças noticiosas sejam objeto de estudo da ACD desde a génese desta linha de pensamento (Fairclough, 1995; T. A. van Dijk, 2003), apenas mais recentemente os comentários dos leitores começaram a assumir esse papel (Hughey & Daniels, 2013; Pinto-Coelho, Carvalho, & Castro Seixas, 2017). A ACD assume-se como um abordagem ao texto bem mais trabalhosa do que a análise de conteúdo quantitativa. Considerando esta característica, a amostra selecionada deverá ser mais reduzida, incidindo sobre um *corpus* que privilegie a relevância em

detrimento da representatividade. Neste caso, escolheu-se como foco de análise o debate televisivo entre Pedro Passos Coelho e António Costa, de 9 de setembro de 2015. Serão analisadas todas as peças, informativas e de opinião, publicadas no dia do debate nas três publicações da amostra. Estas peças serão interpretadas tendo como referência o vídeo e a transcrição⁶⁹ do debate televisivo.

Há várias razões que sustentam a seleção do debate televisivo para a análise. Em primeiro lugar, pode-se advogar a sua relevância para a campanha. As grandes audiências diretas e indiretas dos debates entre candidatos dotam-nos de um substancial potencial de influência (Benoit, 2014, p. 5). Este potencial é confirmado pelos dados, que verificam um aumento significativo no número de comentários na altura dos debates. O segundo motivo prende-se com a cobertura noticiosa e produção de opinião gerada pelos debates, que providencia ampla oportunidade para estudar a forma como o evento é interpretado, transformado e usado pelos jornalistas e colunistas. Por fim, o facto de existir um acesso integral ao material que está na origem das notícias e comentários permite discernir melhor quais as presenças e as ausências relevantes e estabelecer comparações entre as abordagens de diferentes publicações e colunistas. Este acesso universal ao evento pode, no entanto, representar também uma ligeira restrição à análise, uma vez que os debates estão sujeitos a menor *gate-keeping* que outros acontecimentos noticiosos.

“Um jornalista que escreve uma peça pode ignorar parte ou toda a mensagem do candidato. No entanto, tudo o que um candidato diz num debate é transmitido aos eleitores. Por vezes os jornalistas que participam num debate podem repreender um candidato por não responder a uma questão, mas é inquestionável que os jornalistas têm muito menos poder nos debates para controlar que partes da mensagem de um candidato são escutadas pelos espetadores” (Benoit, 2014, pp. 3-4).

A opção por analisar as peças que são publicadas no próprio dia do debate surge da consideração de que as interpretações iniciais, sobretudo as que são publicadas durante e imediatamente após o debate, são as mais relevantes para a definição da situação. Mesmo que peças posteriores venham a questionar essa interpretação, posicionam-se em oposição às mesmas e dificilmente as poderão ignorar.

⁶⁹ Foi usada para este fim a transcrição do debate elaborada por Susana Rogeiro Nina, disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Susana_Rogeiro_Nina

A construção dos debates por parte dos políticos, jornalistas e públicos espelha de certa forma a construção geral das eleições legislativas, com os primeiros a tentar adotar a formulação que melhor capta a atenção e persuade os últimos. Os debates e o boletim de voto são, discutivelmente, as principais situações em que os partidos coexistem no mesmo espaço, consistindo o resto da campanha numa série de ações e intervenções em locais e contextos distintos. Os debates evidenciam, assim, a natureza da escolha na sua plenitude, a escolha entre várias forças em competição ou a escolha entre a melhor de várias forças que colaboram, com caminhos diferentes para um objetivo comum.

O presente estudo não considera a abordagem construtivista da ACD incompatível com a tendência positivista da análise de conteúdo quantitativa. Os dois métodos são complementares, com a análise de conteúdo a enriquecer o contexto para a ACD e com a ACD a desvelar as correlações que emergem na análise de conteúdo. Este ponto de vista é sustentado pelo facto de estudos anteriores, com objetos de estudo semelhantes, terem aplicado com sucesso esta dupla abordagem (Koteyko, Jaspal, & Nerlich, 2013). A análise a dois níveis explora as relações de poder latentes e manifestas, que serão depois cruzadas com a visão dos produtores nas entrevistas.

7.3 Caracterização dos jornais

Público

O Público é um projeto jornalístico português que teve o seu primeiro número publicado a 5 de março de 1990. Está patente desde a sua constituição a intenção de se converter num jornal diário de referência, respondendo “ao desafio de uma informação moderna e de qualidade no espaço europeu”⁷⁰. Paralelamente a esta preocupação com a qualidade, é referida no Estatuto Editorial do Público⁷¹ a importância da informatização e da interação com os leitores: “PÚBLICO entende que as novas possibilidades técnicas de informação implicam um jornalismo eficaz, atrativo e imaginativo na sua permanente comunicação com os leitores.” O Público pertence à SONAECOM, uma *sub-holding* do grupo SONAE.

A aposta na informatização e na vertente tecnológica patente no Estatuto Editorial tem-se materializado na prática. O Público foi o segundo jornal nacional a criar um *website* noticioso

⁷⁰ Magna Carta do PÚBLICO, apresentada por Belmiro de Azevedo, presidente do grupo SONAE e por Vicente Jorge Silva, primeiro diretor do jornal. Consultada em https://comunicamos.files.wordpress.com/2008/03/ocs_publico.pdf, acedido a 08/08/2016.

⁷¹ Consultado em <http://static.publico.pt/homepage/site/nos/Estatutoedpublico.asp>, acedido a 08/08/2016

atualizável diariamente em 22 de setembro de 1995, dois meses depois do Jornal de Notícias (26 de julho) (L. Santos, 2012, p. 94). Para além de ser uma das publicações pioneiras na implementação *web*, o Público tem tido sucesso na captação de leitores, chegando a liderar o *ranking* dos jornais portugueses⁷². Em junho de 2016 o jornal continua a figurar no top 10 do ranking Netscope da Marktest⁷³, apesar da introdução de uma *paywall* que limita as visualizações de artigos para não assinantes para cada mês.

O facto de o Público ter sido distinguido com prémios de *design* digital⁷⁴ é ainda outro elemento revelador da aposta no *online*, mas para o enquadramento deste estudo será ainda mais relevante olhar para a interação do jornal com a comunidade e para a dinamização das caixas de comentários. Até 5 de março de 2011, a política dominante do jornal era a aceitação automática dos comentários dos leitores (F. Ribeiro, 2013b, p. 379). No entanto, a partir dessa data o jornal alterou o seu sistema de modo a que todos os comentários fossem lidos e moderados antes da publicação.

Contudo, a limitação de recursos levou o jornal a alterar novamente o seu sistema de comentários a 22 de novembro de 2012, adotando um modelo centrado na comunidade e baseado num sistema de reputação. Neste modelo, os utilizadores mais participativos e cumpridores das regras ascendem numa hierarquia de reputação, podendo eventualmente assumir o papel de moderadores quando atingem os níveis superiores. No entanto, uma moderação mal feita e denúncias de outros utilizadores, validadas pela redação do jornal, podem levar a uma redução do nível de reputação e respetiva suspensão dos privilégios de moderação.

Este modelo tem o mérito de transferir responsabilidades para a comunidade, aliviando a carga das redações e oferecendo incentivos adicionais à participação. Porém, esta solução comporta também algumas fragilidades, reconhecidas pelo gestor de comunidade, Hugo Torres: “No início, não foram um nem dois comentadores que se aperceberam que isto funciona na base da acumulação de pontos. Começaram a fazer muitos comentários do género «acho muito bem» e «sim senhor», subiram a moderadores rapidamente e tornaram-se em ‘estados independentes’ do Público a ditar as suas próprias regras” (J. Gonçalves, 2014, p. 46). Uma análise a um mês de comentários nas secções de Sociedade e Política entre junho e julho de 2013 revelou que cerca

⁷² http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/jornal_publico_lidera_visitas_online_em_fevereiro.html, acedido em 02/08/2016

⁷³ <http://net.marktest.pt/netscope/rankings-netscope/ranking-netscope-de-junho-de-2016/>, acedido em 02/08/2016

⁷⁴ <https://www.publico.pt/tecnologia/noticia/publico-distinguido-em-premio-internacional-de-design-digital-1724335>, acedido em 02/08/2016

de 45% continham algum indício de agressividade, apesar da pré-moderação da comunidade (J. Gonçalves, 2014).

Neste contexto, será de relevar que até agosto de 2013 o Público permitia comentários anónimos e que o registo só se tornou obrigatório a partir desse mês. Esta decisão implicou uma queda no número de comentários mensais superior a 50% mas traduziu-se também num aumento das taxas de aprovação, que passaram de um valor médio de 82% para 94%. Este foi o sistema em vigor durante o período de recolha. Pode-se, portanto, resumir da seguinte forma a abordagem do Público aos comentários dos leitores:

- Moderação: Pré-moderação
- Moderadores: Comunidade supervisionada pelo jornal
- Níveis de resposta⁷⁵: 2
- Limite de texto por comentário: 800 caracteres
- Limite temporal para comentar: 30 dias após publicação da notícia
- Registo: Obrigatório com indicação de endereço de e-mail, ou através de Facebook ou Twitter
- Funcionalidades adicionais: sistema de reputação, inquéritos, denúncia, páginas pessoais

Uma vez que o objeto de estudo deste trabalho são as eleições legislativas, importa tecer algumas considerações sobre a possibilidade de um eventual enviesamento político do Público. Contrariamente à realidade de outros países, não existe em Portugal a prática de as publicações declararem abertamente apoio a um candidato. Isto verifica-se também no Público, não existindo nenhum manifesto de apoio explícito em relação aos principais partidos do sistema político português. Embora não implique necessariamente um enviesamento, é, no entanto, relevante notar que o Grupo SONAE, detentor do Público, foi presidido por Belmiro de Azevedo, que tem alguma associação ao Partido Social Democrata (PSD)⁷⁶⁷⁷⁷⁸.

⁷⁵ Número de níveis que distinguem uma resposta do comentário original, sendo que cada nível é representado por um avanço à esquerda relativamente ao comentário anterior.

⁷⁶ <https://www.publico.pt/politica/noticia/belmiro-de-azevedo-assiste-a-comicio-do-psd-e-antecipa-que-passos-vai-ganhar-largamente-1497249>, consultado em 02/08/2016

⁷⁷ <http://www.dn.pt/dossiers/politica/psd-campanha-eleitoral-2011/noticias/interior/belmiro-de-azevedo-antecipa-vitoria-do-psd-1868702.html>, consultado em 02/08/2016

⁷⁸ <http://observador.pt/especiais/saiba-os-nomes-de-quem-financia-os-partidos/>, consultado em 02/08/2016

Expresso

O Expresso é um jornal semanal publicado aos sábados desde 6 de janeiro de 1973. Tal como o Público, o Expresso pretende ser um jornal de referência de qualidade, uma preocupação bem patente no seu estatuto editorial⁷⁹. É também significativo que o jornal tenha surgido na parte final da ditadura, um traço revelador da independência do poder e imparcialidade que o Expresso vinca no estatuto editorial.

A primeira edição *online* do Expresso remonta a 19 de julho de 1997⁸⁰, tendo a página a indicação de que o serviço se encontra em fase experimental. Como mencionado anteriormente, é de relevar que já na altura era permitido que os leitores fizessem comentários ao jornal⁸¹, pedindo a indicação do nome, e-mail e *home page* do utilizador. Com pouco mais de 8 milhões de visitas em junho de 2016⁸², o Expresso foi 12^o *website* mais visitado nesse período, espelhando a relevância que o semanário assume *online*.

Os comentários dos leitores nas páginas das notícias existem no Expresso em moldes semelhantes aos atuais pelo menos desde 2001⁸³. Não é possível encontrar indícios de moderação na página nessa altura, embora o jornal reserve o direito de “não publicar opiniões ofensivas da dignidade dos visados ou que contenham expressões obscenas”. Atualmente o jornal recorre à plataforma DISQUS⁸⁴ para os comentários no seu *website*, um dos maiores serviços de comentários a nível global. O Expresso opta por um sistema de pós-moderação dependente das denúncias dos leitores, o que significa que apenas comentários sinalizados ativamente pelos leitores são sujeitos a escrutínio da redação. Importa ainda referir que a plataforma DISQUS permite que os utilizadores façam *upvote* e *downvote* aos comentários de outros utilizadores, afetando a sua hierarquia na página. Globalmente, as características do sistema de comentários do jornal podem ser resumidas da seguinte forma:

- Moderação: Pós-moderação por denúncia
- Moderadores: Redação

⁷⁹ <http://expresso.sapo.pt/informacao/2015-05-03-Estatuto-editorial-1>, consultado em 03/08/2016

⁸⁰ <http://arquivo.pt/wayback/19990825063750/http://www.expresso.pt/expresso/ed-anteriores.asp?ed1290/pu-primeira.asp>, consultado a 03/08/2016

⁸¹ <http://arquivo.pt/wayback/19991002055439/http://www.expresso.pt/expresso/comentgeral.asp>, consultado a 03/08/2016

⁸² <http://net.marktest.pt/netscope/rankings-netscope/ranking-netscope-de-junho-de-2016/>, consultado em 03/08/2016

⁸³ <http://arquivo.pt/wayback/20011024024530/http://www.expresso.pt/home/interior.asp?id=24728408&comentarios=sim#comentar>, consultado a 03/08/2016.

⁸⁴ <https://disqus.com/>, consultado em 03/08/2016

- Níveis de resposta: 4
- Limite de texto por comentário: Sem limite
- Limite temporal para comentar: Sem limite
- Registo: Obrigatório com indicação de endereço de e-mail
- Funcionalidades adicionais: upvotes e downvotes; denúncia, bloquear utilizadores, ordenar comentários, partilha, editar comentário.

Relativamente à orientação política, o Expresso, tal como o PÚBLICO, não declara apoio a nenhuma força política, frisando a sua independência no estatuto editorial. Contudo, embora o facto não implique um enviesamento, deverá ser referido por uma questão de transparência e contextualização que o presidente do grupo Impresa, detentor do Expresso, é Francisco Pinto Balsemão, ex-primeiro ministro de Portugal e fundador do Partido Popular Democrático, atual PSD.

Observador

O Observador distingue-se dos restantes jornais da amostra e da generalidade dos projetos jornalísticos nacionais pela sua natureza exclusivamente *online*. É também, por larga margem, o jornal mais recente da amostra, tendo publicado as primeiras peças a 19 de maio de 2014. Apesar de ser um projeto recente, o Observador apela a um público considerável, tendo ultrapassado os 6 milhões de visitas em dezembro de 2015⁸⁵.

Tal como o Público, também o Observador consagra a inovação tecnológica e a interação com os leitores no seu estatuto editorial: “O Observador estará na linha da frente do processo de mudanças tecnológicas e relacionais, sempre atento à inovação e promovendo a interação com os seus leitores.”⁸⁶ Tal como referido anteriormente, o jornal tem um sistema de comentários próprio. Embora as regras da comunidade do jornal⁸⁷ refiram que todas as participações estão sujeitas ao crivo da equipa de moderação do Observador, a publicação *imediata* dos comentários após a submissão sugere que se trata na realidade de um sistema de pós-moderação. Note-se, no entanto, que as regras de comunidade referem ainda um sistema de reputação subjacente, pelo que a prática de pré-moderação poderá estar dependente deste sistema.

Resumidamente, estas são as características do sistema de comentários do Observador:

- Moderação: Maioritariamente pós-moderação

⁸⁵ <http://net.marktest.pt/netscope/rankings-netscope/rankings-netscope-2015/ranking-netscope-de-dezembro-de-2015/>, consultado em 03/08/2016. Último ranking disponível por dificuldades técnicas de medição.

⁸⁶ <http://observador.pt/estatuto-editorial/>, consultado em 03/08/2016

⁸⁷ <http://observador.pt/regras-da-comunidade/>, consultado em 03/08/16

- Moderadores: Redação
- Níveis de resposta: 2
- Limite de texto por comentário: Sem limite
- Limite temporal para comentar: Sem limite
- Registo: Obrigatório com indicação de endereço de e-mail ou associação de conta de redes sociais.
- Funcionalidades adicionais: upvotes; denúncia, ver mais votados, partilha.

Relativamente à sua orientação política, embora o Observador não assuma explicitamente nenhuma linha partidária, é conotado frequentemente como sendo um jornal de direita⁸⁸. De facto, o seu estatuto editorial não é tão blindado à imparcialidade política como as restantes publicações da amostra, afirmando ter uma visão própria da atualidade: “O Observador não perfilha qualquer programa político mas tem um olhar sobre o país e sobre o mundo.”⁸⁹ Durante a construção do *corpus* de análise, a tendência para favorecer os partidos de direita pareceu verificar-se nos artigos de opinião. Contudo, a análise dos resultados e a comparação com as restantes publicações permitirá avaliar até que ponto é que este enviesamento é fundamentado pelos dados.

7.4 Síntese

O desenho metodológico desta dissertação afigura-se ambicioso, quer pela sua dimensão quer pela variedade e complementaridade dos métodos. Contudo, considera-se que são precisamente estas características que impulsionam a relevância académica do estudo, estimulam o seu potencial de inovação e tornam as conclusões mais sólidas e completas. A descrição metodológica geral apresentada neste capítulo será concretizada em maior detalhe na apresentação dos resultados, onde é possível aprofundar os procedimentos em articulação com os dados.

⁸⁸ <http://www.esquerda.net/opiniao/observador-o-jornal-da-direita-aflita/36687>, consultado em 04/08/2016.

⁸⁹ <http://observador.pt/estatuto-editorial/>, consultado em 04/08/16

8. PARA ALÉM DA INCIVILIDADE: UM RETRATO COMPLEXO DOS COMENTÁRIOS DOS LEITORES

8.1 O perfil dos comentadores

8.1.1 Comentadores frequentes e ocasionais

A **Q11** incide sobre o perfil e sobre as rotinas dos comentadores. Embora os trabalhos anteriores sobre este aspeto das caixas de comentários não sejam abundantes, há uma distinção relevante entre comentadores frequentes e ocasionais (Blom et al., 2014). Em teoria, os comentadores frequentes têm motivações distintas, que se traduzem em rotinas e formas de participação igualmente diferentes. Desta forma, uma primeira avaliação do perfil dos comentadores centra-se no número de comentários que cada utilizador publicou durante a campanha eleitoral. Considerando que não é possível aceder ao endereço de IP dos comentadores, a contagem apenas se pode basear no nome de utilizador fornecido pelo comentador. Embora esta abordagem seja vulnerável à possibilidade de um mesmo comentador usar múltiplos perfis para participar, uma análise dos dados mostra que é improvável que esta prática seja generalizada pelo que, a existir, não terá dimensão suficiente para comprometer os resultados. No processo de análise de conteúdo não foram detetadas evidências deste tipo de usos (conteúdo semelhante a ser publicado por perfis distintos ou trocas de argumentos que aparentam ser 'ensaiadas').

Note-se ainda que, no caso de o mesmo nome de utilizador surgir em múltiplos jornais, o comentador foi associado ao jornal onde publicou a maioria dos comentários. Embora esta opção represente ligeira distorção dos dados, acredita-se que a decisão de não dividir artificialmente o perfil dos comentadores permite uma análise mais válida das suas rotinas e comportamentos. Adicionalmente, os perfis que marcam presença em múltiplos jornais focam-se por norma numa publicação, sendo raros e negligenciáveis os casos em que tal não acontece.

Tabela 8: Utilizadores por jornal

	Expresso	Público	Observador	Total
Número de utilizadores	1424	302	336	2062
Comentários por utilizador (média)	17.57	5.63	5.64	13.88

Ao observar a distribuição dos utilizadores por jornal (Tabela 8), verifica-se que o Expresso congrega o maior número de comentadores e que estes comentadores são, em média, mais ativos. Esta constatação não é de todo surpreendente, uma vez que o Expresso contém 86.6% dos comentários da amostra, mas a média de comentários por utilizador sugere que um número limitado de utilizadores é responsável pelo elevado volume de comentários durante a campanha. Para tornar mais clara a distribuição do número de comentários por utilizador, pode-se mapear os dados num histograma (Figura 5).

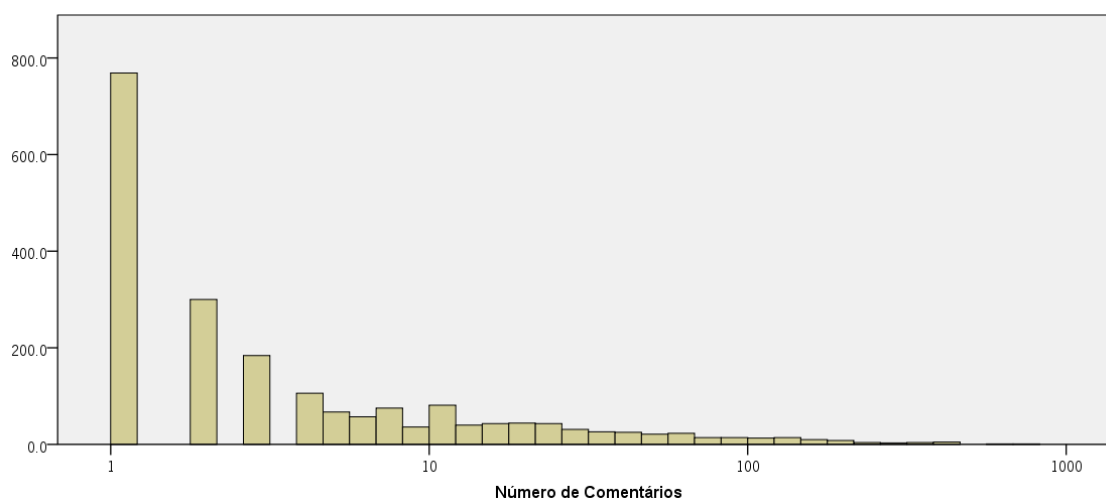


Figura 5: Número de comentários por autor

Uma vez que os dados representam contagens e que os valores mais pequenos ocorrem com muito maior frequência que os valores mais elevados, o histograma foi construído usando uma escala logarítmica de base 10 para o eixo das abcissas. Ao contrário do que as médias sugerem, o gráfico mostra que os comentadores ocasionais são, na verdade, bastante frequentes. 769 comentadores (37.3%) deixaram apenas um único comentário às notícias que integram a amostra; mais de dois terços (69.2%, n=1426) comentaram 5 vezes ou menos. Em contrapartida,

cerca de 5% (n=109) dos comentadores deixaram 60 ou mais comentários, o que significa que esses 5% são responsáveis por 57.8% do total de comentários recolhidos. Há mesmo utilizadores que apresentam uma intensidade participativa extraordinária, com um único utilizador do Expresso a comentar 729 vezes, um valor que vê o seu peso reforçado pelo facto de a amostra englobar apenas as notícias publicadas num período de 13 dias.

Estes dados evidenciam que, em campanha eleitoral, um grupo restrito de utilizadores é responsável por uma parte substancial do conteúdo das caixas de comentários. Se as restantes hipóteses propostas se verificarem, isto significa que os comentadores mais profícuos podem assumir um papel central na definição do tom e dos temas das caixas de comentários. Para operacionalizar estas considerações em termos de análise, importa dividir a amostra de comentadores entre comentadores frequentes e comentadores ocasionais. Apesar de os estudos anteriores considerarem os 10% de utilizadores com mais comentários como comentadores frequentes (Blom et al., 2014), considera-se que um algoritmo de *clustering* de *k-means* constitui um processo mais rigoroso e menos aleatório de fazer esta distinção.

Para um determinado número de clusters, o algoritmo de *k-means* encontra os pontos nos dados que minimizam a distância dos membros de um cluster à média desse cluster. Isto significa que, em vez de definir um limite a partir do qual os comentadores são considerados comentadores frequentes, o algoritmo divide os utilizadores nos clusters mais ajustados à distribuição dos dados. O programa IBM SPSS Statistics 22 foi usado para este procedimento. Uma vez que os jornais apresentam uma grande variação em termos de número de comentários, o algoritmo processou os dados de cada jornal separadamente. Tendo em vista uma divisão binária entre comentadores frequentes e ocasionais, parametrizou-se o algoritmo para dois clusters. Os resultados são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9: Clusters de comentadores frequentes e ocasionais

		Expresso	Público	Observador	Total
Comentadores frequentes	Centro de Cluster	274.71	76.67	58.67	-
	Número de membros	35	9	11	55
	Percentagem	2.5%	3.0%	3.3%	2.7%
Comentadores ocasionais	Centro de Cluster	11.09	3.45	3.51	-
	Número de membros	1389	293	325	2007
	Percentagem	97.5%	97.0%	96.7%	97.3%

A classificação por *clusters* dos comentadores pela frequência de comentário conduz a uma definição bastante restrita de comentador frequente, com apenas 55 utilizadores a pertencerem a esta categoria. No entanto, estes 55 comentadores são responsáveis por 38.3% (n=10961) do total de comentários. Será interessante abordar com um pouco mais de detalhe o perfil dos comentadores frequentes para perceber se se enquadram no leque de comentadores com uma agenda partidária. Contudo, há ainda outras variáveis associadas aos comentadores que podem ser exploradas antes desse exercício e que vão possibilitar uma análise mais completa dos utilizadores.

8.1.2 Orientação política e polarização

Sem acesso direto aos utilizadores das caixas de comentários é impossível determinar com confiança absoluta a orientação política dos mesmos. Contudo, a análise de conteúdo permite-nos inferir este tipo de informações (Bardin, 2008) se se partir do princípio que os textos espelham as características e as motivações de quem os produziu. Uma vez que uma das variáveis de análise registou se o comentário era favorável, neutral ou contra um determinado partido político, esta permite-nos inferir algo sobre a orientação política do comentador.

Com base nestes pressupostos, foi calculada uma pontuação para a orientação política de cada comentador para cada uma das maiores forças políticas (PàF, PS, CDU, BE)⁹⁰ segundo a seguinte fórmula:

$$P_{pontuação} = \frac{\sum(P_{pro} - P_{contra})}{n}$$

A fórmula permite calcular uma pontuação para o partido P que varia entre -1 e 1 tendo por base os comentários que o utilizador publicou a favor desse partido (P_{pro}), os comentários que publicou contra esse partido (P_{contra}) e o número total de comentários publicados pelo utilizador (n). Uma vez que fazer asserções sobre a orientação política de um utilizador apenas com base num número reduzido de comentários pode ser uma inferência abusiva, todos os comentadores com menos de 5 comentários foram excluídos das análises que envolvem a orientação política.

⁹⁰ Os pequenos partidos não foram considerados uma vez que nenhum destes era referido em mais do 0.4% dos comentários, o que os torna negligenciáveis para este tipo de análise.

Para uma primeira análise dos resultados, realizaram-se quatro *one-way ANOVA*⁹¹ para observar como é que a orientação política dos comentadores varia consoante o jornal em que comentam. Os resultados são reportados na Tabela 10, à qual foi acrescentada informação relativa à orientação política dos utilizadores de cada website da amostra proveniente do Reuters DNR 17.

Tabela 10: Média da orientação política dos comentadores por jornal⁹²

	Expresso	Público	Observador	Total
Pontuação PàF**	-0.18	-0.14	-0.06	-0.16
Pontuação PS***	-0.14	-0.15	-0.27	-0.15
Pontuação CDU	-0.01	-0.01	-0.01	-0.01
Pontuação BE	-0.01	-0.02	-0.02	-0.02
Orientação DNR (1: Esquerda, 7: Direita)	3.45	3.41	3.67	-

** p<0.01 *** p<0.001

A primeira evidência na análise desta tabela prende-se com o facto de as médias da pontuação de orientação política dos comentadores serem sempre negativas. Isto indica desde já que as caixas de comentários são espaços que os leitores usam sobretudo para atacar outros partidos e não para defender o seu próprio partido. Assim, mesmo antes de realizar outro tipo de análises quanto ao conteúdo dos comentários, a negatividade surge como uma característica generalizada das caixas de comentários.

A segunda constatação é que há um maior número de comentadores com uma posição negativa relativamente à coligação PàF e ao PS. Embora este dado não seja surpreendente, uma vez que estas são as forças políticas com maior representatividade parlamentar, as pontuações mostram que a distribuição do protagonismo e da atenção nas caixas de comentários não difere substancialmente do que acontece nos *media* tradicionais. Ou seja, mesmo admitindo uma maior representação de apoiantes do BE, da CDU e dos pequenos partidos nas caixas de comentários, as mensagens publicadas continuam a ter como principais alvos a coligação PàF e o PS.

⁹¹ A distribuição dos dados é aproximadamente normal, embora haja um número elevado de casos com valor 0 que reduz a curtose. Uma vez que o tamanho da amostra é elevado, julgamos que a ANOVA é o teste estatístico mais adequado para este caso. No entanto, apenas para acautelar este aspeto, realizamos também o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis que resultou em valores *p* equivalentes.

⁹² Número de comentadores: Expresso n=566, Público n=54, Observador n=83

Por fim, verifica-se que há diferenças significativas entre os jornais quando se consideram as duas maiores forças políticas. Neste caso, os comentadores do Observador tendem a ser menos negativos para a coligação PàF e mais negativos para o PS do que os comentadores do Público e do Expresso. Estes dados indicam que o conteúdo dos comentários se relaciona com a orientação política da audiência do jornal, uma vez que os dados do Reuters DNR 17 revelam precisamente que a audiência do Observador se situa mais à direita em termos de orientação política do que a dos restantes jornais. Esta associação não só dá força à ideia de que os comentários têm algum potencial de generalização para a audiência do jornal, embora com bastantes condicionantes, como também reforça a validade do método usado para inferir a orientação política.

A partir do cálculo das pontuações de orientação política pode-se construir uma medida relativa à polarização dos comentadores. Nos estudos levados a cabo nos Estados Unidos da América, a polarização é normalmente medida num eixo Partido Democrata-Partido Republicano, que coincide de certa forma com o eixo esquerda-direita. No entanto, num sistema multipartidário como o português essa transposição não é tão linear. Um eleitor pode ser um apoiante fervoroso de partidos que estão mais ao centro e ainda assim apresentar uma visão polarizada da política, rejeitando as ideias dos restantes partidos. Assim, embora fosse possível mapear as forças políticas num espectro esquerda-direita e situar os comentadores nesse eixo, parece-nos que este método não espelha corretamente o que é a polarização: “o fortalecimento da posição ou atitude original de um sujeito” (Stroud, 2010, p. 557). Partindo desta definição, calculou-se a pontuação de polarização de cada comentador com base na diferença entre o maior e o menor valor da pontuação de orientação política para as quatro principais forças políticas. De seguida, o valor obtido é dividido por 2 para assegurar que a pontuação varia entre 0 e 1.

Para ilustrar a forma de cálculo e as respetivas implicações, talvez seja útil considerar alguns exemplos. Considere-se o caso dos comentadores A e B, que têm as pontuações de orientação política identificadas na Tabela 11.

Tabela 11: Exemplo para o cálculo da pontuação de polarização

	Pontuação PàF	Pontuação PS	Pontuação CDU	Pontuação BE
Comentador A	.38	-.31	.00	-.08
Comentador B	-.24	-.04	.09	-.01

Para o comentador A, o valor mais elevado refere-se à coligação PàF (0.38). Em contrapartida, o valor mais baixo diz respeito ao PS (-0.31). A diferença entre os dois valores é 0.69, pelo que a pontuação de polarização para o comentador A é 0.345. No caso do comentador B o valor mais positivo está associado à CDU (0.09), sendo que o valor mais negativo se refere à coligação PàF (-0.24). A diferença entre os valores é 0.33, pelo que a pontuação de polarização do comentador B é 0.165. Desta forma, a escala reflete não só a força das atitudes positivas mas também a intensidade das atitudes negativas. Por fim, importa clarificar que a fórmula aborda especificamente a polarização partidária. Isto significa que um comentador pode ter uma aversão muito forte a todas as forças políticas e que isso resultaria num valor muito reduzido para a pontuação de polarização. Apesar de esse comentador ter uma atitude polarizada relativamente ao sistema político em geral, não é polarizado em termos partidários uma vez que não demonstra uma preferência por nenhuma força política.

A Figura 6 ilustra a distribuição dos graus de polarização pelos comentadores, que parece ser aproximadamente normal, embora ligeiramente enviesada para a esquerda. Observam-se também alguns valores elevados que surgem com maior frequência do que seria expectável, pelo que poderá também existir um conjunto de comentadores mais polarizados que contrabalança ligeiramente o enviesamento do gráfico para a esquerda.

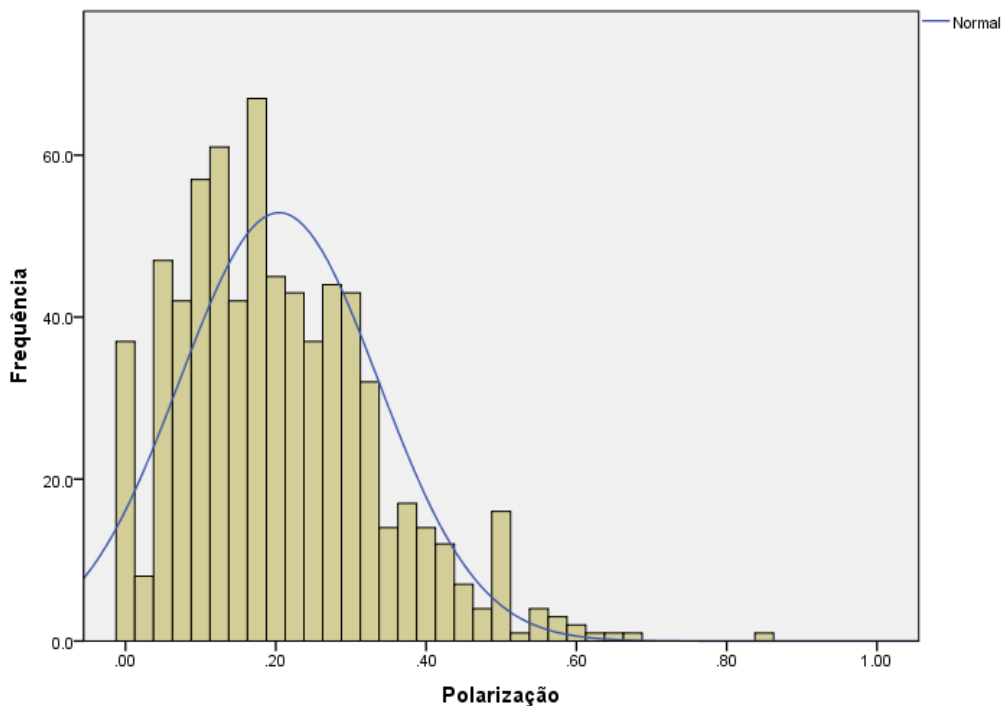


Figura 6: Distribuição de frequências de polarização

Tal como no caso da orientação política, é possível realizar uma ANOVA para avaliar se existem diferenças na polarização dos comentadores nos diferentes jornais (Tabela 12). O teste de hipóteses mostra que as diferenças entre os grupos são significativas por uma margem reduzida [$F(2,700) = 3.251, p=0.039$] e as comparações *post-hoc* revelam que a única diferença significativa ($p=0.043$) surge quando se comparam os comentadores do Público com os do Observador.

Tabela 12: Média da pontuação de polarização dos comentadores por jornal⁹³

	Expresso	Público	Observador	Total
Polarização*	0.20	0.17	0.23	0.20

* $p < 0.05$

8.1.3 Tempo de comentário

Analisar as horas e os dias em que os comentadores participam nas caixas de comentários também pode representar uma janela interessante para o perfil e rotinas dos comentadores. O facto de um comentador participar sempre a uma hora específica pode indicar, por exemplo, que o comentário é um ritual diário que é de alguma forma independente do conteúdo das notícias. A participação dentro ou fora do horário normal de trabalho (das 9h às 18h nos dias úteis) também pode dar algumas pistas sobre a ocupação do comentador.

Não se deve, no entanto, depositar demasiado peso nestes resultados, uma vez que a ligação entre ocupação e hora de publicação, por exemplo, pode não ser direta. Dependendo do emprego, os comentadores podem ter acesso a um computador ou telemóvel no horário de trabalho. Para além disso, os próprios dados apresentam algumas limitações pertinentes. Em primeiro lugar, não foi tecnicamente possível recolher a hora dos comentários do Observador, pelo que esses comentários foram excluídos da análise. Em segundo lugar, o sistema de moderação do Público implica que possa existir um intervalo entre a hora de submissão do comentário e a hora de publicação. Apesar destas limitações, considera-se que os dados podem dar informações úteis sobre as rotinas e os hábitos dos utilizadores.

⁹³ Número de comentadores: Expresso $n=566$, Público $n=54$, Observador $n=83$

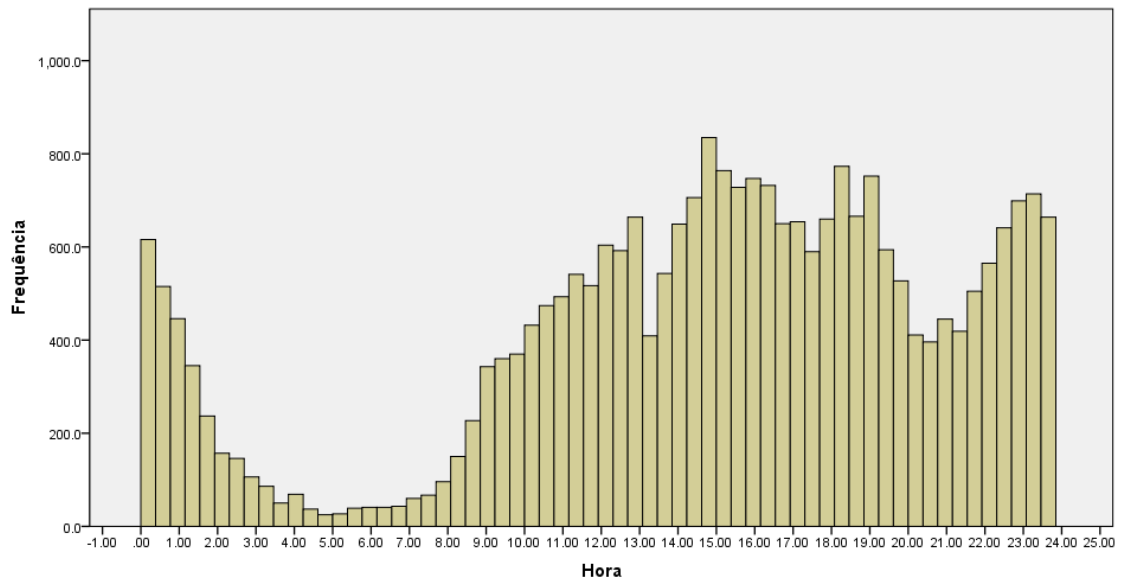


Figura 7: Frequência de comentários ao longo do dia

Ao analisar a distribuição dos comentários ao longo do dia, é possível observar um grande decréscimo do número de comentários publicados entre as 02:00 e as 08:00, bem como decréscimos à hora de almoço e hora de jantar. Excluindo esses períodos, a frequência de comentários parece ser tendencialmente constante, sobretudo durante o período da tarde e após o jantar. Importa ainda salientar que esta distribuição não se altera de uma forma substancial quando se considera cada jornal individualmente, nem quando se compara a distribuição dos dias úteis com o fim-de-semana.

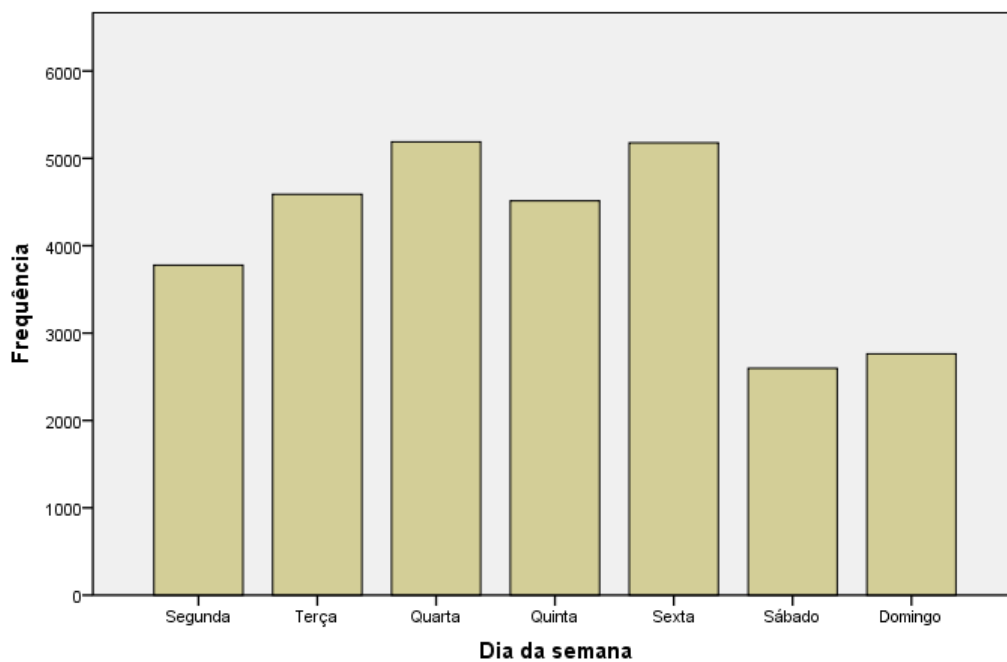


Figura 8: Frequência de comentários por dia da semana

Embora se possa argumentar que as semanas de campanha eleitoral possuem características particulares, ao mapear o volume de comentários por dia da semana verifica-se que a frequência desce substancialmente durante o fim-de-semana. Se é verdade que neste período o fluxo noticioso tende a ser menor, também seria plausível que a disponibilidade dos comentadores fosse maior ao fim-de-semana e que isso se traduzisse num aumento do volume de comentários.

Para além dos dados globais sobre a hora e data de publicação dos comentários, é também possível conduzir uma análise que considera os hábitos individuais de cada comentador. Será interessante verificar, por exemplo, se um comentador publica sempre à mesma hora ou se o momento para comentar varia significativamente. Neste caso, optou-se por excluir da análise os comentadores com menos de 10 comentários, uma vez que se considerou que este é o número mínimo para detetar um padrão ou uma rotina de participação. Para levar a cabo este tipo de análise, será útil recorrer a medidas de tendência central e de dispersão. Contudo, as características específicas do formato em horas não permitem o uso de uma média aritmética simples ou do desvio padrão: enquanto 1 e 23 são numericamente distantes, entre as 23h e a 1h do dia seguinte há apenas duas horas de distância. Para ultrapassar este problema, desenvolveram-se medidas de tendência central e de dispersão especificamente para esta análise que são detalhadas no Anexo B.

Um exercício relevante será o de comparar as medidas de dispersão médias para os comentadores nos diferentes jornais, para perceber se há rotinas diferentes entre os leitores. Uma vez que a distribuição da dispersão é aproximadamente normal, pode-se recorrer a uma *one-way ANOVA* para comparar as médias do Expresso (2.82) e do Público (3.41). Há uma diferença significativa entre as médias ao nível de $p < 0.05$ [$F(1,419) = 7.21$, $p = 0.008$]. No entanto, a explicação mais provável para esta discrepância encontra-se no sistema de pré-moderação do Público, em que o período de moderação pode introduzir uma maior dispersão entre as datas de publicação.

Enquanto a análise dos tempos de publicação apresenta alguma pertinência por si só, será particularmente interessante verificar de que forma é que esta variável interage com outras variáveis da análise. De seguida apresenta-se um conjunto de variáveis que, apesar de serem tratadas apenas ao nível do comentário e não do comentador, podem relacionar-se de forma pertinente com as características dos utilizadores.

8.1.4 Número de caracteres

A extensão de um comentário pode ser uma das formas de avaliar o investimento que um comentador fez na mensagem que publicou. Contudo, enquanto medida de esforço despendido e de qualidade da argumentação, o número de caracteres apresenta limitações importantes. Um comentário pode ser extenso e, no entanto, conter apenas texto que foi copiado de outro website, exigindo apenas um esforço mínimo por parte do comentador⁹⁴. Embora parte deste problema tenha sido abordada ao excluir comentários repetidos ou SPAM (N=811), não deve deixar de existir alguma cautela na interpretação. Ao estudar os dados, importa ainda salientar que o sistema do Público impõe um limite de 800 caracteres aos comentários, pelo que este constrangimento deve ser levado em conta na análise.

Tabela 13: Modelo de número de comentários em função do jornal

Parâmetro	B	Erro Padrão	Teste de Hipóteses		
			Qui-Quadrado de Wald	df	Sig.
(Interceção)***	5.774	.0232	61714.723	1	.000
Expresso***	-.223	.0241	85.627	1	.000
Público**	-.093	.0326	8.185	1	.004

** p < 0.01 *** p < 0.001 n=27804

A Tabela 13 mostra como o número de caracteres previsto para um comentário se altera em função do jornal. O modelo utilizado foi uma regressão binomial negativa com uma função de ligação logarítmica (*log link*), uma vez que esta é a que mais se aproxima da distribuição dos dados (contagem). Os coeficientes negativos nas variáveis relativas ao Expresso e ao Público indicam que estes jornais apresentam comentários com um número de caracteres médio inferior ao Observador.

Estas diferenças tornam-se mais claras ao considerar as médias marginais estimadas. O Expresso apresenta a média mais baixa ($\bar{x} = 257.39$, SE = 1.66), com o Público ($\bar{x} = 293.13$, SE = 6.69) na posição intermédia e com o Observador ($\bar{x} = 321.76$, SE = 7.48) a apresentar a média mais elevada. A média do total da amostra é de 264.16 caracteres. É interessante considerar estas diferenças uma vez que o limite de caracteres imposto no Público não implica que os comentários neste jornal tenham uma média de caracteres inferior aos do Expresso. Assim,

⁹⁴ A título de exemplo, um dos comentadores publicou todo o conteúdo do folheto informativo do medicamento Voltaren (21978 caracteres) como forma de gozar com outro comentador.

embora o Observador e o Público tenham um menor número de comentários publicados durante a campanha, pode-se admitir, com base nestes dados, que o número mais reduzido pode estar associado a um maior investimento e ponderação na escrita.

8.1.5 Incivilidade

Sendo um dos temas mais focados pela literatura e com maior relevância prática, a incivilidade será alvo de particular atenção na análise. A incivilidade será considerada sob duas formas, a escala completa com 7 graus de incivilidade descrita no Anexo A e uma forma binária em que os comentários que apresentam ataques à identidade ou formas de incivilidade mais graves são considerados incivis e os comentários que constituem ataques à competência ou que contêm formas de incivilidade menos graves que essa são considerados civis. O limite escolhido para esta distinção decorre da literatura, especificamente das considerações de Schudson (1997), que afirma que a conversa democrática nem sempre pode ser cortês. Segundo esta linha de pensamento, questionar a competência dos representantes dos cidadãos e dos participantes no debate é uma parte importante do processo democrático. Embora este tipo de conteúdos possa ser considerado desrespeitoso do ponto de vista das regras de polidez, não é desnecessário (Coe et al., 2014a) do ponto de vista democrático, pelo que não é considerado incivilidade na divisão binária.

Tabela 14: Frequências de formas de incivilidade

Tipo de incivilidade	Frequência	Frequência relativa	Percentagem acumulada
Civil (sem incivilidade)	9701	34.9%	34.9%
Ridicularização	4937	17.8%	52.6%
Competência	4570	16.4%	69.1%
Identidade	4409	15.9%	84.9%
Honra	3873	13.9%	98.9%
Discriminação/ Discurso de ódio	171	0.6%	99.5%
Agressão	148	0.5%	100.0%
Total	27809	100.0%	

A Tabela 14 dá conta da distribuição da incivilidade por categorias, indicando a forma de incivilidade mais grave que esteve presente em cada comentário. Uma vez mais, os comentários

duplicados e de SPAM foram excluídos da análise. Em termos aproximados, cerca de um terço dos comentários (34.9%) não tem nenhuma forma de incivilidade, um terço dos comentários apresenta formas admissíveis de incivilidade como o humor e ataques à competência (34.2%) e o terço remanescente dos comentários contém formas de incivilidade graves e desnecessárias (30.9%). Os dados parecem confirmar o que outros estudos e vários jornalistas sugerem, que a incivilidade tem uma forte presença nos comentários dos leitores. É de particular relevância que formas de incivilidade graves como o discurso de ódio e as ameaças à integridade física constituam 1 em cada 100 comentários, escapando aos mecanismos de moderação.

Para explorar um pouco mais e detalhar os contornos da incivilidade é possível cruzar o tipo de incivilidade com o principal visado dessa manifestação de incivilidade (Tabela 15). Uma análise global mostra que os políticos são o principal foco da revolta dos comentadores (33.5%). No entanto, mais de 1 em cada 5 comentários (21.7%) tem alguma forma de incivilidade dirigida a outros comentadores, criando um ambiente hostil para a participação.

Analisando ao pormenor os diferentes tipos de incivilidade, é possível observar algumas diferenças relevantes na distribuição pelos visados. Verifica-se, por exemplo, que a imprensa é frequentemente visada (11.2%) nos ataques à competência dos comentadores. De igual forma, os dados mostram que os comentadores são os visados pela maior parte dos ataques à identidade (42.1%), enquanto os políticos são o alvo da larga maioria dos comentários que contém ataques à honra (71.5%). Esta constatação não será de todo surpreendente, uma vez que a maioria dos portugueses tende a não confiar nos partidos políticos (TNS opinion & social, 2015).

Tabela 15: Visados da incivilidade por tipo de incivilidade

		Visados pela incivilidade						Total	
		Nenhum	Político	Imprensa	Outro leitor	Outro (definido)	Indefinido		
Tipo de Incivilidade	Civil	Contagem	9695	0	0	0	0	0	9695
		% em Incivilidade	100.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	100.0%
	Ridicularização	Contagem	0	2038	224	2309	133	232	4936
		% em Incivilidade	0.0%	41.3%	4.5%	46.8%	2.7%	4.7%	100.0%
	Competência	Contagem	0	2670	512	1182	109	92	4565
		% em Incivilidade	0.0%	58.5%	11.2%	25.9%	2.4%	2.0%	100.0%
	Identidade	Contagem	0	1643	255	1855	125	529	4407
		% em Incivilidade	0.0%	37.3%	5.8%	42.1%	2.8%	12.0%	100.0%
	Honra	Contagem	0	2768	156	617	116	212	3869
		% em Incivilidade	0.0%	71.5%	4.0%	15.9%	3.0%	5.5%	100.0%
	Discriminação/ Discurso de ódio	Contagem	0	108	7	30	1	25	171
		% em Incivilidade	0.0%	63.2%	4.1%	17.5%	0.6%	14.6%	100.0%
	Agressão	Contagem	0	81	3	38	6	20	148
		% em Incivilidade	0.0%	54.7%	2.0%	25.7%	4.1%	13.5%	100.0%
Total	Contagem	9695	9308	1157	6031	490	1110	27791	
	% em Incivilidade	34.9%	33.5%	4.2%	21.7%	1.8%	4.0%	100.0%	

Tendo por base a versão binária da variável de incivilidade, é ainda possível estabelecer comparações entre os diferentes jornais. A Tabela 16 detalha precisamente essa comparação, mostrando que é significativamente mais provável que um comentário publicado no Expresso seja incivil do que um comentário publicado no Observador [$B = -0.225$, $\chi^2(1) = 12.778$, $p < .001$] ou no Público [$B = -0.679$, $\chi^2(1) = 130.343$, $p < .001$]. Para esta análise foi usada uma regressão logística binomial que tem como variável dependente a presença ou ausência de incivilidade. Estes resultados reforçam a ideia de que o sistema de pré-moderação do Público, apesar de ser gerido pela comunidade, é eficaz a reduzir a proliferação da incivilidade.

Tabela 16: Percentagem de incivilidade por jornal e modelo

Jornal	Percentagem de incivilidade	B	Erro padrão	Qui-quadrado de Wald	Sig.
Expresso	32.1%	-	-	-	-
Público	19.4%	-0.679	0.059	130.343	0.000
Observador	27.4%	-0.225	0.053	17.778	0.000
Total	100%	-	-	-	-

8.1.6 Relevância dos comentários

Para terminar a incursão mais descritiva pelas variáveis da análise aos comentários, aborda-se o tema da relevância. A relevância, tal como é definida no Anexo A, é um indicador da qualidade da discussão uma vez que mede em que grau a participação se relaciona com os tópicos abordados nos artigos ou na campanha. Os dados da Tabela 17 indicam que, à semelhança do que acontece com a incivilidade, os comentários do Expresso são menos relevantes do que os do Público e do Observador. Isto é particularmente notório nos extremos da escala, em que o Expresso tem uma maior percentagem de comentários irrelevantes (24.2%) e uma menor percentagem de comentários diretamente relacionados com o artigo (24.8%).

Tabela 17: Relevância dos comentários por jornal

		Jornal			Total	
		Expresso	Público	Observador		
Relevância	1-Irrelevante	Frequência	5820	306	305	6431
		% em Jornal	24.2%	16.0%	16.1%	23.1%
	2-Relevância indireta	Frequência	2589	115	105	2809
		% em Jornal	10.8%	6.0%	5.5%	10.1%
	3-Relevante para as eleições	Frequência	6025	369	395	6789
		% em Jornal	25.1%	19.3%	20.9%	24.4%
	4-Relevante para os protagonistas do artigo	Frequência	3609	209	236	4054
		% em Jornal	15.0%	10.9%	12.5%	14.6%
	5-Relevante para o artigo	Frequência	5958	917	851	7726
		% em Jornal	24.8%	47.9%	45.0%	27.8%
	Total	Frequência	24001	1916	1892	27809
		% em Jornal	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

8.1.7 O perfil dos comentadores

Com base neste conjunto de variáveis que caracterizam os comentadores e as suas contribuições para o debate, é possível estudar a relação entre as variáveis. Um dos primeiros pontos de interesse prende-se com a distinção entre comentadores frequentes e comentadores ocasionais. Uma vez que os primeiros são responsáveis por grande parte do conteúdo das caixas de comentários, identificar traços que os separem dos comentadores ocasionais pode dar pistas sobre as suas motivações e impacto.

Uma das ideias associadas aos comentadores frequentes é a de que estes seriam utilizadores ao serviço dos partidos com o objetivo de influenciar a opinião pública. Para explorar esta hipótese, realizou-se uma ANOVA fatorial tendo a pontuação de polarização como variável dependente e os clusters de comentários e o jornal como variáveis independentes. Tal como nas análises anteriores que usaram a pontuação de polarização, consideram-se apenas os comentadores com mais de 5 comentários publicados. Os resultados da análise são apresentados na Tabela 18. Neste caso, apenas o jornal parece ter um impacto significativo na média da pontuação de polarização [$F(2, 701) = 3.419, p = 0.033$]. Para garantir que a divisão em clusters

não está a interferir na análise, realizou-se uma regressão múltipla substituindo a variável categórica dos clusters pela variável contínua do número médio de comentários por comentador. Uma vez mais, o efeito do número de comentários na polarização não é significativo ($B = 0.00$, $SE=0.00$, $t = -0.462$, $p=0.664$)⁹⁵.

Tabela 18: ANOVA fatorial para pontuação de polarização

	Graus Liberdade	F	Sig.
Modelo Corrigido	5	1.720	.128
Interseção	1	297.716	.000
Clusters Frequência	1	.498	.481
Jornal	2	3.419	.033
Clusters Freq. * Jornal	2	.674	.510
Erro	697		
Total	703		
Total Corrigido	702		

A ausência de evidências que sustentem uma ligação entre a frequência de comentário e a polarização sugere que, mesmo que os comentadores frequentes tenham motivações partidárias, o seu discurso não é exclusivamente propagandístico ou, pelo menos, não é mais polarizado do que o dos restantes comentadores. Para desenvolver esta ideia, pode-se comparar os horários em que os comentadores frequentes e ocasionais participam com base na medida de tendência central para a hora de participação. Uma vez mais, restringe-se a análise aos comentadores que publicaram 10 ou mais comentários. Um teste de U de Mann-Whitney foi usado para comparar as duas distribuições, sendo que nenhuma diferença significativa ($U = 9655.5$, $p = 0.362$) foi encontrada entre os comentadores frequentes ($n = 46$) e os comentadores ocasionais ($n = 384$). Ao comparar as distribuição dos comentários ao longo da semana através de uma tabulação cruzada também não foram encontradas diferenças substanciais. No entanto, o mesmo não acontece quando se comparam as medidas de dispersão dos comentadores frequentes e dos ocasionais. Uma vez mais, recorre-se a uma ANOVA fatorial para comparar as diferenças entre grupos controlando o jornal nas quais estas ocorrem. A Tabela 19 e a Figura 9 detalham e ilustram os resultados.

⁹⁵ Também foi testada relação entre o número de comentários e a probabilidade de publicar um comentário negativo contra uma ou mais forças políticas. Tal como no caso da polarização, não foi encontrada uma relação significativa entre as variáveis.

Tabela 19: ANOVA fatorial para desvio de tempo

	Graus Liberdade	F	Sig.
Modelo Corrigido	3	9.895	.000
Interseção	1	745.536	.000
Clusters Frequência	1	14.220	.000
Jornal	1	3.497	.062
Clusters Freq. * Jornal	1	.153	.695
Erro	417		
Total	421		
Total Corrigido	420		

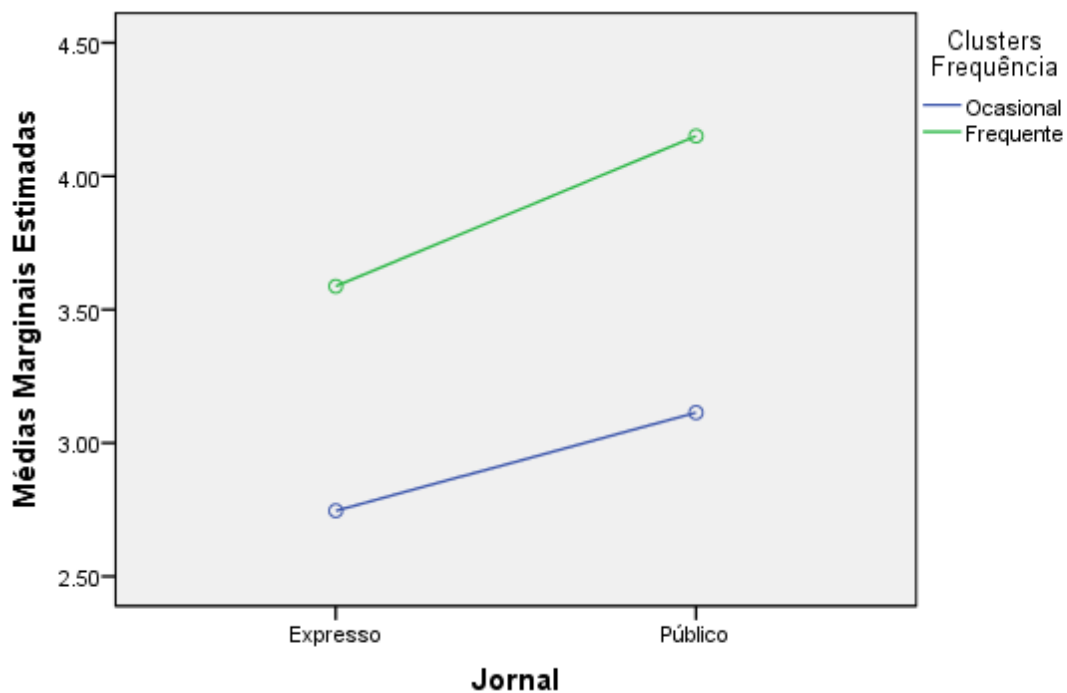


Figura 9: Médias Marginais Estimadas por Jornal e Cluster de Frequência

Esta diferença indica que os comentadores frequentes apresentam uma maior variação nas horas em que comentam, sugerindo que estes têm menos restrições de horário para comentar. Se por um lado isto pode significar que o comentário está relacionado com a sua atividade profissional, sugerindo uma ligação aos partidos políticos, também pode ser justificado por uma situação profissional menos exigente (desempregado ou reformado) ou por outros fatores.

Uma das variáveis mais pertinentes para este estudo é a presença de incivildade. Trabalhos anteriores encontraram uma relação entre a presença de incivildade nos comentários e a frequência de comentário (Blom et al., 2014), sendo que os comentadores frequentes tendem a ser mais incivis. Assim, concebeu-se um modelo estatístico com o objetivo de avaliar de que forma é que a probabilidade de um comentário ser incivil está relacionada com a polarização e frequência de participação do comentador.

Este modelo difere ligeiramente dos testes estatísticos anteriores, uma vez que a variável dependente (incivildade) é medida em comentários individuais e não está agregada por autor. Assim, recorreu-se a uma regressão binomial multinível com interseções aleatórias para testar de que forma a incivildade varia em função da polarização⁹⁶ e da frequência dos autores, controlando para o jornal, para o autor e para a notícia. O autor e o artigo foram incluídos como variáveis de nível 2 uma vez que os comentários podem ser agrupados nestes dois níveis. Esta opção permite controlar a variância que existe entre autores e notícias garantindo, por exemplo, que uma determinada relação estatística não se deve apenas a um único comentador ou artigo. Embora o jornal também seja, por definição, uma dimensão hierarquicamente superior ao comentário, este não foi incluído como variável de nível 2 uma vez que não é recomendado utilizar variáveis com menos de 20 unidades para níveis superiores⁹⁷. O pacote *lme4* da linguagem de programação R foi usado para ajustar o modelo no *software* RStudio. O modelo ajustado é apresentado na Tabela 20.

⁹⁶ Uma vez que as variáveis dependentes estão a ser consideradas ao nível do comentário, não foi necessário excluir os comentadores com menos de 5 comentários, uma vez que o seu peso é reduzido automaticamente pelo baixo número de casos a que estão associados.

⁹⁷ <http://www.bristol.ac.uk/cmm/learning/multilevel-models/data-structures.html>, acedido em 18-07-2018

Tabela 20: Modelo multinível para a incivildade com base nas características do comentador

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-1.293*** (0.057)
Jornal (Público = 1)	-0.497*** (0.100)
Jornal (Observador = 1)	-0.419*** (0.100)
Cluster Frequência (Frequente = 1)	-0.172 (0.111)
Pontuação de Polarização	2.416*** (0.187)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.093 (0.305)
Variância de Autor (Nível-2)	0.548 (0.740)
Desvio	32196.2
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27753
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Contrariamente ao que seria de esperar com base na literatura, os comentadores frequentes não têm uma maior probabilidade de publicar comentários incivis. O facto de o estudo de Blom et al. (2014) ter incidido exclusivamente sobre artigos de opinião pode ter sido um fator relevante. Assim, acrescentou-se ao modelo uma variável binária que indica se o artigo é de informação ou de opinião. No entanto, nem a variável isoladamente ($B = -0.021$, $EP = 0.078$, $p = 0.79$) nem em interação com os clusters de frequência ($B = -0.077$, $EP = 0.104$, $p = 0.46$) tiveram um impacto significativo na incivildade dos comentários. Assim, as diferenças nos resultados devem-se provavelmente a características distintas do contexto norte-americano e do contexto português.

Em contraste com a frequência, a polarização surge como uma variável significativa a prever a incivildade, apresentando o coeficiente mais elevado em termos absolutos do modelo ($B = 2.416$, $EP = 0.187$, $p < 0.001$). A constatação de que uma percentagem significativa da incivildade presente nos comentários é dirigida aos políticos já indiciava uma ligação com a polarização. Contudo, é igualmente admissível que comentadores polarizados publiquem mensagens civis a favor ou contra um partido, pelo que esta descoberta é relevante para compreender as dinâmicas dos comentários. Especificamente, estes resultados sugerem que atitudes mais fortes em relação aos partidos políticos estão associadas às manifestações de incivildade.

Uma outra variável dependente que pode ser útil neste contexto é a relevância dos comentários. Concretamente, a relevância poderá estar associada ao número de comentários publicado por um utilizador. Neste caso, não faz sentido incluir a polarização no modelo uma vez que as duas definições estão associadas. A polarização é avaliada pelo número de comentários a favor ou contra um partido, enquanto qualquer comentário que aluda aos partidos políticos é classificado com uma relevância mínima de 3 (relevante para a campanha). À semelhança do que aconteceu com a incivildade, usam-se modelos multinível para avaliar a relação entre as variáveis. No entanto, uma vez que a variável dependente tem uma natureza ordinal, recorre-se a uma regressão cumulativa com uma função de ligação logística, usando o pacote *ordinal* da linguagem de programação R. O modelo é detalhado na Tabela 21.

Tabela 21: Modelo multinível para a relevância com base na frequência de comentário

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Jornal (Público = 1)	1.325*** (0.112)
Jornal (Observador = 1)	0.833*** (0.112)
Cluster Frequência (Frequente = 1)	-0.611*** (0.103)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.376 (0.614)
Variância de Autor (Nível-2)	0.619 (0.787)
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27753
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Tal como seria expectável, os comentadores que publicam com maior frequência tendem a publicar comentários menos relevantes. Neste caso, a quantidade de comentários publicados parece surgir à custa de alguma qualidade nos conteúdos. Olhando para os dados com maior detalhe (Tabela 22), verifica-se que é na relevância direta (5 – comentário que refere especificamente os acontecimentos ou declarações do artigo) que existe uma maior discrepância entre os grupos. Isto indica que apenas 1 em cada 5 comentários de um comentador frequente versa diretamente sobre o conteúdo da notícia.

Tabela 22: Nível de relevância por cluster de frequência

Relevância			Cluster de Frequência		Total
			Ocasional	Frequente	
1	Frequência		3668	2761	6429
	% em Cluster de Frequência		21.4%	26.1%	23.2%
2	Frequência		1498	1307	2805
	% em Cluster de Frequência		8.7%	12.3%	10.1%
3	Frequência		3933	2824	6757
	% em Cluster de Frequência		22.9%	26.7%	24.3%
4	Frequência		2587	1459	4046
	% em Cluster de Frequência		15.1%	13.8%	14.6%
5	Frequência		5484	2232	7716
	% em Cluster de Frequência		31.9%	21.1%	27.8%
Total	Frequência		17170	10583	27753
	% em Cluster de Frequência		100.0%	100.0%	100.0%

Por fim, explorou-se o número de caracteres de um comentário enquanto variável dependente das características dos comentadores. Inicialmente recorreu-se ao *software* RStudio e ao pacote *lme4* para modelar uma regressão binomial negativa multinível. No entanto, devido à natureza da variável dependente o modelo não convergiu. Assim, foi usado o *software* SPSS para realizar a regressão binomial negativa, mas sem utilizar as variáveis de nível 2 referentes aos artigos e autores. Os resultados são apresentados na Tabela 23.

Tabela 23: Modelo de número de caracteres com base nas características do comentador

Parâmetro	B	Erro Padrão	Teste de Hipóteses		
			Qui-Quadrado de Wald	Df.	Sig.
(Interceção)***	5.383	.026	40700.585	1	.000
Comentador	.187	.012	228.074	1	.000
Ocasional***					
Expresso***	-.201	.024	69.071	1	.000
Público	-.003	.033	.009	1	.924
Pont.	1.175	0.051	531.878	1	.000
Polarização***					

*** $p < 0.001$ $n = 27804$

O facto de não ter sido possível utilizar um modelo multinível aconselha alguma cautela na interpretação dos valores de significância. No entanto, olhando sobretudo para os coeficientes, pode concluir-se que os comentários dos comentadores frequentes têm uma dimensão mais curta do que os dos comentadores ocasionais. Este dado vai ao encontro do que foi observado quanto à relevância e consolida a ideia de que os comentadores frequentes, apesar de comentarem em volume, investem menos em cada comentário. Os comentadores frequentes tendem a escrever comentários mais curtos e menos relevantes do que os comentadores ocasionais.

Em contraste, a polarização está associada a um aumento do número de caracteres de um comentário. Se as atitudes mais fortes dos comentadores polarizados os levam a recorrer mais à incivilidade, também fazem com que estes escrevam comentários mais longos. Esta constatação espelha precisamente a dualidade da polarização política, por um lado pode aumentar o incentivo para participar, mas por outro pode limitar a possibilidade de consenso e a qualidade das intervenções.

8.1.8 QI1: Perfis heterogéneos, hábitos distintos

As caixas de comentários são um espaço que atrai uma grande diversidade de comentadores. Enquanto uns usam este mecanismo durante a campanha eleitoral para uma participação pontual, outros comentam várias vezes ao dia e em diferentes horários. Os primeiros não diferem dos últimos quanto à propensão para a incivilidade nem para a polarização, o que sugere que, se as motivações dos comentadores frequentes são exclusivamente partidárias, há o cuidado de que isso não transpareça de uma forma evidente. Os comentadores frequentes deixam, no entanto, comentários mais curtos e menos relevantes, mostrando que a qualidade sofre de certa forma com a quantidade.




Embora não esteja associada à frequência de comentário, a incivilidade parece estar relacionada com o grau de polarização dos comentários de um utilizador. Comentadores mais polarizados apresentaram uma forte propensão para a incivilidade, sugerindo que a força das atitudes relativamente aos partidos desempenha um papel relevante a moldar o conteúdo publicado. Esta descoberta está alinhada com estudos anteriores (Suhay, Blackwell, Roche, & Bruggeman, 2015) e forma uma base importante para o resto desta dissertação. Se a polarização e a incivilidade estão relacionadas, torna-se relevante observar estes fatores na interação entre os comentadores e no conteúdo dos artigos.




Por fim, distinguiram-se os diferentes tipos de incivilidade que estão presentes nos comentários recorrendo a categorias especificamente delineadas para o efeito. Isto permitiu não só constatar que os políticos são o principal alvo dos comentários incivis, mas também que os tipos de incivilidade estão distribuídos de formas distintas dependendo de quem são os visados. Esta abordagem detalhada permite, por exemplo, constatar que uma grande fatia da incivilidade nas caixas de comentários em tempo de campanha está associada a acusações de desonestidade dirigidas aos políticos. A seguir aos políticos, os outros comentadores são o destinatário mais frequente dos comentários incivis. Por este motivo, a questão de investigação 2 surge como um próximo passo lógico para explorar a forma como estas associações se manifestam na interação entre os comentadores.




8.2 A interação entre os comentadores


Dos 28615 comentários que constituem a amostra desta dissertação, 19126 (66.8%) são respostas a outros comentários. Esta percentagem ilustra a importância da interação entre comentadores no conteúdo das caixas de comentários. A possibilidade de debate e confronto de ideias é uma das principais características que torna as caixas de comentários uma ferramenta com potencial democrático. Desta forma, é importante estudar as dinâmicas de diálogo entre os comentadores para compreender melhor as opções discursivas destes utilizadores.


Ao realizar a análise de conteúdo, foram registadas na base de dados todas as respostas a comentários, incluindo informação relativa a qual é o comentário que originou as respostas. Esta informação permite comparar as características da resposta com o comentário original e verificar de que forma é que o segundo condiciona o conteúdo do primeiro. Uma limitação a esta abordagem encontra-se no facto de os comentários do jornal Público não identificarem, dentro de um conjunto de respostas a um comentário, se os comentadores estão a dialogar entre si. A Figura 10 ilustra esta situação, enquanto no Expresso é identificado no cabeçalho do comentário o autor do comentário a que a resposta se dirige, o Público não mostra essa informação quando dois comentadores estão em diálogo dentro de uma resposta. Assim, para o Público, todos os comentários que estão listados como resposta a um comentário ao artigo foram considerados respostas a esse comentário, mesmo admitindo a possibilidade de os 'respondentes' dialogarem entre si. Para garantir que esta decisão não interfere com a análise, serão incluídos em todos os modelos os efeitos de interação entre o jornal e as variáveis independentes relevantes.


 **George Rupp** · há 2 meses
Cavaco deu três tiros, dois nos pés e um no que resta da sua reputação.
16  |  · [Responder](#) · [Partilhar](#)

 **Paulo Portas** > George Rupp · há 2 meses
O da reputação foi o mais difícil, o alvo era extraordinariamente pequeno.
19  |  · [Responder](#) · [Partilhar](#)

 **George Rupp** > Paulo Portas · há 2 meses
Os 3 tiros de Cavaco:
1) Não esperar pelos resultados do círculo de emigração, que irão decidir sobre qual será o maior partido na AR;
2) Não ouvir primeiro todos os partidos, o que já podia ter feito no dia em que decidiu tornar-se monárquico;
3) Convidar o seu chefe de partido para ver o que se pode arranjar para manter a direita no poder, depois de ter afirmado que não lhe cabe a ele formar o novo governo, mas sim aos partidos com assento na AR.
9  |  · [Responder](#) · [Partilhar](#)

 **helderrantunes** > George Rupp · há 2 meses
É indiferente.
1) as múmias são "insensíveis" a tiros
2) a malta não liga a minudências, círculos, datas
3) os jurros estão boiros e o gozados

 **Gustavo Garcia** ✓ 08:33
De facto MP não deveria ter gozado tanto, no "Parlamento", com os Portugueses. Mesmo considerando o facto de os Portugueses andarem a ser gozados, há quarenta anos, pelos deputados que compõem o "Parlamento". Querem milhares de exemplos? Já para não falar nas acusações publicas do Dr. Paulo Morais que nunca foram alvo de processos crime. Com isto JMT tem andado muito distraído.

 **Gustavo Garcia** ✓ 09:18
40 anos? O meu amigo precisa de referescar a sua história... É há muito mais tempo do que isso! Nem 100 chega para cobrir o gozo que os tugas levam de quem os governa!


 **Gustavo Garcia** ✓ 10:17
Gustavo Garcia. Tem toda a razão. Apenas referi o período após o 25 de Abril. Para ir mais atrás teria que referir o período da criação do reino. Os nossos governantes ao longo dos séculos sempre "reinaram" muito com a malta. Só que agora é à descarada e ainda se queixam que são muito mal pagos. JMT anda muito distraído.

Figura 10: Caixa de comentários do Expresso (esquerda) e do Público (direita)

8.2.1 Incivildade gera incivildade

A hipótese 2.1 afirma que é mais provável que uma resposta a um comentário incivil seja incivil. Para testar esta hipótese, consideraram-se os comentários que respondem a outro comentário. Foram excluídos da análise os comentários duplicados e de SPAM, bem como os comentários que respondem a um comentário que foi apagado após a publicação⁹⁸. À semelhança do que aconteceu em casos anteriores, usa-se uma regressão binomial multinível para avaliar as variações na incivildade das respostas. Para além da incivildade do comentário original e do jornal, incluiu-se a polarização do comentador como variável independente, uma vez que a análise anterior mostrou que este é um fator relevante. Os resultados do modelo são apresentados na Tabela 24.

⁹⁸ Estas situações acontecem apenas no Expresso, em que é apenas indicado que o comentário responde a um 'Guest'.

Tabela 24: Modelo multinível para a incivilidade da resposta em função da incivilidade do comentário original

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-1.625*** (0.077)
Jornal (Público = 1)	-0.613*** (0.149)
Jornal (Observador = 1)	-0.293 (0.152)
Pontuação de Polarização	2.301*** (0.295)
Incivilidade Original	0.714*** (0.043)
Público*Incivilidade Original	-0.453* (0.230)
Observador* Incivilidade Original	0.354 (0.185)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.054 (0.231)
Variância de Autor (Nível-2)	0.500 (0.707)
Desvio	16903.1
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	15135
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	461
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	1148

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Os dados do modelo permitem rejeitar a hipótese nula de que a incivilidade de um comentário não influencia a incivilidade das respostas. Esta constatação está em linha com o que é sugerido pela literatura e salienta a importância que as dinâmicas de interação tem para explicar a proliferação da incivilidade. O modelo mostra ainda um efeito de interação significativo entre a variável jornal Público e a incivilidade do comentário original, algo que era esperado devido à forma distinta como foram abordadas as respostas no jornal. A Figura 11 ilustra o efeito de interação, mostrando que o efeito da incivilidade do comentário original é mais reduzido no caso do Público do que nos restantes jornais. Esta observação é congruente com o facto de existir menos informação sobre as interações no caso do Público, o que acaba por reduzir a validade dos dados e mitigar os efeitos observados.

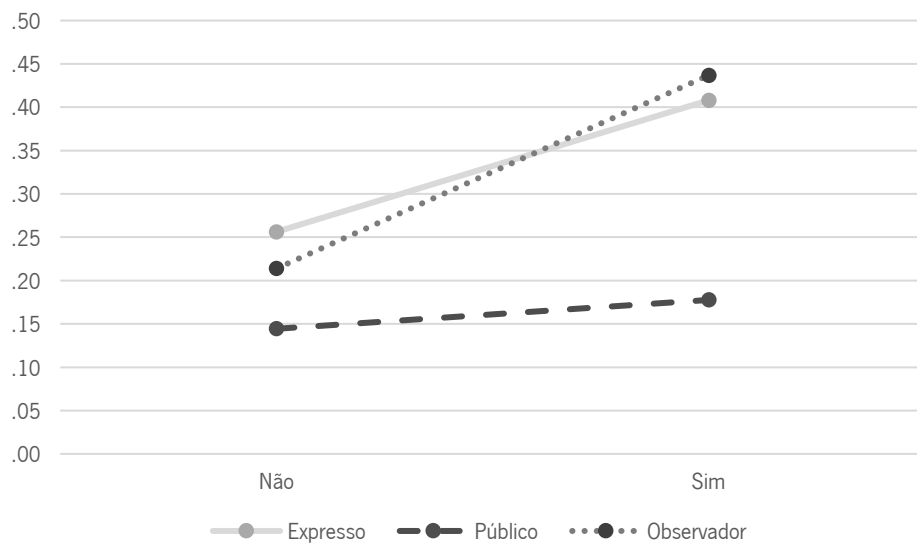


Figura 11: Médias marginais estimadas para a incivilidade das respostas em função do jornal e da incivilidade do comentário original

Um outro aspeto relevante no âmbito da incivilidade encontra-se na forma como o conteúdo incivil pode estimular ou diminuir a participação. Os dados permitem testar se a presença de incivilidade está associada a um aumento do número de respostas a um comentário. Para esse efeito, recorre-se a uma regressão binomial negativa multinível, uma vez que se está a lidar com contagens. Neste caso foi usado o pacote *glmmTMB* para a linguagem de programação R. Os resultados do modelo são apresentados na Tabela 25.

Tabela 25: Modelo multinível para o número de respostas em função da incivilidade do comentário

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-0.705*** (0.033)
Jornal (Público = 1)	-0.214** (0.076)
Jornal (Observador = 1)	-0.365*** (0.768)
Incivilidade	0.015 (0.020)
Número Caracteres	0.080*** (0.009)
Público*Incivilidade	0.153 (0.090)
Observador* Incivilidade	0.045 (0.088)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.093 (0.305)
Variância de Autor (Nível-2)	0.203 (0.451)
Desvio	61558.6
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27755
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Segundo o modelo, a incivilidade parece não ter qualquer tipo de influência no número de respostas que um comentário obtém. Desta forma, os dados não apoiam a H2.1 já que a hipótese nula não pode ser rejeitada. A ausência de relação pode dever-se ao facto de o tema de discussão ser a política. Noutro trabalho (Gonçalves, 'No prelo'), verifica-se que a agressividade não impacta o número de respostas nas notícias da secção de política, mas aumenta o número de respostas na secção de sociedade. Isto acontece porque a agressividade está mais naturalizada no discurso político e, por isso, a sua presença ou ausência não provoca um impacto assinalável nas dinâmicas de interação. Note-se, por fim, que o número de caracteres tem uma associação positiva significativa ao número de respostas, indiciando que os comentários mais longos geram mais interação.

8.2.2 Relevância gera relevância

A hipótese 2.2 considera que a relevância de um comentário tem uma influência na relevância das respostas a esse mesmo comentário. Para tal teste, construiu-se um modelo multinível que prevê a relevância de uma resposta em função da relevância do comentário original. O cluster de frequência, bem como as variáveis habituais de jornal, artigo e autor, foram

contempladas no modelo. Uma vez que a variável dependente tem um nível de medida ordinal, recorre-se novamente a uma regressão cumulativa com uma função de ligação logística, usando o pacote *ordinal* da linguagem de programação R. Uma vez que o pacote estatístico não permite tratar as variáveis independentes como ordinais, cada nível da relevância dos comentários originais foi transformado numa variável nominal (*dummy variable*), tendo a categoria 1 como categoria de referência.

Tabela 26: Modelo multinível para a relevância da resposta com base na relevância do comentário original

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Jornal (Público = 1)	0.417** (0.129)
Jornal (Observador = 1)	0.363** (0.130)
Cluster Frequência (Frequente = 1)	-0.183 (0.098)
Relevância Original (2)	0.703*** (0.058)
Relevância Original (3)	1.140*** (0.050)
Relevância Original (4)	1.573*** (0.058)
Relevância Original (5)	2.480*** (0.055)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.197 (0.443)
Variância de Autor (Nível-2)	0.375 (0.613)
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	15133
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	461
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	1148

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

O modelo mostra que quanto maior o nível de relevância do comentário original, maior tende a ser a relevância das respostas. Embora a variável independente ordinal tenha sido desagregada em variáveis binárias, é possível observar um aumento gradual nos coeficientes à medida que a relevância da variável vai aumentando. Tendo em conta os parâmetros do modelo, os dados apoiam a hipótese 2.2 e permitem rejeitar a hipótese nula. É também interessante notar que, quando se considera a interação entre os comentadores, a frequência de comentário deixa de assumir um papel significativo na previsão da relevância do comentário ($z = -1.871$, $p = 0.0613$).

Apesar de a relevância dos comentários ser determinante para a relevância das respostas, a hipótese 2.3 prevê que, na globalidade, as respostas sejam menos relevantes que os comentários originais. Isto aconteceria devido à tendência dos comentadores para se afastar dos

temas principais e encetar conversas paralelas ao foco do artigo. Recorre-se, uma vez mais, a um modelo multinível de uma regressão cumulativa com uma função de ligação logística para testar a influência que o atributo ‘resposta’ tem na probabilidade de um comentário ser relevante.

Tabela 27: Modelo multinível para a relevância do comentário para respostas e não-respostas

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Jornal (Público = 1)	0.924*** (0.104)
Jornal (Observador = 1)	0.501*** (0.102)
Cluster Frequência (Frequente = 1)	-0.157 (0.099)
Resposta (Resposta = 1)	-2.107*** (0.031)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.258 (0.508)
Variância de Autor (Nível-2)	0.448 (0.670)
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27749
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Os dados do modelo apoiam a hipótese 2.3, mostrando que as respostas são significativamente menos relevantes que os comentários aos artigos. Apesar de ser uma componente essencial do apelo democrático das caixas de comentários, a interação pode prejudicar o contributo dos comentários para o tema da notícia.

8.2.3 Interação e posições políticas

A ligação da interação com a relevância e com a incivilidade ilustra a importância do diálogo entre comentadores para determinar o conteúdo dos comentários. No entanto, vários estudos mencionados na revisão de literatura apontam a orientação política como um fator importante nas interações entre os leitores e na leitura das notícias. Desta forma, procurou-se explorar de que forma é que a discordância e a concordância política se manifestam nas interações entre comentadores. Uma vez que o sistema multipartidário português dificulta a identificação de posições claramente opostas⁹⁹, optou-se por limitar a análise ao PS e ao PSD. Não só estes partidos

⁹⁹ Por exemplo, um apoiante do PCP pode não se opor ao BE, apesar de serem partidos diferentes.

se podem dividir entre governo e oposição, como são historicamente os principais candidatos a formar governo. Para além disso, a circunstância de haver um grande volume de comentários a incidir sobre estes partidos facilita a análise estatística.

Para mapear estas interações, foram registados os comentários a favor e contra os dois partidos. Os comentários que não apresentavam uma posição relativa a esses partidos ou que eram simultaneamente a favor ou contra ambas as forças políticas foram codificados como neutrais. A relação entre a posição de um comentário e a posição da respetiva resposta é identificada na Tabela 28.

Tabela 28: Orientação política da resposta pela orientação do comentário original

			Orientação da Resposta					Total
			Neutro	Pro PSD	Contra PS	Pro PS	Contra PSD	
Orientação do comentário original	Neutro	Frequência	7303	155	703	78	940	9179
		% em Resposta	79.6%	1.7%	7.7%	0.8%	10.2%	100.0%
	Pro PSD	Frequência	413	45	34	24	263	779
		% em Resposta	53.0%	5.8%	4.4%	3.1%	33.8%	100.0%
	Contra PS	Frequência	1140	10	361	91	516	2118
		% em Resposta	53.8%	0.5%	17.0%	4.3%	24.4%	100.0%
	Pro PS	Frequência	281	31	168	15	33	528
		% em Resposta	53.2%	5.9%	31.8%	2.8%	6.3%	100.0%
	Contra PSD	Frequência	1508	195	505	26	284	2518
		% em Resposta	59.9%	7.7%	20.1%	1.0%	11.3%	100.0%
	Total	Frequência	10645	436	1771	234	2036	15122
		% em Resposta	70.4%	2.9%	11.7%	1.5%	13.5%	100.0%

Legenda:

Neutralidade/ Totais

Concordância Política

Discordância Política

A Tabela 28 mostra que a discordância política é mais frequente entre comentadores do que a concordância política. Quando um comentário expressa uma posição relativamente aos dois maiores partidos, cerca de 56% (n = 3342) são neutros, 30% (n = 1793) são discordantes e 14% (n = 808) são concordantes. Estes dados dão apoio parcial à hipótese 2.4. Embora o tipo de resposta mais frequente aos comentários com pendor político seja a neutralidade, a discordância é bem mais frequente do que a concordância.

Por fim, a hipótese 2.5 prevê que a discordância política seja um elemento determinante para a incivilidade das respostas. Para testar esta hipótese, recodificou-se a oposição entre PSD e PS em três categorias (concordância, discordância, neutralidade) em conformidade com a legenda da Tabela 28. Assim, construiu-se um modelo com base numa regressão multinível binomial com a incivilidade como variável dependente. Para além de acrescentar a discordância como variável, adicionou-se ao modelo a interação desta variável com os jornais para acautelar uma vez mais o ruído no registo das respostas no jornal Público. O modelo é apresentado na Tabela 29.

Tabela 29: Modelo multinível para a incivilidade da resposta em função da discordância política

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-1.618*** (0.079)
Jornal (Público = 1)	-0.830*** (0.169)
Jornal (Observador = 1)	-0.302 (0.165)
Pontuação de Polarização	1.19*** (0.315)
Incivilidade Original	0.707*** (0.045)
Concordância (Concorda = 1)	0.733*** (0.090)
Concordância (Discorda = 1)	0.630*** (0.623)
Público*Incivilidade Original	-0.342 (0.242)
Observador* Incivilidade Original	0.419* (0.196)
Público*Concordância (Concorda = 1)	0.710* (0.362)
Público*Concordância (Discorda = 1)	0.454 (0.397)
Observador*Concordância (Concorda = 1)	-0.218 (0.324)
Observador*Concordância (Discorda = 1)	-0.062 (0.286)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.062 (0.248)
Variância de Autor (Nível-2)	0.506 (0.712)
Desvio	15233.3
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	14104
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	457
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	1125

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

À primeira vista o modelo parece apoiar a hipótese 2.5, uma vez que a condição de discordância está associada a um coeficiente positivo para a incivilidade do comentário ($B = 0.630$, $p < 0.001$). No entanto, a concordância surge também com um coeficiente positivo significativo ($B = 0.733$, $p < 0.001$), o que não permite isolar a discordância como o fator determinante e rejeitar a hipótese nula. Para além disso, quando se altera a categoria de referência da neutralidade para a concordância, verifica-se que não há uma diferença significativa entre o contributo da concordância e da discordância para a incivilidade de um comentário ($p=0.311$). Estes dados reforçam a ideia de que é a manifestação de uma posição política, independentemente de ser consonante ou dissonante do comentário a que responde, que está associada à incivilidade. Esta ideia já tinha sido avançada quando se constatou a associação da polarização à incivilidade e ganha uma força acrescida com estes dados.

A associação entre a polarização e a incivilidade é esperada, uma vez que a maior percentagem de incivilidade é dirigida aos políticos e aos partidos. Poderá, no entanto, ser relevante considerar apenas o caso da incivilidade dirigida a outros comentadores. Embora não haja diferenças entre a concordância e a discordância para a incivilidade em geral, é expectável que, a existirem, as diferenças entre as duas condições se manifestem na incivilidade dirigida a outros utilizadores. Para avaliar esta possibilidade, repetiu-se o modelo apresentado na Tabela 30, tendo como variável dependente a incivilidade dirigida a outros comentadores.

Tabela 30: Modelo multinível para a incivildade da resposta dirigida a outros comentadores em função da discordância política

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-2.334*** (0.109)
Jornal (Público = 1)	-1.254*** (0.249)
Jornal (Observador = 1)	-0.580* (0.235)
Pontuação de Polarização	0.117 (0.441)
Incivildade Original	0.721*** (0.059)
Concordância (Concorda = 1)	-2.596*** (0.325)
Concordância (Discorda = 1)	-0.813*** (0.100)
Público*Incivildade Original	-1.684** (0.551)
Observador* Incivildade Original	0.266 (0.275)
Público*Concordância (Concorda = 1)	3.448*** (0.669)
Público*Concordância (Discorda = 1)	0.965 (0.788)
Observador*Concordância (Concorda = 1)	1.672* (0.710)
Observador*Concordância (Discorda = 1)	0.266 (0.275)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.151 (0.388)
Variância de Autor (Nível-2)	0.869 (0.932)
Desvio	9673.0
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	14104
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	457
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	1125

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Note-se que o comportamento das variáveis associadas à posição política é diferente para o caso da incivildade entre comentadores. Neste caso, a concordância e a discordância estão associadas a uma redução na incivildade. A justificação mais evidente para esta associação é a de que, quando há um tema de conversa associado aos partidos, o foco da discussão encontra-se precisamente na política e não nas características ou no discurso do outro comentador. Contudo, entre as variáveis da concordância, observa-se que o coeficiente é mais negativo quando os comentadores concordam do que quando discordam, um resultado que está alinhado com o que era previsto na hipótese 2.5.

8.2.4 Outras associações relevantes

Embora não estejam previstas nas hipóteses, os dados permitem explorar um conjunto de relações ligadas à interação que podem ser pertinentes. Estudos anteriores mostraram que, para indivíduos polarizados, o contacto com perspectivas e opiniões diferentes pode agravar a polarização (M. Wojcieszak, 2011). Desta forma, é possível que a interação entre comentadores esteja associada a um agravamento da polarização e, conseqüentemente, a um aumento da incivildade. Para testar esta associação, realizou-se uma regressão binomial multinível para a incivildade, tendo o facto de um comentário constituir ou não uma resposta como variável independente. Os resultados são apresentados na Tabela 31.

Tabela 31: Modelo multinível para a incivildade em função de resposta

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-1.119*** (0.061)
Jornal (Público = 1)	-0.445*** (0.112)
Jornal (Observador = 1)	-0.604*** (0.111)
Pontuação de Polarização	2.287*** (0.187)
Resposta = 1	-0.306*** (0.037)
Público*Resposta	-0.326* (0.141)
Observador*Resposta	0.374** (0.133)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.095 (0.308)
Variância de Autor (Nível-2)	0.550 (0.742)
Desvio	32110.7
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27755
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

O coeficiente negativo ($B = -0.306$, $p < 0.001$) associado à variável resposta indica que a incivildade tende a diminuir quando o comentário se trata de uma resposta. Para além disso, esta relação verifica-se em todos os jornais analisados, embora com diferentes graus de intensidade como é indicado pelos efeitos de interação. Desta forma, os comentários à notícia parecem ser mais propensos à incivildade do que as respostas a outros comentadores. Este é um dado positivo para a forma como as caixas de comentários estão estruturadas, uma vez que mostra que a

interação não está associada, por si só, a um aumento da incivilidade. Embora se verifiquem instâncias em que a troca de comentários entre um par de utilizadores degenera numa troca mútua de insultos, na generalidade a interação parece tornar o discurso mais civil.

Relacionando a interação com as conclusões da Q11, pode-se também explorar as características dos comentadores que os tornam mais propícios a deixar uma resposta. Um comentador que usa a caixa de comentários exclusivamente para comentar a notícia tem um perfil distinto do comentador que interage com os outros participantes. A Tabela 32 detalha uma regressão binomial multinível que procura prever se um comentário é uma resposta com base nas características do comentador (pontuação de polarização e cluster de frequência).

Tabela 32: Modelo multinível para a resposta em função das características dos comentadores.

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	0.165 (0.095)
Jornal (Público = 1)	-1.599*** (0.171)
Jornal (Observador = 1)	-1.119*** (0.170)
Pontuação de Polarização	-2.425*** (0.279)
Cluster Frequência (Frequente = 1)	1.544*** (0.248)
Público*Frequente	0.095 (0.300)
Observador*Frequente	0.106 (0.541)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.633 (0.795)
Variância de Autor (Nível-2)	2.401 (1.550)
Desvio	27220.6
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27755
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057

O modelo mostra algumas relações interessantes entre as variáveis. Em primeiro lugar, os comentadores com uma pontuação de polarização mais elevada tendem a deixar menos respostas. Uma vez que a polarização está associada à incivilidade, este pode ser um dos fatores que explica por que motivos os comentários às notícias são mais incivis do que as respostas. Em contrapartida, verifica-se que os comentadores frequentes têm uma maior propensão para interagir com outros comentadores, algo que se verifica em todas as publicações. Assim, os

comentadores frequentes não alcançam um número elevado de comentários apenas a comentar as notícias, mas sobretudo a interagir e a debater com os outros leitores.

8.2.5 Considerações adicionais

A codificação manual para a análise de conteúdo implica que todos os comentários sejam lidos. Assim, é possível avançar com algumas constatações que se revestem de relevância para compreender melhor as interações entre os comentadores. Em primeiro lugar, note-se que os comentadores frequentes dos jornais se interpelam mutuamente em várias ocasiões. Constituem uma comunidade que já está familiarizada com o estilo de comentário e com as posições uns dos outros. Um exemplo disso é o de um comentador que mudou o nome de utilizador, facto que foi imediatamente apontado por um dos outros comentadores:

“dantes era xxxxx¹⁰⁰.significa que além da mudança de nome, ocorreu também uma mudança de género.mas a parvoíce mantém-se!”

Neste caso, mesmo tendo o leitor alterado o seu nome de utilizador e imagem de perfil, foi identificado pelos outros comentadores pelo estilo de escrita e pela sua posição política (a favor do PS). No entanto, nem todas as interações entre comentadores são necessariamente negativas. Veja-se este exemplo de uma troca de comentários no jornal *Pública*:

“Comentador 1 - Alguém compreende o porquê da razão do senhor Primeiro-ministro em vender o Novo Banco quando afirma que o estado ganha em juros ao adiá-la?

Comentador 2 - Mais farinha para os olhos. Mas tanta já cansa, o carnaval são só três dias, quatro anos é insuportavelmente de mais.

Comentador 1 - Os flik flak discursivos sem rédea devolvem à "resignação" a consideração que merece. Para os defensores do "there is no alternative", é o efeito bomerang da sua falta de exigência! Como vai 'Comentador 2'?

Comentador 2 - Bem, obrigada, caro 'Comentador 1'. Sempre atenta ao que escreve ;).

Comentador 3 - Ainda bem que o 'Comentador 1' perguntou! Vai bem a querida 'Comentador 2', que bom! Continuação, sim? :)

Comentador 1 - Há um bebé? :)

Comentador 2 - Só em Outubro, se não & houveram surpresas.

¹⁰⁰ O nome de utilizador é omitido para proteger a privacidade dos participantes. De igual forma, serão preservadas quaisquer incorreções na escrita sem uso do termo *sic*.

Comentador 1 - Parabéns, azul ou rosa a mãe é encantadora e o pai está de parabéns.

Comentador 3 - E já tem vários Tios e Tias virtuais que lhe desejam as maiores felicidades!

Sinais dos tempos :)

Comentador 2 - Muito obrigada caríssimos e estimados 'Comentador 1' e 'Comentador 3'.

Comentador 2 - "Se não houver"..."

Neste caso, a interação toca em aspetos bastante pessoais da vida dos comentadores. A forma como a interação se desenrola denota que existe uma certa familiaridade entre os comentadores. Exemplos como este levam a constatar que, embora a falta de relevância esteja associada a uma menor pertinência do debate, trocas 'irrelevantes' como esta podem ser importantes para reforçar o sentido de comunidade das caixas de comentários e evitar conteúdos incivis. Esta relação entre os comentadores frequentes também pode ser observada estatisticamente. Uma simples tabulação cruzada (Tabela 33) mostra como um comentário submetido por um comentador frequente tem um maior probabilidade de ser respondido por um comentador frequente do que um comentário submetido por um comentador ocasional.

Tabela 33: Tabulação cruzada do cluster do comentador original e do cluster do comentador que responde

			Cluster Resposta		Total
			Ocasional	Frequente	
Cluster Original	Ocasional	Frequência	5733	3950	9683
		% em Cluster Original	59.2%	40.8%	100.0%
	Frequente	Frequência	3166	3144	6310
		% em Cluster Original	50.2%	49.8%	100.0%
	Total	Frequência	8899	7094	15993
		% em Cluster Original	55.6%	44.4%	100.0%

Estes dados representam estatisticamente as interações transcritas acima, mostrando que há uma tendência entre os comentadores frequentes para interagir entre si. Esta tendência é particularmente notória no caso dos comentadores do Público, em que 78% das respostas a comentários deixados pelos comentadores frequentes são da responsabilidade de comentadores frequentes, em contraste com uma percentagem de 36% quando o comentário original é deixado por um comentador ocasional. Os dados são ainda mais relevantes se se recordar que o universo dos comentadores frequentes no Público é constituído apenas por 9 comentadores.

8.2.6 QI2: A interação é determinante para o conteúdo

A interação entre os leitores é uma componente muito relevante das caixas de comentários. Como se viu, a maioria dos comentários publicados são respostas a outros comentadores, pelo que as dinâmicas de discussão são centrais para compreender os fatores que determinam o conteúdo. Em primeiro lugar, constata-se que as respostas tendem a replicar características do comentário a que se dirigem. A incivilidade num comentário está associada a incivilidade nas respostas, uma relação que também se verifica na relevância. Isto pode acontecer porque os participantes são influenciados pelo conteúdo do comentário quando respondem, procurando imitar os comportamentos uns dos outros para facilitar a interação (Chartrand & Bargh, 1999). No entanto, é igualmente plausível que, face a um comentário incivil ou irrelevante, apenas os leitores que partilham esse estilo de escrita se sintam motivados a participar. Neste último caso, não há um efeito no sujeito, mas a homofilia surge de um processo de seleção nos sujeitos.

A incivilidade dos comentários parece não ser prejudicial à interação. No caso específico do debate político, a incivilidade terá sido, em certa medida, naturalizada. Esta constatação corrobora a asserção de Schudson (1997) de que a conversa democrática não é cortês, sendo que a norma da incivilidade se impõe mesmo sendo desencorajada institucionalmente (Clark & Lohéac, 2007).

Uma parte significativa das interações entre comentadores apresenta um diálogo entre posições políticas distintas. Contudo, ao contrário do que era esperado, este choque de perspetivas não está associado a uma maior presença da incivilidade nos comentários. Esta é uma descoberta relevante, uma vez que indicia que não é a discórdia entre comentadores que impele a incivilidade. Este resultado é importante no âmbito de uma conceção deliberativa da democracia, já que ilustra que perspetivas divergentes podem coexistir num espaço de discussão sem degenerar na agressividade. Ainda assim, quando a variável dependente é a incivilidade dirigida a outros comentadores, as interações discordantes estão mais associadas à presença de incivilidade do que as interações concordantes.

Por último, uma breve análise qualitativa sugere um elevado grau de familiaridade entre os comentadores frequentes. Esta impressão é confirmada quantitativamente, mostrando que uma parte substancial da interação decorre entre uma comunidade de comentadores que se conhecem e se interpelam mutuamente. Assim, é importante reconhecer que há vários tipos de interações nas caixas de comentários, sendo possível traçar um eixo cujos extremos são o comentador

pontual que é impelido a comentar devido a uma circunstância ou conteúdo específicos e o comentador frequente, para quem comentar é um hábito e que já tem um conjunto de ‘parceiros’ de comentário numa comunidade virtual.

8.3 A relação entre os comentários e os artigos dos jornais

Após explorar um conjunto de padrões nos hábitos dos comentadores e nas suas interações, a próxima secção foca-se na relação entre o conteúdo dos comentários e o conteúdo das peças publicadas nos jornais. Este tipo de associações é relevante já que, por um lado, informam os jornalistas sobre a receção do seu trabalho e, por outro, dão algumas pistas sobre como melhorar a qualidade dos comentários.

8.3.1 Componente descritiva

Antes de abordar as hipóteses que relacionam o conteúdo das peças com o conteúdo dos comentários, importa estudar o perfil da cobertura noticiosa de cada publicação com base nas variáveis independentes. As hipóteses 3.2 e 3.3 focam-se no tipo de *frame* (jogo ou assunto) usado na cobertura da campanha eleitoral. A Tabela 34 apresenta a frequência do uso de cada tipo de *frame* nos jornais da amostra.

Tabela 34: Tipo de frame por jornal

Frame	Expresso	Público	Observador	Total
Assunto (% em jornal)	138 (36.4%)	125 (45.1%)	42 (25.8%)	305 (37.2%)
Jogo (% em jornal)	170 (44.9%)	116 (41.9%)	85 (52.1%)	371 (45.3%)
Total	379 (100%)	277 (100%)	163 (100%)	819 (100%)

Os dados mostram que todos os jornais recorrem aos *frames* de jogo com frequências semelhantes, estando o Público ligeiramente abaixo e o Observador ligeiramente acima do valor global. No caso dos *frames* de assunto, as diferenças entre os jornais são mais salientes. Especificamente, as peças do Público colocam frequentemente um determinado assunto no centro da notícia, algo que contrasta com a cobertura do Observador, onde apenas cerca de 25% das

peças abordam um assunto no título ou no lead. As elevadas percentagens de *frame* de jogo indiciam uma presença vincada do jornalismo ‘cavalo de corridas’ na cobertura mediática portuguesa da campanha eleitoral.

A hipótese 3.4 lida com a presença da negatividade nas peças. Uma vez que a negatividade pode assumir diferentes formas (Lengauer et al., 2012), é importante verificar como é que cada uma destas formas se manifesta nos diferentes jornais e na amostra como um todo. A Tabela 35 apresenta precisamente a presença de negatividade e do seu contraponto positivo nas peças alusivas à campanha eleitoral.

Tabela 35: Tipo de negatividade (número e percentagem em jornal) por jornal

Negatividade/Positividade	Expresso	Público	Observador	Total
Negatividade direcional	192 (50.7%)	154 (55.6%)	55 (33.7%)	401 (49.0%)
Positividade direcional	170 (44.9%)	127 (45.8%)	44 (27.0%)	341 (41.6%)
Tom (Negativo)	104 (27.4%)	70 (25.3%)	17 (10.4%)	191 (23.3%)
Tom (Neutro)	242 (63.9%)	193 (69.7%)	138 (84.7%)	573 (70.0%)
Tom (Positivo)	33 (8.7%)	14 (5.1%)	8 (4.9%)	55 (6.7%)
Perspetiva (Negativa)	19 (5.0%)	5 (1.8%)	1 (0.6%)	25 (3.1%)
Perspetiva (Neutra)	341 (90.2%)	260 (93.9%)	161 (98.8%)	762 (93.2%)
Perspetiva (Positiva)	18 (4.8%)	12 (4.3%)	1 (0.6%)	31 (3.8%)
Total	379 (100%)	277 (100%)	163 (100%)	819 (100%)

Excetuando o caso da perspetiva, a negatividade está mais presente do que a positividade nas peças alusivas à campanha eleitoral, um resultado que está em linha com as conclusões dos estudos anteriores. A negatividade direcional tem uma presença particularmente forte, com cerca de metade das peças a incluir um ataque ou uma asserção negativa sobre um determinado candidato ou partido. Quanto às diferenças entre os jornais, destaca-se sobretudo o facto de o Observador ser mais propenso à neutralidade, com as peças a não assumirem um pendor positivo ou negativo. Entre as variáveis analisadas, a perspetiva parece ser a menos relevante, uma vez que a maioria das peças tendem para a neutralidade. No entanto, optou-se por não excluir a variável da análise já que esta é fundamentada na literatura e porque, por si só, o facto de a cobertura da campanha eleitoral não assumir uma perspetiva quanto ao futuro é relevante.

A hipótese 3.5 lida com a interpretação e com o nível e tipo de interpretação subjacente às peças. Uma vez que este é um dos fatores que maior variação pode apresentar entre jornais, devido a linhas editoriais e estilos distintos, importa olhar para as diferenças entre publicações. As percentagens de cada tipo de interpretação por jornal são apresentadas na Tabela 36.

Tabela 36: Nível de interpretação (número e percentagem em jornal) por jornal

Interpretação	Expresso	Público	Observador	Total
Informação	125 (33.0%)	125 (45.1%)	47 (28.8%)	297 (36.3%)
Info-análise	91 (24.0%)	99 (35.7%)	40 (24.5%)	230 (28.1%)
Análise/Comentário	39 (10.3%)	26 (9.4%)	35 (21.5%)	100 (12.2%)
Opinião	58 (15.3%)	24 (8.7%)	4 (2.5%)	86 (10.5%)
Outros	66 (17.4%)	3 (1.1%)	37 (22.7%)	106 (12.9%)
Total	379 (100%)	277 (100%)	163 (100%)	819 (100%)

Tal como esperado, há diferenças assinaláveis ao nível de interpretação das peças de cada jornal. Cerca de metade das peças do Público adota um estilo puramente informativo, com um reduzido grau de interpretação ou de comentário por parte do autor da peça. O Observador tem quase tantas peças de informação com uma componente de análise e apenas de análise como de informação, o que contrasta com as outras duas publicações. Esta aposta foi assumida editorialmente, com destaque para as peças de *fact-checking*, que têm o propósito de verificar as afirmações dos candidatos e que se enquadram na categoria de análise da variável de interpretação. Em contrapartida, com o investimento na análise, a amostra do Observador tem apenas 4 artigos de opinião. O Expresso assume um maior investimento neste domínio, com 15% das peças sobre a campanha a constituir um artigo de opinião. Por fim, tanto o Expresso (17.4%) como o Observador (22.7%) apostaram em formatos não tradicionais durante a campanha, tais como fotogalerias, podcasts, vídeos e infografias. Uma vez que estes formatos assumem uma lógica tão distinta das peças mais tradicionais, não fazia sentido atribuir-lhes uma das outras categorias. Note-se ainda que a ausência de artigos de opinião e o investimento noutros formatos podem justificar o facto de o Observador ter uma percentagem mais reduzida na negatividade e positividade.

Por fim, uma vez que a hipótese 3.6 está relacionada com a presença dos partidos políticos nas peças, é pertinente verificar como é que esta presença está distribuída pelos jornais

da amostra. A Tabela 37 indica a percentagem de peças alusivas à campanha eleitoral que mencionam cada uma das quatro principais forças políticas.

Tabela 37: Menção de forças políticas nas peças por jornal

Partido/Coligação	Expresso	Público	Observador	Total
PàF	252 (66.7%)	198 (71.5%)	114 (69.9%)	564 (68.9%)
PS	190 (50.3%)	164 (59.2%)	102 (62.6%)	456 (55.7%)
CDU	81 (21.4%)	89 (32.1%)	39 (23.9%)	209 (25.6%)
BE	63 (16.7%)	93 (33.6%)	37 (22.7%)	193 (23.6%)
Total	378 (100.0%)	277 (100.0%)	163 (100.0%)	818 (100.0%)

Como pode ser observado na Tabela 37, a coligação PàF é mencionada na grande maioria das notícias. Isto decorre do facto de esta força política ser simultaneamente candidata às eleições e constituir o governo, o que significa que se assume como fonte em duas vertentes. Enquanto segunda força política, o PS surge em pouco mais de metade das peças enquadradas na campanha eleitoral, sendo a percentagem mais reduzida no caso do Expresso. Por sua vez, a CDU e o BE surgem aproximadamente em 1 em cada 4 peças. Entre os jornais da amostra, o Público é o que menciona com maior frequência a CDU e o BE, indiciando uma cobertura mais equilibrada.

Para terminar este exercício, a Tabela 38 contempla a percentagem de menções às forças políticas que são negativas, neutrais ou positivas por cada jornal. De uma forma transversal, a tabela permite verificar que as menções ao BE e à CDU tendem a ser mais neutrais e positivas do que as menções ao PS e à coligação PàF. Isto acontece porque não só as duas principais forças políticas se criticam mutuamente, mas são também alvo de críticas por parte das restantes forças políticas como o BE e a CDU. Espelhando o que se verificou na negatividade, as menções de partidos políticos pelo Observador tendem a ser mais neutrais do que nos restantes jornais. Para além destas diferenças mais gerais, há alguns pormenores que despertam a atenção relativamente às diferenças de tratamento de PS e PàF. O jornal Público, por exemplo, apresenta uma percentagem de menções negativas à PàF ligeiramente superior à percentagem correspondente ao PS, o que não acontece nos outros jornais. Em contrapartida, o Observador apresenta um maior percentagem de menções positivas à PàF e, ao contrário dos outros jornais, não apresenta elevadas percentagens de menções positivas à CDU e ao BE. Estes dados são congruentes com a

ideia de que o Observador tem uma linha editorial mais à direita do que os outros jornais da amostra.

Tabela 38: Tom das menções a forças políticas por jornal

Partido/Posição	Expresso	Público	Observador	Total
PàF (Negativo)	128 (50.8%)	113 (57.1%)	32 (28.1%)	273 (48.4%)
PS (Negativo)	99 (52.1%)	79 (48.2%)	28 (27.5%)	206 (45.2%)
CDU (Negativo)	12 (14.8%)	18 (20.2%)	5 (12.8%)	35 (16.7%)
BE (Negativo)	6 (9.5%)	13 (14.0%)	5 (13.5%)	24 (12.4%)
PàF (Neutro)	63 (25.0%)	53 (26.8%)	55 (48.2%)	171 (30.3%)
PS (Neutro)	52 (27.4%)	62 (37.8%)	62 (60.8%)	176 (38.6%)
CDU (Neutro)	34 (42.0%)	40 (44.9%)	29 (74.4%)	103 (49.3%)
BE (Neutro)	31 (49.2%)	45 (48.4%)	26 (70.3%)	102 (52.8%)
PàF (Positivo)	67 (26.6%)	35 (17.7%)	30 (26.3%)	132 (23.4%)
PS (Positivo)	39 (20.5%)	24 (14.6%)	13 (12.7%)	76 (16.7%)
CDU (Positivo)	36 (44.4%)	31 (34.8%)	5 (12.8%)	72 (34.4%)
BE (Positivo)	26 (41.3%)	35 (37.6%)	6 (16.2%)	67 (34.7%)

8.3.2 Agenda-setting

A hipótese 3.1 enquadra-se na tradição de investigação consolidada por McCombs e Shaw (1972) e ambiciona testar se os tópicos abordados pelos *media* determinam os tópicos dos comentários. Para conduzir este teste, recorreu-se a um processo semelhante ao utilizado em trabalhos anteriores (J. Gonçalves, Pereira, & Silva, 2017), que compara a saliência dos assuntos nos artigos e nos comentários através da frequência de palavras. Neste âmbito, é importante considerar que a frequência de palavras apresenta algumas fragilidades enquanto medida para a importância de um assunto (Rapoport, 1967). Em primeiro lugar, a repetição de um termo em vários textos não significa necessariamente que o tema associado a esse termo é importante para os autores. De igual forma, os comentadores e os jornalistas podem recorrer a termos diferentes para se referir ao mesmo assunto ou protagonista. Por exemplo, não é invulgar os comentadores referirem-se a Paulo Portas, então líder do CDS-PP, como ‘o irrevogável’, devido à sua ameaça de

demissão em 2013. Naturalmente, este é um apelido que não é característico do léxico do jornalismo, podendo aparecer eventualmente num artigo de opinião. Não obstante, considera-se que a comparação da frequência de palavras é uma forma válida de testar a relação entre o conteúdo das notícias e o conteúdo dos comentários.

As peças e os comentários do jornal Expresso foram usados para levar a cabo a análise. O Expresso foi escolhido por apresentar o maior volume de comentários e uma moderação menos apertada, o que permite avaliar melhor as tendências do conteúdo. Uma vez que esta análise é automatizada, a ausência de constrangimentos práticos à amostra significa que é possível usar todos os artigos e comentários publicados entre o dia 4 de setembro e o dia 10 de outubro.

A análise foi conduzida seguindo uma sequência de passos que tinham como objetivo depurar os dados e identificar as palavras mais relevantes. Os dados foram analisados usando os *softwares* WordStat e Microsoft Excel. Em primeiro lugar, foi excluído da análise um conjunto de palavras que não assumiam relevância para a análise com base num dicionário pré-determinado do software WordStat, tais como artigos definidos e indefinidos. De seguida, as palavras foram lematizadas, garantindo que as palavras com o mesmo lema são agrupadas. Após estes procedimentos, foram identificadas as 300 palavras nos comentários e nas peças com o maior índice TF*IDF¹⁰¹. Após esta identificação, foram excluídos manualmente termos que não indicam temas ou que não são relevantes para a análise (ex: “acontecer”, “chamar”, “comentários”).

A frequência das palavras remanescentes foi analisada tendo o dia como unidade temporal de base e representada como frequência por cada 10000 palavras, para facilitar a interpretação e relativizar as quantidades. De entre a lista de palavras, foram identificados os termos que apresentavam uma maior variância¹⁰² segundo o dia, uma vez que esta variação é relevante para sinalizar as flutuações na agenda. Os termos que apresentaram uma grande variação tanto nas peças como nos comentários foram usados na análise, resultando num conjunto de 29 termos.

Para testar as hipóteses do *agenda-setting* (H3.1a) e do *agenda-setting* inverso (H3.1b) realizou-se uma análise de séries temporais. Na Tabela 39 os *lags* positivos indicam uma

¹⁰¹ TF*IDF (*Term Frequency*Inverse Document Frequency*) é uma medida para avaliar a importância de um termo num determinado corpus. Neste caso, não só é considerada a frequência do termo, mas também a sua presença nos documentos. Assim, palavras muito frequentes, como “disse” no caso do discurso jornalístico, podem perder alguma relevância se surgirem em todos os documentos. Como os termos que estão presentes em todos os documentos não apresentam nenhuma variação, não são relevantes para o exercício de avaliar a sua importância ao longo do tempo.

¹⁰² Uma vez que o dia de reflexão é um dia atípico na publicação de notícias sobre a campanha, este foi excluído no cálculo da variância para o conteúdo jornalístico.

correlação do conteúdo das notícias com os comentários do dia seguinte, enquanto os *lags* negativos indicam uma correlação do conteúdo das notícias com o dia anterior. O *lag* 0 indica a correlação entre os conteúdos dos mesmos dias. Assim, por exemplo, se a maior correlação entre as séries de dados para um termo se der nos *lags* negativos, isto significa que a importância de um termo nos comentários antecede a importância do termo no conteúdo jornalístico, indiciando um *agenda-setting* inverso. Para facilitar a leitura, a Tabela 39 inclui apenas correlações significativas a um nível de $p < 0.05$ e realça a negrito a maior correlação para cada palavra.

Tabela 39: Correlação da frequência de lemas por dia nos comentários e nos artigos

Palavra	LAG				
	-2	-1	0	1	2
ANTÓNIO			0.51735		
BANCO		0.355506	0.678137	0.383686	
BE	0.415311	0.369741	0.504215	0.596952	0.449236
CATARINA					-0.33991
CDS	0.673628	0.601108	0.767541	0.584139	0.457701
COELHO		0.484135	0.46895		
COLIGAÇÃO	0.344638		0.507865		
COSTA			0.63768		
DEBATE	0.557626	0.860747	0.860019	0.467381	
DÉFICE		0.490574	0.8781	0.646215	
DEPUTADO	0.645408	0.788614	0.841392	0.695298	0.653779
ELEIÇÕES	0.340704	0.337479	0.658652	0.35157	
ESQUERDA	0.740643	0.684783	0.711099	0.711086	0.648616
GOVERNO	0.417605	0.581211	0.720633	0.733206	0.672851
MAIORIA	0.75389	0.786201	0.899819	0.692953	0.69483
MILHÕES			0.425037		0.378433
MINISTRO					
PAÍS	0.345492		0.295931		
PARTIDO	0.557649	0.634342	0.705892	0.694997	0.461411
PASSO[S]		0.489067	0.723556	0.455544	
PCP	0.559473	0.723976	0.75828	0.602489	0.51505
PORTA[S]			0.413206		
PORTUGAL			0.478818		
PS	0.517212	0.547699	0.509036	0.511224	0.340314
PSD	0.431877		0.542818		
SOCIAL			0.535007	0.383371	0.351449
SÓCRATES	0.579878	0.709333	0.707081	0.765682	0.656442
TROIKA	0.557319	0.27961	0.607542	0.339598	0.078734
VOTO	0.395406	0.424332	0.411222	0.529415	0.660219

Embora os comentadores fujam frequentemente ao tema da notícia nas suas participações, ainda é expectável que o conteúdo dos comentários verse sobretudo sobre o que é abordado na peça. Assim, o facto de, na maior parte dos casos, a correlação mais elevada ser a que compara o conteúdo dentro do mesmo dia não é surpreendente. Com este constrangimento temático, a forma mais viável para existir um *agenda-setting* inverso não é pela introdução de um novo tema, mas pela reação desproporcional dos públicos a uma notícia que faz com que a redação invista mais nesse tema nos dias seguintes. Em alguns casos, verifica-se que a maior correlação acontece quando se comparam os comentários com as peças do dia seguinte, o que sustenta, aparentemente, a hipótese do *agenda-setting* inverso.

Os valores das correlações nem sempre têm uma interpretação intuitiva. Assim, talvez seja pertinente representar graficamente algumas das séries temporais para os termos identificados acima. A Figura 12 ilustra uma situação típica que justifica uma correlação elevada entre o conteúdo dos comentários e o conteúdo jornalístico dentro do mesmo dia. Para facilitar a leitura das correlações, os valores são apresentados como variando entre 0 e 1, sendo 1 o valor máximo da série.

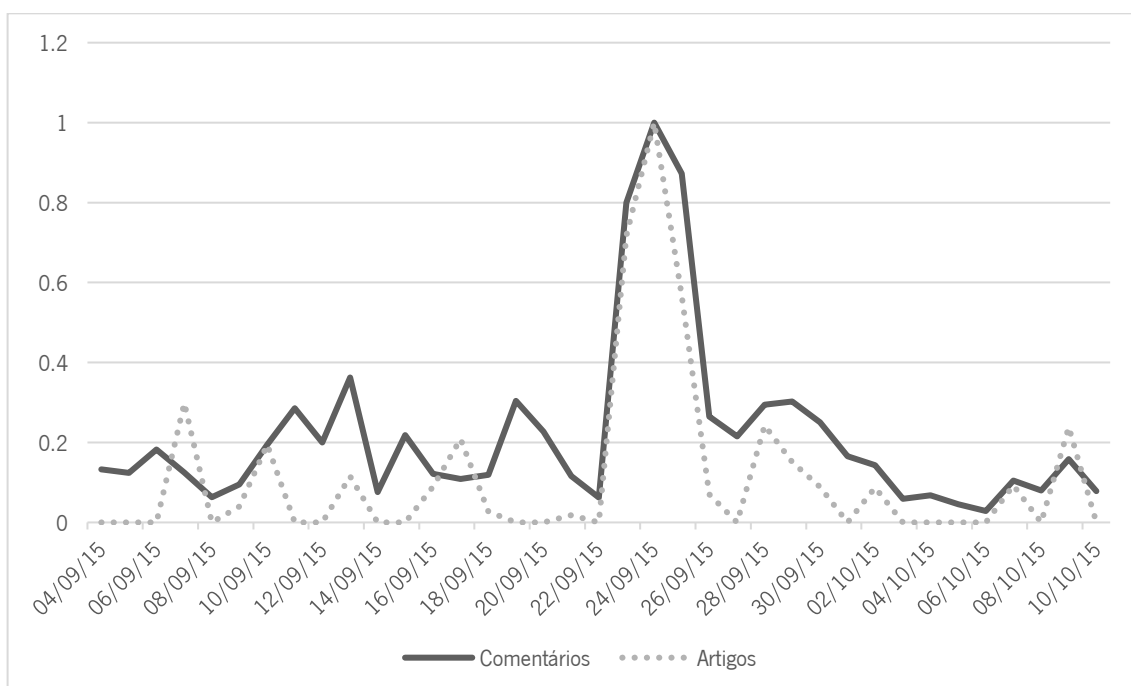


Figura 12: Frequência relativa do lema 'défice' por 10000 palavras nos artigos e nos comentários, por dia

A 23 de setembro de 2015, o Instituto Nacional de Estatística (INE) reviu em alta o déficit de 2014 de 4.2% para 7.5% do PIB, refletindo a injeção de 4.9 mil milhões de euros no Novo

Banco. Mesmo para um indivíduo completamente alheado desta situação, é possível identificar que aconteceu no dia 23 de setembro uma situação relevante envolvendo o défice, já que se observa um pico no uso do termo entre os dias 23 e 25. A maior parte dos termos na análise apresenta uma relação deste tipo. Há, no entanto, algumas situações em que as transformações no conteúdo das notícias antecedem transformações no discurso dos comentadores, como é o caso do lema “Sócrates”.

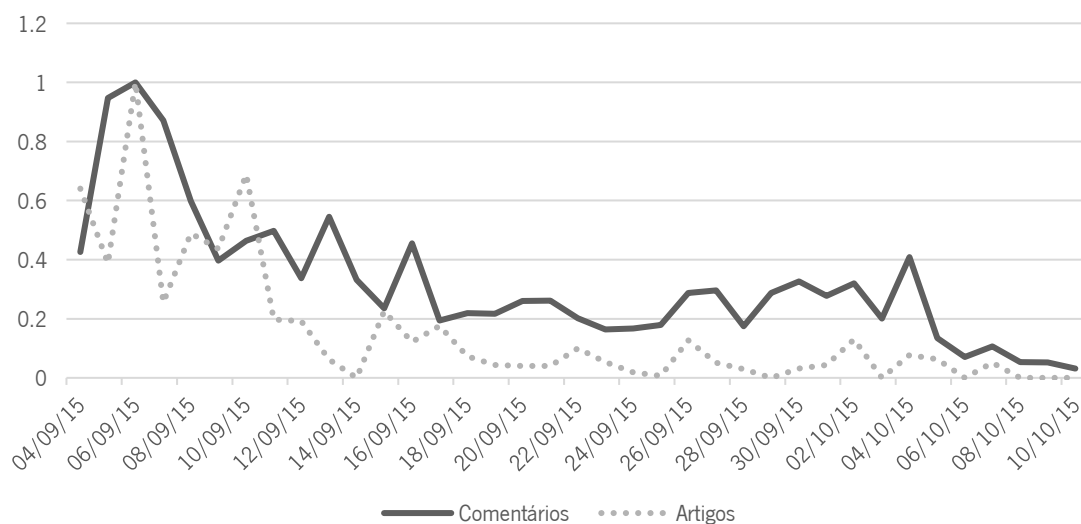


Figura 13: Frequência relativa do lema “Sócrates” por 10000 palavras nos artigos e nos comentários, por dia

Houve duas situações que impeliram o nome de José Sócrates para os títulos das notícias: a alteração da medida de coação aplicada ao ex-primeiro-ministro para prisão domiciliária no dia 4 de setembro e as múltiplas referências de Passos Coelho ao político no primeiro debate com António Costa, a 9 de setembro. Desde essa ocasião, José Sócrates foi apenas pontualmente mencionado no conteúdo do Expresso, marcando presença em alguns artigos de opinião e explorando a forma como o ex-primeiro-ministro iria votar no dia 4 de outubro (acompanhado ou não pela polícia). No entanto, como ilustra o gráfico, o uso do termo esmoreceu mais rapidamente nas notícias do que nos comentários, onde o decréscimo foi mais gradual. Este caso representa algum apoio para hipótese 3.1a, já que a ausência de Sócrates nas notícias se reflete depois numa ausência nos comentários. No entanto, o decréscimo mais gradual nos comentários indicia, ainda assim, uma certa resiliência dos comentadores em abandonar o tema.

A Tabela 39 também contém situações em que o discurso dos comentários se antecipa ao conteúdo das notícias. O lema “esquerda” é um exemplo, que pode ser explorado de uma forma mais detalhada na Figura 14.

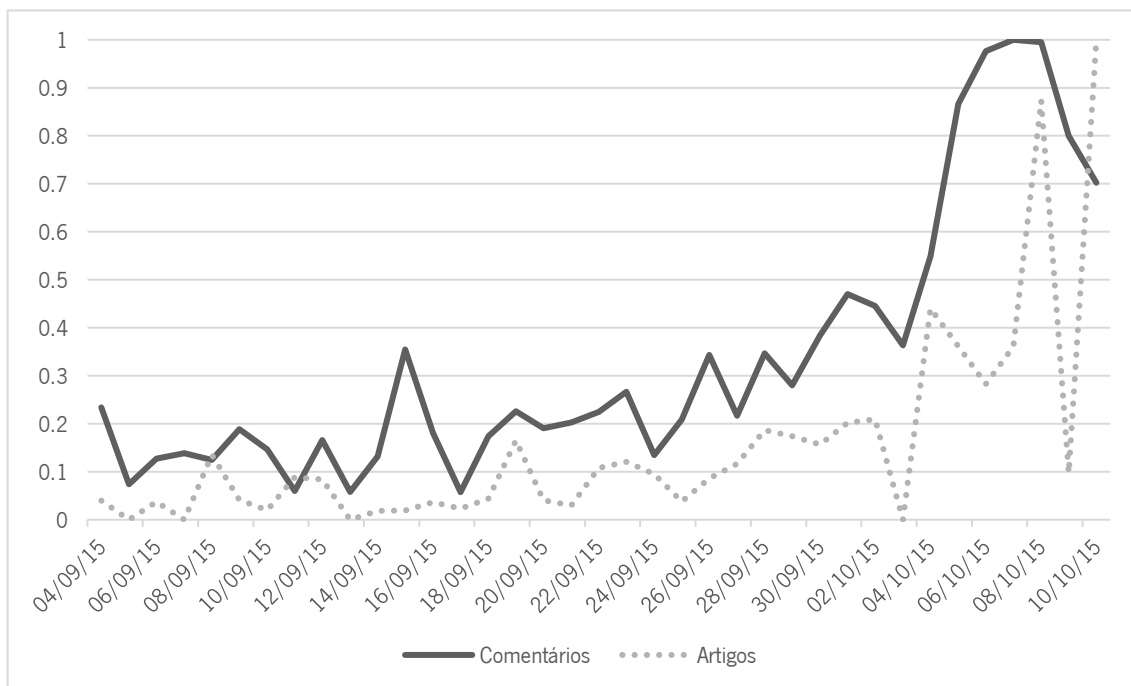


Figura 14: Frequência relativa do lema “esquerda” por 10000 palavras nos artigos e nos comentários, por dia.

Neste caso específico, os comentadores começaram mais cedo do que a imprensa a especular sobre uma potencial coligação de esquerda para viabilizar o governo (PS+CDU+BE), pelo que o termo aparece mais cedo e com maior frequência no conteúdo dos comentários. Este cenário era inicialmente apresentado como improvável pelos jornais, pelo que apenas no fim de semana a seguir às eleições, quando começaram a surgir artigos de opinião sobre a formação de governo, foi equacionada essa hipótese no jornal Expresso.

Que conclusões se podem retirar dos dados para a hipótese 3.1? Uma vez que a maioria dos lemas surgem com correlações mais elevadas no mesmo dia ou com *lags* positivos, parece que o conteúdo dos comentários depende em grande parte do que é reportado pela imprensa. Desta forma, os dados apoiam a hipótese 3.1a. Ainda assim, há algumas instâncias em que os comentadores se parecem antecipar à imprensa. No entanto, é possível que isto não represente verdadeiramente uma forma de *agenda-setting* inverso. O que os comentadores fazem não é introduzir novos temas ou assuntos na agenda mediática ou política, mas reagir mais rapidamente a determinados acontecimentos. Os comentadores podem publicar quase instantaneamente uma opinião ou uma interpretação de um objeto noticioso, enquanto os atores mais tradicionais, como

os políticos, os comentaristas televisivos e os cronistas, podem demorar algumas horas ou até dias a pronunciar-se sobre um assunto. Assim, não é possível afirmar com segurança que os dados apoiam a hipótese 3.1b.

Para além de explorar os fenómenos de *agenda-setting*, a análise de frequência de palavras permite confrontar o conteúdo jornalístico com o conteúdo dos comentários em busca de diferenças. Uma simples comparação da percentagem do total de palavras processadas revela traços distintivos no conteúdo, como é ilustrado pela Tabela 40 e pela Tabela 41.

Tabela 40: 15 palavras mais frequentes nos artigos do que nos comentários

Lema	% em Artigos	% em Comentários	Diferença
POLÍTICO	0.68%	0.14%	0.54%
CAMPANHA	0.68%	0.17%	0.51%
ANTÓNIO	0.72%	0.28%	0.44%
LÍDER	0.49%	0.07%	0.42%
PARTIDO	1.00%	0.63%	0.37%
PRIMEIRO	0.61%	0.25%	0.36%
SOCIAL	0.65%	0.30%	0.35%
PASSO	1.00%	0.68%	0.32%
BLOCO	0.34%	0.06%	0.28%
PEDRO	0.34%	0.06%	0.28%
POLÍTICA	0.49%	0.23%	0.26%
PORTA	0.50%	0.24%	0.26%
MOVIMENTO	0.27%	0.01%	0.26%
COELHO	0.58%	0.33%	0.25%
SOCIALISTA	0.49%	0.24%	0.25%

Tabela 41: 15 palavras mais frequentes nos comentários do que nos artigos

Lema	% em Artigos	% em Comentários	Diferença
PAGAR	0.07%	0.33%	0.26%
POVO	0.08%	0.33%	0.25%
VOTAR	0.21%	0.44%	0.23%
DINHEIRO	0.07%	0.28%	0.21%
SÓCRATES	0.23%	0.42%	0.19%
MILHÕES	0.20%	0.37%	0.17%
DÍVIDA	0.10%	0.27%	0.17%
MELHOR	0.14%	0.31%	0.17%
TROIKA	0.06%	0.22%	0.16%
PODER	0.44%	0.60%	0.16%
GANHAR	0.18%	0.34%	0.16%
PS	1.32%	1.46%	0.14%
VERDADE	0.09%	0.22%	0.13%
PAÍS	0.46%	0.59%	0.13%
ESTADO	0.23%	0.34%	0.11%

Retendo as 15 palavras que apresentam uma maior diferença na percentagem sobre o total de palavras processadas, pode-se retirar algumas conclusões interessantes. O conteúdo das notícias parece ser mais centrado nos atores políticos e na campanha, com lemas como ‘líder’, ‘partido’, ‘Passo(s)’, ‘Porta(s)’ e ‘campanha’. Esta constatação dá força à ideia de que a cobertura jornalística em campanha se foca sobretudo nos partidos, nos candidatos e nas suas agendas. Em contraste, o conteúdo dos comentários aparece fortemente marcado pelo discurso da crise económica, ilustrado por lemas como ‘pagar’, ‘dívida’, ‘dinheiro’, ‘milhões’ e ‘troika’. Para além disso, no lugar de candidatos políticos, surgem no discurso dos comentadores entidades mais abstratas como o ‘povo’ e o ‘Estado’. A presença dos lemas ‘PS’ e ‘Sócrates’ também espelha um foco na crise, com vários comentadores a discutir a responsabilidade pela quebra na economia focando estes dois atores.

Em termos gerais, a comparação das frequências ilustra um jornalismo mais preocupado em acompanhar os desenvolvimentos da campanha e públicos que se centram na crise económica e respetiva atribuição de responsabilidades. Entre os lemas mencionados, é também importante salientar a presença do lema ‘ganhar’, que ilustra uma preocupação com o desfecho das eleições e está associado a um *frame* de jogo.

8.3.3 A relação dos comentários com as notícias

Nesta secção procurou-se testar as restantes hipóteses associadas à questão de investigação 3. Estas hipóteses derivam sobretudo das teorias dos efeitos, prevendo que as escolhas jornalísticas estão associadas à forma como os públicos discutem e debatem os assuntos. Embora esta dissertação não enquadre esta relação exclusivamente no paradigma dos efeitos, a forma como os comentadores adaptam o seu discurso segundo as características da peça merece ser analisada.

Para facilitar a análise, os modelos responderão a várias hipóteses em simultâneo. Para cada variável dependente, será considerado o impacto de todas as variáveis independentes do desenho de investigação. Esta decisão não só torna os dados mais fáceis de interpretar, como permite considerar todos os fatores que podem justificar a variação da variável dependente, oferecendo um retrato mais completo dos fenómenos que serão analisados.

8.3.3.1 Número de comentários

A primeira variável a testar é o número de comentários. Envolver o público e manter os leitores na página do jornal são dois dos principais objetivos das redações. Um maior número de comentários a uma peça é um indicador positivo para ambos os objetivos. Se as pressões económicas justificam grande parte das opções das redações, estas opções podem ser validadas pelo impacto que têm no número de comentários das peças.

Assim, para testar as hipóteses H3.2a, H3.3a, H3.4a e H3.5a realizou-se uma regressão binomial negativa tendo como variável dependente o número de comentários e como variáveis independentes todos os fatores mencionados nas hipóteses, bem como o controlo para o jornal e o tipo de acesso ao artigo. Durante a análise de conteúdo, constatou-se que os artigos que apresentavam resultados de sondagens estão associados consistentemente a um número elevado de comentários, pelo que se inclui uma variável relativa a essa característica num segundo modelo. Os resultados de ambos os modelos são apresentados na Tabela 42, sendo omitidas as categorias de referência para as variáveis de jornal (Expresso), tom (Neutro), perspectiva (Neutra) e interpretação (Informativo).

Tabela 42: Regressão binomial negativa para o número de comentários

	Modelo 1	Modelo 2
Interseção	4.323*** (0.129)	4.329*** (0.129)
Jornal (Público = 1)	-3.004*** (0.138)	-3.000*** (0.138)
Jornal (Observador = 1)	-2.444*** (0.184)	-2.471*** (0.185)
Acesso Livre (Sim = 1)	-0.643*** (0.182)	-0.482** (0.182)
Tom (Negativo = 1)	-0.78 (0.097)	0.024 (0.096)
Tom (Positivo = 1)	-0.033 (0.160)	0.078 (0.159)
Perspetiva (Negativa = 1) ¹⁰³	-0.115 (0.215)	0.013 (0.215)
Perspetiva (Positiva = 1)	0.209 (0.195)	0.487* (0.197)
Neg. Direcional	0.222** (0.083)	0.248** (0.083)
Pos. Direcional	-0.030 (0.087)	-0.243** (0.087)
<i>Frame</i> assunto	-0.141 (0.093)	-0.077 (0.091)
<i>Frame</i> jogo	0.256** (0.090)	0.070 (0.88)
Sondagem	-	1.761*** (0.194)
Interpretação (Informativo-Análise = 1)	0.142 (0.144)	0.214 (0.144)
Interpretação (Análise = 1)	-0.346 (0.197)	-0.285 (0.197)
Interpretação (Opinião = 1)	-0.696** (0.205)	-0.718*** (0.204)
Interpretação (Outro = 1)	-1.960*** (0.167)	-1.925*** (0.168)
Público*Interpretação (Informativo-Análise = 1)	0.489* (0.205)	-0.045 (0.210)
Público*Interpretação (Análise = 1)	1.457*** (0.299)	0.984** (0.304)
Público*Interpretação (Opinião = 1)	0.660* (0.326)	0.746* (0.326)
Público*Interpretação (Outro = 1)	3.196*** (0.629)	3.240*** (0.629)
Observador*Interpretação (Informativo-Análise = 1)	0.766** (0.267)	0.176 (0.271)
Observador*Interpretação (Análise = 1)	0.907** (0.308)	0.857** (0.308)
Observador*Interpretação (Opinião = 1)	-1.756* (0.811)	-1.618* (0.810)
Observador*Interpretação (Outro = 1)	1.714*** (0.286)	1.719*** (0.287)
Desvio	1653.1	1549.6
Critério de Informação de Akaike	6445.8	6344.3

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

A hipótese H3.2a prevê que o uso de *frames* de jogo está associado a um aumento no número de comentários. Os resultados do modelo 1 sugerem que a hipótese é apoiada pelos dados, já que o coeficiente associado à presença deste tipo de *frame* é positivo e significativo ($B = 0.256$, $SE = 0.090$, $p = 0.005$). Em termos práticos, isto significa que uma notícia com um *frame* de jogo gera em média 10.8 comentários, enquanto uma notícia sem a presença deste

¹⁰³ Os resultados associados à variável de perspetiva deverão ser interpretados com cautela devido ao baixo valor de fiabilidade intercodificador (ver Anexo A).

frame gera 8.4 comentários. No entanto, quando é incluída a variável das sondagens no Modelo 2, este efeito deixa de ser significativo ao nível $p < 0.05$, apesar de permanecer positivo. Por sua vez, a variável relativa às sondagens torna-se significativa e apresenta um coeficiente positivo ($B=1.761$, $SE=0.194$, $p < 0.001$). Neste caso, a diferença de médias é substancial, com um artigo centrado numa sondagem a gerar 59.5 comentários em contraste com a média de 10.2 dos restantes artigos. A hipótese 3.2a é assim apoiada pelos dados, mas o grande impulso no número de comentários provém das sondagens que, apesar de se enquadrarem na categoria de *frames* de jogo, constituem uma manifestação específica deste tipo de *frame*.

Em contraste, a hipótese 3.3a sugere que os *frames* de assunto estão associados a um decréscimo no número de comentários. Embora os coeficientes mostrem que os efeitos ocorrem na direção esperada, o facto de não serem significativos implica que a hipótese nula não pode ser rejeitada. Assim, os dados sugerem que o uso de *frames* de assunto não tem implicações significativas no número de comentários de uma peça.

A hipótese 3.4a sugere que a presença de negatividade numa peça aumenta o número de comentários a essa mesma peça. Se se considerar o tom e a perspetiva geral da peça, os dados não apoiam a hipótese, já que os respetivos coeficientes não são significativos nos modelos. No entanto, quando é considerada a negatividade direcional, verifica-se que esta tem um efeito significativo na direção esperada em ambos os modelos. Considerando o modelo 2, uma peça que apresenta alguma forma de negatividade direcional tem em média 27.9 comentários, enquanto uma peça sem negatividade direcional apresenta apenas 21.8 comentários em média. Curiosamente, a positividade direcional tem o efeito oposto no modelo 2, estando associada a uma redução significativa do número de comentários. Neste caso, as diferenças entre modelos devem-se ao facto de as peças sobre sondagens incluírem frequentemente comentários positivos acerca de uma das forças políticas ou candidatos, afirmando que estão 'a ganhar terreno' ou 'à frente'. No entanto, ao incluir a variável relativa às sondagens, verifica-se que é o facto de se tratar de uma sondagem, e não a positividade desses excertos, que está associado ao aumento no número de comentários.

Desta forma, os dados apoiam parcialmente a hipótese 3.4a. A negatividade contribui para um incremento no número de comentários a uma peça, mas apenas quando se trata de negatividade direcional, dirigida por norma a candidatos e partidos políticos. Quando o tom da peça é globalmente negativo ou quando a peça antecipa acontecimentos negativos, as relações não são significativas e não permitem rejeitar a hipótese nula.

Por fim, a hipótese 3.5a afirma que uma maior componente de interpretação jornalística nas peças aumenta o número de comentários. Os efeitos diretos não apoiam a hipótese. Não só os artigos de opinião estão associados a um número significativamente mais reduzido de comentários, como as peças com uma componente exclusiva de análise ou de comentário tem um coeficiente negativo, não significativo por uma margem pequena ($p = 0.079$). A categoria outros, que engloba tipologias menos tradicionais de trabalhos jornalísticos como vídeos, *podcasts* e fotogalerias, está associada a um menor número de comentários, sugerindo que os formatos menos tradicionais não são eficazes a atrair um maior nível de participação.

Apesar de os efeitos diretos terem algum potencial explicativo, considerou-se pertinente neste caso observar os efeitos de interação da interpretação com os jornais. Apesar de acrescentar um número elevado de parâmetros ao modelo, considera-se que esta opção é necessária uma vez que, sobretudo nas peças de análise e de opinião, o estilo dos autores pode diferir substancialmente entre publicações¹⁰⁴. Neste caso, verificam-se efeitos de interação significativos para o nível de análise, de opinião e para outros tipos de artigos. As diferenças entre os jornais ficam ainda mais claras se se analisar as médias marginais estimadas na Tabela 43.

¹⁰⁴ Apesar do maior número de parâmetros, o modelo com os efeitos de interação parece ser mais adequado do que o modelo que tem apenas os efeitos diretos. O Critério de Informação de Akaike, que compara modelos com base no seu poder explicativo e penalizando o número de parâmetros, foi melhor (mais baixo) para o modelo com os efeitos de interação (6344.3) do que para o modelo sem os efeitos (6418.4).

Tabela 43: Médias marginais estimadas para o número de comentários na interação entre o jornal e o nível de interpretação.

	Categoria de Interpretação	Média	Erro Padrão	Intervalo de confiança 95%	
				Inferior	Superior
Expresso	Informação	175.6256	32.84624	121.7285	253.3863
	Info-Análise	217.5460	43.68537	146.7647	322.4637
	Análise	132.1078	30.25263	84.3342	206.9442
	Opinião	85.6724	17.25692	57.7277	127.1445
	Outra	25.6150	5.74809	16.4999	39.7655
Público	Informação	8.7428	1.77963	5.8666	13.0291
	Info-Análise	10.3521	2.03926	7.0364	15.2303
	Análise	17.5896	4.61584	10.5168	29.4189
	Opinião	8.9925	2.68361	5.0103	16.1400
	Outra	32.5472	20.55168	9.4412	112.2014
Observador	Informação	14.8462	3.57104	9.2656	23.7881
	Info-Análise	21.9286	5.12377	13.8714	34.6657
	Análise	26.3019	6.79785	15.8485	43.6499
	Opinião	1.4367	1.13741	.3044	6.7802
	Outra	12.0847	3.20551	7.1854	20.3245

Como é possível observar na tabela, enquanto a análise está associada a um menor número de comentários quando comparada com a informação no caso do Expresso, o mesmo não acontece nos outros jornais, em que a interação do jornal com a análise tem coeficientes positivos significativos e a análise apresenta uma média de comentários superior à informação. De igual forma, há uma diferença relevante entre o número de comentários médio às peças de informação e de opinião no Público. É relevante ainda notar que a categoria ‘outra’ apresenta um número médio de comentários bastante elevado no Público, apesar do erro padrão ser similarmente elevado devido ao baixo número de casos nesta categoria dentro do jornal. Uma análise mais cuidada dos casos que se enquadram nesta categoria revela que o elevado número de comentários é motivado pelos perfis que o jornal elaborou de Pedro Passos Coelho e de António Costa. Por se tratar de perfis e se desviaram das normas seguidas pelos restantes tipos de peças, foram incluídos na categoria ‘outros’. Note-se por fim que, na generalidade, as notícias que contêm uma componente de informação e uma componente de análise geram um maior número de comentários que as peças de informação. No entanto, verifica-se uma vez mais que grande parte deste efeito se deve ao facto de a maioria das peças sobre sondagens se enquadrarem nesta categoria, em que o jornalista apresenta e analisa os resultados.

Com todas as especificidades das interações entre o jornal e os níveis de interpretação, a abordagem à hipótese 3.5a é necessariamente complexa. Numa primeira observação, não é possível rejeitar a hipótese nula, uma vez que os dados não mostram que um maior nível de interpretação gera mais comentários. O contrário seria mais plausível, uma vez que os artigos de opinião apresentam um desempenho consistentemente inferior. No entanto, a diferença entre os três primeiros níveis de interpretação é menos clara e significativa. Neste caso, a diferença entre as linhas editoriais, o estilo dos jornais e as próprias características da comunidade de comentadores parecem desaconselhar interpretações mais generalizáveis dos dados.

8.3.3.2 Incivilidade

A incivilidade, uma das principais preocupações das redações e dos académicos, é uma das componentes centrais deste estudo. Usando a forma binária da variável da incivilidade, construiu-se uma regressão binomial logística para estudar a forma como as características das notícias estão associadas à probabilidade de um comentário ser incivil. Tal como em casos anteriores, um modelo multinível é utilizado para controlar as componentes da variância associadas aos autores e às notícias, usando o pacote *lme4* da linguagem de programação R. Uma vez que a interação entre comentadores molda de uma forma significativa a incivilidade, o modelo foi replicado excluindo as respostas a outros comentários da amostra (Modelo 2). Estes modelos são apresentados na Tabela 44 e permitem testar as hipóteses 3.2b, 3.4b e 3.5b. Neste caso, não foi mapeada a interação entre o grau de interpretação e o jornal, uma vez que o modelo se tornaria demasiado complexo para convergir.

Tabela 44: Modelos multinível para a incivilidade em função das características da peça

	Modelo 1 – Todos os comentários	Modelo 2 – Excluindo as respostas
	Coefficiente (EP)	Coefficiente (EP)
Variáveis de nível individual (Nível-1)		
Interseção	-0.840*** (0.075)	-0.804*** (0.096)
Jornal (Público = 1)	-0.551*** (0.102)	-0.484*** (0.125)
Jornal (Observador = 1)	-0.348*** (0.104)	-0.539*** (0.125)
Tom (Positivo = 1)	-0.005 (0.084)	0.173 (0.110)
Tom (Negativo = 1)	-0.046 (0.062)	0.037 (0.081)
Perspetiva (Positivo = 1)	0.107 (0.102)	0.103 (0.069)
Perspetiva (Negativo = 1)	0.077 (0.106)	0.288* (0.143)
Neg. Direcional	0.130* (0.052)	0.208** (0.068)
Pos. Direcional	0.106* (0.052)	0.103 (0.069)
Frame assunto	-0.058 (0.057)	-0.054 (0.074)
Frame jogo	-0.077 (0.054)	-0.034 (0.071)
Interpretação (Informativo-Análise = 1)	-0.047 (0.059)	-0.059 (0.076)
Interpretação (Análise = 1)	-0.115 (0.080)	-0.116 (0.105)
Interpretação (Opinião = 1)	-0.065 (0.092)	-0.165 (0.119)
Interpretação (Outro = 1)	-0.007 (0.110)	0.003 (0.144)
Efeitos Aleatórios		
	Componente de Variância (DP)	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.085 (0.291)	0.092 (0.304)
Variância de Autor (Nível-2)	0.668 (0.817)	0.757 (0.870)
Desvio	32343.9	11149.0
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27753	9127
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652	650
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057	1690

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Uma análise rápida ao modelo mostra que a maior parte das características dos artigos não são preditores significativos da incivilidade nos comentários. Desta forma, as hipóteses 3.2b e 3.5 podem ser rejeitadas com base nos dados, uma vez que nem os *frames* de jogo nem a interpretação tiveram um impacto na civilidade esperada dos comentários. A hipótese 3.4b é apoiada pelos dados, sendo que a presença de negatividade direcional está associada a um

aumento da incivilidade prevista para os comentários à peça em ambos os modelos. O facto de a positividade direcional também ter tido um coeficiente positivo significativo no modelo 1 sugere a afirmação de uma posição relativamente um político ou partido, independentemente de ser positiva ou negativa, pode ser um fator associado à incivilidade. O teste da hipótese 3.6 poderá permitir uma interpretação mais detalhada destes dados.

O próximo conjunto de hipóteses a testar prende-se com a relevância dos comentários. Assumindo que é desejável que os comentários versem sobre o conteúdo das peças, é importante ver de que forma é que as características das notícias estão associadas à relevância dos comentários. Assim, para testar as hipóteses 3.3b e 3.5c, recorre-se a um modelo multinível de uma regressão cumulativa com uma função de ligação logística usando o pacote *ordinal* da linguagem de programação R. O modelo que inclui todos os comentários e o modelo que exclui as respostas são apresentados na Tabela 45.

Tabela 45: Modelos multinível para a relevância em função das características da peça

	Modelo 1 – Todos os comentários	Modelo 2 – Excluindo as respostas
	Coeficiente (EP)	Coeficiente (EP)
Variáveis de nível individual (Nível-1)		
Jornal (Público = 1)	1.316*** (0.111)	0.741*** (0.125)
Jornal (Observador = 1)	0.814*** (0.114)	0.243* (0.121)
Tom (Positivo = 1)	-0.100 (0.122)	-0.057 (0.125)
Tom (Negativo = 1)	0.038 (0.083)	0.058 (0.088)
Perspetiva (Positivo = 1)	-0.063 (0.141)	-0.116 (0.147)
Perspetiva (Negativo = 1)	0.063 (0.154)	0.039 (0.162)
Neg. Direcional	-0.149* (0.070)	-0.228** (0.074)
Pos. Direcional	-0.079 (0.071)	-0.090 (0.075)
Frame assunto	0.130 (0.077)	0.064 (0.081)
Frame jogo	-0.290*** (0.072)	-0.292*** (0.077)
Interpretação (Informativo-Análise = 1)	-0.196* (0.081)	-0.150 (0.084)
Interpretação (Análise = 1)	0.194 (0.107)	0.200 (0.114)
Interpretação (Opinião = 1)	0.046 (0.118)	-0.018 (0.127)
Interpretação (Outro = 1)	-0.087 (0.133)	-0.072 (0.150)
Efeitos Aleatórios		
	Componente de Variância (DP)	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.314 (0.560)	0.211 (0.460)
Variância de Autor (Nível-2)	0.649 (0.806)	0.589 (0.767)
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	27749	9125
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	652	650
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	2057	1690

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

A Tabela 45 permite identificar alguns fatores que estão associados à relevância dos comentários. No que respeita às hipóteses, verifica-se que os *frames* de assunto não estão associados significativamente à relevância dos comentários (Modelo 1: $p = 0.09$; Modelo 2: $p = 0.43$). Embora o coeficiente tenha um sinal positivo e, no caso do modelo 1, se aproxime da significância, não há evidências fortes para rejeitar a hipótese nula associada à hipótese 3.3b. Quanto à hipótese 3.5c, há algumas evidências de que as peças que conjugam a informação com algum grau de interpretação ou de análise estão associadas a comentários menos relevantes

(Modelo 1: $p = 0.02$; Modelo 2: $p = 0.07$). No entanto, os coeficientes dos restantes níveis de interpretação não são significativos, pelo que a hipótese 3.3b é apenas parcialmente apoiada pelos dados.

Há, contudo, dois fatores que influenciam a relevância dos comentários que não estavam inicialmente previstos nas hipóteses. A negatividade direcional está associada a um menor nível de relevância nos comentários em ambos os modelos, sugerindo que os comentários às peças que incluem ataques a candidatos ou a partidos resvalam com maior facilidade para assuntos que não estão relacionados com a peça. No mesmo sentido, os *frames* de jogo apresentam um impacto ainda mais forte na relevância. Apesar do efeito positivo das metáforas desportivas e da apresentação da política como uma competição no número de comentários, parece que este ganho ocorre à custa de uma redução na pertinência desses mesmos comentários.

A importância da negatividade direcional para o número de comentários, incivilidade e relevância carece de uma investigação mais detalhada. A negatividade direcional nas notícias manifesta-se frequentemente nas declarações de políticos que atacam os seus oponentes através dos *media*. Assim, na hipótese 3.6 explora-se a relação entre a presença deste tipo de declarações na peça e as posições dos comentadores. Tal como na interação entre comentadores, também será testado se a incompatibilidade de posições entre os comentadores e a peça está associada a um maior grau de incivilidade.

Tal como no caso da interação entre comentadores, consideram-se apenas as duas maiores forças políticas (PS e PSD) na análise da posição política das peças e dos comentadores. Também à semelhança da análise levada a cabo para a interação entre comentadores, os comentários são classificados em três categorias distintas (neutro em relação à posição da peça, contra a posição política da peça e a favor da posição política da peça). Sempre que um comentário ou uma peça continha formas de negatividade ou positividade direcional relativamente a ambos os partidos, esta foi considerada neutra.

Para a análise, foram consideradas apenas as notícias que mencionam o PS ou o PSD ($n=417$) e foram excluídos os comentários que não comentam diretamente a peça ($n=19126$). Entre estas, a maioria (59,5%, $n=248$) manifesta negatividade ou positividade direcional em prol de apenas uma das forças políticas, ou seja, pode ser considerada partidária. Note-se que esta direccionalidade não equivale a um enviesamento, uma vez que reportar um evento ou informação a favor ou contra um determinado partido não implica uma quebra da objetividade. No entanto, estabelecer um pendor partidário para a notícia permite comparar esta direccionalidade com o

conteúdo dos comentários. A Tabela 46 mostra qual a posição dos comentários face ao sentido partidário da peça.

Tabela 46: Posição dos comentários segundo o partidarismo da peça

		Concordância			Total
		Discorda	Neutral	Concorda	
Peça Partidária (Sim)	Frequência	2089	2405	1164	5658
	% em Peça Partidária	36.9%	42.5%	20.6%	100.0%

Quando a peça é favorável ao PS ou à PàF, 57.5% dos comentários manifestam uma posição relativamente a um dos partidos. Do total de comentários, 36.9% são discordantes da posição expressa na peça, enquanto 20.6% expressam concordância com o conteúdo. Estas percentagens transmitem a ideia de que os comentários são mais um espaço de contestação do que de eco das posições partidárias expressas na peça. Ainda assim, 42.5% dos comentários permanecem neutrais a estes dois partidos, o que significa que quando apenas são consideradas as peças favoráveis ou prejudiciais ao PS ou à PàF, uma percentagem assinalável dos comentários não está polarizada relativamente a estas forças políticas.

Tendo mapeado as instâncias de discordância dos comentários com as posições expressas nas notícias, é possível avaliar a associação desta discordância com a incivilidade. Desta forma, realizou-se um modelo multinível com base numa regressão binomial para prever a incivilidade de um comentário com base na sua concordância ou discordância com a notícia. Uma vez mais, foi usado o pacote *lme4* da linguagem de programação R, sendo o modelo resultante apresentado na Tabela 47.

Tabela 47: Modelo multinível para a incivilidade com base na concordância com a posição da peça

Variáveis de nível individual (Nível-1)	
	Coefficiente (EP)
Interseção	-1.084*** (0.166)
Jornal (Público = 1)	-0.377* (0.165)
Jornal (Observador = 1)	-0.458** (0.104)
Tom (Positivo = 1)	0.119 (0.133)
Tom (Negativo = 1)	0.077 (0.111)
Perspetiva (Positivo = 1)	0.043 (0.158)
Perspetiva (Negativo = 1)	0.177 (0.163)
Neg. Direcional	0.128 (0.111)
Pos. Direcional	-0.037 (0.100)
Frame assunto	-0.124 (0.096)
Frame jogo	-0.073 (0.092)
Interpretação (Informativo-Análise = 1)	-0.041 (0.094)
Interpretação (Análise = 1)	0.073 (0.163)
Interpretação (Opinião = 1)	-0.014 (0.156)
Interpretação (Outro = 1)	0.082 (0.364)
Concordância	0.645*** (0.089)
Discordância	1.076*** (0.077)
Efeitos Aleatórios	
	Componente de Variância (DP)
Variância de Artigo (Nível-2)	0.094 (0.306)
Variância de Autor (Nível-2)	0.704 (0.839)
Desvio	6968.3
<i>n</i> de unidades de nível 1 (comentários)	5658
<i>n</i> de unidades de nível 2 (artigos)	301
<i>n</i> de unidades de nível 2 (autores)	1225

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

O modelo apoia a hipótese 3.6, uma vez que tanto a concordância como a discordância estão associadas a um aumento da incivilidade. Note-se, no entanto, que o coeficiente da discordância é mais elevado do que o da concordância, mostrando que esta está associada a uma probabilidade ainda maior de um comentário ser incivil ($p < 0.001$). Considerando as notícias que apresentam um pendor partidário para o PS ou para a coligação PàF, 26.7% dos comentários neutrais para a notícia são incivis, seguidos de uma percentagem de incivilidade de 40.5% para os comentários que manifestam uma posição política em linha com a da notícia e uma taxa de 49.3% para os comentários que discordam com a notícia. Note-se ainda que os 1030 comentários que se enquadram nesta categoria de discordância incivil representam cerca de um terço (32.4%) dos

comentários incisivos feitos diretamente às notícias. A discordância política surge assim como um elemento significativo para prever a incivilidade de um comentário, pelo que a hipótese 3.6 é corroborada pelos dados. Os restantes fatores do modelo não são preditores significativos para a incivilidade. Isso deve-se sobretudo ao facto de se estar a considerar uma parte limitada da amostra.

8.3.4 Q13: A influência (limitada) das notícias

Esta secção analisou a forma como os comentadores interagem com o conteúdo das notícias. Na primeira parte, verifica-se que o conteúdo dos comentários segue aproximadamente o conteúdo das notícias, evidenciando que o *agenda-setting* se manifesta de alguma forma durante a campanha eleitoral. No entanto, há também diferenças importantes no vocabulário usado nas peças e nos comentários, com os jornalistas a enfatizarem os protagonistas da campanha e os comentadores a salientarem a crise económica e entidades mais abstratas como o povo ou o Estado.

Ao estudar as características das peças que estimulam a participação, a presença de negatividade ou positividade direcional nas peças e o uso de *frames* de jogo, sobretudo sob a forma de sondagens, estão ambos associados a um aumento no número de comentários. Contudo, o uso destas estratégias também tem consequências negativas. A negatividade direcional está associada a um aumento da incivilidade e a uma diminuição da relevância dos comentários, enquanto os *frames* de jogo estão ligados a uma menor relevância.

Por último, uma análise mais detalhada da posição política dominante nas notícias e das posições dos comentários permite concluir que a discordância política está associada a um aumento da incivilidade. Assim, os efeitos nocivos da negatividade direcional podem surgir devido ao choque desta negatividade com as posições dos comentadores.

8.4 O tratamento jornalístico do debate

Para avaliar a forma como os jornalistas tratam o discurso dos políticos, foram analisadas as peças sobre o debate televisivo entre António Costa e Pedro Passos Coelho do dia 9 de setembro de 2015. As peças publicadas nesse dia foram analisadas qualitativamente sob o enquadramento da análise crítica do discurso, procurando identificar as escolhas dos autores das peças e mostrar

de que forma é que o debate, os participantes e os públicos poderiam ter sido representados de uma forma diferente.

Para levar a cabo esta análise, foram identificadas nos textos todas as referências aos leitores, aos participantes no debate, aos jornalistas e ao conteúdo do debate em si. A análise é feita a vários níveis. A um nível micro, identificando as estruturas sintáticas e semânticas usadas pelos autores, como a forma em que são apresentadas as citações indiretas dos políticos e o recurso à formulação impessoal para determinadas estruturas. A um nível meso é considerado o contexto de produção dos textos e, finalmente, as escolhas são consideradas a um nível macro relativamente à sua interpretação e interação com os discursos das várias concepções de democracia, bem como discursos de domínios relevantes como o discurso bélico ou do jogo e competição. Contrariamente à análise de conteúdo quantitativa, o objetivo neste caso não consiste tanto na contagem de ocorrências, mas no evidenciar das estruturas de poder, pressupostos e discursos que marcam presença nas peças alusivas ao debate. Neste caso, prestar-se-á particular atenção às instâncias em que as opções discursivas dos autores são incoerentes com o que estes declaram explicitamente.

A análise revelou as seguintes tendências:

- a) O debate é representado como uma competição e como um confronto entre os dois políticos em que deve existir um vencedor e um derrotado. Recorre-se frequentemente ao discurso bélico ou desportivo.
- b) Os participantes são avaliados pelo seu desempenho comunicativo e não pelas propostas ou ideias. Cada político tem a sua tática ou estratégia e os temas são 'usados' para ganhar vantagem sobre o adversário.
- c) No caso específico do debate, jornalistas e comentadores utilizam um conjunto de recursos para situar José Sócrates como o assunto principal do debate. Esta interpretação não é apresentada como tal, mas como uma constatação 'natural' e 'evidente' para quem assistiu ao debate.
- d) Salvo duas instâncias em que os jornais apelam à participação dos leitores, os públicos são apenas representados pelo seu valor enquanto eleitores/votos. Assumem um papel passivo, sendo influenciados pelo debate.

As notas relativas às 32 peças analisadas são disponibilizadas na íntegra no Anexo C. Nem sempre as peças são completamente transcritas ou analisadas, uma vez que nem todo o texto assume igual relevância para a análise. As instâncias do uso de um discurso bélico ou

desportivo, por exemplo, tornam-se a um certo ponto tão numerosas que a sua análise não acrescenta nenhuma informação qualitativa¹⁰⁵. Embora a análise completa seja disponibilizada em anexo, considerou-se relevante destacar no corpo da dissertação quatro peças particularmente ilustrativas das tendências gerais identificadas acima.

8.4.1 Análise da peça “O debate que permitiu a Costa demarcar-se de Sócrates”

Título: O debate que permitiu a Costa demarcar-se de Sócrates

A formulação do título apresenta o debate como uma ferramenta a ser usada pelos candidatos, neste caso por António Costa para se distanciar o ex-primeiro-ministro José Sócrates. Note-se que a formulação alternativa *Costa demarcou-se de Sócrates no debate* retira a centralidade ao debate para o cumprimento dos objetivos de Costa. Nesta última formulação, o debate é apenas o lugar em que Costa se demarcou, na formulação do título, o debate é o que possibilita a Costa demarcar-se.

Subtítulo: Passos Coelho usou e abusou das referências ao ex-primeiro-ministro. António Costa ia preparado para se demarcar: “Porque é que não vai a casa de Sócrates debater com ele?”

A forma como a primeira frase está construída apresenta os argumentos (neste caso as *referências*) como algo que é *usado* pelos candidatos. O argumento não tem um valor por si, tal como o debate, é uma ferramenta ‘usada’ para alcançar os objetivos do candidato. De igual forma, *Costa ia preparado para se demarcar*. O objetivo neste caso era estabelecer um posicionamento para si mesmo. As trocas acontecem entre os candidatos, e não dos candidatos para a audiência.

Lead: O frente a frente com Passos Coelho permitiu a António Costa demarcar-se de José Sócrates como nunca o tinha feito. O líder do PS deixou pelo menos quatro sound bites no Museu da Eletricidade, em Lisboa, onde decorreu o debate.

Primeiro: “Os portugueses julgaram a herança (de Sócrates) em 2011 e nós (PS) reavaliámos as nossas propostas. Não propomos TGV nem segundas travessias do Tejo”.

Segundo: “Percebo que tenha saudades de debater com José Sócrates, mas agora tem-me a mim”. Terceiro: “Porque é que não vai a casa de Sócrates debater com ele?”. E por fim: “Não tenho previsto agradecer o apoio de José Sócrates”.

¹⁰⁵ Sendo que o tratamento quantitativo é feito através da análise de conteúdo.

Para além de reafirmar as ideias do título e do subtítulo, o lead refere que Costa *deixou pelo menos quatro sound bites*. Note-se que não são os argumentos que são salientados, mas os *sound bites*, um anglicismo técnico que caracteriza o texto mais pela sua capacidade de transmitir uma ideia de forma breve e de ser reproduzida facilmente (pelos *media*). De igual forma, a expressão *pelo menos quatro* sugere que a quantificação do número de *sound bites* é um indicador importante para a análise do debate. Note-se que o primeiro *sound bite* espelha uma posição política substantiva para o país e que podia ser apresentada como tal, a não realização de grandes obras públicas, mas o foco jornalístico é colocado em José Sócrates, com a jornalista a acrescentar inclusivamente a referência à declaração entre parênteses.

Corpo: Ao isco do Syriza, que Passos lançou logo no arranque do debate, António Costa nem respondeu, conseguindo o impensável: que a Grécia - uma das grandes armas da coligação contra a esquerda - não fosse tema.

O vocabulário usado pela jornalista volta a aludir ao confronto com termos como *isco*, *lançou* e *armas*. É usada uma linguagem desportiva e bélica para caracterizar o debate. O participante é valorizado não pela força dos argumentos, mas pela forma como controla os temas do debate.

Corpo: Marcelo Rebelo de Sousa, que analisou o debate na TVI 24, considerou que Costa ganhou. E explicou porquê: o líder do PS fez uma "gestão política" do debate, enquanto Passos fez uma gestão "tecnocrática" do mesmo. E com isso perdeu.

Por fim, o debate é apresentado como algo a ser *ganho* ou *perdido* por um dos candidatos e que é *gerido* pelos mesmos. Uma vez mais surge o discurso desportivo para caracterizar o debate. Os públicos, que seriam à partida uma componente central do debate, pouco importam para definir quem *ganhou*, quem *perdeu* ou que propósito cumpriu o debate.

8.4.2 Análise da peça: “Passos: ‘Não falei assim tantas vezes de Sócrates’”

Título: Passos: “Não falei assim tantas vezes de Sócrates”

O título da peça procura legitimar a interpretação jornalística de que as menções a José Sócrates foram o ponto central do debate. Ao negar que falou de José Sócrates, Passos Coelho parece estar a reconhecer que as alusões ao ex-primeiro-ministro são relevantes para avaliar o debate. Neste caso, importa considerar o título à luz do que é dito mais abaixo no corpo da notícia:

Corpo: Questionado sobre as referências a José Sócrates - foram mais de dez ao longo do debate -, o primeiro-ministro negou ter "uma fixação" pelo antigo líder do PS, argumentando que a proposta de António Costa tem semelhanças com o passado.

"Não falei tantas vezes assim (de Sócrates), mas não há dúvida de que muitas propostas são muito próximas da governação de José Sócrates na altura. Não se trata de uma fixação, mas vale a pena recordar, dada a similitude de propostas."

Em primeiro lugar, verifica-se que a declaração de Passos Coelho surge de uma questão de um jornalista. Este facto é omitido no título, sendo que a declaração é apresentada isoladamente, como se tivesse sido proferida espontaneamente por Passos. Uma formulação do título que introduzisse o verbo *negar*, por exemplo, tornaria claro que as declarações de Passos Coelho são proferidas como resposta a uma questão.

De seguida, a jornalista refere que *foram mais de 10 referências a José Sócrates* feitas por Passos Coelho durante o debate. A inclusão deste dado mostra que a jornalista sente necessidade de fundamentar a sua interpretação da centralidade de Sócrates no debate, mas fá-lo de uma forma vaga, não especificando o número exato de referências e usando a formulação *mais de* para transmitir a ideia de que a quantidade é grande. Este tipo de formulação é usado para dar a impressão de investigação objetiva e credibilidade científica quando, na verdade, não são dados números específicos (Machin & Mayr, 2012, pp. 83-84). Na verdade, a transcrição do debate (Nina, 2016) mostra que Passos Coelho mencionou explicitamente o nome de José Sócrates em 8 ocasiões, sendo que duas delas foram resposta a uma interpelação direta do jornalista ou de António Costa em que o nome também era mencionado. Por fim, note-se que o nome do *ex-primeiro-ministro* foi introduzido pela jornalista na declaração de Passos. Se isso é dado a entender no corpo da notícia através do uso de parenteses, o mesmo não acontece no título.

Tomado como um todo, este artigo, juntamente com outras peças, procura legitimar a interpretação de que as menções a Sócrates foram o ponto central do debate. Na verdade, esta interpretação é uma escolha do jornalista, tal como outras interpretações centradas noutros pontos seriam igualmente escolhas. As referências a Sócrates surgem, por exemplo, no quadro de políticas económicas e de investimento público, que poderiam ser igualmente elegidas como ponto central do debate.

8.4.3 Análise da peça: “Passos e Costa levaram mais um convidado para o duelo: Sócrates”

Título: Passos e Costa levaram mais um convidado para o duelo: Sócrates

O debate é novamente apresentado como um *duelo* e o tema de Sócrates é identificado como a componente central do mesmo. Note-se que este tema é frequentemente personalizado pelos jornalistas. Aqui Sócrates é apresentado como um *convidado* enquanto noutra peça era um *fantasma*. Há assim um esforço dos jornalistas em focar Sócrates como indivíduo e não a sua governação ou política, a propósito da qual o nome do ex-primeiro-ministro é evocado no debate.

Subtítulo: Pedro Passos Coelho e António Costa protagonizaram, no Museu da Electricidade, em Lisboa, o único debate televisivo entre os dois principais candidatos a primeiro-ministro. Os jornalistas do PÚBLICO e os comentadores João Miguel Tavares e Felisbela Lopes acompanharam tudo ao minuto.

A peça é um acompanhamento minuto a minuto do debate televisivo. Note-se que, em contraste com o que sucede no Expresso, em que os leitores podiam participar no mesmo espaço que os jornalistas, a participação está vedada aos jornalistas, aos dois comentadores identificados e às elites do comentário político cuja opinião surge esporadicamente. Uma vez que a peça é bastante extensa, serão apenas abordados os comentários no final do debate, que serão reveladores da abordagem global ao mesmo.

Redação: Terminamos com a síntese de São José Almeida: Costa ao ataque, Passos à defesa. Obrigado a todos os que nos acompanharam. Até breve.

A peça termina com uma síntese do debate que destaca o *ataque* e a *defesa*. Uma vez mais é usado o discurso bélico e o debate é avaliado pelo desempenho dos candidatos.

Redação: A análise do economista de Ricardo Cabral: O único debate valeu a pena, mas soube a pouco.

Neste caso é apresentada uma opinião de um especialista (*economista*). No entanto, a síntese é extremamente vaga e aberta a interpretação, não se percebendo exatamente porque é que o debate *valeu a pena* ou *soube a pouco*.

Redação: António Lobo Xavier diz que Costa não rompeu, Passos longe do seu melhor.

Nova análise do ponto de vista do desempenho dos candidatos.

João Miguel Tavares: Só uma adenda: para compensar os votos que fogem ao PS por Sócrates estar no Areeiro, nada como pôr uns votos a fugir ao PSD pondo Miguel Relvas

em Queluz de Baixo. Temo bem que se Relvas continuar a falar muito com aquele lencinho no casaco e os pêlos do peito à vista, eu ainda acabo a votar no Livre.

Um comentário que foge ao debate para comentar os comentadores. Uma vez mais a política é abordada como uma caça ao voto. Neste caso, o comentário à aparência de Miguel Relvas aproxima-se do estilo incivil dos comentadores que se socorrem do ataque à identidade para fazer vingar a sua perspetiva. Neste caso, João Miguel Tavares termina com a *ameaça* de votar no Livre, reforçando a ideia do voto como algo a ser usado como moeda de troca.

Pedro Marques Lopes (Twitter): Passos Coelho cometeu um erro que não costumava cometer: desvalorizou o adversário.

Um novo comentário sobre o desempenho dos participantes, sendo Costa apresentado como um *adversário*. Note-se ainda que, neste caso, não é explicado ao leitor quem é Pedro Marques Lopes e por que motivo é que a sua opinião merece ser destacada.

José Lello (Twitter): Hoje o jantar foi Coelho à caçador

Tal como Pedro Marques Lopes, o Tweet de José Lello surge sem qualquer explicação do motivo pela qual a sua opinião merece destaque. O autor recorre ao humor para resumir o debate, mas pode-se questionar se, proferido por um membro do público, esta frase não seria considerada insultuosa para um dos intervenientes do debate.

Paulo Gorjão (Twitter): Passos perdeu o debate? Talvez. Mas amanhã já ninguém se lembra. Assim sendo, quem ganhou verdadeiramente o debate?

O acesso ao Twitter parece ser condição essencial para aceder à peça mas, mais uma vez, não é explicado ao leitor o motivo pelo qual esta opinião é destacada. Neste caso, não só o debate é apresentado como algo a ser *ganho* ou *perdido*, como esse mesmo facto, juntamente com o próprio debate, é desvalorizado.

PBM (Twitter): Sócrates deve estar furioso em casa: Costa ganhou por goleada

Neste caso não só o autor não é apresentado, como é identificado apenas pelas iniciais PBM (Pedro Boucherie Mendes). A linguagem desportiva marca presença para caracterizar o debate e há uma especulação sobre a reação de José Sócrates ao debate. Uma vez mais, Sócrates é apresentado como figura central do debate sem justificação.

pedro adão e silva (Twitter): tudo resumido, é isto: um candidato a primeiro-ministro e um pm que quis passar invisível e que agora vai ter de mudar de estratégia

Prestação dos candidatos novamente avaliada em termos de *estratégia*.

Joao Galamba (Twitter): Não gosto deste tipo de "análise", mas, dado que é aquela que tem existido, aqui vai: quinze a zero

Uso da linguagem desportiva para caracterizar o debate, com uma negação aparente a ser usada.

*João Miguel Tavares: Como seria de esperar, um debate equilibrado, que não vai resolver coisa nenhuma. Duvido que algum eleitor decida mudar o sentido de voto por causa daquilo que escutou esta noite. Diria que Passos esteve um pouco melhor, mais pelo estilo do que pela substância. Quanto à *ménage à trois* jornalística, ela não foi nada palpitante: empate técnico entre os três moderadores. E saudades de debates mais incisivos, tanto da parte dos políticos como dos jornalistas.*

O impacto do debate é apresentado apenas em termos do voto dos eleitores. O estilo é que é central para determinar o vencedor, neste caso Passos. Utiliza-se a linguagem desportiva e até uma conotação sexual para caracterizar os jornalistas, minimizando-os e ridicularizando-os. Critica o debate como um todo, apelando a outros tempos em que os debates seriam melhores (*saudades de debates mais incisivos*). A culpa disto é atribuída aos políticos e aos jornalistas. Os públicos (*eleitor*) são considerados pelo voto que representam, sendo implícito que o objetivo do debate seria alterar o *sentido de voto*.

8.4.4 Análise da peça: “Quem ganhou o debate?”

Título: Quem ganhou o debate?

O título apresenta uma vez mais o debate como algo a ser ganho, lançando a questão sobre quem foi o vencedor.

Subtítulo: Minutos depois do fim do duelo entre Pedro Passos Coelho e António Costa, o Observador quer saber a sua opinião sobre o debate. Quem ganhou e porquê?

Esta peça do Observador constitui um repto direto aos leitores para expressarem a sua opinião sobre o debate. No entanto, enquadra desde logo os moldes nos quais esta opinião deve ser dada: o leitor deve identificar um vencedor e justificá-lo. É dada a voz ao leitor, mas este é incentivado a encarar o debate no mesmo quadro interpretativo dos jornalistas.

Lead: O duelo terminou, mas o debate prossegue e conta com a sua participação. Digam-nos quem saiu vencedor da discussão entre Pedro Passos Coelho e António Costa no Museu da Eletricidade. E mostre-nos os seus argumentos na caixa de comentários.

O apelo à participação dos leitores continua no lead. Esta participação pode ser feita numa votação embutida no corpo da notícia e/ou na caixa de comentários. A sondagem permite votar num dos participantes, incentivando o leitor a escolher o vencedor. Votando no candidato com menor percentagem de votos (neste caso António Costa – 41%), o leitor é confrontado com a mensagem: *A esmagadora maioria das pessoas discorda da sua opinião*. Não só o debate é transformado num concurso de força, como a maioria *esmagadora* é consagrada na sondagem. A esta opção editorial subjaz não só um esquema de interpretação do debate, mas também uma determinada conceção da democracia.

Uma vez que a notícia lança um repto aos leitores, analisam-se também os comentários para ver se o esquema interpretativo proposto era aceite. Em 158 comentários, há apenas duas instâncias em que os leitores rejeitam o quadro proposto pelo jornal:

Comentador X: Não sei quem ganhou o Debate, até porque, - apesar de ter tido 90 minutos -, não é um Jogo de Futebol. [...]

Comentador Y: Tudo isto é folclore e lamento que os jornalistas do Observador tenham transformado o debate numa luta de gladiadores. A parte séria ficará para os comentadores. Afinal, os candidatos mantiveram as propostas de governação já conhecidas e seria muito estranho que viessem para o debate com idéias novas. Nisso foram coerentes, mais do que os habituais "pistoleiros do PS" que vão comer coelho ou ganhar por 15-0, coisa que muito satisfaz o ego do Observador. O que disseram, repito, é o que já divulgaram, a forma como o fizeram é pura semântica, não há vencedores nem vencidos. [...]

Em ambos os casos os comentadores rejeitam não só a apresentação do debate como algo a ser vencido, mas também o uso do discurso bélico e competitivo para descrever o evento. Note-se, no entanto, que estes casos são a exceção, já que a maioria dos comentários procura efetivamente apontar um vencedor e justificar a sua opção.

8.4.5 QI4: Contradições no discurso do jornalismo

A análise crítica do discurso evidencia as escolhas jornalísticas na representação da política. Em muitos aspetos, a cobertura jornalística do debate e os artigos de opinião dão corpo a um jornalismo ‘corrida de cavalos’, que trata a campanha eleitoral como um concurso e que

ignora os assuntos substantivos. Para além disso, os públicos são excluídos. O debate é uma performance política que apenas as elites entendidas em comunicação política (jornalistas e políticos) estão habilitadas a comentar. Ao colocar as propostas e os temas em segundo plano, o jornalismo exclui do debate os especialistas que dominam os tópicos e os cidadãos que podem contribuir com a sua experiência pessoal sobre um assunto. Um pensionista poderá acrescentar algo ao debate falando da sua pensão, mas dificilmente estará mais habilitado do que qualquer outro cidadão para comentar a estratégia dos candidatos para o debate.

Embora a componente crítica esteja subjacente a esta análise, tal não significa, como aponta T. A. van Dijk (1993, p. 262), que as escolhas dos jornalistas sejam intencionais. A hegemonia de um determinado entendimento da democracia é transversal e, frequentemente, os cidadãos que veem o seu poder limitado por uma conceção minimalista de democracia não só a aceitam como contribuem para a sua reprodução, como é demonstrado na maioria dos comentários à peça do Observador “Quem ganhou o debate?”.

Há, no entanto, algumas opções jornalísticas que contribuem para construir uma interpretação do debate, como a indefinição no uso dos números e a alteração de citações, que são incompatíveis com os princípios de objetividade e de imparcialidade subjacentes ao ofício do jornalista. Desta forma, estas opções não são criticáveis apenas pelo entendimento de democracia que transmitem, mas também do ponto de vista das normas e boas práticas jornalísticas.

Apesar de uma interpretação dominante que trata o debate como um confronto e que avalia os políticos pela forma, há um conjunto de peças que escapam a esta norma. Estas incluem a peça “Fact checking: o que dizem Passos e Costa está correto” do Expresso e a peça “Fernando Ribeiro Mendes: As políticas sociais do futuro foram o que menos se discutiu esta noite!” do Observador. Há ainda o caso da peça do Expresso “Costa ganhou depois de perder sempre”, em que o jornalista critica a forma dominante de noticiar o debate e a política, mas recorre a essa mesma forma dominante para abordar o debate. Isto indicia que os jornalistas têm um certo grau de consciência das opções que tomam, mas a negação aparente não se traduz numa alteração do discurso. Alguns elementos do público também contrariam a narrativa dominante. Para além dos comentários citados na peça do Observador “Quem ganhou o debate?”, alguns cidadãos com maior influência, como a académica Estrela Serrano que interage no Twitter (que é reproduzido no minuto-a-minuto) com o editor de política do Expresso Bernardo Ferrão, colocam em evidência a forma como o debate é interpretado.

Estrela Serrano: ganha o debate quem os comentadores¹⁰⁶ (o outro nome dos spin doctors) disserem que ganha, logo a seguir, em cada canal

Bernardo Ferrão: Vamos lá ver o que também dirá a @estrelaserrano no seu comentário pós-debate

Estrela Serrano: @bernardoferrao o que eu disser não conta como influência mas o q você disser, sim...:-)

Estas instâncias pontuais de contrapoder não põem, contudo, em causa a interpretação dominante. A existência de uma hegemonia não exige uma aniquilação das narrativas contra-hegemónicas. Há apelos à participação do público, mas apenas o minuto-a-minuto do Expresso se aproxima de uma participação que dá poder aos públicos uma vez que: a) os comentários dos leitores surgem no mesmo espaço e com o mesmo destaque que as intervenções dos jornalistas; b) há uma interação entre os jornalistas e os leitores; c) a participação dos leitores não é condicionada à partida ao molde específico de eleger um vencedor, como acontece no Observador.

8.5 Síntese

Os resultados da análise de conteúdo permitem vislumbrar uma realidade complexa, em que as características individuais, a interação e as características das notícias se relacionam com o número, relevância e civilidade da participação. Mapeando informação dos vários modelos que foram sendo apresentados ao longo deste capítulo, a Figura 15 oferece um olhar abrangente sobre as relações entre as variáveis da análise de conteúdo quantitativa. Todas as relações representadas são estatisticamente significativas ($p < 0.05$), mas a interpretação dos valores não deve ser feita de uma forma descontextualizada, uma vez que os coeficientes provêm de modelos diferentes. Quando uma relação entre variáveis não pode ser resumida por um único coeficiente, a direção da relação é representada pelas abreviaturas ‘positivo’ (pos.) e ‘negativo’ (neg.).

Para além das relações identificadas na Figura 15, há um conjunto de resultados que não podem ser representados graficamente mas que têm igual relevância no quadro desta dissertação. Em primeiro lugar, a análise de frequência de palavras permite concluir que, de uma maneira geral, o conteúdo dos comentários segue o conteúdo das notícias, confirmando a hipótese do *agenda-setting*. Em segundo lugar, um olhar detalhado para a incivilidade permitiu identificar que

¹⁰⁶ Aqui, Estrela Serrano não se refere aos leitores mas aos autores de artigos de opinião e de comentário político televisivo.

diferentes tipos de incivilidade são, por norma, dirigidos a grupos distintos de destinatários. Por fim, a análise crítica do discurso das peças sobre o debate televisivo entre Passos Coelho e António Costa colocaram em evidência as contradições de um texto jornalístico que padece das mesmas fragilidades que aponta aos protagonistas do debate, enfatizando a estratégia e o confronto em detrimento da substância e do papel dos públicos.

O próximo capítulo procura contextualizar estes resultados e confrontá-los com a literatura anterior. A interpretação dos resultados prepara o caminho para as principais conclusões da tese, bem como para a realização de trabalhos futuros associados aos temas da democracia e da participação política. Mais do que chegar a um conjunto de conclusões definitivas, procura-se abrir um diálogo sobre os públicos e sobre as caixas de comentários que irá prosseguir noutros trabalhos e com outros autores.

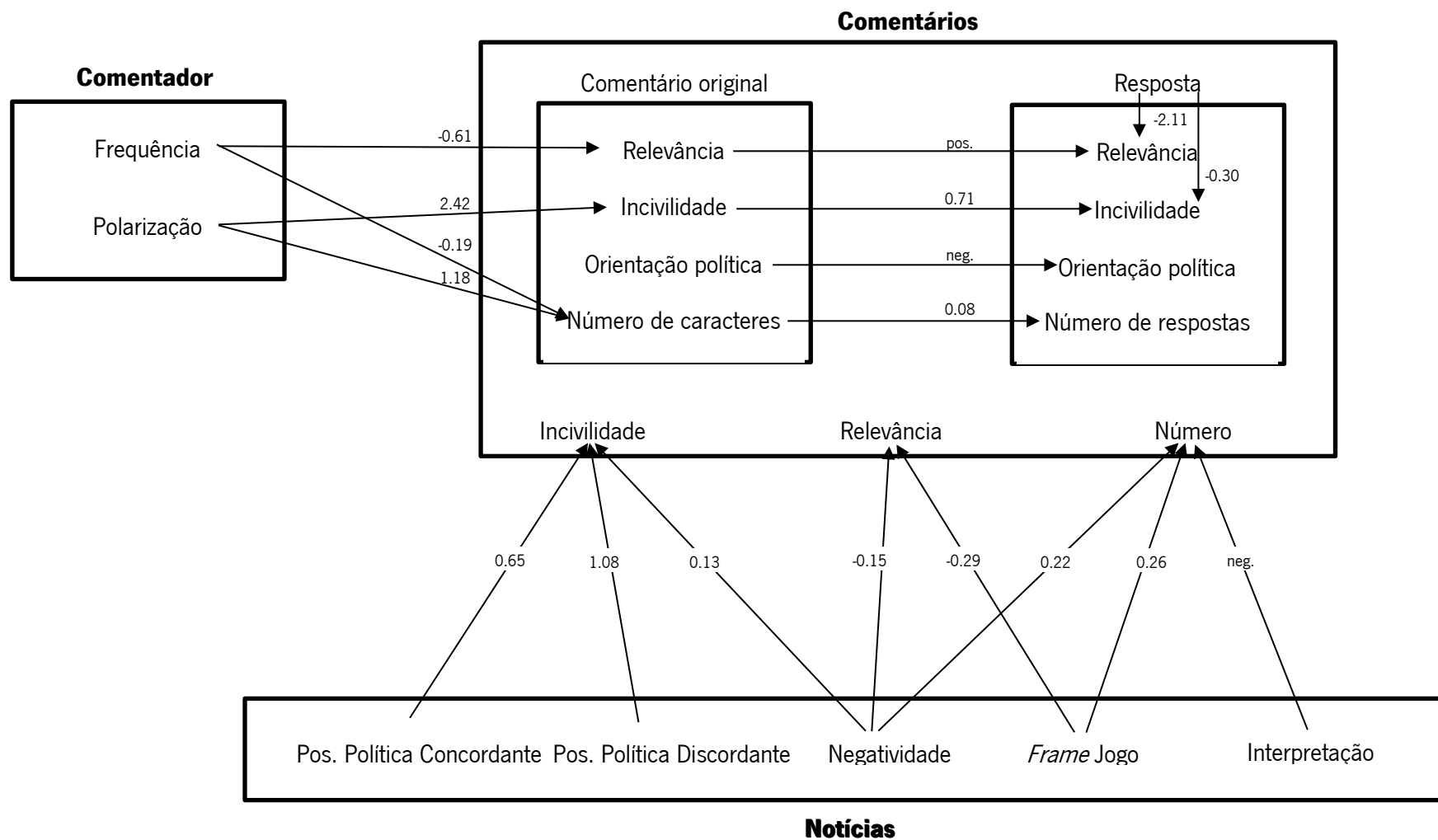


Figura 15: Síntese das relações entre variáveis

9. DISCUSSÃO: OS COMENTÁRIOS COMO JANELA PARA OS PÚBLICOS

O confronto com estudos anteriores e com as teorias relevantes é importante para tornar clara forma como os dados contribuem para o estado da arte e para relacionar entre si as várias componentes da análise. Embora a motivação para cada uma das perguntas de investigação esteja detalhada na revisão da literatura e no desenho de investigação, importa agora debater como é que as respostas a cada pergunta podem ser interpretadas no quadro dos estudos dos *media* e da democracia.

9.1 A relevância do indivíduo

Um dos primeiros contributos de trabalho empírico nesta dissertação foi o foco no perfil dos comentadores, que apenas é possibilitado pela considerável dimensão e exaustividade da amostra. A maior parte das análises de conteúdo aos comentários dos leitores desenvolvidas até ao momento trata o conteúdo isoladamente, separando-o artificialmente dos autores (Coe et al., 2014a; J. Gonçalves, 2014; Santana, 2014; Strandberg & Berg, 2013). O conteúdo é estudado em função de um conjunto de características das caixas de comentários (Ksiazek, 2015; Santana, 2014) ou do tema (Coe et al., 2014a; Santana, 2015), mas raramente as características dos comentadores são levadas em consideração em conjunto com o conteúdo (Blom et al., 2014).

É certo que algumas investigações incluem questionários para estudar as características dos comentadores (F. Ribeiro, 2013a; Stroud et al., 2017), enquanto este trabalho apenas infere as características dos comentadores através do conteúdo. Para além disso, alguns estudos experimentais debruçam-se sobre a produção de conteúdo ao mesmo tempo que controlam as características individuais dos comentadores (Masullo Chen & Lu, 2017). Embora estas abordagens que interpelam diretamente os comentadores tenham as suas vantagens, não cumprem os mesmos propósitos que a análise desta dissertação porque não estudam os comentadores no seu ambiente.

Como argumenta Suler (2004), a natureza das interações *online* pode levar a que os comportamentos adotados sejam substancialmente distintos dos que são levados a cabo *offline*,

criando inclusivamente personalidades alternativas para a discussão virtual. O comportamento pode assumir dinâmicas bastante diferentes nas comunidades *online* (Postmes, Spears, Sakhel, & Groot, 2001), pelo que qualquer estudo que simule as condições de uma caixa de comentários digital terá constrangimentos de validade externa.

O presente estudo acautela os perfis e as características dos comentadores de duas formas distintas. Em primeiro lugar, é construído e analisado o perfil dos comentadores com base no conteúdo, o que permite estimar não só a intensidade da participação, mas características como a orientação política e a polarização. Em segundo lugar, os modelos multinível usados para testar a associação entre variáveis consideram a variância proveniente dos autores.

O primeiro exercício permite desde logo constatar que uma parte substancial do volume de texto na caixa de comentários pode ser atribuído a um grupo restrito de comentadores frequentes. Um em cada três comentários com que um visitante à página de um jornal é confrontado tem origem neste grupo de comentadores frequentes. Esta constatação coloca em questão a aceção de que as caixas de comentários são um espaço de diversidade. O papel preponderante dos comentadores frequentes não implica que não exista uma diversidade de opiniões, mas antes que estas provêm de um grupo mais restrito de indivíduos do que um observador casual poderia pensar.

As implicações da proeminência dos comentadores frequentes são relevantes e extensas. Como vimos, comentários civis e relevantes tendem a gerar respostas civis e relevantes, assim como o inverso. O conteúdo dos comentários é interdependente, pelo que a influência de um comentador frequente nas caixas de comentários não se limita aos comentários que publicou, mas alastra-se aos textos e outros comentadores com que esse comentador interage. As normas sociais (J. Gonçalves, 2018; Stroud et al., 2015) podem ser determinantes para definir o comportamento dos comentadores nas caixas de comentários. Como demonstraram as experiências de Asch (1951), os outros são frequentemente a fonte de informação a partir da qual as normas são inferidas e a pressão de grupo pode ser uma força bastante persuasiva. Assim, este grupo restrito de comentadores que interagem frequentemente entre si é determinante para definir as normas informais de um espaço de comentário.

Contrariamente ao que indicam os estudos anteriores (Blom et al., 2014), os comentadores frequentes não são mais propensos à incivilidade do que os comentadores ocasionais. No entanto, deixam comentários mais curtos, menos relacionados com o conteúdo das notícias e tendem a interagir mais com os outros comentadores do que os comentadores

ocasionais. Alguns comentadores tornam-se personalidades da caixa de comentários, mostrando um estilo e posições consistentes que são reconhecidas pelos outros participantes. Não sendo mais propensos à incivildade, as características das mensagens dos comentadores frequentes sugerem, ainda assim, que as rotinas de participação são distintas das dos comentadores ocasionais.

As implicações da proeminência dos comentadores frequentes não são apenas teóricas, mas refletem-se também no tratamento estatístico dos dados. Quando um único comentador é responsável por 729 comentários num período de 13 dias, esse comentador pode influenciar de uma forma desproporcional os dados. Quando este aspeto não é controlado, o investigador arrisca-se a generalizar um efeito que, na verdade, tem origem apenas em um ou dois indivíduos. Este erro seria semelhante a não ter em conta os participantes individuais numa experiência com medidas repetidas. Foi tendo esta preocupação em mente que se considerou relevante estudar os perfis e rotinas dos comentadores.

9.2 Negatividade e polarização

Se a frequência de comentários não se revelou uma característica importante para prever a incivildade, o mesmo não aconteceu com a polarização, que tem sido apontada como um dos principais impedimentos ao discurso civil (Wolf, Strachan, & Shea, 2012). Não só a pontuação de polarização tem uma associação positiva com a incivildade, como mais de metade (53.5%) da incivildade (segundo a forma binária) nos comentários é dirigida aos políticos. Tendo em conta os resultados associados à hipótese 3.6, as divergências políticas são uma componente central para explicar as dinâmicas de incivildade nos comentários. Neste caso, os comentários que discordam do conteúdo têm uma probabilidade significativamente maior de serem incivis.

De igual forma, a negatividade direcional, que visa normalmente um candidato ou partido político, esteve não só associada a uma maior incivildade, mas também a uma diminuição da relevância dos comentários. Na grande maioria das ocasiões, esta negatividade direcional marca presença nas peças através da reprodução de declarações de políticos que criticam os seus adversários e elogiam o seu próprio trabalho (positividade direcional).

O efeito de *media* hostil (Vallone et al., 1985) implica uma tendência para os leitores verem a cobertura noticiosa como enviesada contra a sua própria perspetiva. Quando apenas a perspetiva de uma força política é retratada na peça, o que acontece frequentemente durante a

campanha, é expectável que este efeito seja ainda mais evidente. Uma vez que este efeito acontece devido ao alcance percebido de uma peça jornalística (Gunther & Schmitt, 2004), o comentário surge como um mecanismo natural para o leitor contrariar a influência que acredita que a notícia terá. Esta linha de pensamento poderá explicar porque motivo a negatividade direcional está associada a um aumento no número de comentários, mas não justifica o aumento da incivildade.

Se os comentadores percebem as declarações dos políticos como algum tipo de transgressão enviesada, o sentimento de revolta associado a esta transgressão pode espoletar a incivildade. No entanto, numa situação destas, a resposta tanto pode assumir a forma de uma acusação incivil ao político como de uma argumentação fundamentada que procura refutar a declaração. O que leva os comentadores a optar pela primeira opção para exprimir o seu descontentamento?

Uma análise detalhada ao tipo de incivildade dirigida aos políticos pode ajudar a responder a esta questão. Grande parte da incivildade que visa os políticos (60%) está associada a ataques à honra, sugerindo que os políticos são desonestos ou criminosos. Esta forma de incivildade (n=2768) é ainda mais numerosa do que os ataques à competência (n=2670) e representa uma grande fatia do discurso incivil. Neste âmbito, a análise crítica do discurso contribui para explicar os dados.

Ao reportar o debate entre Pedro Passos Coelho e António Costa, tanto jornalistas como comentadores destacaram o desempenho dos candidatos, bem como as estratégias e as táticas que estes usaram para ganhar o debate. Segundo estas peças, os políticos não têm o objetivo de apresentar ideias e soluções para o país, mas sim o de influenciar o voto dos eleitores. Assim, os candidatos instrumentalizam a política e o debate para atingirem os seus fins, sendo que o vencedor do *duelo* político é determinado pelo desempenho do candidato nesta instrumentalização. A democracia é apresentada de uma perspetiva liberal-individualista, em que cada um procura defender os interesses do seu grupo e em que a eficácia de uma ideia ou de uma política é medida pelo seu efeito nas sondagens.

Esta apresentação da política como algo instrumental conduz a um desencantamento do ato de participação política e dos políticos. O jogo estratégico de controlo do debate e de *colar* o adversário a ideias e personalidades dificilmente poderá ser considerado como a forma elevada da ação proposta por Arendt (1958/2001). A ação de Arendt, ao contrário do trabalho, rejeita o critério da utilidade, algo que é incompatível com a instrumentalização do debate político. No paradigma atual, dificilmente se encontrará nos debates políticos um político como o espartano

Pedaretus, que ficaria contente por ser superado num debate já que isso significaria que alguém mais capaz do que ele iria liderar o país. Assim, a incivilidade nos comentários surge associada a um retrato da política como manipulação desonesta, em que todos os argumentos e ideias têm uma motivação estratégica.

O que se sugere neste ponto não é um combate da incivilidade através de uma limpeza artificial da imagem dos políticos. Situações como a prisão do ex-primeiro-ministro José Sócrates podem contribuir bem mais para denegrir a imagem dos políticos do que a forma como um debate é reportado. Para além disso, é expectável e provável que os programas dos partidos sejam desenhados com base em considerações estratégicas que estão mais orientadas para ganhar as eleições do que para melhorar o país. Assim, negar que há motivações instrumentais subjacentes à política pode também induzir uma ingenuidade indesejável entre os cidadãos. O problema surge quando o referencial pelo qual são avaliados os políticos e os programas eleitorais deixa de ser o mérito e a validade das propostas e passa a ser o sucesso instrumental das estratégias. Este enquadramento favorece uma visão minimalista Schumpeteriana (Schumpeter, 1943/2003) da democracia, em que o cidadão se limita a escolher o representante mais adequado para liderar o país.

Se um político é avaliado pelo efeito das suas declarações nos eleitores, a forma mais eficaz de os comentadores apoiarem um determinado político é evidenciar ou negar esses efeitos. Assim, a participação torna-se num confronto de números onde os argumentos sobre os temas e as políticas assumem um papel secundário em relação à prestação do candidato. Deste ponto de vista puramente instrumental, desacreditar e questionar o carácter dos políticos da oposição é uma estratégia viável e eficaz, tanto para os candidatos como para os membros do público.

Como foi referido no enquadramento, a hegemonia de uma conceção liberal-individualista de democracia não pode ser atribuída exclusivamente a políticos, jornalistas ou cidadãos. O discurso liberal é transversal a vários setores da sociedade, não apenas à política, e, pela sua naturalização, passa frequentemente despercebida no quotidiano. No entanto, tanto os jornalistas como os públicos têm acesso a arenas discursivas em que se podem construir narrativas alternativas e estimular outros entendimentos da democracia. Contudo, a análise desta dissertação evidencia que não é isso que acontece, mostrando a proeminência da negatividade direcional nas peças jornalísticas e a incivilidade que lhe surge associada nos comentários.

A entrevista exploratória com Leonete Botelho aponta alguns dos motivos pelos quais os jornalistas não focam mais os assuntos e medidas em tempo de campanha. A então editora de

política justifica que, após as eleições, os programas de governo são normalmente bastante diferentes dos programas eleitorais dos partidos, pelo que uma discussão mais aprofundada dos mesmos pode ser infrutífera. Para além disso, a jornalista afirma que a abordagem aos assuntos acontece normalmente nos meses que antecedem as eleições, sendo o período de campanha efetivamente mais focado no desempenho dos candidatos. Note-se ainda que o Público, jornal a que pertence a entrevistada, foi o que mais destaque deu aos *frames* de assunto (45.1% das peças) durante a campanha eleitoral.

Apesar de o argumento de os programas eleitorais raramente serem transpostos para o programa de governo ser legítimo, uma vez que isso é observado na prática, tal não invalida a necessidade de a decisão do voto ser informada pelas ideias que cada força política defende. Para além disso, os debates eleitorais, para além de representarem um momento-chave na (pré-)campanha eleitoral podem ser encarados como um modelo para a discussão política. Os debates eleitorais, juntamente com os debates na Assembleia da República, podem ser encarados como um modelo para a discussão política que estabelece normas para a forma como a interação decorre noutros espaços, incluindo nas caixas de comentários. Sob esta perspetiva, não só o conteúdo destes debates, mas também a forma como são apresentados, podem ser determinantes para moldar a discussão política.

Se os resultados recomendam uma cobertura noticiosa menos centrada na negatividade direcional e nos *frames* de jogo para melhorar a qualidade da participação através de uma redução da incivilidade e de um aumento da relevância, é importante recordar que as redações também se regem por critérios económicos que são essenciais à sua sobrevivência. Neste caso, as variáveis que diminuem a qualidade da participação também estão associadas a um maior número de comentários, sugerindo que o seu uso torna as peças mais rentáveis. As sondagens, que contribuem em grande medida para a apresentação da campanha como uma batalha pelas intenções de voto, atraem um grande número de comentários. Assim, por muito que os jornalistas possam ambicionar uma cobertura alternativa da campanha, estão também constrangidos pelas pressões económicas. Note-se que, segundo dados do *Worlds of Journalism Study*¹⁰⁷, 17.2% dos jornalistas portugueses afirma que a pressão para o lucro é muito influente ou extremamente influente no seu trabalho.

Estas conclusões complementam as descobertas em trabalhos anteriores. Recorrendo ao efeito de *media* hostil, o presente trabalho explica por que motivo os participantes podem tender

¹⁰⁷ <http://www.worldsofjournalism.org/research/2012-2016-study/data-and-key-tables/>

para a incivilidade quando o contexto é mais favorável ao seu *outgroup*, uma conclusão que foi categorizada como surpreendente noutros estudos (Rains, Kenski, Coe, & Harwood, 2017). Esta tendência pode ser agravada pelas escolhas jornalísticas, uma vez que a exposição à cobertura mediática de um cenário político polarizado agrava as atitudes negativas dos apoiantes de um partido em relação aos partidos da oposição.

9.3 A importância da interação

O análise de conteúdo, ao contrário do questionário, não pode partir do pressuposto de que a unidade de análise é dissociável das outras unidades de análise (Krippendorff, 2004). Num típico questionário aplicado a um grupo de indivíduos, estes não podem discutir as respostas entre si. No entanto, num contexto como as caixas de comentários, os textos não só são produzidos tendo a notícia como contexto, mas também as intervenções dos outros comentadores. Mais de dois terços (66.8%) dos comentários publicados são respostas a outros comentários, pelo que as conclusões associadas à interação entre comentadores são um dos aspetos mais relevantes desta dissertação.

Os resultados desta dissertação contribuem para um corpo de literatura que afirma que a incivilidade gera incivilidade (Gonçalves, no prelo)(Rösner & Krämer, 2016). No entanto, os dados mostram também que este efeito se estende à relevância do comentário em relação à peça. Desta forma, a associação entre o conteúdo de uma peça e o conteúdo dos comentários deve ser considerada como contingente à interação entre os comentadores. Neste aspeto, uma das conclusões mais relevantes desta dissertação é a de que a incivilidade não tem um efeito no número de respostas a um comentário.

Esta constatação parece contrariar os receios associados à perspetiva deliberativa de que a presença de incivilidade seria uma forma de excluir participantes do debate público. É relevante notar que os dados, por si só, não permitem afirmar que determinados grupos de participantes não são desencorajados a intervir por receio de serem expostos à incivilidade. Contudo, o facto de não existir uma diferença significativa entre o número de respostas a um comentário civil e a um comentário incivil indicia que este fator poderá ser menos relevante do que previsto. A ausência de diferenças deve-se provavelmente ao facto de a incivilidade estar normalizada no discurso político (Gonçalves, no prelo). Embora a incivilidade seja rotulada como indesejável, não é claro que esta tenha, por si só, um efeito negativo na interação entre comentadores. Todavia, em

situações como o contacto de crianças e jovens com as notícias, os comentários incivis podem ter consequências nocivas e comprometer o objetivo de incentivar o consumo de notícias entre estas faixas etárias.

O papel da relevância também merece ser debatido. Uma das recomendações do jornal Público, por exemplo, é que “Os comentários devem visar o tema do artigo em que são submetidos. Os comentários ‘fora de tópico’ devem ser evitados;”¹⁰⁸. No entanto, como foi possível verificar na componente qualitativa da análise, os comentários irrelevantes para a peça podem assumir um papel relevante para a coesão da comunidade. Alguma investigação sugere, por exemplo, que o potencial para deliberação acontece quando as discussões sobre política surgem em espaços de discussão cujo tema principal não é a política (M. E. Wojcieszak & Mutz, 2009). Para além disso, quando os indivíduos pensam em características que partilham com membros do *outgroup*, isso contribui para esbater os limites entre os grupos (Crisp & Beck, 2005; N. R. Hall, Crisp, & Suen, 2009). Desta forma, a conversa ‘irrelevante’ pode assumir um papel importante para possibilitar a deliberação e o consenso.

9.4 Definir a agenda

Na linha da relevância do conteúdo dos comentários para o conteúdo das peças, a análise da frequência de palavras levada a cabo no âmbito da teoria do *agenda-setting* também é reveladora das características do discurso dos públicos. Na maioria dos casos, o destaque dado aos temas pelos comentadores coincide com o destaque dado nas notícias, sugerindo que os textos dos públicos nas caixas de comentários se focam em grande medida no conteúdo presente na peça.

A forte correlação entre o conteúdo dos comentários e o conteúdo das notícias é um indicador de que o discurso dos públicos acompanha os desenvolvimentos da campanha. Em vez de um ecoar de posições indiferente ao contexto, o discurso dos públicos adapta-se de uma forma dinâmica aos acontecimentos mais recentes. Esta associação entre o conteúdo dos comentários e o conteúdo das notícias ilustra, no entanto, uma das principais limitações das caixas de comentários. O facto de o conteúdo dos comentários ter uma associação tão forte aos temas e protagonistas das peças limita o potencial para se desenvolverem discursos e ideias alternativas.

¹⁰⁸ <https://www.publico.pt/nos/criterios-de-publicacao>, acedido em 15-08-2018.

Retomando a ideia de Foucault (1981), o comentário é uma forma discursiva que não pode deixar de dizer o texto que lhe dá origem.

Apesar da forte associação entre o conteúdo das notícias e o conteúdo dos comentários, há algumas diferenças discursivas assinaláveis. O foco num conjunto de lemas e termos associados à crise económica é revelador do impacto que esta teve nos cidadãos. Para além disso, termos mais abstratos como 'povo' e 'Estado' surgem mais frequentemente nos comentários, indiciando um tipo de escrita que não está tão dependente de eventos e atores específicos e que se foca no coletivo. Note-se ainda que, apesar do forte destaque dado a José Sócrates pela imprensa, o ex-primeiro ministro é referido ainda mais vezes nos comentários. Assim, embora os textos dos públicos se aproximem do conteúdo das notícias, há um conjunto de pormenores relevantes que ilustram as diferenças no discurso de públicos e de jornalistas.

Apesar de os comentadores seguirem aproximadamente a agenda definida pelos jornalistas e pelos políticos através destes, os comentários não devem ser considerados meras câmaras de ressonância do conteúdo das notícias. Como revela a análise de interação, as caixas de comentários são espaços em que a discordância entre comentadores é abundante. Assim, as caixas de comentários transmitem um cruzamento de perspetivas que frequentemente está ausente nas peças. Para além disso, os comentários dos leitores podem assumir um papel importante na construção da memória e da história de um acontecimento (Palacios, 2012). O relato jornalístico é frequentemente usado como referência para caracterizar um momento da história. Os comentários dos leitores, como uma espécie de *marginália* jornalística, podem oferecer interpretações distintas dos eventos e constituem um outro olhar sobre os acontecimentos. No entanto, a decisão de eliminar todos os comentários publicados a par do encerramento das caixas de comentários, como sucedeu no jornal Expresso, coloca em risco o potencial dos comentários para contribuírem para a memória.

Por fim, importa ter em conta que o contexto eleitoral tem características particulares que o diferenciam de outros períodos. Assim, a entrevista a Leonete Botelho sugere que os fenómenos de *agenda-setting* inverso são menos prováveis em período de campanha. Este é um período em que a agenda dos *media* está particularmente dependente dos atores políticos (Walgrave & Aelst, 2006), o que deixa menos espaço para que outros atores possam intervir e definir a agenda.

9.5 O papel dos públicos

Parte do entusiasmo inicial em torno das caixas de comentários girava em torno do seu potencial para expandir a esfera pública e envolver os cidadãos no debate democrático (Dahlberg, 2001; Papacharissi, 2004). Os dados desta dissertação apresentam pontos positivos e negativos para este propósito. As caixas de comentários atraem uma grande participação da parte dos leitores. Num período de 13 dias, considerando apenas o conjunto de peças sobre a campanha eleitoral em três jornais, foram publicados mais de 28000 comentários por mais de 2000 utilizadores diferentes. Uma arena de discussão com esta dimensão e alcance seria inimaginável sem a implementação das caixas de comentários dos jornais.

Um segundo ponto positivo prende-se com o facto de que grande parte da participação nas caixas de comentários consistir em interações com outros utilizadores. Se a conversa e a comunicação são centrais para a concretização da democracia (Dewey, 1927), então as caixas de comentários dão um contributo democrático importante ao estimularem o debate público da atualidade. Mesmo admitindo que grande parte destas interações se dão entre o mesmo grupo de comentadores frequentes, as suas mensagens não deixam de representar uma voz no debate que se situa fora dos atores institucionais, aos quais é normalmente dada a palavra nos *media*.

A análise dos dados mostra, no entanto, que cerca de um terço dos comentários apresenta formas graves de incivildade, que não são compatíveis com um debate democrático. Embora a incivildade não seja exclusiva aos comentários dos leitores e se tenha espalhado pelo sistema mediático e político no caso dos Estados Unidos da América (Berry & Sobieraj, 2014), a sua presença nos comentários limita em grande medida o seu potencial como uma esfera pública. A incivildade é um fator que pode conduzir a uma maior cisão entre os participantes e diminuir a desejável possibilidade de consenso. Mesmo concebendo a democracia como agonística, há um conjunto de regras que devem ser seguidas para que o debate não degenera no estado da natureza Hobbesiano (Hobbes, 1651/2014). Este problema é particularmente grave se considerarmos que se manifesta por vezes na forma de discurso de ódio ou de ameaças à integridade física dos participantes.

Apesar de as caixas de comentários constituírem um espaço para discussão aberto aos públicos, não é claro que a intervenção desses mesmos públicos seja valorizada pelos jornais. Como revelou a análise das peças dedicadas ao debate entre António Costa e Pedro Passos Coelho, os públicos surgem no discurso de jornalistas e de líderes de opinião enquanto uma massa que é

influenciada pelos políticos. O valor dos públicos reside apenas no voto que representam e não no contributo que estes podem dar para o debate. Entre as várias peças analisadas, apenas no minuto-a-minuto do Expresso os leitores foram colocados no mesmo nível de discussão que os jornalistas e que os comentadores políticos, assistindo-se inclusivamente a interações entre leitores e jornalistas. Embora o Observador também tenha publicado uma peça a apelar à participação dos leitores, a forma como o fez pode ser considerada como mais restritiva do que a simples disponibilização do espaço de comentário junto das peças, uma vez que incita os leitores a escolher um vencedor para o debate. O reduzido papel atribuído aos comentários dos leitores é semelhante ao que foi observado em estudos anteriores (Domingo et al., 2008; Mitchelstein, 2011).

Relacionando estas considerações com as conceções de democracia apresentadas no segundo capítulo, a existência das caixas de comentários sugere uma visão maximalista da democracia pelas redações, mas o discurso usado nas peças sobre o debate aproxima-se mais de uma visão minimalista, que reduz os públicos ao seu papel de eleitores. No entanto, a relevância das caixas de comentários poderá estar na sua publicidade e exposição. A esfera pública Habermasiana não é um espaço de debate reconhecido institucionalmente, mas um espaço informal de discussão que influencia os processos de tomada de decisão precisamente pelo seu carácter público. Neste sentido, as caixas de comentários, mesmo considerando a escassa importância que lhes é atribuída pelas redações, influenciam outros leitores (Lee & Jang, 2010) e podem por sua vez contribuir para a criação de correntes de opinião e de debates que chegam à esfera política.

A polarização e a incivilidade presentes nos comentários sugerem que a conceção liberal-individualista de democracia que domina a cobertura noticiosa também é ecoada pelos comentários. Veja-se um exemplo disso mesmo:

Comentário no Expresso (publicado a 20.09.2015): “Ainda pensam que a direita vai ganharpodem estar conscientes que a direita vai ter uma colossal derrota nestas eleições ,quem vai ganhar é o PS junto com a esquerda ,disso não tenham duvidas nenhuma ,a esquerda está a subir dia a dia .e está provado que algumas sondagens estão falsificadas porque como se pode acreditar se nem todas dão resultados iguais ou seja numas está o PS a frente e noutras está a coligação”

Grande parte das interações dos comentadores enquadra-se neste molde de especular ou de apresentar motivos pelo qual um determinado partido é melhor que o outro. A centralidade das sondagens na cobertura noticiosa também marca presença nos comentários, com uma

contestação constante da sua interpretação e rigor. As caixas de comentários não são, no entanto, um espaço homogêneo, e a crítica à conceção liberal-individualista de democracia também encontra o seu espaço, como é ilustrado por este comentário:

Comentário no Expresso (publicado a 20.09.2015): “Para que serve um debate?Um debate é inútil para o militante.O debate não dá, nem tira nada, a quem está convencido.Então para que se fazem debates?Será para convencer os indecisos? Podia ser, mas os debates não são esclarecedores, porque o confronto e agressividade não dá para tirar dúvidas. Aliás acontece o contrário: quem tem dúvidas fica ainda mais indiferente.Está-se a correr o risco de os debates aumentarem as abstenções!Os jornalistas também têm muita culpa no 'cartório', porque o que eles querem é folclore, e serem bajulados.A má política e os maus políticos é diretamente proporcional aos maus jornalistas e mau jornalismo.”

Apesar do foco no confronto partidário de muitos comentários, alguns textos apresentam também um tipo de argumentação que se aproxima do ideal deliberativo, abordando uma ideia e apresentando argumentos para a sustentar:

Comentário no Expresso (publicado a 22.09.2015): “As intenções são boas, mas a realidade é outra, porque sair da zona euro? o país não em condições económicas para viver por ele próprio, e depois uma moeda própria? para ser desvalorizada afim de atrair investimento e desenvolvimento? não é na prática uma ideia boa, porque se analisarmos os países que tem moeda própria e a desvalorizam para atrair investimento e desenvolvimento continuam sendo pobres, não houve o que o PCP quer para Portugal, senão esses países eram super potencias industrializadas, o que não é assim na realidade.”

Numa dissertação em que o tratamento dos comentários foi largamente quantitativo e em que a análise mais qualitativa incidiu sobre as notícias, estes comentários, recolhidos no mesmo jornal em notícias publicadas no primeiro dia de campanha eleitoral, ilustram a heterogeneidade e diversidade de contribuições que nem sempre transparecem no tratamento estatístico. Embora os dados sejam reveladores de que a polarização e o tratamento liberal-individualista das eleições sejam dominantes também nos comentários, a diversidade e o entrecruzar de formas de encarar o debate são precisamente alguns dos aspetos mais relevantes das contribuições dos públicos.

9.6 Perspetiva global

Uma das principais contribuições desta dissertação reside na abordagem holística que adotou. Embora os estudos sobre as caixas de comentários sejam abundantes, as exigências de um projeto de investigação e do formato do artigo científico em específico fazem com que o conhecimento sobre o discurso dos públicos e a sua relação com a produção jornalística esteja fragmentado. Uma tese de doutoramento permite ao investigador desenvolver uma visão mais abrangente e integrada sobre o objeto de estudo pelo que, neste caso, o conteúdo foi estudado à luz do indivíduo, da interação entre indivíduos, da interação com o conteúdo jornalístico e das conceções de democracia vigentes.

A constatação de que uma pequena percentagem dos utilizadores é responsável por um grande volume de comentários está alinhada com a importância da interação. No contexto da campanha eleitoral, este conjunto de comentadores é central para definir narrativas e normas, que por sua vez se propagam através da interação com outros comentadores. Neste âmbito, a atração de um grupo de comentadores frequentes que seguem as normas da discussão civil e deliberativa poderia ser suficiente para alterar toda a dinâmica dos comentários. Este tipo de raciocínio é semelhante ao praticado na teoria dos jogos evolutiva (Skyrms, 2004) que é usada, por exemplo, na biologia. Nesta linha de raciocínio, a introdução de uma nova espécie num ecossistema pode ser suficiente para transformar todo o seu funcionamento. No entanto, as simulações evidenciam que a introdução dessa espécie deveria ocorrer em número suficiente para se impor, caso contrário o sistema volta ao seu estado anterior. Estudos anteriores mostram como a intervenção de um único jornalista pode alterar as normas deliberativas de um espaço de comentários (Stroud et al., 2015), pelo que um investimento das redações em incentivar a participação de leitores mais propensos à deliberação e civilidade pode ser uma estratégia eficaz.

Os resultados sugerem também a necessidade de uma autorreflexão por parte das redações sobre a associação entre as escolhas jornalísticas e o conteúdo dos comentários. Uma das queixas frequentes dos editores relativamente ao conteúdo dos comentários é a forte componente de propaganda política e de negativismo (Goodman & Cherubini, 2013), no entanto, os dados mostram que essa incivilidade e polarização estão associadas ao partidarismo e negatividade que marca presença nas peças. Quando a política é apresentada como um duelo ou como um conflito, é natural que esse seja o enquadramento no qual decorre o debate político entre os leitores. Se se verifica um certo nível de *agenda-setting* nos temas e personalidades

abordados nos *media*, é expectável que essa correlação se possa estender não só ao conteúdo do debate, mas também à forma. É por esse motivo que alguns autores identificam a criação de condições para a criação de acordos e de compromissos como um dos elementos do jornalismo (Kovach & Rosenstiel, 2014). Note-se que esta constatação não pretende afirmar que os textos jornalísticos são responsáveis pela incivilidade ou polarização, mas apenas que o texto jornalístico pode ser suscetível a algumas das críticas que aponta aos comentadores.

Em campanha eleitoral, as caixas de comentários apresentam mais as características de um jogo de soma-zero, em que a vitória de uns é a derrota de outros, do que de um jogo colaborativo. A dimensão de agonismo presente na política, sobretudo em tempo de eleições, dificilmente será erradicada, pode-se até debater se tal transformação seria desejável, mas é possível existir agonismo sem incivilidade e a competição não é incompatível com a procura do bem comum. Para os leitores menos suscetíveis à incivilidade, as caixas de comentários podem oferecer um espaço de debate e de cruzamento de perspetivas difícil de replicar.

Importa salientar ainda que cada comunidade de comentadores é distinta e apresenta características únicas. Com o seu sistema de moderação menos restrito, o Expresso convida à participação em número e apresenta por vezes longas trocas de mensagens entre os comentadores. Sendo o espaço de comentários mais incivil, é também aquele que mais liberdade dá aos comentadores para se expressarem. O Público, em contraste, tem uma comunidade bem mais restrita de comentadores que resulta da sua política rigorosa de registo e de moderação, bem como da *paywall* que limita o acesso gratuito aos artigos. A incivilidade é menos presente e os comentários são, em geral, mais trabalhados e relevantes que os do Expresso. Contudo, a participação mais reduzida implica que não há tanta diversidade de perspetivas, já que sistema de reputação incentiva a participação dos comentadores frequentes. No caso do Público, os 9 comentadores frequentes do jornal são responsáveis por 41.9% dos comentários, o que significa que um leitor ocasional das caixas de comentários é confrontado regularmente com a opinião dos mesmos leitores. Embora o Observador apresente características semelhantes às do Público quanto à relevância e civilidade, é neste jornal que se torna mais evidente a agenda partidária dos comentadores, com um conjunto de comentadores a elogiar a prestação e as políticas de Passos Coelho. Tal não é surpreendente, já que a audiência do Observador se posiciona mais à direita do que a dos outros jornais (DNR 17), nem implica uma ausência de perspetivas contrárias, mas reflete o facto de os comentários do Observador estarem associados a comentadores com a maior pontuação média de polarização (0.22). Isto significa que os leitores dos comentários do

Observador poderão encontrar um conjunto de opiniões mais polarizadas do que nos restantes jornais, dificultando a criação de compromissos ou de consensos.

10. CONCLUSÕES

Esta dissertação propôs-se a estudar a participação dos públicos nas Eleições Legislativas de 2015 através das caixas de comentários dos jornais Público, Expresso e Observador. O trabalho realizado faz duas principais contribuições neste campo: analisa as caixas de comentários no contexto português, que se encontra pouco explorado quando comparado com realidades como a dos Estados Unidos da América; e assume uma abordagem holística e intensiva aos comentários dos leitores, uma opção que, tanto quanto nos foi possível avaliar, é inovadora num panorama internacional que tem considerado características isoladas dos comentários dos leitores. Para além destas duas contribuições, a dissertação foca-se no contexto específico do período eleitoral, que tem características próprias associadas ao potencial impacto do debate público. Também este fator representa um contributo fulcral num contexto em que a manipulação dos eleitores pela disseminação de mensagens digitais, como a interferência da Rússia nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016, é uma preocupação transversal às democracias ocidentais.

Desde que a proposta deste projeto foi submetida a financiamento para a Fundação para Ciência e Tecnologia, as caixas de comentários dos jornais têm sido um dos principais objetos de estudo no campo da comunicação política e teoria democrática, como é comprovado pela revisão de literatura no capítulo 5. Este foco nos comentários dos leitores atesta o seu potencial enquanto forma de discutir o discurso dos públicos e participação em democracia. No entanto, em Portugal, apesar de alguns contributos relevantes para o estudo dos comentários dos leitores (J. Gonçalves, 2014, 2015; Navio, 2012; F. Ribeiro, 2013a; M. T. d. Silva, 2013; Tadeu, 2012), há ainda um vasto terreno para explorar neste domínio.

Esta dissertação contribuiu para cartografar parte desse campo. Os resultados mostram que, em algumas instâncias, como a civilidade dos comentadores frequentes, a realidade portuguesa é distinta da norte-americana (Blom et al., 2014). Para além disso, foi possível caracterizar com um elevado nível de detalhe as comunidades dos três jornais portugueses analisados e a participação dos leitores durante as Eleições Legislativas de 2015. Especificamente sobre este ato eleitoral, a análise revelou uma polarização dos comentadores sobretudo em torno das duas maiores forças políticas (PàF e PS). Para além disso, a análise da frequência de palavras mostrou que os públicos se preocuparam sobretudo em discutir a economia, as responsabilidades políticas e as consequências associadas à crise financeira.

Apesar do potencial limitado para a generalização dos comentários dos leitores, a análise da participação em período de eleições oferece uma janela para a forma como as eleições são abordadas tanto por jornalistas como pelos leitores. Desta forma, a presente dissertação permite entender melhor as dinâmicas específicas do caso português e de cada uma das publicações analisadas. Um exemplo pode ser encontrado no elevado investimento em sondagens e inquéritos de opinião em período de campanha, com o jornal Público a publicar inclusivamente uma *tracking poll* diária. Apesar deste tipo de peças poder ser criticado por retirar o foco às propostas e por apresentar a política como uma competição, os dados revelam que as sondagens geraram um número mais elevado de comentários que as outras peças, sem que isso se refletisse de uma forma significativa num aumento da incivildade.

O contributo desta dissertação não se limita, no entanto, a um aprofundamento descritivo da realidade Portuguesa. A análise multifacetada e extensiva dos comentários dos leitores em conjunto com o conteúdo das notícias representam um avanço importante para a investigação em comunicação política. Se as ligações entre a frequência de comentário e a polarização e a incivildade não foram sustentadas pelos dados, já a relação entre a polarização e a incivildade surge como evidente, reforçando a literatura que aponta a polarização como um problema crescente.

Ao propor uma tipologia inédita para os níveis de incivildade, este estudo não só apresenta um retrato claro de como as normas da discussão são violadas nos espaços *online*, mas mostra que diferentes formas de incivildade são dirigidas a grupos e indivíduos específicos. Esta constatação diferencia esta dissertação dos trabalhos anteriores nesta área, já que a maioria dos estudos não distingue entre tipos e formas de incivildade nem se preocupa em registar quem são os visados por essa mesma incivildade.

A abordagem transversal também significa que as características das notícias que, segundo estudos anteriores, têm implicações democráticas puderam ser consideradas no seu conjunto. Grande parte dos estudos anteriores focaram-se na interpretação (Salgado & Strömbäck, 2012), na negatividade (Lengauer et al., 2012) e no enquadramento da política como jogo (Aalberg et al., 2012) sem relacionar as três características. Esta abordagem tem limitações importantes, uma vez que pode acontecer uma sobreposição de alguns dos aspetos, como o enquadramento como jogo e a negatividade. Ao estudar as três características separadamente, foi possível identificar o papel central da negatividade direcional para a incivildade e evidenciar as tensões entre características que diminuem a qualidade do discurso mas estimulam a participação.

Este estudo inova também pelo uso da análise crítica do discurso para explorar o enquadramento mais abrangente das relações observadas. Grande parte da literatura sobre os comentários dos leitores no âmbito da comunicação política recorre exclusivamente a abordagens quantitativas assentes na análise de conteúdo ou em desenhos experimentais. O cruzamento da análise quantitativa com a análise crítica da cobertura ao primeiro debate eleitoral revelou que certas relações, como a associação da incivilidade à polarização, estão associadas à disseminação de uma conceção liberal-individualista da democracia que se reproduz na produção jornalística. No entanto, os dados revelam também uma componente deliberativa nas caixas de comentários, enquanto um espaço que é marcado pela interação e pelo cruzamento de perspetivas distintas. Apesar da incivilidade que marca uma percentagem significativa dos comentários e que pode excluir alguns participantes da conversa, encontram-se nas caixas de comentários vozes e perspetivas distintas que estendem a esfera pública. Para além destas características, observam-se ocasionalmente, sobretudo no jornal Público, alguns traços do comunitarismo, com as interações entre comentadores frequentes a sugerirem a criação de laços comunitários que ultrapassam o âmbito do debate político.

Esta dissertação enquadra-se na longa tradição de estudo do contexto eleitoral, que produziu algumas das obras mais relevantes na área dos estudos da comunicação (Lazarsfeld et al., 1948; McCombs & Shaw, 1972). Em alguns aspetos, estas conclusões representam uma recuperação no espaço digital de ideias que estão presentes desde os estudos fundadores da área. A centralidade das características individuais e a importância da interação, duas das componentes deste trabalho, eram já destacadas no trabalho de E. Katz e Lazarsfeld (1955) nos anos 50. Ao focar apenas um aspeto específico da relação entre os públicos, os jornalistas e os políticos, os estudos recentes arriscam-se a ignorar a complexidade associada ao ato eleitoral e à participação democrática.

A preponderância da negatividade e da polarização no discurso dos públicos e dos jornalistas é reveladora do peso que a escolha tem para enquadrar as eleições. Apesar de o ato eleitoral implicar uma opção por uma força política em detrimento de outras, o foco da discussão encontra-se na escolha em si e não nos pressupostos que fundamentam essa escolha. O peso da escolha implica que os textos dos *media* e dos públicos se centrem em sondagens, em vencedores e em vencidos, num jogo de soma-zero em que quando uma parte ganha as restantes perdem. Recuperando a crítica de Horkheimer (1947/2015) à razão subjetiva, a campanha eleitoral fica marcada por um discurso que se preocupa com quem ganha as eleições (fins) e de que forma

(meios) num enquadramento instrumental, sem um real debate sobre se estes fins são os mais adequados.

10.1 Implicações práticas

O principal propósito desta dissertação é o de encontrar formas de estimular um diálogo mais inclusivo e esclarecedor nas caixas de comentários dos jornais *online*. Os resultados da análise, embora específicos ao enquadramento das Eleições Legislativas, oferecem uma janela interessante para as formas como este incremento de qualidade pode ser promovido.

Em primeiro lugar salienta-se a ligação entre a existência de posições políticas vincadas e a incivilidade nos comentários. Os comentadores que seguem uma linha partidária clara nas suas contribuições tendem a ser mais incivis, assim como os comentadores que contrariam a posição política predominante de uma peça. Uma exploração detalhada da incivilidade nos comentários revelou também que os políticos são o destinatário de mais de metade (51.4%) dos comentários incivis publicados durante o período em análise, sendo particularmente visados por acusações de desonestidade.

Estes dados, em conjunto com estudos anteriores (J. Gonçalves, 2018), sugerem uma normalização do insulto e da incivilidade no comentário sobre política. No entanto, esta característica pode não ser exclusiva dos comentários, uma vez que a análise crítica do discurso revelou um uso abundante da linguagem bélica e competitiva nas peças sobre o debate eleitoral. Para além disso, a análise de conteúdo mostra que 41.6% das peças sobre as Eleições Legislativas publicadas em período de campanha contêm alguma forma de negatividade dirigida a outros políticos.

Esta forma de representar a política têm consequências na qualidade da contribuição dos leitores. De todos os fatores associados às notícias que foram testados nos modelos, apenas a presença de negatividade direcional está associada simultaneamente para um aumento da incivilidade e uma redução da relevância nos comentários. Estes dados sugerem que um estilo de reportagem menos focado nos ataques pessoais de políticos a políticos poderá ter repercussões positivas na civilidade e relevância dos comentários. É de notar, no entanto, que este tipo de opções poderá ser contrária aos interesses económicos das redações, uma vez que a negatividade nas notícias também está associada a um aumento da participação dos leitores.

Uma vez que a negatividade e a incivilidade parecem estar relacionadas com as normas da discussão política, uma solução para este problema poderá passar pela promoção de culturas cívicas (Dahlgren, 2000) que favoreçam um diálogo respeitoso e construtivo. Esta transformação do quotidiano da participação cívica pode passar pela educação, em particular pela educação para os *media*, como forma de inculcar novas rotinas e normas para a participação democrática. Sendo espaços que não apresentam um propósito definido nem um enquadramento normativo institucional robusto, a normatividade das caixas de comentários depende em grande parte das normas negociadas entre os participantes. Esta falta de homogeneidade é apoiada pelos valores relativos à variância ao nível do autor nos modelos multinível, que implicam que fatores como a civilidade e a relevância dos comentários dependem em grande medida de características individuais.

Os programas de literacia mediática podem ter consequências positivas no envolvimento cívico dos participantes (Martens & Hobbs, 2015). No entanto, qualquer esforço de promoção de uma educação para os *media* que inclua uma literacia associada à participação digital não pode ser desligado das práticas das redações. Os resultados não só mostram como a presença de negatividade nas peças pode conduzir à incivilidade, mas evidenciam que há grandes diferenças quanto ao volume e tipo de participação nos diferentes jornais. Apesar de ter uma política mais restritiva de acesso e moderação que limita a participação, o jornal Público apresenta uma percentagem de incivilidade bem mais reduzida que o Expresso e o Observador. Desta forma, um programa de educação para os *media* voltado para a participação cívica e promovido pelas instituições mais tradicionais como a escola e a família terá também que contar com o apoio das próprias empresas de *media*. Assim, a relação entre os *media* e os públicos assume-se como o foco principal da literacia mediática (Fry, 2016). Isto torna-se necessário não só para assegurar a coerência entre as normas estabelecidas e as práticas dos jornais, mas também para garantir a salubridade dos espaços por forma a não excluir da participação grupos mais sensíveis como as crianças e jovens. Embora a perspetiva agonística enalteça as paixões e o confronto na participação política, dificilmente se poderá recomendar a participação de crianças e jovens em algumas das discussões que atualmente têm lugar nas caixas de comentários. A literacia mediática é, assim, uma forma de promover “uma participação social e política mais esclarecida” (Pereira, Pinto, Madureira, Pombo, & Guedes, 2014).

10.2 Limitações e investigação futura

Como em toda a investigação, as escolhas associadas a este estudo implicam um conjunto de limitações que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, toda a base metodológica da dissertação está centrada no conteúdo. Embora o foco no conteúdo apresente vantagens importantes, como a validade externa da análise, também limita o tipo de conclusões que se podem retirar dos dados. Ao contrário de uma abordagem experimental, por exemplo, o investigador não controla outros fatores que podem ser importantes para os resultados obtidos. Apesar de a abordagem levar em consideração um conjunto alargado de fatores, nem sempre é possível estabelecer relações causais uma vez que há fatores que os investigadores não conseguem controlar.

Embora a análise de conteúdo tenha a vantagem de o investigador não condicionar o objeto de estudo, esta opção também limita o leque de questões a que é possível responder. Não colocando diretamente as questões aos jornalistas ou aos comentadores, as motivações de ambas as partes só podem ser inferidas com base no conteúdo e na literatura anterior. O desenho metodológico inicial desta dissertação previa um conjunto de entrevistas a jornalistas com responsabilidades editoriais, mas a ausência de resposta dos potenciais entrevistados implicaram que a única entrevista realizada assumisse um caráter exploratório.

O elevado volume de comentários da amostra para análise de conteúdo quantitativa permitiu a realização de análises com uma abrangência e poder estatístico que não estão presentes em estudos anteriores. No entanto, o elevado investimento de tempo e de recursos para codificar uma amostra tão grande impossibilitaram a realização de outro tipo de análise que poderiam ser relevantes, como um tratamento mais qualitativo dos comentários semelhante ao que foi realizado com as peças sobre o debate televisivo.

O período eleitoral é, discutivelmente, aquele em que a política mais capta a atenção de jornalistas e de cidadãos. No entanto, as características que o tornam um objeto de estudo pertinente e relevante são também aquelas que limitam a generalização dos resultados. Como concluímos em trabalhos anteriores (J. Gonçalves, 2018), a discussão da política e de assuntos que, estando fora da política institucionalizada, podem ser considerados políticos (Mouffe, 1999) pode assumir contornos bem distintos.

Neste sentido, uma das propostas para a investigação futura assenta precisamente na comparação das dinâmicas de participação em período eleitoral e fora deste período. Será que,

por exemplo, sem o peso da escolha imposta pelo ato eleitoral, a participação dos públicos se aproxima mais do ideal deliberativo? A constatação de que trocas de ideias e os fatores relevantes para a política ocorrem fora dos espaços dedicados à política (Lazarsfeld et al., 1948; M. E. Wojcieszak & Mutz, 2009) fazem com que este caminho seja particularmente promissor em termos de investigação.

Em segundo lugar, uma estratégia interessante para investigações futuras prende-se com um cruzamento da análise de conteúdo com outro tipo de dados sobre os participantes, como dados recolhidos por questionário ou informações sobre os hábitos de navegação dos comentadores. Embora seja de complexa operacionalização, uma vez que a participação dos comentadores neste tipo de estudos pode ser difícil de assegurar, esta seria uma forma natural de expandir a abordagem ao perfil dos comentadores que integra esta dissertação.

Por fim, a base de dados extensa que resultou da análise de conteúdo pode ser usada como ponto de partida para outras investigações. Apesar da análise detalhada do capítulo 8, há ainda vários aspetos e relações nos dados que podem ser explorados. Para além disso, uma base de dados deste tipo poderá contribuir para resolver parte dos problemas identificados na própria dissertação. O *corpus* de comentários classificados quanto à incivilidade pode ser usado, por exemplo, para treinar um algoritmo para identificar automaticamente instâncias de incivilidade nos comentários e facilitar a moderação.

REFERÊNCIAS

- Aalberg, T., Strömbäck, J., & Vreese, C. H. d. (2012). The framing of politics as strategy and game: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism, 13*(2), 162-178. doi: 10.1177/1464884911427799
- Abbott, H. P. (2002). *The Cambridge Introduction to Narrative*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Agamben, G. (2005). *State of Exception*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Anderson, A. A., Yeo, S. K., Brossard, D., Scheufele, D. A., & Xenos, M. A. (2018). Toxic Talk: How Online Incivility Can Undermine Perceptions of Media. *International Journal of Public Opinion Research, 30*(1), 156-168. doi: 10.1093/ijpor/edw022
- Arendt, H. (2001). *A Condição Humana* (R. Raposo, Trad.). Lisboa: Relógio D'Água. (Obra original publicada em 1958)
- Arendt, H. (2003). The Deputy: Guilt by Silence? In J. Khon (Ed.), *Responsibility and Judgment* (pp. 214-226). New York: Schocken Books.
- Armstrong, C. L., & Boyle, M. P. (2011). Views from the Margins: News Coverage of Women in Abortion Protests, 1960–2006. *Mass Communication and Society, 14*(2), 153-177. doi: 10.1080/15205431003615901
- Arnstein, S. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Planning Association, 35*(4), 216-224.
- Asch, S. E. (1951). Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments *Groups, leadership and men; research in human relations*. (pp. 177-190). Oxford, England: Carnegie Press.
- Austin, J. L. (1975). *How to Do Things with Words*. Harvard University Press.
- Axelrod, R. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books.
- Bakshy, E., Messing, S., & Adamic, L. A. (2015). Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook. *Science, 348*(6239), 1130-1132. doi: 10.1126/science.aaa1160
- Bardin, L. (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barriga, A. d. C. (2017). Sobre a ausência de pluralismo nos média: como observar a invisibilidade do debate político nos novos média? In E. Araújo, H. Sousa & A. Moreira (Eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios* (pp. 21-44). Braga: CECS.
- Behr, R. L., & Iyengar, S. (1985). Television News, Real-World Cues, and Changes in the Public Agenda. *The Public Opinion Quarterly, 49*(1), 38-57.
- Bennet, W. L., & Graber, D. A. (2007). *News: The Politics of Illusion*. New York: Pearson Longman.
- Benoit, W. L. (2014). *Political election debates : informing voters about policy and character*. Plymouth: Lexington Books.
- Berg, J. (2016). The impact of anonymity and issue controversiality on the quality of online discussion. *Journal of Information Technology & Politics, 13*(1), 37-51. doi: 10.1080/19331681.2015.1131654

- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1991). *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge* (Vol. London): Penguin Books. (Obra original publicada em 1966)
- Bernhardt, D., Krasa, S., & Polborn, M. (2008). Political polarization and the electoral effects of media bias. *Journal of Public Economics*, *92*(5), 1092-1104. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2008.01.006>
- Berry, J. M., & Sobieraj, S. (2014). *The Outrage Industry: Political Opinion Media and the New Incivility*. New York: Oxford University Press.
- Biocca, F. (1988). Opposing Conceptions of the Audience: The Active and Passive Hemispheres of Mass Communication Theory. *Annals of the International Communication Association*, *11*(1), 51-80. doi: 10.1080/23808985.1988.11678679
- Blom, R., Carpenter, S., Bowe, B. J., & Lange, R. (2014). Frequent Contributors Within U.S. Newspaper Comment Forums: An Examination of Their Civility and Information Value. *American Behavioral Scientist*. doi: 10.1177/0002764214527094
- Blumer, H. (1939). The mass, the public and public opinion. In A. M. Lee (Ed.), *New Outlines of the Principles of Sociology*. New York: Barnes and Noble.
- Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1995). *The crisis of public communication*. Oxon: Routledge.
- Bohman, J. (1998). Survey Article: The Coming of Age of Deliberative Democracy. *Journal of Political Philosophy*, *6*(4), 400-425. doi: 10.1111/1467-9760.00061
- Bon, G. L. (1947). *Psychologie des Foules*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra original publicada em 1895)
- Bourdieu, P. (2010). *A distinção : uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1979)
- Boynton, G., & Richardson, G. W. (2016). Agenda setting in the twenty-first century. *New Media & Society*, *18*(9), 1916-1934. doi: 10.1177/1461444815616226
- Brady, H. E. (1999). Political participation. In J. P. Robinson, P. R. Shaver & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of political attitudes* (pp. 737-801). San Diego, California: Academic Press.
- Brites, M. J., & Silva, M. T. d. (2017). The Portuguese news industry's perspectives and roles on the making of active citizens: Readers' skills to comment on the news. *Estudos em Comunicação*(25), 137-152. doi: 10.20287/ec.n25.v1.a08
- Broh, C. A. (1980). Horse-Race Journalism: Reporting the Polls in the 1976 Presidential Election. *The Public Opinion Quarterly*, *44*(4), 514-529.
- Brüggemann, M., Engesser, S., Büchel, F., Humprecht, E., & Castro, L. (2014). Hallin and Mancini Revisited: Four Empirical Types of Western Media Systems. *Journal of Communication*, *64*(6), 1037-1065. doi: 10.1111/jcom.12127
- Bruner, J. S., & Minturn, A. L. (1955). Perceptual Identification and Perceptual Organization. *The Journal of General Psychology*, *53*(1), 21-28. doi: 10.1080/00221309.1955.9710133
- Brunetti, A., & Weder, B. (2003). A free press is bad news for corruption. *Journal of Public Economics*, *87*(7-8), 1801-1824. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0047-2727\(01\)00186-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0047-2727(01)00186-4)

- Büchel, F., Humprecht, E., Castro-Herrero, L., Engesser, S., & Brüggemann, M. (2016). Building Empirical Typologies with QCA. *The International Journal of Press/Politics*, 21(2), 209-232. doi: 10.1177/1940161215626567
- Byrne, S., & Hart, P. S. (2009). The Boomerang Effect A Synthesis of Findings and a Preliminary Theoretical Framework. *Annals of the International Communication Association*, 33(1), 3-37. doi: 10.1080/23808985.2009.11679083
- Cammack, D. (2013). Aristotle on the Virtue of the Multitude. *Political Theory*, 41(2), 175-202. doi: 10.1177/0090591712470423
- Cappella, J. N., & Jamieson, K. H. (1996). News Frames, Political Cynicism, and Media Cynicism. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 546(1), 71-84. doi: 10.1177/0002716296546001007
- Cappella, J. N., & Jamieson, K. H. (1997). *Spiral of cynicism*. New York: Oxford University Press.
- Carpentier, N. (2011). *Media and Participation*. Bristol: intellect.
- Carpentier, N., & Cammaerts, B. (2007). Introduction. In N. Carpentier & B. Cammaerts (Eds.), *Reclaiming the Media: Communication Rights and Democratic Media Roles*. Bristol & Chicago: Intellect Books.
- Castells, M. (2012). *Networks of Outrage and Hope*. Cambridge: Polity Press.
- Chartrand, T. L., & Bargh, J. A. (1999). The chameleon effect: The perception-behavior link and social interaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(6), 893-910. doi: 10.1037/0022-3514.76.6.893
- Chen, G. M., & Ng, Y. M. M. (2016). Third-person perception of online comments: Civil ones persuade you more than me. *Computers in Human Behavior*, 55, Part B, 736-742. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2015.10.014>
- Christensen, H. S. (2011). Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means? 2011. doi: 10.5210/fm.v16i2.3336
- Clark, A. E., & Lohéac, Y. (2007). "It wasn't me, it was them!" Social influence in risky behavior by adolescents. *Journal of Health Economics*, 26(4), 763-784. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jhealeco.2006.11.005>
- Clift, S. (1998). *On the internet*.
- Cobb, R. W., & Elder, C. D. (1971). The Politics of Agenda-Building: An Alternative Perspective for Modern Democratic Theory. *The Journal of Politics*, 33(4), 892-915. doi: 10.2307/2128415
- Coe, K., Kenski, K., & Rains, S. A. (2014a). Online and Uncivil? Patterns and Determinants of Incivility in Newspaper Website Comments. *Journal of Communication*, 64(4), 658-679. doi: 10.1111/jcom.12104
- Coe, K., Kenski, K., & Rains, S. A. (2014b). Online and Uncivil? Patterns and Determinants of Incivility in Newspaper Website Comments. *Journal of Communication*, n/a-n/a. doi: 10.1111/jcom.12104
- Coleman, S. (1998). Interactive media and the 1997 UK general election. *Media, Culture & Society*, 20(4), 687-694. doi: 10.1177/016344398020004011

- Colleoni, E., Rozza, A., & Arvidsson, A. (2014). Echo Chamber or Public Sphere? Predicting Political Orientation and Measuring Political Homophily in Twitter Using Big Data. *Journal of Communication, 64*(2), 317-332. doi: 10.1111/jcom.12084
- Recomendação da Comissão sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva, Recomendação 2009/625/CE de 20 de agosto C.F.R. (2009).
- Condorcet, M. d. (1785). *Essai sur l'application de l'analyse à la probabilité des décisions rendues à la pluralité des voix*. Paris: L'Imprimerie Royale.
- Correia, J. C. (2010). Governos e media: o triunfo da mediatização política e a autonomia do jornalismo. *Media & Jornalismo, 9*(2), 145-155.
- Couldry, N. (2008). Mediatization or mediation? Alternative understandings of the emergent space of digital storytelling. *New Media & Society, 10*(3), 373-391. doi: 10.1177/1461444808089414
- Crisp, R. J., & Beck, S. R. (2005). Reducing Intergroup Bias: The Moderating Role of Ingroup Identification. *Group Processes & Intergroup Relations, 8*(2), 173-185. doi: 10.1177/1368430205051066
- Culver, S. H., & Jacobson, T. (2012). Media literacy and its use as a method to encourage civic Engagement. *Comunicar, 20*(39), 74-80.
- Curry, A. L., & Hammonds, K. H. (2014). *The power of solutions journalism*. Austin, Texas: Solutions Journalism Network and Engaging News Project.
- Cybernetics, L. G. (1976). Community Memory: A Public Information Network. In D. Ahl (Ed.), *The Best of Creative Computing Volume 1*. New Jersey: Creative Computing Press.
- da Silva, M. T. (2015). What do users have to say about online news comments? Readers' accounts and expectations of public debate and online moderation: A case study. *Participations: Journal of Audience and Reception Studies, 12*(2), 32-44.
- Dagger, R. (2002). Republican Citizenship. In E. F. Isin & B. S. Turner (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies* (pp. 145-158). London: SAGE.
- Dahlberg, L. (2001). The Internet and Democratic Discourse: Exploring The Prospects of Online Deliberative Forums Extending the Public Sphere. *Information, Communication & Society, 4*(4), 615-633. doi: 10.1080/13691180110097030
- Dahlberg, L. (2007). The Internet, deliberative democracy, and power: Radicalizing the public sphere. *International Journal of Media & Cultural Politics, 3*(1), 47-64. doi: 10.1386/macp.3.1.47_1
- Dahlberg, L. (2011). Re-constructing digital democracy: An outline of four 'positions'. *New Media & Society, 13*(6), 855-872. doi: doi:10.1177/1461444810389569
- Dahlberg, L. (2018). Visibility and the Public Sphere: A Normative Conceptualisation. *Javnost - The Public, 25*(1-2), 35-42. doi: 10.1080/13183222.2018.1418818
- Dahlgren, P. (2000). The Internet and the Democratization of Civic Culture. *Political Communication, 17*(4), 335-340. doi: 10.1080/10584600050178933
- Dahlgren, P. (2006). The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication, 22*(2), 147-162.

- Dahlgren, P. (2009). *Media and Political Engagement: citizens, communication, and democracy*. New York: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P., & Alvares, C. (2013). Political Participation in an age of Mediatisation. *Javnost - The Public*, 20(2), 47-65. doi: 10.1080/13183222.2013.11009114
- de Vreese, C. (2004). The Effects of Strategic News on Political Cynicism, Issue Evaluations, and Policy Support: A Two-Wave Experiment. *Mass Communication and Society*, 7(2), 191-214. doi: 10.1207/s15327825mcs0702_4
- Delanty, G. (2002). Communitarianism and Citizenship. In E. F. Isin & B. S. Turner (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies* (pp. 159-174). London: SAGE.
- Deuze, M., Bruns, A., & Neuberger, C. (2007). PREPARING FOR AN AGE OF PARTICIPATORY NEWS. *Journalism Practice*, 1(3), 322-338. doi: 10.1080/17512780701504864
- Dewey, J. (1927). *The Public and its Problems*. New York: Holt.
- Djerf-Pierre, M., & Shehata, A. (2017). Still an Agenda Setter: Traditional News Media and Public Opinion During the Transition From Low to High Choice Media Environments. *Journal of Communication*, 67(5), 733-757. doi: 10.1111/jcom.12327
- Doh, S.-J., & Hwang, J.-S. (2008). How Consumers Evaluate eWOM (Electronic Word-of-Mouth) Messages. *CyberPsychology & Behavior*, 12(2), 193-197. doi: 10.1089/cpb.2008.0109
- Domingo, D., Quandt, T., Heinonen, A., Paulussen, S., Singer, J. B., & Vujnovic, M. (2008). PARTICIPATORY JOURNALISM PRACTICES IN THE MEDIA AND BEYOND. *Journalism Practice*, 2(3), 326-342. doi: 10.1080/17512780802281065
- DTI, & EAVI. (2011). Testing and Refining Criteria to Assess Media Literacy Levels in Europe – Final Report.
- Elias, N. (1992). Introdução (M. M. A. e. Silva, Trad.). In N. Elias & E. Dunning (Eds.), *A Busca da Excitação* (pp. 39-99). Lisboa: DIFEL.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. doi: 10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x
- Esser, F., & Umbricht, A. (2014). The Evolution of Objective and Interpretative Journalism in the Western Press: Comparing Six News Systems since the 1960s. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 91(2), 229-249. doi: 10.1177/1077699014527459
- Etzioni, A. (1993). *The spirit of community: rights, responsibilities, and the Communitarian agenda*. New York: Crown Publishers.
- Fairclough, N. (1995). *Critical Discourse Analysis: the critical study of language*. London and New York: Longman.
- Fairclough, N. (2018). CDA as dialectical reasoning. In J. Flowerdew & J. E. Richardson (Eds.), *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies* (pp. 13-25). London & New York: Routledge.
- Fallows, J. (1996). *Breaking the news*. New York: Pantheon Press.
- Feldman, L. (2017). The Hostile Media Effect. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication* (pp. 549-564). Oxford: Oxford University Press.
- Fenton, N. (2011). Deregulation or democracy? New media, news, neoliberalism and the public interest. *Continuum*, 25(1), 63-72. doi: 10.1080/10304312.2011.539159
- Festinger, L. (1957). *A Theory of Cognitive Dissonance*. Stanford: Stanford University Press.

- Figueiras, R. (2017). Primetime consociation: Portuguese punditry in between media independence and political patronage. *European Journal of Communication*, 32(4), 312-332. doi: 10.1177/0267323117710899
- Fink, K., & Schudson, M. (2014). The rise of contextual journalism, 1950s–2000s. *Journalism*, 15(1), 3-20. doi: 10.1177/1464884913479015
- Flaxman, S., Goel, S., & Rao, J. M. (2016). Filter Bubbles, Echo Chambers, and Online News Consumption. *Public Opinion Quarterly*, 80(S1), 298-320. doi: 10.1093/poq/nfw006
- Flowerdew, J., & Richardson, J. E. (2018). Introduction. In J. Flowerdew & J. E. Richardson (Eds.), *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies*. London & New York: Routledge.
- Foucault, M. (1972). *The archaeology of knowledge and the discourse on language*. New York: Pantheon Books.
- Foucault, M. (1981). The order of discourse. In R. Young (Ed.), *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader* (pp. 48-78). London: Routledge & Kegan Paul.
- Foucault, M. (1988). *Madness and civilization: a history of insanity in the age of reason*. New York: Vintage Books.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 109-142). Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Freedman, J. L., & Sears, D. O. (1965). Selective Exposure. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 2, pp. 57-97): Academic Press.
- Freelon, D. (2015). Discourse architecture, ideology, and democratic norms in online political discussion. *New Media & Society*, 17(5), 772-791. doi: 10.1177/1461444813513259
- Fry, K. G. (2016). Re-thinking news, re-thinking news literacy: a user-centred perspective on information. *Journalism Education*, 5(1), 35-44.
- Fuchs, C. (2014). *Social Media: A critical introduction*. Thousand Oaks: Sage.
- Fung, A. (2005). Deliberation before the Revolution: Toward an Ethics of Deliberative Democracy in an Unjust World. *Political Theory*, 33(3), 397-419.
- Funkhouser, G. R. (1973). The issues of the sixties: an exploratory study in the dynamics of public opinion. *Public Opinion Quarterly*, 37(1), 62-75. doi: 10.1086/268060
- Galton, F. (1907). Vox Populi. *Nature*, 75, 450-451. doi: 10.1038/075450a0
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1987). The changing culture of affirmative action. In R. G. Braungart & M. M. Braungart (Eds.), *Research in political sociology*. Greenwich, CT: JAI Press.
- Garrett, R. K. (2009). Echo chambers online?: Politically motivated selective exposure among Internet news users¹. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 14(2), 265-285. doi: 10.1111/j.1083-6101.2009.01440.x
- Gerber, M., Bächtiger, A., Fiket, I., Steenbergen, M., & Steiner, J. (2014). Deliberative and non-deliberative persuasion: Mechanisms of opinion formation in EuroPolis. *European Union Politics*, 15(3), 410-429. doi: doi:10.1177/1465116514528757
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1986). Living with television: The dynamics of the cultivation process. *Perspectives on media effects*, 17-40.
- Goffman, E. (1967). On Face-Work *Interaction Ritual* (pp. 5-46). New York: Pantheon Books.

- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Gonçalves, A. (2007). A difícil arte de perguntar: aporias e apostas da redacção do questionário para inquérito sociológico. *Comunicação e Sociedade*, 12, 201-211.
- Gonçalves, J. (2013). Teoria da Participação Pública na Internet. *Observatorio (OBS*)*, 7(2), 139-160.
- Gonçalves, J. (2014). *O Jogo da Participação: pensamento estratégico nas caixas de comentários dos jornais online*. Universidade do Minho, Braga.
- Gonçalves, J. (2015). A peaceful pyramid? Hierarchy and anonymity in newspaper comment sections. *Observatorio (OBS*)*, 9(4), 1-13.
- Gonçalves, J. (2016). Aplicar a teoria dos jogos ao estudo da comunicação: desafios e oportunidades. *Revista Comunicando*, 5(1), 104-124.
- Gonçalves, J. (2018). Aggression in news comments: how context and article topic shape user-generated content. *Journal of Applied Communication Research*, 1-17. doi: 10.1080/00909882.2018.1529419
- Gonçalves, J., Pereira, S., & Silva, M. T. d. (2017). Medir o agenda-setting nos comentários dos leitores às eleições legislativas de 2015. In Z. Pinto-Coelho, T. Ruão & N. Zagalo (Eds.), *Arte, Políticas e Práticas. V Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais* (pp. 205-226). Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Goodman, E., & Cherubini, F. (2013). Online comment moderation: emerging best practices: World Editors Forum.
- Grace-Farfaglia, P., Dekkers, A., Sundararajan, B., Peters, L., & Park, S.-H. (2006). Multinational web uses and gratifications: Measuring the social impact of online community participation across national boundaries. *Electronic Commerce Research*, 6(1), 75-101. doi: 10.1007/s10660-006-5989-6
- Gunther, A. C., McLaughlin, B., Gotlieb, M. R., & Wise, D. (2017). Who Says What to Whom: Content Versus Source in the Hostile Media Effect. *International Journal of Public Opinion Research*, 29(3), 363-383. doi: 10.1093/ijpor/edw009
- Gunther, A. C., & Schmitt, K. (2004). Mapping Boundaries of the Hostile Media Effect. *Journal of Communication*, 54(1), 55-70. doi: 10.1111/j.1460-2466.2004.tb02613.x
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Obra original publicada em 1962)
- Habermas, J. (1984). *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1989). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity. (Obra original publicada em 1962)
- Habermas, J. (1992). Further Reflections on the Public Sphere. In C. J. Calhoun (Ed.), *Habermas and the public sphere* (pp. 421-461). Cambridge: MIT Press.
- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms : contributions to discourse theory of law and democracy*. Cambridge, Mass. : The MIT Press.
- Habermas, J. (2006). Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research1. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. doi: 10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x

- Hall, E. T. (1986). *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hall, E. T. (1996). *A Dança da Vida - A Outra Dimensão do Tempo*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hall, N. R., Crisp, R. J., & Suen, M.-w. (2009). Reducing Implicit Prejudice by Blurring Intergroup Boundaries. *Basic and Applied Social Psychology*, 31(3), 244-254. doi: 10.1080/01973530903058474
- Hall, S. (1993). Encoding, decoding. In S. During (Ed.), *The Cultural Studies Reader*. London and New York: Routledge.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2017). Ten Years After Comparing Media Systems: What Have We Learned? *Political Communication*, 34(2), 155-171. doi: 10.1080/10584609.2016.1233158
- Hänggli, R. (2012). Key Factors in Frame Building: How Strategic Political Actors Shape News Media Coverage. *American Behavioral Scientist*, 56(3), 300-317. doi: 10.1177/0002764211426327
- Hanitzsch, T., Hanusch, F., Mellado, C., Anikina, M., Berganza, R., Cangoz, I., . . . Kee Wang Yuen, E. (2011). MAPPING JOURNALISM CULTURES ACROSS NATIONS. *Journalism Studies*, 12(3), 273-293. doi: 10.1080/1461670X.2010.512502
- Hayes, A. F., & Matthes, J. (2017). Self-censorship, the spiral of silence and contemporary political communication. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication* (pp. 763-775). New York: Oxford University Press.
- Heise, N., Loosen, W., Reimer, J., & Schmidt, J.-H. (2014). Including the Audience. *Journalism Studies*, 15(4), 411-430. doi: 10.1080/1461670X.2013.831232
- Hermida, A., & Thurman, N. (2008). A CLASH OF CULTURES. *Journalism Practice*, 2(3), 343-356. doi: 10.1080/17512780802054538
- Hiles, S. S., & Hinnant, A. (2014). Climate Change in the Newsroom. *Science Communication*, 36(4), 428-453. doi: 10.1177/1075547014534077
- Hille, S., & Bakker, P. (2014). Engaging the Social News User. *Journalism Practice*, 8(5), 563-572. doi: 10.1080/17512786.2014.899758
- Hobbes, T. (2014). *Leviathan*. Hertfordshire: Wordsworth. (Obra original publicada em 1651)
- Horkheimer, M. (2015). *O Eclipse da Razão* (J. T. Proença, Trad.). Lisboa: Antígona. (Obra original publicada em 1947)
- Horkheimer, M., & Adorno, T. (2002). The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception (E. Jephcott, Trad.). In G. S. Noerr (Ed.), *Dialectic of enlightenment: philosophical fragments* (pp. 94-136). Stanford: Stanford University Press.
- Houston, J. B., Hansen, G. J., & Nisbett, G. S. (2011). Influence of User Comments on Perceptions of Media Bias and Third-Person Effect in Online News. *Electronic News*, 5(2), 79-92. doi: 10.1177/1931243111407618
- Huang, H. (2005). A Cross-Cultural Test of the Spiral of Silence. *International Journal of Public Opinion Research*, 17(3), 324-345. doi: 10.1093/ijpor/edh065

- Hughey, M. W., & Daniels, J. (2013). Racist comments at online news sites: a methodological dilemma for discourse analysis. *Media, Culture & Society*, 35(3), 332-347. doi: 10.1177/0163443712472089
- Irwin, G. A., & Van Holsteyn, J. J. M. (2008). What are they Waiting for? Strategic Information for Late Deciding Voters. *International Journal of Public Opinion Research*, 20(4), 483-493. doi: 10.1093/ijpor/edn040
- Iyengar, S., Norpoth, H., & Hahn, K. S. (2004). Consumer Demand for Election News: The Horserace Sells. *Journal of Politics*, 66(1), 157-175. doi: 10.1046/j.1468-2508.2004.00146.x
- Jackson, S. J., & Foucault Welles, B. (2015). Hijacking #MYNYPD: Social Media Dissent and Networked Counterpublics. *Journal of Communication*, 65(6), 932-952. doi: 10.1111/jcom.12185
- Jamieson, K. H. (1992). *Dirty Politics*. New York: Oxford University Press.
- Jenkins, H. (1992). *Textual poachers: Television fans & participatory culture*. New York: Routledge.
- Jenkins, H., Ito, M., & Boyd, D. (2016). *Participatory Culture in a Networked Era: A Conversation on Youth, Learning, Commerce, and Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Jiang, Y. (2014). 'Reversed agenda-setting effects' in China Case studies of Weibo trending topics and the effects on state-owned media in China. *The Journal of International Communication*, 20(2), 168-183. doi: 10.1080/13216597.2014.908785
- Kahne, J., Lee, N.-J., & Feezell, J. T. (2012). Digital Media Literacy Education and Online Civic and Political Participation. *International Journal of Communication*(6), 1-24.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, 47(2), 263-291. doi: 10.2307/1914185
- Kao, A. B., & Couzin, I. D. (2014). Decision accuracy in complex environments is often maximized by small group sizes. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 281(1784). doi: 10.1098/rspb.2013.3305
- Katz, E., Blumler, J. G., & Gurevitch, M. (1973). Uses and Gratifications Research. *The Public Opinion Quarterly*, 37(4), 509-523.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. F. (1955). *Personal influence; the part played by people in the flow of mass communications*. Glencoe, Illinois: Free Press.
- Kerckhove, D. (1997). *A Pele da Cultura*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Kieran, M. (2002). Objectivity, impartiality and good journalism. In M. Kieran (Ed.), *Media Ethics* (pp. 23-36). London & New York: Routledge.
- Kim, E.-G., & Hamilton, J. W. (2006). Capitulation to capital? OhmyNews as alternative media. *Media, Culture & Society*, 28(4), 541-560. doi: 10.1177/0163443706065028
- Kim, Y. (2015). Exploring the Effects of Source Credibility and Others' Comments on Online News Evaluation. *Electronic News*, 9(3), 160-176. doi: doi:10.1177/1931243115593318
- Kind, H. J., Schjelderup, G., & Stähler, F. (2013). Newspaper Differentiation and Investments in Journalism: The Role of Tax Policy. *Economica*, 80(317), 131-148. doi: 10.1111/j.1468-0335.2012.00938.x

- King, G., Schneer, B., & White, A. (2017). How the news media activate public expression and influence national agendas. *Science*, 358(6364), 776-780. doi: 10.1126/science.aao1100
- Koteyko, N., Jaspal, R., & Nerlich, B. (2013). Climate change and 'climategate' in online reader comments: a mixed methods study. *The Geographical Journal*, 179(1), 74-86. doi: 10.1111/j.1475-4959.2012.00479.x
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2014). *The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect, Completely Updated and Revised*. New York: Three Rivers Press.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis : an introduction to its methodology* (2^a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Ksiazek, T. B. (2015). Civil Interactivity: How News Organizations' Commenting Policies Explain Civility and Hostility in User Comments. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 59(4), 556-573. doi: 10.1080/08838151.2015.1093487
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (2^a ed.). London & New York: Verso.
- Lasswell, H. (1927). *Propaganda Techniques in The First World War*. New York: Alfred Knopf.
- Lau, R. R., Sigelman, L., & Rovner, I. B. (2007). The Effects of Negative Political Campaigns: A Meta-Analytic Reassessment. *Journal of Politics*, 69(4), 1176-1209. doi: 10.1111/j.1468-2508.2007.00618.x
- Lazarsfeld, P. F., Berelson, B., & Gaudet, H. (1948). *The People's Choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.
- Lee, E.-J. (2012). That's Not the Way It Is: How User-Generated Comments on the News Affect Perceived Media Bias. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 18(1), 32-45. doi: 10.1111/j.1083-6101.2012.01597.x
- Lee, E.-J., & Jang, Y. J. (2010). What Do Others' Reactions to News on Internet Portal Sites Tell Us? Effects of Presentation Format and Readers' Need for Cognition on Reality Perception. *Communication Research*, 37(6), 825-846. doi: doi:10.1177/0093650210376189
- Lengauer, G., Esser, F., & Berganza, R. (2012). Negativity in political news: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2), 179-202. doi: 10.1177/1464884911427800
- Lévy, P. (1994). *L'Intelligence Collective*. Paris: La Decouverte.
- Lippmann, W. (1998). *Public Opinion*. New Brunswick & London: Transaction Publishers. (Obra original publicada em 1922)
- Livingstone, S. (2005). On the relation between audiences and publics. In S. Livingstone (Ed.), *Audiences and Publics: When cultural engagement matters for the public sphere* (pp. 17-42). Bristol: Intellect.
- Livingstone, S. (2015). Active Audiences? The Debate Progresses But Is Far From Resolved. *Communication Theory*, 25(4), 439-446. doi: doi:10.1111/comt.12078
- Locke, J. (1980). *Second Treatise of Government* (C. B. Macpherson Ed.). Indianapolis & Cambridge: Hackett Publishing Company. (Obra original publicada em 1681)

- Lu, J., & Shi, T. (2015). The battle of ideas and discourses before democratic transition: Different democratic conceptions in authoritarian China. *International Political Science Review*, 36(1), 20-41. doi: 10.1177/0192512114551304
- Machin, D., & Mayr, A. (2012). *How to do critical discourse analysis*. London: SAGE.
- Mansbridge, J. (1999). Everyday Talk in the Deliberative System. In S. Macedo (Ed.), *Deliberative politics: essays on democracy and disagreement* (pp. 211-239). New York: Oxford University Press.
- Mansbridge, J., Bohman, J., Chambers, S., Christiano, T., Fung, A., Parkinson, J., . . . Warren, M. E. (2012). A systemic approach to deliberative democracy. In J. Parkinson & J. Mansbridge (Eds.), *Deliberative Systems: Deliberative Democracy at the Large Scale* (pp. 1-26). Cambridge: Cambridge University Press.
- Martens, H., & Hobbs, R. (2015). How Media Literacy Supports Civic Engagement in a Digital Age. *Atlantic Journal of Communication*, 23(2), 120-137. doi: 10.1080/15456870.2014.961636
- Masullo Chen, G., & Lu, S. (2017). Online Political Discourse: Exploring Differences in Effects of Civil and Uncivil Disagreement in News Website Comments. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 61(1), 108-125. doi: 10.1080/08838151.2016.1273922
- Mazzoleni, G., & Schulz, W. (1999). "Mediatization" of Politics: A Challenge for Democracy? *Political Communication*, 16(3), 247-261. doi: 10.1080/105846099198613
- McCarthy, T. (1984). Translator's Introduction. In J. Habermas (Ed.), *The Theory of Communicative Action* (Vol. 1, pp. v-xxxviii). Boston: Beacon Press.
- McCombs, M. (2005). A Look at Agenda-setting: past, present and future. *Journalism Studies*, 6(4), 543-557. doi: 10.1080/14616700500250438
- McCombs, M., Llamas, J. P., Lopez-Escobar, E., & Rey, F. (1997). Candidate Images in Spanish Elections: Second-Level Agenda-Setting Effects. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 74(4), 703-717. doi: 10.1177/107769909707400404
- McCombs, M., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187. doi: 10.1086/267990
- McCormick, J. P. (1997). *Carl Schmitt's critique of liberalism : against politics as technology*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- McNair, B. (2000a). Journalism and democracy. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The Handbook of Journalism Studies* (pp. 237-249). London: Routledge.
- McNair, B. (2000b). *Journalism and Democracy: An evaluation of the political public sphere*. London & New York: Routledge.
- McQuail, D. (1997). Accountability of Media to Society: Principles and Means. *European Journal of Communication*, 12(4), 511-529. doi: 10.1177/0267323197012004004
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mikolov, T., Yih, W.-t., & Zweig, G. (2013). *Linguistic regularities in continuous space word representations*. Paper presented at the Proceedings of the 2013 Conference of the North American Chapter of the Association for Computational Linguistics: Human Language Technologies.

- Mitchell, A., Jurkowitz, M., & Olmstead, K. (2014). Social, Search and Direct - Pathways to Digital News. Retrieved 22/09/2017, 2017, from <http://www.journalism.org/2014/03/13/social-search-direct/>
- Mitchelstein, E. (2011). *Catharsis and Community: Divergent Motivations for Audience Participation in Online Newspapers and Blogs* (Vol. 5).
- Mollick, E. (2014). The dynamics of crowdfunding: An exploratory study. *Journal of Business Venturing*, 29(1), 1-16. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusvent.2013.06.005>
- Mori, M., MacDorman, K. F., & Kageki, N. (2012). The Uncanny Valley [From the Field]. *IEEE Robotics & Automation Magazine*, 19(2), 98-100. doi: 10.1109/MRA.2012.2192811
- Mouffe, C. (1999). Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism? *Social Research*, 66(3), 745-758.
- Muddiman, A., Pond-Cobb, J., & Matson, J. E. (2017). Negativity Bias or Backlash. *Communication Research*, 0(0), 0093650216685625. doi: doi:10.1177/0093650216685625
- Muniz, J. A. M., & O'Guinn, T. C. (2001). Brand Community. *Journal of Consumer Research*, 27(4), 412-432. doi: 10.1086/319618
- Mutz, D. C. (2007). Effects of "In-Your-Face" Television Discourse on Perceptions of a Legitimate Opposition. *American Political Science Review*, 101(04), 621-635. doi: doi:10.1017/S000305540707044X
- Mutz, D. C., & Reeves, B. (2005). The New Videomalaise: Effects of Televised Incivility on Political Trust. *American Political Science Review*, 99(01), 1-15. doi: doi:10.1017.S0003055405051452
- Myerson, R. B. (1991). *Game Theory: Analysis of Conflict*. EUA: Harvard University Press.
- Navio, C. (2012). *A voz do cidadão no Jornal de Notícias*. (Mestrado), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D. A. L., & Nielsen, R. K. (2017). Reuters Institute Digital News Report 2017: Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Nielsen, C. E. (2014). Coproduction or cohabitation: Are anonymous online comments on newspaper websites shaping news content? *New Media & Society*, 16(3), 470-487. doi: 10.1177/1461444813487958
- Noelle-Neumann, E. (1974). The Spiral of Silence a Theory of Public Opinion. *Journal of Communication*, 24(2), 43-51. doi: 10.1111/j.1460-2466.1974.tb00367.x
- Noelle-Neumann, E. (1993). *The spiral of silence: Public opinion - Our social skin*. Chicago: Chicago University Press.
- Norris, P. (2013). Comparative Political Communications: Common Frameworks or Babelian Confusion? *Government and Opposition*, 44(3), 321-340. doi: 10.1111/j.1477-7053.2009.01290.x
- Norris, P. (2014). Watchdog Journalism. In M. Bovens, R. E. Goodin & T. Schillemans (Eds.), *The Oxford Handbook of Public Accountability* (pp. 525-541). Oxford: Oxford University Press.
- Örnebring, H. (2013). Anything you can do, I can do better? Professional journalists on citizen journalism in six European countries. *International Communication Gazette*, 75(1), 35-53. doi: 10.1177/1748048512461761

- Owen, D., & Smith, G. (2015). Survey Article: Deliberation, Democracy, and the Systemic Turn. *Journal of Political Philosophy*, 23(2), 213-234. doi: 10.1111/jopp.12054
- Palacios, M. (2012). Marginalia, 'Zeitgeist' e memória do tempo presente: os comentários de leitores no ciberjornalismo. *Brazilian Journalism Research*, 8(1), 133-148. doi: 10.25200/BJR.v8n1.2012.391
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(9), 9-27.
- Papacharissi, Z. (2004). Democracy online: civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. *New Media & Society*, 6(2), 259-283. doi: 10.1177/1461444804041444
- Parker, I. (1990). Discourse: Definitions and contradictions. *Philosophical Psychology*, 3(2-3), 187-204. doi: 10.1080/09515089008572998
- Pateman, C. (1970). *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paulussen, S., Heinonen, A., Domingo, D., & Quandt, T. (2007). Doing It Together: Citizen Participation In The Professional News Making Process. *Observatorio (OBS*)*, 1(3), 131-154. doi: 10.15847/obsOBS132007148
- Pereira, S., Pinto, M., Madureira, E. J., Pombo, T., & Guedes, M. (2014). *Referencial de Educação para os Media para a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário* (M. d. E. e. d. Ciência Ed.): Governo de Portugal.
- Pereira, S., Pinto, M., & Moura, P. (2015). *Níveis de literacia mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano*. Braga: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Peter, J. (2003). Country Characteristics as Contingent Conditions of Agenda Setting: The Moderating Influence of Polarized Elite Opinion. *Communication Research*, 30(6), 683-712. doi: 10.1177/0093650203257844
- Pettit, P. (1997). *Republicanism: A theory of freedom and government*. New York: Oxford University Press.
- Phelan, S. (2014). *Neoliberalism, Media and the Political*. New York: Palgrave Macmillan.
- Phelan, S. (2018). Critical discourse analysis and media studies. In J. Flowerdew & J. E. Richardson (Eds.), *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies* (pp. 285-297). London & New York: Routledge.
- Phillips, N., Lawrence, T. B., & Hardy, C. (2004). Discourse and Institutions. *Academy of Management Review*, 29(4), 635-652. doi: 10.5465/amr.2004.14497617
- Pinto-Coelho, Z., Carvalho, A., & Castro Seixas, E. (2017). News discourse and readers' comments: Expanding the range of citizenship positions? *Journalism*, 18(0). doi: 10.1177/1464884917707595
- Pinto, J. (2008). Muzzling the watchdog: The case of disappearing watchdog journalism from Argentine mainstream news. *Journalism*, 9(6), 750-774. doi: 10.1177/1464884908096244
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas : contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 14(1-2), 277-294.
- Platão. (2010a). Apologia de Sócrates e Criton (M. d. O. Pulquério, Trad.) *Apologia de Sócrates e Banquete*. Oeiras: AD ASTRA ET ULTRA.

- Platão. (2010b). *A República* (E. Gala, Trad.). Oeiras: AD ASTRA ET ULTRA.
- Postmes, T., Spears, R., & Lea, M. (1998). Breaching or Building Social Boundaries? *Communication Research*, 25(6), 689-715. doi: doi:10.1177/009365098025006006
- Postmes, T., Spears, R., Sakhel, K., & Groot, D. d. (2001). Social Influence in Computer-Mediated Communication: The Effects of Anonymity on Group Behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 27(10), 1243-1254. doi: doi:10.1177/01461672012710001
- Potter, J., & Wetherell, M. (1987). *Discourse and Social Psychology: beyond attitudes and behaviour*. London: Sage.
- Prochazka, F., Weber, P., & Schweiger, W. (2016). Effects of civility and reasoning in user comments on perceived journalistic quality. *Journalism Studies*, 1-17. doi: 10.1080/1461670X.2016.1161497
- Pronin, E., Gilovich, T., & Ross, L. (2004). Objectivity in the Eye of the Beholder: Divergent Perceptions of Bias in Self Versus Others. *Psychological Review*, 111(3), 781-799. doi: 10.1037/0033-295X.111.3.781
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Shuster Paperbacks.
- Rains, S. A., Kenski, K., Coe, K., & Harwood, J. (2017). Incivility and Political Identity on the Internet: Intergroup Factors as Predictors of Incivility in Discussions of News Online. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 22(4), 163-178. doi: doi:10.1111/jcc4.12191
- Rapoport, A. (1967). CRITIQUE OF CONTENT ANALYSIS: A SYSTEM-THEORETIC VIEW. *Historical Methods Newsletter*, 1(1), 5-6. doi: 10.1080/00182494.1967.10593838
- Rasmussen, C., & Brown, M. (2002). Radical Democratic Citizenship: Amidst Political Theory and Geography. In E. F. Isin & B. S. Turner (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies* (pp. 175-188). London: SAGE.
- Rawls, J. (1999). *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press. (Obra original publicada em 1971)
- Reese, S. D. (2007). The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148-154. doi: doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00334.x
- Renninger, B. J. (2015). "Where I can be myself ... where I can speak my mind" : Networked counterpublics in a polymedia environment. *New Media & Society*, 17(9), 1513-1529. doi: 10.1177/1461444814530095
- Rhee, J. W. (1997). Strategy and issue frames in election campaign coverage: A social cognitive account of framing effects. *Journal of Communication*, 47(3), 26-48.
- Rheingold, H. (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. Cambridge: MIT Press.
- Ribeiro, F. (2013a). Entre o ecrã e o teclado. A participação dos leitores no comentário às notícias do PÚBLICO online. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, 1(1), 148-164.
- Ribeiro, F. (2013b). *A participação dos cidadãos nos média portuguesas: estímulos e constrangimentos*. Universidade do Minho, Braga.

- Ribeiro, F. V. M. (2006). *Fontes Sofisticadas de Informação: Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*. (Dissertação de Mestrado de Comunicação e Cultura), Universidade do Porto, Porto. Retrieved from <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13047/2/FontesSofisticadasdeInformao000069327.pdf>
- Richardson, J. E. (2007). *Analysing newspapers: an approach from critical discourse analysis*. New York: Palgrave Macmillan.
- Riffe, D., Lacy, S., & Fico, F. G. (2005). Mahwah, New Jersey: LAWRENCE ERLBAUM ASSOCIATES, PUBLISHERS.
- Rösner, L., & Krämer, N. C. (2016). Verbal Venting in the Social Web: Effects of Anonymity and Group Norms on Aggressive Language Use in Online Comments. *Social Media + Society*, 2(3), 2056305116664220. doi: doi:10.1177/2056305116664220
- Rousseau, J. J. (1979). *Emile: or On education* (A. Bloom, Trad.). United States of America: Basic Books. (Obra original publicada em 1762)
- Rowe, I. (2015). Deliberation 2.0: Comparing the Deliberative Quality of Online News User Comments Across Platforms. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 59(4), 539-555. doi: 10.1080/08838151.2015.1093482
- Rubin, A. M. (2009). Uses-and-Gratifications Perspective on Media Effects. In J. Bryant & M. B. Oliver (Eds.), *Media Effects: Advances in Theory and Research* (pp. 165-184). New York: Routledge.
- Ruggiero, T. E. (2000). Uses and Gratifications Theory in the 21st Century. *Mass Communication and Society*, 3(1), 3-37. doi: 10.1207/S15327825MCS0301_02
- Ruiz, C., Domingo, D., Micó, J. L., Díaz-Noci, J., Meso, K., & Masip, P. (2011). Public Sphere 2.0? The Democratic Qualities of Citizen Debates in Online Newspapers. *The International Journal of Press/Politics*, 16(4), 463-487. doi: 10.1177/1940161211415849
- Sá, F. M. (2013). *A Comunicação Política Digital nas Eleições Directas de 2010 no PSD pelo candidato Pedro Passos Coelho*. (Mestre), Universidade de Vigo, Vigo.
- Salgado, S. (2011). *Os Candidatos Presidenciais: Construção de Imagens e Discursos nos Média*. Coimbra: Minerva.
- Salgado, S., & Strömbäck, J. (2012). Interpretive journalism: A review of concepts, operationalizations and key findings. *Journalism*, 13(2), 144-161. doi: 10.1177/1464884911427797
- Sandel, M. (1998). *Liberalism and the Limits of Justice* (2ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Santana, A. D. (2014). Virtuous or Vitriolic. *Journalism Practice*, 8(1), 18-33. doi: 10.1080/17512786.2013.813194
- Santana, A. D. (2015). Incivility Dominates Online Comments on Immigration. *Newspaper Research Journal*, 36(1), 92-107. doi: doi:10.1177/073953291503600107
- Santana, A. D. (2016). Controlling the Conversation. *Journalism Studies*, 17(2), 141-158. doi: 10.1080/1461670X.2014.972076
- Santos, B. d. S. (2002). *Democracia e Participação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, L. (2012). *Journalism in transition : a study of change at Jornal de Notícias' online newsroom*. (Tese de Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.

- Santos, L. A. (2012). *Journalism in transition: a study of change at Jornal de Notícias' online newsroom*. (Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação), Universidade do Minho, Braga. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/19746>
- Scacco, J., Potts, L., Hearit, L., Sonderman, J., & Stroud, N. J. (2017). General Election News Coverage: what engages audiences down the ballot: Center for Media Engagement.
- Scacco, J., & Stroud, N. J. (2017). Primary election coverage: what types of news engage audiences. Austin, Texas: Engaging News Project.
- Schelling, T. (1960). *The strategy of conflict*. Cambridge: Harvard University Press.
- Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49(1), 103-122. doi: 10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x
- Scheufele, D. A. (2000). Agenda-Setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication. *Mass Communication and Society*, 3(2-3), 297-316. doi: 10.1207/S15327825MCS0323_07
- Scheufele, D. A., & Iyengar, S. (2017). The state of framing research: a call for new directions. In K. H. Jamieson & K. Kenski (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication* (pp. 619-632). New York: Oxford University Press.
- Schmitt, C. (1996). *The concept of the political*. Chicago: The University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1932)
- Schmitt, C. (2014). *Dictatorship: From the origin of the modern concept of sovereignty to proletarian class struggle*. Polity Press: Cambridge, UK. (Obra original publicada em 1921)
- Schröder, K. C., & Ørsten, M. (2016). The Nature of News Avoidance in a Digital World. *Reuters Digital News Report 2016*.
- Schuck, P. H. (2002). Liberal Citizenship. In E. F. Isin & B. S. Turner (Eds.), *Handbook of Citizenship Studies* (pp. 131-144). London: SAGE.
- Schudson, M. (1997). Why conversation is not the soul of democracy. *Critical Studies in Mass Communication*, 14(4), 297-309. doi: 10.1080/15295039709367020
- Schudson, M. (2001). The objectivity norm in American journalism*. *Journalism*, 2(2), 149-170. doi: 10.1177/146488490100200201
- Schuler, D. (1994). Community networks: building a new participatory medium. *Communications of the ACM*, 37(1), 38-51.
- Schultz, C., & Pancer, S. M. (1997). Character Attacks and Their Effects on Perceptions of Male and Female Political Candidates. *Political Psychology*, 18(1), 93-102. doi: 10.1111/0162-895X.00046
- Schultz, T. (1999). Interactive Options in Online Journalism: A Content Analysis of 100 U.S. Newspapers. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 5(1). doi: 10.1111/j.1083-6101.1999.tb00331.x
- Schumpeter, J. A. (2003). *Capitalism, Socialism and Democracy*. London and New York: Routledge. (Obra original publicada em 1943)
- Sears, D. O., & Freedman, J. L. (1967). Selective exposure to information: a critical review. *Public Opinion Quarterly*, 31(2), 194-213. doi: 10.1086/267513

- Serrano, E. (2006). *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001)*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- Shadish, W. R., Cook, T. D., & Thomas, D. (2002). *Experimental and Quasi-Experimental Designs for Generalized Causal Inference*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- Shane, S., & Mazzetti, M. (2018, 16/02/2018). Inside a 3-Year Russian Campaign to Influence U.S. Voters, *The New York Times*. Retrieved from <https://www.nytimes.com/2018/02/16/us/politics/russia-mueller-election.html>
- Sherif, M., Harvey, O. J., White, B. J., Hood, W. R., & Sherif, C. W. (1988). *Intergroup conflict and cooperation: the robbers cave experiment*. Middletown, Connecticut: Wesleyan University Press. (Obra original publicada em 1961)
- Shoemaker, P. J. (1996). Hardwired for News: Using Biological and Cultural Evolution to Explain the Surveillance Function. *Journal of Communication*, 46(3), 32-47. doi: 10.1111/j.1460-2466.1996.tb01487.x
- Shoemaker, P. J., & Reese, S. D. (1996). *Mediating the message: theories of influences on mass media content*. New York: Longman.
- Silva, E. C. e. (2015). Crisis, financialization and regulation: The case of media industries in Portugal. *2015*, 2(2).
- Silva, M. T. d. (2009). *As cartas dos leitores na imprensa portuguesa: uma forma de comunicação e debate do público*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Silva, M. T. d. (2013). Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 23, 82-95.
- Singer, J. B. (2018). Transmission creep. *Journalism Studies*, 19(2), 209-226. doi: 10.1080/1461670X.2016.1186498
- Skyrms, B. (1998). *The Evolution of the Social Contract*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Skyrms, B. (2004). *The Stag Hunt and the Evolution of Social Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sloam, J. (2007). Rebooting Democracy: Youth Participation in Politics in the UK. *Parliamentary Affairs*, 60(4), 548-567. doi: 10.1093/pa/gsm035
- Smith, A. (1982). The Theory of Moral Sentiments. In D. D. Raphael & A. L. Macfie (Eds.), *The Glasgow Edition of the Works and Correspondence of Adam Smith* (Vol. I). Indianapolis: Liberty Fund. (Obra original publicada em 1759)
- Smith, A. (1999). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (H. d. Santos, T. Cardoso & L. C. d. Aguiar, Trad. 4 ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1776)
- Smith, J. M., & Price, G. R. (1973). The logic of animal conflict. *Nature*, 246(5427), 15-18.
- Sobieraj, S., & Berry, J. M. (2011). From Incivility to Outrage: Political Discourse in Blogs, Talk Radio, and Cable News. *Political Communication*, 28(1), 19-41. doi: 10.1080/10584609.2010.542360
- Soroka, S., & McAdams, S. (2015). News, Politics, and Negativity. *Political Communication*, 32(1), 1-22. doi: 10.1080/10584609.2014.881942
- Speed, G. J. (1893). Do newspapers now give the news? *Forum*, 15, 705-711.

- Spielberg, S. (Writer). (2018). The Post [Film]. In S. Spielberg, K. M. Krieger & A. Pascal (Producer): 20th Century Fox.
- Splichal, S. (2002). Rethinking Publicness: The precedence of the right to communicate. *The Public*, 9(3), 83-106.
- Springer, N., Engelmann, I., & Pfaffinger, C. (2015). User comments: motives and inhibitors to write and read. *Information, Communication & Society*, 18(7), 798-815. doi: 10.1080/1369118X.2014.997268
- Stalnakar, R. (1999). Knowledge, Belief, and Counterfactual Reasoning in Games. In C. Bicchieri, R. Jeffrey & B. Skyrms (Eds.), *The Logic of Strategy*. Oxford University Press.
- Strandberg, K., & Berg, J. (2013). Online Newspapers' Readers' Comments - Democratic Conversation Platforms or Virtual Soapboxes? *Comunicação e Sociedade*, 23, 110-131.
- Strauss, L. (1958). *Thoughts on Machiavelli*. Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Strömbäck, J. (2008). Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. *The International Journal of Press/Politics*, 13(3), 228-246. doi: 10.1177/1940161208319097
- Strömbäck, J., & Aelst, P. v. (2010). Exploring Some Antecedents of the Media's Framing of Election News: A Comparison of Swedish and Belgian Election News. *The International Journal of Press/Politics*, 15(1), 41-59. doi: 10.1177/1940161209351004
- Stromer-Galley, J. (2017). Political Discussion and Deliberation Online. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication* (pp. 837-850). New York: Oxford University Press.
- Stroud, N. J. (2008). Media Use and Political Predispositions: Revisiting the Concept of Selective Exposure. *Political Behavior*, 30(3), 341-366. doi: 10.1007/s11109-007-9050-9
- Stroud, N. J. (2010). Polarization and Partisan Selective Exposure. *Journal of Communication*, 60(3), 556-576. doi: 10.1111/j.1460-2466.2010.01497.x
- Stroud, N. J. (2011). *Niche news : the politics of news choice*. New York: Oxford University Press.
- Stroud, N. J. (2017). Selective Exposure Theories. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication* (pp. 531-548). Oxford: Oxford University Press.
- Stroud, N. J., Duyn, E. V., & Peacock, C. (2016). News Commenters and News Comment Readers Engaging News Project, Annette Strauss Institute for Civic Life, The University of Texas at Austin.
- Stroud, N. J., Scacco, J. M., Muddiman, A., & Curry, A. L. (2015). Changing Deliberative Norms on News Organizations' Facebook Sites. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 20(2), 188-203. doi: 10.1111/jcc4.12104
- Stroud, N. J., Van Duyn, E., Alizor, A., Alibhai, A., & Lang, C. (2017). Comment Section Survey Across 20 News Sites: Center for Media Engagement.
- Suhay, E., Blackwell, A., Roche, C., & Bruggeman, L. (2015). Forging Bonds and Burning Bridges: Polarization and Incivility in Blog Discussions About Occupy Wall Street. *American Politics Research*, 43(4), 643-679. doi: 10.1177/1532673x14553834
- Suler, J. (2004). The Online Disinhibition Effect. *CyberPsychology & Behavior*, 7(3), 321-326.
- Surowiecki, J. (2004). *The Wisdom of the Crowds*. New York: Anchor Books.

- Swedberg, R. (2001). Sociology and game theory: contemporary and historical perspectives *Theory and Society*, 30, 301-335.
- Tadeu, J. (2012). *Participação política e os comentários dos leitores no jornalismo online português. Significado e importância política dos comentários dos leitores nos websites dos sete jornais generalistas portugueses e as estratégias para a sua gestão.*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Tarde, G. (2010). The public and the crowd. In T. N. Clark (Ed.), *On communication and social influence*. Chicago: The University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1901)
- Tarde, G. (2013). Conviction and the crowd. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 14(2), 232-239. doi: 10.1080/1600910X.2013.832087
- Tenenboim, O., & Cohen, A. A. (2015). What prompts users to click and comment: A longitudinal study of online news. *Journalism*, 16(2), 198-217. doi: 10.1177/1464884913513996
- Tingsten, H. (1934). *Les Pleins pouvoirs. L'expansion des pouvoirs gouvernementaux pendant et après la Grande Guerre*. Paris: Stock.
- TNS opinion & social. (2015). Standard Eurobarometer 84. Brussels: European Commission.
- Toepfl, F., & Piwoni, E. (2015). Public Spheres in Interaction: Comment Sections of News Websites as Counterpublic Spaces. *Journal of Communication*, 65(3), 465-488. doi: 10.1111/jcom.12156
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1981). The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. *Science*, 211(4481), 453-458.
- Uscinski, J. E. (2009). When Does the Public's Issue Agenda Affect the Media's Issue Agenda (and Vice-Versa)? Developing a Framework for Media-Public Influence*. *Social Science Quarterly*, 90(4), 796-815. doi: doi:10.1111/j.1540-6237.2009.00663.x
- Vallone, R. P., Ross, L., & Lepper, M. R. (1985). The hostile media phenomenon: Biased perception and perceptions of media bias in coverage of the Beirut massacre. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49(3), 577-585. doi: 10.1037/0022-3514.49.3.577
- van den Hove, S. (2006). Between consensus and compromise: acknowledging the negotiation dimension in participatory approaches. *Land Use Policy*, 23(1), 10-17. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2004.09.001>
- van der Pas, D. J., van der Brug, W., & Vliegenthart, R. (2017). Political Parallelism in Media and Political Agenda-Setting. *Political Communication*, 34(4), 491-510. doi: 10.1080/10584609.2016.1271374
- Van Der Pligt, J., & Eiser, J. R. (1980). Negativity and descriptive extremity in impression formation. *European Journal of Social Psychology*, 10(4), 415-419. doi: 10.1002/ejsp.2420100408
- van der Wurff, R., & Schönbach, K. (2014). Audience Expectations of Media Accountability in the Netherlands. *Journalism Studies*, 15(2), 121-137. doi: 10.1080/1461670X.2013.801679
- van Dijk, T. A. (1993). Principles of Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249-283. doi: 10.1177/0957926593004002006
- van Dijk, T. A. (1998). *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage.

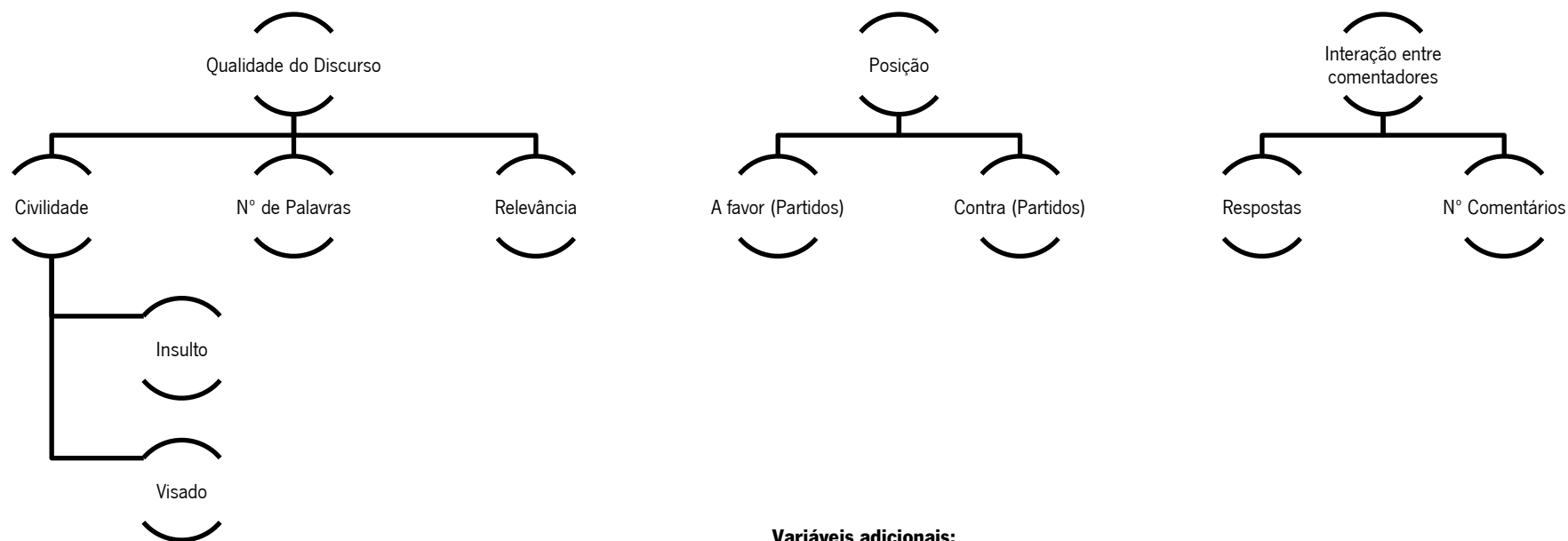
- van Dijk, T. A. (2003). Discourse, power and access. In C. R. Caldas-Coulthard & M. Coulthard (Eds.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis* (pp. 84-106). London & New York: Routledge.
- van Dijk, T. A. (2018). Socio-cognitive discourse studies. In J. Flowerdew & J. E. Richardson (Eds.), *The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies* (pp. 26-43). London & New York: Routledge.
- Volosinov, V. N. (1973). *Marxism and the philosophy of language* (L. Matejka & I. R. Titunik, Trad.). New York: Seminar Press.
- Vonk, R. (1996). Negativity and potency effects in impression formation. *European Journal of Social Psychology, 26*(6), 851-865. doi: 10.1002/(SICI)1099-0992(199611)26:6<851::AID-EJSP790>3.0.CO;2-9
- Vraga, E. K., & Tully, M. (2015). Media Literacy Messages and Hostile Media Perceptions: Processing of Nonpartisan Versus Partisan Political Information. *Mass Communication and Society, 18*(4), 422-448. doi: 10.1080/15205436.2014.1001910
- Walgrave, S., & Aelst, P. V. (2006). The Contingency of the Mass Media's Political Agenda Setting Power: Toward a Preliminary Theory. *Journal of Communication, 56*(1), 88-109. doi:doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00005.x
- Wang, J., & Carroll, J. M. (2011, 23-27 May 2011). *Behind Linus's law: A preliminary analysis of open source software peer review practices in Mozilla and Python*. Paper presented at the 2011 International Conference on Collaboration Technologies and Systems (CTS).
- Weaver, D. H., & Choi, J. (2017). The media agenda: Who (or What) Sets It? In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Communication* (pp. 359-376). New York: Oxford University Press.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. Berkeley: University of California Press. (Obra original publicada em 1922)
- Weber, P. (2014). Discussions in the comments section: Factors influencing participation and interactivity in online newspapers' reader comments. *New Media & Society, 16*(6), 941-957. doi: 10.1177/1461444813495165
- Westerståhl, J., & Johansson, F. (1986). News Ideologies as Moulders of Domestic News. *European Journal of Communication, 1*(2), 133-149. doi: 10.1177/0267323186001002003
- Williams, H. T. P., McMurray, J. R., Kurz, T., & Hugo Lambert, F. (2015). Network analysis reveals open forums and echo chambers in social media discussions of climate change. *Global Environmental Change, 32*(Supplement C), 126-138. doi: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.03.006>
- Wittgenstein, L. (1969). *On Certainty* (D. Paul & G. E. M. Anscombe, Trad. G. E. M. Anscombe & G. H. von Wright Eds.). Oxford: Basil Blackwell.
- Wojcieszak, M. (2011). Deliberation and Attitude Polarization. *Journal of Communication, 61*(4), 596-617. doi: 10.1111/j.1460-2466.2011.01568.x
- Wojcieszak, M. E., & Mutz, D. C. (2009). Online Groups and Political Discourse: Do Online Discussion Spaces Facilitate Exposure to Political Disagreement? *Journal of Communication, 59*(1), 40-56. doi: 10.1111/j.1460-2466.2008.01403.x

- Wolf, M. R., Strachan, J. C., & Shea, D. M. (2012). Forget the Good of the Game: Political Incivility and Lack of Compromise as a Second Layer of Party Polarization. *American Behavioral Scientist*, *56*(12), 1677-1695. doi: 10.1177/0002764212463355
- Wright, S., & Street, J. (2007). Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums. *New Media & Society*, *9*(5), 849-869.
- Yoo, J. H., & Kim, J. (2012). Obesity in the New Media: A Content Analysis of Obesity Videos on YouTube. *Health Communication*, *27*(1), 86-97. doi: 10.1080/10410236.2011.569003
- Zhang, X., Zhao, J., & LeCun, Y. (2015). *Character-level convolutional networks for text classification*. Paper presented at the Advances in neural information processing systems.
- Ziegele, M., Weber, M., Quiring, O., & Breiner, T. (2017). The dynamics of online news discussions: effects of news articles and reader comments on users' involvement, willingness to participate, and the civility of their contributions. *Information, Communication & Society*, 1-17. doi: 10.1080/1369118X.2017.1324505

Anexos

Anexo A – Variáveis e categorias

Variáveis de Análise - Comentários



Variáveis adicionais:

- Autor
- Hora e Data
- Temas (Frequência de Palavras)

Hora e Data

O registo da hora e data da publicação permitirão a realização de análise de séries temporais. Este tipo de análise viabilizará não só uma análise de tendências ao longo do período eleitoral, mas também a exploração de dinâmicas de auto e intercorrelação nas notícias e rotinas de comentário e sazonalidade nos comentadores. Na análise, estes fatores vão permitir uma caracterização mais precisa dos comentadores, revelando novas facetas sobre a prática do comentário.

Autor

Todos os jornais estudados adotaram a prática de exigir um registo para comentar. Isto permite identificar contas individuais e estudar hábitos de comentário transversalmente. O facto de o autor poder ser identificado possibilita uma caracterização individual dos comentadores e o estudo dos padrões do seu discurso. Uma das questões que pode ser explorada sob este prisma é o peso relativo das rotinas individuais e do conteúdo da notícia no conteúdo dos comentários.

Tema

Os temas dos comentários serão estudados através de uma análise de frequência de palavras. É construído um dicionário em que a presença de determinados termos (ex: déficit) indica que o comentário toca num determinado tema (ex: contas públicas).

Interação (Respostas)

O mapeamento da interação entre os comentadores (comentador B responde a comentador A) permitir-nos-á, por um lado, estudar associações entre comentadores e, por outro, estudar as dinâmicas de interação, percebendo como é que o comentário original pode condicionar a resposta. Será também interessante estudar os fatores que estimulam a interação entre os comentadores.

Nº de Comentários

Contagem simples do número de comentários para cada notícia.

Incivilidade ($\alpha = 0.78$)

A incivilidade é a variável de mais complexa definição na codificação dos comentários. Esta dificuldade emerge da subjetividade e vulnerabilidade contextual do conceito, o que é incivil para uma pessoa pode ser civil para outra (Coe et al., 2014b), o que é civil num contexto informal pode ser considerado incivil num contexto formal. Desta forma, o estudo da civilidade apresenta uma dupla dificuldade que assenta na sua definição e na obtenção de valores de fiabilidade aceitáveis.

O problema da definição da incivilidade começa pela dualidade com que este é aplicado. Por um lado, o conceito de civilidade nos remete para a *civitas* romana, ou seja, para uma forma de vida em comum, de contrato social e, por associação, de manutenção da democracia. A civilidade é, assim, a virtude pública e o serviço do bem público ou comum. Por outro lado, o conceito de civilidade é frequentemente associado às noções de cortesia ou polidez. Se, numa primeira leitura, ambas as definições aparecem concordantes, uma exploração mais atenta revela algumas incompatibilidades. Schudson (1997) refere que as regras de 'civilidade' podem limitar as possibilidades do debate democrático, retirando-lhe capacidade de resolução de problemas. A interpretação da civilidade como polidez também parece contrariar aqueles que defendem a

importância do conflito para o debate democrático (Mouffe, 1999). O conceito do ‘politicamente correto’ pode ser apenas uma forma de perpetuar a espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1993) e reforçar a opinião dominante.

Esta dualidade problemática foi tratada em detalhe por Papacharissi (2004), que optou por distinguir por completo os conceitos de civilidade e polidez. A autora retira à civilidade a sua componente individual e define-a como face positiva coletiva. Desta forma, a incivilidade seria a ameaça à face coletiva, ou seja, o desrespeito pelas tradições da democracia. Em termos operacionais, o estudo em questão considerou como incivis as ameaças à democracia (revolução, uso da força para depor um regime), o uso de estereótipos e um ataque aos direitos de outros (e.g. liberdade de expressão).

A distinção de Papacharissi assenta numa diferenciação entre conflitos ente indivíduos e ataques à democracia. Apresentamos, no entanto, duas reservas à aplicação desta categorização neste estudo. Em primeiro lugar, considera-se que esta é uma construção excessivamente artificial do conceito de civilidade. A negação da cortesia na definição de civilidade é uma amputação do uso mais frequente do termo e pode comprometer a validade do uso do conceito e dificultar a leitura do texto. Em segundo lugar, a categorização pode ser questionada em termos teóricos. Um insulto ao Presidente da República pode revelar um maior desrespeito pelo regime democrático do que um apelo a uma revolução. Da mesma forma, agredir verbalmente outro comentador pode representar uma limitação efetiva da sua liberdade de expressão mais significativa do que uma simples negação desse direito. Ignorar as regras de cortesia implicaria um regresso ao ‘estado da natureza’ Hobbesiano (Hobbes, 1651/2014), com uma imposição da coerção generalizada e a inviabilização da democracia.

Esta rejeição não elimina, no entanto, o problema conceptual associado à incivilidade. Como atingir uma definição que, na linguagem do direito, represente um equilíbrio entre a liberdade de expressão e o direito de crítica e o direito à honra? A definição do contexto pode ser um primeiro passo útil para o efeito. O contacto físico, por exemplo, obedece a diferentes ideais normativos numa conversa de café, num jogo de futebol e numa sessão de luta livre. Os conceitos do que é admissível e do que é incivil em cada um dos casos transfiguram-se para se adequarem às convenções estabelecidas para cada um dos casos. A participação num jogo de futebol, por exemplo, implica um consentimento de determinado tipo de contacto violento.

No caso particular do nosso estudo, este é condicionado pelas normas das caixas de comentários e pelas regras do debate político.

- São impublicáveis acusações de carácter criminal, insultos, linguagem grosseira ou difamatória, violações da vida privada, incitações ao ódio ou à violência, ou que preconizam violações dos [direitos humanos](#);
- São intoleráveis comentários racistas, xenófobos, sexistas, obscenos, homofóbicos, assim como comentários de tom extremista, violento ou de qualquer forma ofensivo em questões de etnia, nacionalidade, identidade, religião, filiação política ou partidária, clube, idade, género, preferências sexuais, incapacidade ou doença;
- É proibido ferir ou incentivar a ferir estas regras, mesmo com recurso ao humor, ao sarcasmo, à referência indirecta ou à citação.

É curioso verificar que os artigos 2 e 3 do Público correspondem exatamente aos artigos 6 e 7 do Expresso. Uma pesquisa no motor de busca Google revela que a mesma formulação é usada por várias outras publicações, sugerindo uma padronização das normas de publicação. Ambos os jornais mostram ainda uma preocupação com o estilo e linguagem usada, sendo que no Público é explicitamente referido que a publicação de comentários não pode ser impedida por questões de estilo.

Ao recuperar a distinção de Papacharissi, o artigo 2 parece remeter para questões de polidez, enquanto o artigo 3 é associado à incivilidade. Ambos os artigos apresentam-se como bastante completos, por vezes até redundantes, a apresentar os tipos de discurso reprováveis. No entanto, encontra-se alguma ambiguidade nas definições que pode comprometer a validade e fiabilidade da codificação. O uso de expressões gerais como “tom extremista” ou “de qualquer forma ofensivo” presta-se a uma variedade de interpretações que pode justificar a rejeição de determinados comentários. Para atingir algum grau de clareza conceptual, procura-se reduzir os conceitos ao seu denominador comum, operacionalizando-os com validade e fiabilidade.

A primeira condição *sine qua non* da incivilidade é a negatividade. Desta forma, um comentário incivil terá que ser aquele que é convencionalmente encarado como negativo nos seus efeitos. Dentro desta negatividade, e com base nas definições apresentadas acima, podem-se distinguir duas formas: uma negatividade relacional e uma negatividade ambiental. A negatividade relacional tem um visado no qual é causado o efeito negativo, seja uma pessoa, um grupo ou uma instituição. Este visado pode ser identificado concretamente, pelo nome ou características, ou construído virtualmente (ex: quem é contra a austeridade é estúpido; há quem seja pouco inteligente).

No entanto, a negatividade relacional por si só não pode ser considerada incivil, caso contrário cairíamos no erro de condenar toda e qualquer crítica e limitando seriamente o valor da discussão e ignorando o aviso de Schudson (1997). Torna-se necessário distinguir entre negatividade justificada e negatividade injustificada ou gratuita. A negatividade justificada ocorre quando o conteúdo negativo assume uma precisão descritiva dificilmente questionável ou é justificado com razões validadas. Ou seja, chamar ladrão a alguém é uma forma de incivilidade a não ser que o indivíduo tenha sido efetivamente condenado por roubo ou se o acusador apresentar justificações que tornem a acusação legítima. Pode-se agrupar a negatividade direcionada injustificada sob a classificação de insulto.

Recuperando regras das caixas de comentários, pode-se verificar que vários termos cabem nesta variável: acusações de carácter criminal, insultos, linguagem difamatória, violações da vida privada, comentários racistas, xenófobos, sexistas, obscenos, homofóbicos... Todos estes constituem formas de negatividade direcionada injustificada, sendo que nos últimos casos os conceitos implicam o próprio grupo que é alvo da negatividade. Embora a definição de insulto procure ser sistemática e clara, o carácter convencional do que é ‘negativo’ ou uma ‘justificação válida’ não deixa de requerer uma interpretação da parte dos codificadores.

Contrariamente ao que tem sido a norma em estudos anteriores, adota-se uma escala para a incivilidade relacional que distingue as várias formas de incivilidade.

0 – Sem Insulto	- Não há considerações negativas injustificadas
1 – Ridicularização e diminuição	- O comentário implica que o alvo é risível Ex: “Hahaha!”, “O Costa só me faz rir”, “Isto é só comédia”

- O comentário usa adjetivos absurdos, mas não necessariamente insultuosos, para caracterizar o alvo

Ex: “Aqui vem o irrevogável”, “É a Catarina caviar”

- Uso de ironia ou sarcasmo

Ex: “A excelente gestão económica do PS viu-se com a bancarrota de 2009”

- O comentário usa diminutivos para caracterizar algo ou alguém

- Acrescenta o sufixo “inho” ou similar no final da designação.

Ex: “Paulinho das feiras”

- Usa uma alcunha para distorcer a palavra de uma forma depreciativa: Ex. “Xuxalistas”, “Xuxas”

2 – Questionamento da competência

- O comentário põe em causa a competência profissional do visado, ou os seus atos profissionais (neste contexto políticos), fora do que é razoável e justificável

- Ex: O PS leva o país ao desastre sempre que está no poder;

Os socialistas são um vazio de ideias; Passos Coelho nem sabe onde é a China; ele é um ignorante

- O comentário critica o discurso ou ideias do alvo fora do que é razoável e justificável

- Ex: Vai aprender a escrever português; O programa da CDU é uma fantasia; Os teus argumentos dão-me vontade de rir

3 – Insulto à identidade

- O comentário insulta as características físicas, psicológicas ou sociais do indivíduo

- Insultos psicológicos Ex: Idiota, Estúpido, Louco, Atrasado

- Insultos físicos Ex: Feio, fraco

- Insultos sociais Ex: Ralé, desprezível, escravo

- O comentário implica a desumanização do visado, atribuindo-lhe características animais, objetificando-o ou negando-lhe a humanidade.

- O Costa é um papagaio

4 – Insulto à honra

- O comentário põe em causa a honra ou honestidade do indivíduo

- Chamando nomes que afetam a honra: aldrabão, mentiroso, chulo, filho da p**a, ladrão

- Atribuindo, direta ou indiretamente, atividades ilegais/desonestas: enganou os portugueses, roubou os pensionistas, é um assassino.

5 – Ataque à liberdade e direitos/discurso de ódio

- O comentário ataca o direito à liberdade do alvo, negando-lhe os direitos que possui como cidadão.

Ex: “O António Costa devia ser proibido de falar”; “PPC devia ser preso”

- O comentário transmite mensagens de ódio que constituem uma discriminação de um indivíduo ou grupo em resultado da sua raça, religião, orientação sexual ou género.

6 - Atentado

- O comentário nega o direito à vida, integridade física ou existência do alvo.

Ex: “Ele devia levar uma boa paulada”; “Os traidores deviam morrer”

Instruções de codificação:

1. A expressão potencialmente injuriosa deve ser convertida à formulação “X é Y”. Sendo X o visado e Y o insulto que será classificado segundo a tabela acima.
2. Os insultos indiretos deverão também ser considerados, sendo convertidos à formulação acima. Por exemplo, o comentário “Na sua terra os porcos voam” implica insanidade mental, pelo que deve ser convertido à formulação “X é insano” o que constitui um insulto às capacidades psicológicas do indivíduo, sendo portanto classificado com 3.
3. A classificação deve sempre ser elaborada tendo em conta os elementos contextuais, independentemente da gravidade da formulação. Retomando o exemplo do ponto 2, se for do conhecimento público que X foi classificado como insano psicologicamente por uma autoridade médica competente, ou se o comentador que profere o insulto conseguir demonstrar inequivocamente um comportamento insano, obedecendo às regras de proporcionalidade, então a formulação não constitui um insulto. Este ponto constitui o principal esforço interpretativo do codificador e deverá ser acautelado sobretudo em comentários extensos que apresentam várias justificações.
4. Quando coexistem várias formas de insulto, o comentário é sempre classificado com a forma mais grave manifesta, seguida da segunda forma mais grave.

Visados pela incivildade ($\alpha = 0.75$)

A direção da incivildade relacional também poderá ser pertinente para perceber as dinâmicas das caixas de comentários. É essencial distinguir particularmente a incivildade dirigida aos protagonistas das notícias daquela que pretende atacar outros comentadores.

1 – Político/ Partidos	- Qualquer indivíduo que tenha desempenhado um cargo político ou que esteja maioritariamente associado à política, independentemente de se encontrar no ativo. - Um partido designado explicitamente ou o grupo de pessoas que pertence a esse partido. Ex: os socialistas
2 – Jornalista/Publicação	- O autor do artigo ou o conteúdo do artigo - Qualquer jornalista ou meio de comunicação social
3 – Alvo externo concreto não político	- Indivíduo ou grupo de indivíduos claramente identificados que não se enquadram nas categorias acima Ex: os espanhóis, os ciganos, o Cristiano Ronaldo
4 – Alvo externo indefinido	- Indivíduo ou grupo de indivíduos não identificados que não se enquadram nas categorias acima. Ex: a esquerda, a direita, os malandros, os vendedores de banha-de-cobra, os outros...
5 – Outro comentador	- Outro comentador da caixa de comentários

Relevância ($\alpha = 0.88$)

Tal como a civilidade, a relevância é de complexa definição uma vez que esta depende de quem a contempla. No entanto, a relevância implica sempre um ponto de referência, um comentário é relevante para algo ou alguém. Desta forma, a fixação de um ponto de referência comum é o primeiro passo para a operacionalização desta variável. No caso, opta-se por um referencial mais direto, a notícia em questão, e um referencial mais abrangente, as Legislativas. Tal como na incivilidade, considera-se que a relevância será retratada com maior precisão numa variável ordinal do que numa simples variável binária, centrando-se na relação do comentário com os pontos de referência.

1 - Não tem qualquer relação com a notícia ou com a campanha eleitoral.

Exemplo: *"A estúpidez é muito atrevida!"*

2 - Menciona temas ou acontecimentos passíveis de serem abordados na campanha (ex: economia, saúde, finanças, educação, desemprego), mas não se enquadra em nenhuma das categorias abaixo.

Exemplo: *"Desde 2009 o défice nunca ficou abaixo dos 3%. Qual é a solução?"*

3 - Menciona os partidos ou os seus candidatos/representantes ou eventos/declarações que fazem parte da (pré-)campanha, mas não estão presentes na notícia em questão.

Exemplo: *"é tipo o Costa que antes de jantar diz aos chineses invistam cá, que estamos hoje muito melhores que há 4 anos e depois de jantar diz aos portugueses que estamos piores... um homem de palavra que é eleito pelos lisboetas para 4 anos e não cumpre o mandato... nem tão pouco as suas promessas... alguém que sobe impostos na camara, cria taxas turísticas... é uma pessoa de palavra.. e de confiança com cartazes falsos pra enganar os eleitores... etc.. o seu programa irrealista que só resulta se crescermos acima de 3%.... bem então escuso de dizer o que penso desta alternativa... volta SEGURO!"*

4 - Alude aos protagonistas da notícia, sem referir os acontecimentos específicos da notícia.

Exemplo: *"mas, este governo ainda existe? teve um mandato colossal à moda do Silva..."*

5 - Refere especificamente o(s) acontecimento(s) da notícia.

Exemplo: *"Passos disse para irem para Tribunal, na linha das declarações do vigaro Costa, que depois lhe chamou "passa-culpas". Esses "lesados" estão a fazer o jogo da oposição e estão combinados com as televisões. Nunca os vimos atacar o Salgado e os gerentes que os enganaram. Querem mamar os nossos impostos. Vão-se lixar!"*

Nº de Palavras

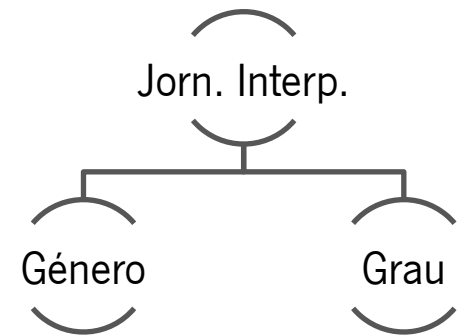
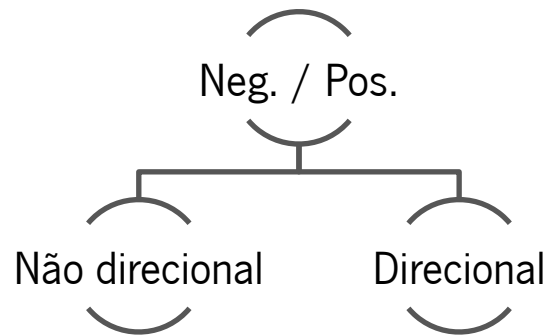
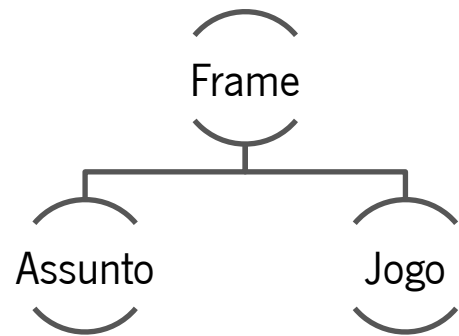
O número de palavras de um comentário, por si só, não aparenta ser um indicador válido de qualidade do discurso. No fim de contas, um comentário pode ser extenso não apresentar nenhum dos traços que habitualmente são atribuídos a um texto de qualidade. No entanto, o número de palavras, exceto nos textos copiados, é revelador do investimento que um comentador colocou no seu texto e da extensão da argumentação. Assim, enquanto isoladamente a variável do número de palavras pode não ser relevante, em articulação com os restantes indicadores de qualidade esta ganha alguma relevância. O número de palavras será contado automaticamente.

Posição ($\alpha = 0.84$)

A posição traduz-se na forma como o utilizador se situa relativamente ao conteúdo da notícia. Se levarmos o conceito ao extremo, haverá tantas posições distintas quanto comentários na nossa população. No entanto, será necessário algum reducionismo para que esta variável possa ser operacionalizada. Uma vez mais, socorremo-nos do facto de trabalharmos um contexto específico para estabelecer um referencial comum para a posição. Uma vez que toda a análise se centra em torno das Legislativas 2015, a posição será registada assinalando a postura favorável ou desfavorável perante os partidos que se candidataram. Por exemplo, o comentário “O Governo condenou Portugal ao se submeter à Europa. Com o PCP vamos recuperar a nossa independência!”, seria codificado como contra o PSD e contra o CDS-PP e como a favor do PCP. Como nem sempre é claro um alinhamento partidário, apenas serão codificados os casos em que é mencionado o partido, quer explicitamente, quer personificado num dos seus dirigentes ou usando uma designação que remete inequivocamente para este. Assim “os laranjinhos são incompetentes” está contra o PSD, mas “aqueles que advogam a austeridade são incompetentes” já não seria codificado dessa forma, por não identificar claramente o partido.

- 0 - Nenhum
- 1 – PPD/PSD
- 2 – PS
- 3 – CDS-PP
- 4 – PCP
- 5 – BE
- 6 – PEV
- 7 – PAN
- 8 – PDR
- 9 – PCTP/MRPP
- 10 – L/TDA
- 11 – PNR
- 12 – MPT
- 13 – NC
- 14 – PTP-MAS
- 15 – PPM
- 16 – JPP
- 17 – PURP
- 18 – PPV/CDC

Variáveis de Análise – Artigos



Variáveis adicionais:

- Data e hora de publicação
- Autoria
- Secção
- Tipo de acesso
- Tema

Data e hora de publicação

O registo da data e hora da publicação da peça é relevante para situar a mesma no âmbito da campanha e para relacionar a publicação dos comentários com uma marca temporal.

Tipo de acesso

Uma parte significativa dos artigos publicados no jornal Expresso não está disponibilizada em acesso aberto. Este fator pode ter um impacto não só no número de comentários, mas também no perfil dos comentadores que participam. Assim, esta variável deve ser registada sempre que aplicável.

Tema

A variedade de assuntos abordados nas notícias não se reflete apenas na secção, já que dentro de uma mesma secção pode existir uma grande diversidade de temas que estão associados a diferentes respostas da parte dos comentadores. Esta diversidade pode ser captada através de uma análise textual automática.

Frame

A pertinência dos *frames* de tema e de jogo para o estudo da cobertura noticiosa em contexto eleitoral é justificada no enquadramento teórico da dissertação. Neste caso, a nossa categorização de *frames* decorre sobretudo das definições e da proposta de códigos de Aalberg et al. (2012). A categoria de *frames* de estratégia, presente neste artigo e na literatura, foi eliminada por três motivos distintos: (1) seguindo as definições operacionais avançadas pelos autores não foi possível chegar a níveis de fiabilidade aceitáveis; (2) as motivações/estratégias dos candidatos raramente são exploradas pelos jornalistas, o que faz com que esta variável se manifeste com pouca frequência; (3) há alguma sobreposição entre as definições operacionais relacionadas com *frames* de estratégia e com o jornalismo interpretativo, o que não é desejável do ponto de vista da análise. Assim sendo, o nosso livro de codificação consiste numa adaptação das restantes categorias da proposta de Aalberg et al. (2012), que reproduzimos em baixo. Note-se ainda que apenas são considerados os títulos e os leads para a codificação. Isto faz com que apenas sejam registados os *frames* dominantes e aumenta a fiabilidade das variáveis. A fiabilidade global dos frames de jogo é de 0.77 medida por alfa de Krippendorff.

Definições operacionais de *frames* de jogo e de tema [adaptado de Aalberg et al. (2012)]

Frame de jogo (Sondagens) – A peça lida O título ou o lead da peça mencionam pelo com sondagens ou com a posição de menos uma vez sondagens ou a posição de candidatos ou partidos em sondagens de políticos ou partidos nas mesmas.

opinião?

Krippendorff $\alpha=0.90$

<p>Frame de jogo (Resultados) – A peça lida com políticos, partidos ou outros atores relativamente aos resultados das eleições, potenciais coligações ou formação de governo?</p> <p>Krippendorff $\alpha=0.71$</p>	<p>O título ou lead da peça relata ou especula sobre resultados eleitorais ou formação de coligações ou alianças governativas.</p>
<p>Frame de jogo (Ganho/Perda) – A peça lida com vitórias ou derrotas de políticos, partidos ou outros atores (nas eleições, em debates ou em geral)?</p> <p>Krippendorff $\alpha=0.85$</p>	<p>O título ou o lead da peça referem, pelo menos uma vez, que políticos, partidos ou outros atores estão a ganhar ou a perder as eleições, um debate ou a campanha em geral.</p>
<p>Frame de jogo (Desporto/Guerra) – A peça faz uso da linguagem do desporto ou da guerra?</p> <p>Krippendorff $\alpha=0.70$</p>	<p>O título ou o lead da peça fazem uso, pelo menos uma vez, da linguagem do desporto ou da guerra, recorrendo a termos como ‘batalha’, ‘competição’, ou ‘luta’. A única exceção é a palavra campanha.</p>
<p>Frame de tema – A peça lida com temas e propostas?</p> <p>Krippendorff $\alpha=0.76$</p>	<p>O título ou lead da peça foca-se em temas ou em posições relativamente a esses temas, em contextos reais relevantes para esses temas, ou em algum acontecimento ou declaração que lida com ou é relevante para esses temas políticos.</p>

Negatividade/Positividade

Tal como na variável relativa aos *frames*, a pertinência da mesma em contexto eleitoral está explícita no enquadramento da dissertação. Neste caso, a base para a construção da codificação está no artigo de revisão de conceitos de Lengauer et al. (2012). Neste caso, foram combinadas as variáveis relativas ao ‘tom’ e à ‘perspetiva’, que abordam respetivamente o passado/presente e o futuro. Considerou-se que esta distinção não faz sentido no contexto do que se pretende captar com o estudo. De igual modo, a variável relativa à negatividade direcional associada à competência foi suprimida por se considerar que existe uma sobreposição excessiva com a definição operacional da variável de negatividade associada a atores.

NEGATIVIDADE NÃO DIRECIONAL

(Tom geral)

Nível de tom negativo ($\alpha=0.82$)

Qual é o tom global do título e lead? O texto transmite sobretudo uma impressão positiva, negativa, ou equilibrada ou neutra da política, da campanha ou do país?

Indicadores de tom negativo são o enquadramento como falha, desastre, crise, frustração, colapso, negação, rejeição, negligência, deterioração, ameaças, cinismo, derrotismo ou desilusão. Indicadores de tom positivo incluem enquadramentos da peça como sucesso, resolução de problemas, cumprimento de objetivos, melhoria, avanço, prosperidade, entusiasmo, esperança, ganho, sustentabilidade ou recompensa. Estes indicadores negativos e positivos aplicam-se tanto a uma situação presente como ao futuro, incluindo também mensagens otimistas ou pessimistas. Se o título e lead não contêm indicações de tonalidade positiva ou negativa, então é codificada como neutra.

A variável tem três códigos:

-1 = tom predominante negativo

0 = equilibrado/ambivalente/neutro

+1 = tom predominante positivo

Nível de perspectiva negativa ($\alpha=0.48$)

Qual é a perspectiva global para o futuro do título e lead? O texto transmite sobretudo uma impressão positiva, negativa, ou equilibrada ou neutra do futuro da política, da campanha ou do país?

São usados os mesmos indicadores do tom, mas aplicados a eventos futuros ou consequências.

A variável tem três códigos:

-1 = perspectiva predominantemente negativa

0 = equilibrada/ambivalente/neutra

+1 = perspectiva predominantemente positiva

NEGATIVIDADE DIRECIONAL ASSOCIADA A ATORES

(Tom individual)

Tom negativo relativamente a atores políticos (pessoas ou instituições) A peça transmite impressões negativas associadas ou dirigidas a um ator político específico.

Krippendorff Alpha = 0.76

Indicações de um tom negativo incluem representações de falhanço, fiasco, desastre, crise, frustração, colapso, rejeição, negligência, derrota, deterioração, resignação, desdém, crítica negativa, ataques, escândalos, acusações morais, alegações de má conduta, desconfiança, acusação de incompetência, traços negativos ou insultos. Deve seguir uma codificação binária ausente/presente e identificar a afiliação partidária dos atores visados.

Tom positivo relativamente a atores políticos (pessoas ou

Indicadores de tom positivo relativamente a um ator político são representações de uma vitória, triunfo,

instituições) A peça transmite impressões positivas associadas ou dirigidas a um ator político específico.

Krippendorff Alpha = 0.84

sucesso, cumprimento de objetivos, resolução de problemas, melhoria, avanço, prosperidade, mais-valias, sustentabilidade, recomendação, competência, mérito, confiança ou outros traços positivos. Deve seguir uma codificação binária ausente/presente e identificar a afiliação partidária dos atores visados

Tom neutro relativamente a atores políticos (pessoas ou instituições) A peça refere um ator político específico, sem transmitir impressões positivas ou negativas associadas ou dirigidas ao mesmo.

Krippendorff Alpha = 0.81

Um ator político é mencionado sem conter termos ou expressões que o coloquem nas categorias acima. Neste caso, apenas é codificada a afiliação partidária do ator, sem ser atribuído um tom positivo ou negativo.

Jornalismo interpretativo ($\alpha=0.82$)

Tal como nas dimensões anteriores, baseamos a nossa categorização relativa ao jornalismo interpretativo numa revisão de literatura elaborada por (Salgado & Strömbäck, 2012), adaptando as várias categorias binárias dos autores, que consideram a peça como unidade de codificação, para uma variável com quatro categorias que tem como unidade de codificação a frase. Desta codificação resultam quatro variáveis contínuas que expressam a natureza da peça em percentagem. Esta decisão foi tomada considerando que poderão existir diferenças no estilo adotado ao longo da peça, o que dificulta a sua classificação e impede que esta possa ser definida apenas com base no título e no lead, como acontece com outras variáveis.

- 1- **Descrição** – Informação factual/verificável ou com origem em fontes que se reporta diretamente ao assunto/tema da notícia. Responde a ‘o quê?’, ‘quem?’, ‘quando?’ e ‘onde?’. Informação que, do ponto de vista de um observador razoável e imparcial, seria absolutamente consensual.
- 2- **Contextualização** - Informação factual/verificável ou com origem em fontes que não provém diretamente do assunto/tema da notícia. Habitualmente manifesta-se sob a forma de recuperação de estatísticas/eventos/citações passadas para enquadrar o evento ou afirmação da notícia. Informação que, do ponto de vista de um observador razoável e imparcial, seria absolutamente consensual.
- 3- **Interpretação/Análise** – Informação não factual ou *imediatamente* verificável dada pelo jornalista, mas não valorativa/opinativa. Normalmente manifesta-se numa tentativa do jornalista de justificar um determinado comportamento/decisão ou de antecipar as consequências de um evento/comportamento. Pode manifestar-se também na especulação sobre um determinado assunto ou situação. Reporta-se frequentemente ao ‘Porquê?’.
- 4- **Opinião** – Texto contém termos ou expressões valorativas, que são claramente subjetivos ou têm conotações que não podem ser consideradas neutras. Frequentemente manifestam-se em asserções na primeira pessoa e estão rotuladas enquanto tal pela publicação.

Anexo B – Medidas de tendência central e de dispersão para dados de hora.

Ao trabalhar com horas do dia sem fazer distinções entre dias, as estatísticas descritivas tradicionais como a média aritmética e o desvio padrão não podem ser usadas uma vez que a diferença de horas não é igual à diferença numérica. Assim, o primeiro passo para encontrar medidas úteis consiste em encontrar uma forma para calcular estas distâncias. Devido à natureza do dia de 24 horas, dois momentos no dia nunca poderão estar a uma distância superior a 12 horas. Assim, a distância entre o momento m_1 e o momento m_2 pode ser dada por:

$$d = 12 - (|m_2 - m_1| - 12), \text{ quando } |m_2 - m_1| > 12$$
$$d = |m_2 - m_1|, \text{ quando } |m_2 - m_1| \leq 12$$

Se considerarmos m_2 como a hora de publicação de um comentário, é possível medir a distância de cada comentário de um utilizador para uma determinada constante. Assim, se encontrarmos o valor que minimiza a soma das distâncias do momento de publicação dos comentários para esse mesmo valor, calculamos uma medida de tendência central que nos indica a hora que melhor representa os momentos de publicação de comentários de um utilizador. Com base nesta tendência central, é possível calcular a média aritmética das distâncias dos momentos de comentário e obter uma medida de dispersão.

Relativamente ao problema de encontrar o valor que minimiza a soma das distâncias, admite-se que possa ser usado um método semelhante ao método dos mínimos quadrados que é frequentemente usado na regressão linear. No entanto, uma vez que as análises que levamos a cabo nesta dissertação não exigem um elevado nível de precisão, foi seguida uma abordagem de força bruta em que, para cada comentador, foram calculadas as distâncias relativas a valores correspondentes a cada hora do dia (0h a 23h). De entre os 24 valores testados, foi usado como tendência central o valor que resultou na menor soma das distâncias.

Anexo C – Análise crítica do discurso: notas

46 - Expresso _ Comentários, análise, reações como o debate dos debates aconteceu

Título: Comentários, análise, reações: como o debate dos debates aconteceu

Dá a ideia de um relato absoluto do debate. A formulação transmite a ideia que esta peça tem autoridade para determinar como é que as coisas ‘aconteceram’ com base nos comentários, análise e reações.

Subtítulo: Passos ‘colou’ António Costa a Sócrates, Costa frisou as promessas que Passos... não cumpriu.

Oposição, ação de um sobre o outro, crítica de um a outro.

Subtítulo: Marcelo já disse que o líder do PS venceu o debate.

Debate como algo que deve ser vencido. Marcelo como a autoridade para interpretar o debate.

Subtítulo: ... que contou com a participação e comentários de alguns milhares de leitores e com a análise da redação do expresso.

Participação e comentários de *leitores* e com a *análise* da redação. Os milhares de leitores (indefinidos) participam e comentam, enquanto a redação (definido) analisa, o trabalho da redação é mais preciso/rigoroso/objetivo que o dos leitores. (análise = Exame minucioso de uma coisa em cada uma das suas partes. "análise", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/an%C3%A1lise> [consultado em 08-08-2018].")

Corpo (comentário de leitor): O que eu não percebo é porque é que no debate de hoje, não se pode falar na herança desastrosa que Sócrates nos deixou. Não como preso, mas como ex-primeiro ministro.

Contesta a interpretação dominante dos jornalistas (ainda antes do debate) de que não se deveria falar de Sócrates. O uso do impessoal (*não se pode falar* em vez de *não podem falar*) indica a formalidade da norma que na verdade foi imposta pela *análise* dos jornalistas.

47 - Expresso _ Como Guterres mudou os debates para sempre e as arrobas chegaram ao estrelato

Título: Como Guterres mudou os debates para sempre e as arrobas chegaram ao estrelato

Guterres mudou os debates. Os políticos têm o poder para moldar o formato mediático (pré-mediatização da política)

Subtítulo: António Guterres é provavelmente o político mais dotado em televisão que vimos em muitos anos. Ao pé dele, mesmo Paulo Portas ou Francisco Louçã eram “apenas” bons.

Políticos são avaliados pela sua performance ou aptidão para os debates, como se se tratassem de atletas profissionais. Debate como uma forma de mostrar a aptidão dos políticos.

Lead: Quem assistiu terça-feira ao debate entre Paulo Portas e Catarina Martins, ou na semana passada ao frente a frente entre a líder do Bloco e Jerónimo de Sousa, pode agradecer a António Guterres e à campanha eleitoral de 1999.

Quem assistiu (audiência) ao debate pode agradecer. O agradecimento pressupõe que estes debates são o formato indicado, interessante, dignos de um agradecimento. O jornalista substituiu-se à opinião dos públicos, afirmando implicitamente que este formato é o indicado e que os debates indicados cumprem as características desejáveis de um debate. Note-se que noutras peças as características indicadas para o debate entre Paulo Portas e Catarina Martins são os ataques de parte a parte e a reduzida intervenção da moderadora.

No corpo da notícia os assuntos chamados são apresentados como *‘estratégias’* para condicionar o adversário. A *confiança* de Guterres é contrastada com o *nervosismo* de Portas. Todo o texto adota o discurso do desempenho e da competição.

52 - Expresso _ 10 sugestões de perguntas para o debate

Título: 10 sugestões de perguntas para o debate

Na qualidade de jornalista, o autor procura *sugerir* questões a serem colocadas no debate.

Subtítulo: Não desconfio de jornalistas distintos, como o trio que vai fazer as perguntas no frente-a-frente Passos versus Costa. Mas...

Este é um caso de Negação Aparente (T. A. van Dijk, 1993), em que o autor aparenta negar algo mas é traído pelo uso da conjunção adversativa 'mas'. Assim, o autor posiciona-se como sendo mais competente para realizar as perguntas do que o conjunto de jornalistas que irá moderar o debate.

Subtítulo: Mas seria bom organizar as ideias e não permitir que cada um se estique por onde mais lhe convém, de modo a que os portugueses (que assistem ao mesmo programa em qualquer dos três canais generalistas, algo de inédito) possam ser verdadeiramente esclarecidos.

Esta frase implica que a audiência (*os portugueses*), aqui identificados pela sua nacionalidade para reforçar o caráter formal e importante do debate, não são *verdadeiramente esclarecidos*. Se por um lado, é afirmado que o debate não cumpre a sua função de esclarecer os portugueses (é assumido que esta é a função do debate), o uso do advérbio de modo *verdadeiramente* implica que pode haver um esclarecimento aparente, mas que este não é o esclarecimento genuíno. De igual forma, o autor assume que os culpados por esta falta de esclarecimento são os políticos que participam no debate (aqui apresentados de forma mais informal e indefinida como *cada um que se estica*) e mas sobretudo os jornalistas que *permitem* que os políticos se estiquem. Aliás, a linguagem usada atribui a culpa sobretudo aos jornalistas, já que o *esticar por onde mais convém* é assumido como um comportamento natural para os políticos.

O autor (jornalista Henrique Monteiro) faz um apelo para que os intervenientes no debate (jornalistas e políticos) considerem o *esclarecimento dos portugueses* através das questões que propõe. No entanto, apresenta o debate como um *frente-a-frente Passos versus Costa*, ou seja, identificando a competição entre os candidatos como o traço que define o debate. Assim, há uma aparente contradição entre a forma como o debate é apresentado (competição) e a função advogada (esclarecimento). Mesmo na contestação, é implicitamente admitido que o modelo dominante é 'natural', indicando uma hegemonia do debate como competição, que é legitimada mesmo na contestação.

53 - Expresso _ O que devíamos discutir este mês

Título: O que devíamos discutir este mês

O autor (Daniel Oliveira) posiciona o artigo como uma crítica à discussão em campanha eleitoral (*este mês*). O uso do pretérito imperfeito indefinido implica que o autor não tem pretensões de conseguir mudar a discussão com a sua prescrição (uma alternativa mais assertiva seria: *o que devemos discutir este mês*)

Sub-título: Há, quanto a mim, oito temas a ser discutidos no próximo mês: a inevitável renegociação da dívida; a decadência, por falta de financiamento, do Serviço Nacional de Saúde e da Escola Pública; a sustentabilidade do sistema de reformas; o desemprego e a degradação das condições de emprego e remuneração; a situação de emergência social em que vive uma massa quase silenciosa de portugueses, incluindo centenas de milhares de pessoas que não conseguem pagar as suas dívidas; a desigualdade fiscal; a captura do Estado por interesses privados; e a nossa relação com a Europa e com o euro.

O autor elenca um conjunto de temas que considera serem centrais para a discussão. O autor refere *os portugueses*, especificando depois *as centenas de milhares de pessoas*, numa tentativa de advogar a importância do tema que advoga. Note-se, no entanto, que não são referidos números específicos, uma estratégia argumentativa para dar a aparência de rigor e empolar a importância sem precisar de referir estatísticas concretas. O uso do pronome possessivo *nossa* posiciona o autor no coletivo dos *portugueses* referidos anteriormente, incluindo-se no mesmo grupo que o leitor.

Sub-título: É isto que vai determinar o nosso futuro. Não é nem o processo judicial de Sócrates, nem as guerrinhas de números, nem os pequenos episódios e gafes que contam

O uso do *nosso* novamente inclui o autor no grupo do leitor, dizendo implicitamente que os interesses de ambos são partilhados. De seguida, usa uma linguagem com vista a diminuir os temas que, presumivelmente, são discutidos na campanha.

Lead: Hoje haverá um debate entre Costa e Passos. Estou seguro que os dois estarão a preparar uns bons sound-bites e que Sócrates não deverá ser assunto. Passos prefere que o ex-primeiro ministro faça estragos sem ele precisar de se mexer. Estes debates dizem mais do desempenho de candidatos do que das suas propostas. Nada de novo. Longe vão os temas onde Soares e Cunhal podiam ficar a debater três horas e o País a ver.

O lead da peça direciona a crítica apresentada anteriormente para o caso específico do debate. Os participantes são apresentados como tendo estratégias e o debate como um mecanismo para avaliar o *desempenho*. São *sound-bites* e não argumentos que são preparados, uma formulação que indiciam uma função teleológica do discurso dos candidatos. A parte final do lead introduz alguma nostalgia por um tempo em que os debates não assumiam este formato. O uso do *longe vão*, implica que este tempo não é facilmente recuperável, reforçando a ideia subjacente ao título de que o projeto do autor está condenado ao falhanço.

57 - Expresso _ Jerónimo sobre o debate Passos_Costa “O barulho é muito, o sepultado vai ser pouco”

Título: Jerónimo sobre o debate Passos/Costa: “O barulho é muito, o sepultado vai ser pouco”

Ainda antes do debate, assume-se que o resultado será insatisfatório de uma forma geral.

Subtítulo: Líder comunista lamenta que no debate desta noite entre António Costa e Passos Coelho não se discuta uma “alternativa, mas apenas alternância”

O subtítulo elabora a crítica do título, sugerindo que o tema de discussão do debate não é o adequado. Ao mesmo tempo, Jerónimo posiciona o seu partido como sendo a *alternativa* que contrasta com a *alternância*.

Corpo: “Em termos substanciais, em relação aquilo que profundamente inquieta os portugueses, que viram as suas vidas infernizadas, muitas vezes destruídas, o seu emprego, a sua reforma, a sua pensão, o seu salário, a brutal carga dos impostos, as limitações dos próprios serviços públicos - isso é que são as preocupações dos portugueses, que querem ouvir respostas a estes anseios, a estas inquietações. Por ali não passará uma política alternativa”, acrescentou.

Tal como outros autores, Jerónimo afirma saber quais são as preocupações dos *portugueses* e implica que o debate não vai abordar estas *preocupações* e *inquietações*. Note-se não é salientada a forma como o político sabe quais são estas preocupações. O que é defendido é que estas é que são as verdadeiras preocupações (*isso é que são*), mas nunca é dada a agência aos *portugueses* para as expressarem ou manifestarem.

58 - Expresso _ Fact checking o que dizem Passos e Costa está correto

Título: Fact checking: o que dizem Passos e Costa está correto?

O uso do anglicismo *fact checking* pretende dar uma conotação técnica ao exercício que é levado a cabo na peça. Este propósito de tramitar uma ideia de rigor e técnica pelo recurso a um termo pouco familiar é salientado pelo facto de o remanescente do título ser essencialmente uma explicação do que é o *fact checking*.

Subtítulo: As verdades e as meias verdades das afirmações, números e estatísticas que Passos Coelho e António Costa enunciaram no único frente a frente televisivo entre ambos antes das legislativas

O subtítulo reforça a ideia de que esta é uma peça de verificação que pretende corrigir as *meias verdades* de que os políticos se servem no seu discurso. Note-se que nem sequer é feita referência a quem esclarece define o que é uma verdade ou meia verdade, admitindo-se que a publicação do texto no jornal é dotada de uma autoridade que dispensa a atribuição. Os jornalistas assumem o policiamento rigoroso das declarações dos político, classificando cada afirmação com uma categorização quase científica [*verdadeiro, meio verdadeiro*].

59 - Expresso _ Passos diz que não corta pensões, Costa ao ataque “Vão lembrar-se do que disse há 4 anos”

Título: Passos diz que não corta pensões, Costa ao ataque: “Vão lembrar-se do que disse há 4 anos”

Enquanto a declaração de Passos é enquadrada com o verbo de citação neutral *disse*, Costa é apresentado como estando ao *ataque*. O uso do discurso bélico a descrever o debate associa-o precisamente a um confronto a uma violência. Note-se que a expressão *Costa ao ataque* poderia ser facilmente substituída por algo como *Costa contrapõe*, mas esta escolha linguística imprime um tom agressivo e violento ao confronto.

Subtítulo: “Quem o ouve dizer que não vai cortar pensões recorda-se de si há quatro anos”. Mais ao ataque do que o primeiro-ministro, António Costa demoliu a promessa de Passos de que não cortará 600 milhões nas pensões: “O sr., sem reбуço nenhum, disse que não cortava e cortou, e foi preciso o Tribunal Constitucional dizer Basta!”

O discurso bélico e violento está também presente com os vocábulos *ataque* e *demoliu*. Mais uma vez, as declarações são apresentadas como um confronto entre os participantes e é o *ataque* de António Costa que tem importância suficiente para ser destacado com uma citação direta.

60 - Expresso _ Judite de Sousa “Ó dr. Passos Coelho, não podemos continuar a falar do passado”

Título: Judite de Sousa: “Ó dr. Passos Coelho, não podemos continuar a falar do passado”

A chamada do título da peça é uma demonstração da autoridade da jornalista sobre um dos intervenientes do debate. A construção ligeiramente informal (*Ó dr. Passos Coelho*), apesar do uso do título honorífico, e o uso da primeira pessoa do singular indicam que a jornalista se posiciona como tendo um papel igual ou superior ao do interveniente no debate, indicando que os temas que Passos Coelho escolhe para falar (*o passado*) não são adequados.

Subtítulo: Primeiro-ministro joga, sobretudo, herança que herdou no passado. e os resultados alcançados nestes quatro anos.

O uso do verbo *jogar* para caracterizar a ação de Passos Coelho remete o debate para um discurso desportivo. O contexto do início da governação e os resultados são cartas, trunfos, ou mais valias para o jogo, e não argumentos, ideias ou propostas para o país. A peça foi publicada durante o debate, sendo que o ponto final após *passado* e repetição (*herança que herdou*) ilustram a importância dada pelos jornalistas a avançar uma interpretação dos acontecimentos do debate enquanto o mesmo ainda decorre. O debate é tratado mais como um evento desportivo que é comentado enquanto decorre do que uma discussão de ideias e propostas que exige uma análise mais demorada e uma discussão aprofundada.

Corpo: "Tínhamos um défice de 20 mil milhões e conseguimos reduzi-lo em 12 mil milhões". Pedro Passos Coelho levou um argumento maior para este debate: o que herdou foi muito mau e o que deixa é incomparavelmente melhor. Mas carregou tanto na tecla que até Judite de Sousa a dada altura reagiu: "Ó dr. Passos Coelho não podemos continuar a falar do passado".

António Costa fez o que pôde para lhe sujar a folha de serviço: "O senhor entrega o país com menos riqueza do que aquela com que recebeu o país. Nestes quatro anos, o país recuou 13".

Passos não gostou: "O azedume que mostra em relação aos nossos resultados não tem explicação"

Neste caso, as palavras de Passos Coelho são descritas como um argumento, o que aproxima o evento de uma argumentação crítico-racional mais do que do discurso do jogo que é evocado acima. No entanto, a apresentação do argumento como algo que é *levado* volta a associar as declarações a um material ou ferramenta. *Levou um argumento* é distinto de, por exemplo, *apresentou um argumento*.

De seguida, a expressão ligeiramente informal *carregou tanto na tecla*, desvaloriza o conteúdo do argumento em si em prol da forma como foi apresentado. A importância do argumento é negada pela sua repetição, o conteúdo é negado pela forma.

A forma como as declarações de António Costa são apresentadas aludem novamente a um discurso de confronto. Neste caso, não é tanto a violência que marca presença, mas a sujidade. Um dos candidatos procura denegrir o outro.

61 - Expresso _ O debate que permitiu a Costa demarcar-se de Sócrates

Título: O debate que permitiu a Costa demarcar-se de Sócrates

A formulação do título apresenta o debate como uma ferramenta a ser usada pelos candidatos, neste caso por Costa para se distanciar o ex-primeiro-ministro José Sócrates. Note-se que a formulação *Costa demarcou-se de Sócrates no debate*, retira a centralidade ao debate para o cumprimento dos objetivos de Costa. Nesta última formulação, o debate é apenas o lugar em que Costa se demarcou, na primeira, o debate é o que possibilita a Costa demarcar-se.

Subtítulo: Passos Coelho usou e abusou das referências ao ex-primeiro-ministro. António Costa já preparado para se demarcar: "Porque é que não vai a casa de Sócrates debater com ele?"

A forma como a primeira frase está construída apresenta os argumentos (neste caso as *referências*) como algo que é *usado* pelos candidatos. O argumento não tem um valor por si, tal como o debate, é uma ferramenta usada para alcançar os objetivos do candidato. De igual forma, *Costa já preparado para se demarcar*. O objetivo neste caso era estabelecer um posicionamento para si mesmo. As trocas acontecem entre os candidatos, e não dos candidatos para a audiência.

Lead: O frente a frente com Passos Coelho permitiu a António Costa demarcar-se de José Sócrates como nunca o tinha feito. O líder do PS deixou pelo menos quatro sound bites no Museu da Eletricidade, em Lisboa, onde decorreu o debate.

Primeiro: "Os portugueses julgaram a herança (de Sócrates) em 2011 e nós (PS) reavaliámos as nossas propostas. Não propomos TGV nem segundas travessias do Tejo". Segundo: "Percebo que tenha saudades de debater com José Sócrates, mas agora tem-me a mim". Terceiro: "Porque é que não vai a casa de Sócrates debater com ele?". E por fim: "Não tenho previsto agradecer o apoio de José Sócrates".

Para além de reafirmar as ideias do título e do subtítulo, o lead refere que Costa *deixou pelo menos quatro sound bites*. Note-se que não são os argumentos que são salientados, mas os *sound bites*, um anglicismo técnico que caracteriza o texto mais pela sua capacidade de transmitir uma ideia de forma breve e de ser reproduzida facilmente (pelos *media*). De igual forma, a expressão *pelo menos quatro* sugere que a quantificação do número de *sound bites* é um indicador importante para a análise do debate. Note-se que o primeiro *sound bite* espelha uma posição política substantiva para o país, a não realização de grandes obras públicas, mas o foco jornalístico é colocado em José Sócrates, com a jornalista a acrescentar inclusivamente a referência à declaração entre parenteses.

Corpo: Ao isco do Syriza, que Passos lançou logo no arranque do debate, António Costa nem respondeu, conseguindo o impensável: que a Grécia - uma das grandes armas da coligação contra a esquerda - não fosse tema.

O vocabulário usado pela jornalista volta a ser aludir ao confronto, com termos como *isco*, *lançou* e *armas* volta a apelar a uma linguagem desportiva e bélica para caracterizar o debate. O participante é valorizado não pela força dos argumentos, mas pela forma como controla os temas do debate.

Corpo: Marcelo Rebelo de Sousa, que analisou o debate na TVI 24, considerou que Costa ganhou. E explicou porquê: o líder do PS fez uma "gestão política" do debate, enquanto Passos fez uma gestão "tecnocrática" do mesmo. E com isso perdeu.

Por fim, o debate é apresentado como algo a ser *ganho* ou *perdido* por um dos candidatos e que é *gerido* pelos mesmos. Uma vez mais surge o discurso desportivo para caracterizar o debate e os públicos, que seriam à partida uma componente central do debate, pouco importam para definir quem *ganhou*, *perdeu* ou que propósito cumpriu o debate.

62 - Expresso _ Passos “Não falei assim tantas vezes de Sócrates”

Título: Passos: “Não falei assim tantas vezes de Sócrates”

O título da peça procura legitimar a interpretação jornalística de que as menções a José Sócrates foram o ponto central do debate. Ao negar que falou de José Sócrates, Passos Coelho parece estar a reconhecer que as alusões ao ex-primeiro-ministro são relevantes para avaliar o debate. Neste caso, importa considerar o título à luz do que é dito mais abaixo no corpo da notícia:

Corpo: Questionado sobre as referências a José Sócrates - foram mais de dez ao longo do debate -, o primeiro-ministro negou ter "uma fixação" pelo antigo líder do PS, argumentando que a proposta de António Costa tem semelhanças com o passado.

"Não falei tantas vezes assim (de Sócrates), mas não há dúvida de que muitas propostas são muito próximas da governação de José Sócrates na altura. Não se trata de uma fixação, mas vale a pena recordar, dada a similitude de propostas."

Em primeiro lugar, verificamos que a declaração de Passos Coelho surge de uma questão de um jornalista. Este facto é omitido no título, sendo que a declaração é apresentada isoladamente, como se tivesse sido proferida espontaneamente por Passos. Uma formulação do título que introduzisse o verbo *negar*, por exemplo, tornaria claro que as declarações de Passos Coelho são proferidas como resposta a uma questão.

De seguida, a jornalista referem que *foram mais de 10 referências a José Sócrates* feitas por Passos Coelho durante o debate. A inclusão deste dado mostra que a jornalista sente necessidade de fundamentar a sua interpretação da centralidade de Sócrates no debate, mas fá-lo de uma forma vaga, não especificando o número exato de referências e usando a formulação *mais de* para transmitir a ideia de que a quantidade é grande. Este tipo de formulação é usado para dar a impressão de investigação objetiva e credibilidade científica quando, na verdade, não são dados números específicos (Machin & Mayr, 2012, pp. 83-84). Na verdade, a transcrição do debate (Nina, 2016) mostra que Passos Coelho mencionou explicitamente o nome de José Sócrates em 8 ocasiões, sendo que duas delas foram resposta a uma interpelação direta do jornalista ou de António Costa em que o nome também era mencionado. Por fim, note-se que o nome do *ex-primeiro-ministro* foi introduzido pela jornalista na declaração de Passos. Se isso é dado a entender no corpo da notícia através do uso de parenteses, o mesmo não acontece no título.

Tomado como um todo, este artigo, juntamente com outras peças, procura legitimar a interpretação de que as menções a Sócrates foram o ponto central do debate. Na verdade, esta interpretação é uma escolha do jornalista, tal como outras interpretações centradas noutros pontos seriam igualmente escolhas. As referências a Sócrates surgem, por exemplo, no quadro de políticas económicas e de investimento público, que poderiam ser igualmente elegidas como ponto central do debate.

63 - Expresso _ Um debate sem Grécia, mas com Sócrates. E que mantém tudo em aberto

Título: Um debate sem Grécia, mas com Sócrates. E que mantém tudo em aberto

Esta peça pretende resumir o conteúdo do debate. A primeira parte do título alude aos temas que estiveram presentes e ausentes do debate, pressupondo, por exemplo, que a situação da Grécia, seria um tema importante para ser abordado. A segunda parte do título, no entanto, deixa implícito que o debate poderia servir para determinar o resultado das eleições.

Subtítulo: Não se proporcionou falar de Europa, nem de migrantes, nem de reforma na justiça ou na educação. No debate desta noite entre Pedro Passos Coelho e António Costa (o único, nas televisões, desta campanha eleitoral) houve muitas perguntas que ficaram de fora

O subtítulo é feito em tom de crítica ao conteúdo do debate. Curiosamente, não se salienta o que foi dito, mas sim o que não foi abordado pelos candidatos.

Lead: O grande protagonista do debate foi, como de alguma forma se podia antecipar, José Sócrates, tantas as vezes que Pedro Passos Coelho o trouxe à liça, numa estratégia que aperfeiçoou (e banalizou) nestes quatro anos e que até podia ter deixado cair não fosse a irresistível tentação de voltar a ela dada a recente alteração da medida de coação sobre o ex-primeiro-ministro (que sexta-feira passou a estar em prisão domiciliária). Mas António Costa estava preparado para o previsível ataque e até se permitiu brincar com ele: "O que o senhor gostava era de estar a debater aqui com o eng. Sócrates, mas terá de debater comigo". E "porque é que não vai lá a casa debater com ele?"

Uma vez mais, José Sócrates é apresentado como o ponto central do debate, sem qualquer tipo de salvaguarda de que esta é uma interpretação da jornalista. Tal como na peça anterior, o *número* (indefinido - *tantas*) de vezes que Passos Coelho mencionou o ex-primeiro-ministro é apresentado como justificação para a interpretação. A jornalista classifica ainda isto como uma *estratégia* de Passos Coelho, avançando inclusivamente o motivo pelo qual a estratégia foi usada: *a irresistível [sic] tentação de voltar a ela dada a recente alteração da medida de coação sobre o ex-primeiro-ministro (que sexta-feira passou a estar em prisão domiciliária)*. Note-se que o próprio Passos Coelho nunca apelidou as menções a Sócrates de estratégia nem estabeleceu uma associação à alteração da medida de coação, mas a interpretação da jornalista é apresentada como facto numa das partes mais proeminentes da peça. Novamente, palavras como *estratégia* e *ataque* surgem de um discurso bélico, propenso ao conflito.

Corpo: Num formato que, mais uma vez, deixou pouco espaço ao confronto de ideias - sempre que se esboçava um pretexto para tal, os moderadores cortavam a palavra aos entrevistados -, chegou-se ao final com a sensação que sobrou em discussão sobre a dívida e a segurança social, o que faltou em temas tão atuais (e cruciais) como a União Europeia, a crise dos refugiados, as diferenças entre os programas da coligação e do PS em áreas como a justiça ou a educação. E ficou uma certa perplexidade pelo facto de Passos Coelho só ter aflorado a questão grega e a atuação do Syriza - no que se julgaria ser uma das suas principais armas de arremesso contra o adversário socialista.

Neste caso, a jornalista considera que os temas da dívida e da segurança social foram abordados em abundância, salientando novamente os temas ausentes. Não é, no entanto, apresentada uma

justificação para o motivo pelo qual a presença desses temas seria mais adequada do que os que foram abordados. Aludindo brevemente aos resultados da análise do conteúdo dos comentários, o termos como *dívida*, *pagar* e *crise* até estavam subrepresentados no discurso jornalístico em relação ao conteúdo dos comentários, o que indica que estes temas seriam importantes para os públicos. Usa-se o impessoal *ficou uma certa perplexidade* para transmitir a ideia de uma reação universal, enquanto não é dado nenhum elemento que permita afirmar que esta constatação é baseada em mais do que na perplexidade da própria jornalista. Uma vez mais, volta a ser usado o discurso bélico: *armas de arremesso contra*.

Corpo: No final, feitas as contas, António Costa, sem esmagar, não desbaratou as expetativas de todos quantos lhe exigiam que vencesse o debate - o único frente-a-frente televisivo com o atual primeiro-ministro - como demonstração de que, contrariamente ao que dizem as sondagens (sobretudo a que foi revelada hoje de manhã e dá uma vantagem de mais de cinco pontos à coligação), nada está perdido e a campanha só está no início. Beneficiou do facto de Passos Coelho estar um pouco perdido na primeira parte do debate e conseguiu manter um registo combativo e contundente (e até com alguns apontamentos de boa disposição), ao longo dos 90 minutos, sem perder o foco nas duas principais mensagens que queria passar: 1) que o Governo falhou os objetivos de diminuir a dívida e fazer crescer a economia ("nestes 4 anos o país regrediu 13"); 2) o PS apresenta propostas "conta, peso e medida" ("Era o que faltava eu estar aqui a debater, daqui a 4 anos, com o sucessor de Passos Coelho e ele acusar-me daquilo que eu, infelizmente, tenho de o acusar a si").

Sem detalhar aspetos do texto já mencionados anteriormente, este parágrafo faz uma avaliação do desempenho dos candidatos do ponto de vista da performance e eficácia. Não são tecidas considerações sobre o conteúdo das mensagens, mas sobretudo na forma como estas são transmitidas.

Corpo: Resta saber se a prestação dos dois no debate tem influência real no comportamento dos eleitores. Se os indecisos ficaram hoje mais perto de fazer uma escolha ou se a escolha ainda inclui ficarem em casa no dia 4 de outubro. Faltam pouco mais de três semanas para as eleições e está tudo em aberto.

O último parágrafo revela a forma como são encarados os públicos no quadro do debate. A audiência é apresentada como um conjunto de eleitores, pelo que a sua principal característica é o voto que representam. Assim, é a *prestação* dos candidatos que *tem influência real no comportamento*. Os públicos são retratados como uma massa que é influenciada pelos candidatos. Para além disso, são uma fonte de indefinição e de imprevisibilidade, sendo retratados de uma forma que lembra a *Psychologie des Foules* de le Bon (1895/1947)). De entre os vários propósitos que o debate pode ter, o objetivo destacado é o de *influenciar* os eleitores. Uma vez mais, esta é uma escolha da jornalista à qual subjaz uma determinada conceção de democracia e não a única interpretação possível do propósito de um debate.

64 - Expresso _ Costa ganhou depois de perder sempre

Título: Costa ganhou depois de perder sempre

O título apresenta claramente o debate como algo a ser ganho ou perdido pelos candidatos. Uma vez mais o debate é representado como um conflito ou uma competição da qual resulta um vencedor ou um vencido.

Subtítulo: Costa ganhou. Mas se quisermos ser exigentes, o debate não foi nada de especial. Não falou de futuro. Não trouxe nada de novo. Mas travou o declínio que parecia irreversível no PS. E se quisermos continuar a ser exigentes, amanhã estaremos a falar e a ouvir falar dos programas eleitorais em vez de discutir se Sócrates viu o debate em 16X9 ou em 4X3; estaremos a exigir que falem de políticas em vez de de políticos; estaremos a exigir que, em vez de falarmos nós do futuro deles, falem eles do nosso

O início do subtítulo é uma forma mais curta do título. Contudo, o resto do subtítulo parece ser uma negação do próprio título e uma autocrítica. Na verdade, este é um parágrafo repleto de contradições. Apela a que não se fale de políticos, mas inicia a falar de Costa. Pede que não se fale do futuro dos políticos, mas menciona um travão no declínio do PS. Por fim, ao usar a distinção entre eles e nós (futuro *deles*, ... do *nosso*), o jornalista inclui-se no grupo dos que são vítimas das escolhas discursivas dos políticos. Note-se, no entanto, que um jornalista, pese embora as várias restrições a que está sujeito, continua a ter bastante mais poder para determinar de que é que se *fala* do que os membros da audiência aos quais ele se junta recorrendo ao pronome possessivo *nosso*.

Lead: Um debate televisivo pode não servir para nada. Dificilmente vira o sentido de uma eleição. Facilmente é uma batalha retórica e cismada no passado. O debate de hoje podia não ter servido para nada. Mas serviu. Serviu para mostrar que António Costa não está derrotado. E que Passos Coelho não está vitorioso. Sim, António Costa ganhou este debate. E isso é relevante: ainda não tinha ganho nada. Esta noite, aquilo que não ia servir para nada serviu para alguma coisa.

Note-se que, logo após a crítica apresentada no subtítulo, o autor continua a recorrer aos mesmos mecanismos que condena, centrando-se nos políticos, referindo que o debate *serve para mostrar que António Costa não está derrotado*.

O discurso bélico caracteriza o resto do relato do debate, com termos como *defensivo, ofensivo, ataque, ponto fraco, estratégia, hostes, atacar, atingir*. A maioria do relato permanece centrado no desempenho dos dois participantes, excetuando os dois parágrafos que transcrevemos abaixo:

Corpo: Falou-se zero de esquerda e de direita, quase nada de Europa, pouco do que quer que fosse. Nem Costa nem Passos trouxeram nada de novo. Nada. Sobre temas específicos não aprendemos nada. Nem sobre saúde. Nem sobre impostos. Nem sobre políticas para a pobreza. Nem sequer sobre pensões. O futuro ficou para o futuro. É pena. É o que é.

Nas pensões: é dos temas mais importantes nestas eleições. Porque há um desequilíbrio financeiro perpétuo que só pode ser tapado de três formas, que nem são mutuamente exclusivas: ou se cortam pensões (em pagamento e/ou futuras), ou se transferem impostos para o sistema, ou se complementam as pensões com planos privados. Ora, a coligação e o PS defendem soluções

diferentes. Mas quando ambos começaram a falar disso, falaram de plafonamentos e provavelmente ninguém percebeu. Nem aprendeu.

Nestes parágrafos, o autor procura tratar temas substantivos que os intervenientes no debate (não) abordaram. No entanto, o tom com que se abordam os temas parece ser mais um desabafo do autor (*É pena. É o que é*). Uma repetição de *nada* e de *nem* que parece transmitir a ideia de que não há objeto de discussão neste aspeto. O único tema que o autor aborda com maior detalhe é o das pensões, admitindo que os participantes abordaram o assunto. Contudo, descarta imediatamente o conteúdo de seguida afirmando que *ninguém percebeu* e não oferecendo nenhuma explicação que ajudasse *alguém a perceber*. Uma vez mais, o autor critica o debate, mas o relato oferecido sujeita-se de igual forma a todas as críticas que são oferecidas.

Tomada como um todo, a peça de comentário apresenta-se como uma negação aparente, em que o formato e a discussão em torno do debate são criticadas, mas em que o autor se serve precisamente dos mecanismos que critica. É uma manifestação da frequentemente citada formulação: *Eu não sou racista, mas...* Por fim, é relevante salientar que, embora o estilo da peça seja claramente de comentário, não há nenhum elemento na página que permite ao leitor diferenciar esta peça de uma notícia com caráter informativo.

66 - Expresso _ Marcelo “Costa ganhou, foi diferente na fúria”

Título: Marcelo: “Costa ganhou, foi diferente na fúria”

O título foca o vencedor do debate, reforçando a ideia de que o debate é algo que deve ser ganho ou perdido. Adicionalmente, o motivo apontado para a vitória é a *fúria* de António Costa, indicando que essa é uma qualidade importante para se *ganhar* um debate e associando-o ao discurso bélico e violento.

Subtítulo: Comentador da TVI diz que Costa foi “diferente no estilo, na iniciativa e na fúria”. E considera que Passos foi apanhado de surpresa: “Para Pedro Passos Coelho, fazer de morto pode não ser suficiente”

O subtítulo elabora a ideia do título, sugerindo através de Marcelo que o *estilo*, a *iniciativa* e a *fúria* foram centrais para a vitória. A forma sobrepõe-se assim ao conteúdo para determinar o vencedor do debate.

Lead: Marcelo Rebelo de Sousa considera que António Costa venceu o frente a frente com Passos Coelho, ainda que “ligeiramente”.

Uma vez mais, o António Costa aparece como vencendo o debate. Neste caso, ao contrário de alguns textos jornalísticos, a interpretação surge atribuída a Marcelo Rebelo de Sousa (*diz, considera, observou, na visão de Marcelo, de acordo com o ex-líder*), que surge como um especialista. O facto de ser apelidado de *o comentador*, e de *o professor* mais abaixo reforça esta ideia de especialista, com conhecimentos adequados para interpretar o debate.

Corpo: “António Costa ganhou a iniciativa. Esteve melhor do que o vimos ao longo da campanha. Foi beneficiado pela forma como o debate decorreu. Foi um debate muito difícil e desequilibrado”, observou o comentador na TVI24, realçando que na primeira parte discutiram-se dois temas e na segunda parte cinco temas, sendo o debate recuperado no pós-intervalo a grande velocidade, discutindo-se temas como a saúde, Segurança Social e o caso José Sócrates.

Neste excerto, para além de considerações sobre o desempenho de António Costa, são resumidos os temas abordados no debate. Note-se que há várias considerações sobre o desempenho dos candidatos, mas nenhuma informação sobre a posição dos mesmos nos temas elencados.

Corpo: Na visão de Marcelo, a primeira parte do debate “fugiu completamente do controlo de Passos”, sendo que o primeiro-ministro ia preparado com um discurso mais longo e foi apanhado de surpresa por Costa. “Já esperava que isto podia acontecer, mas não esperava que pudesse acontecer tanto como aconteceu”, disse o professor, lembrando que Passos Coelho apresenta um “discurso longo” e “insistente”. “António Costa foi diferente no estilo, na iniciativa e na fúria.”

Novas considerações sobre o desempenho dos candidatos e o debate a ser apresentado como algo que pode ser *controlado* pelos candidatos.

Corpo: De acordo com o ex-líder do PSD, “este debate é um fogo que é dado à campanha de Costa”. “Ele não tinha nada a perder, tinha que fazer o que fez.” E tendo em conta as sondagens, considera Marcelo, este debate “pode abrir um caminho para inversão de tendências”.

O debate é lido à luz das sondagens e da força relativa dos candidatos expressa nas sondagens. Os públicos surgem aqui apenas através das sondagens e como sendo potencialmente afetados pelo debate (*inversão de tendências*). Os públicos não são considerados como participantes, nem a sua reação e opinião são consideradas na avaliação do debate.

Corpo: "Na questão dos lesados do BES e Segurança Social, ficamos na mesma. Quanto a emprego, ficamos mais ou menos na mesma. Nos impostos, foi a confirmação do que se sabia", prosseguiu. "Para Pedro Passos Coelho, fazer de morto pode não ser suficiente. Achar que a tendência que está em curso garante-lhe supremacia pode não chegar."

Uma breve alusão aos temas do debate, que servem sobretudo para fazer uma consideração sobre a estratégia ou desempenho (*fazer de morto*) de Passos Coelho.

67 - Expresso _ Costa com killer instinct e Passos agarrado aos fantasmas do PS

Título: Costa com killer instinct e Passos agarrado aos fantasmas do PS

O título procura resumir as componentes mais relevantes do debate. Neste caso, o termo *killer instinct* é usado para caracterizar Costa, de uma forma globalmente positiva. A escolha deste anglicismo para caracterizar o desempenho enaltece duas características que são adversas a uma conceção deliberativa da democracia. Por um lado, a ideia de assassinio ou de matador associada ao termo *killer* evoca um antagonismo e uma violência que são incompatíveis com um debate crítico-racional. De igual forma, o instinto é prezado como uma qualidade, surgindo em aparente contradição com a racionalidade que deveria caracterizar uma contribuição positiva para o debate. Este *killer instinct* de Costa é contrastado com um Passos está *agarrado* aos fantasmas do partido da oposição.

Subtítulo: O líder do PS ganhou o debate (mas não esmagou). E porquê? Cometeu erros, mas os de Passos foram mais evidentes - não soube aproveitar a questão grega, falou demais em Sócrates, não foi claro com a Segurança Social. E andou muito a reboque. O comentário de Bernardo Ferrão, editor de política do Expresso

Uma vez mais, Costa é apresentado como o vencedor do debate. O que determinou a vitória foram um conjunto de erros de Passos associados à forma como foram abordados os temas. O discurso da violência (*esmagou*) continua presente. Se inicialmente estas afirmações são apresentadas simplesmente como evidências, tal é ligeiramente mitigado pela informação de que o texto se trata de um comentário do editor de política do Expresso. À semelhança de outras peças, subjaz ao texto a ideia de que debate deve ser ganho, que a forma é essencial para essa vitória e que a linguagem bélica e violenta é adequada para descrever o debate.

68 - Expresso _ Direita reconhece “Costa foi mais eficaz”

Título: Direita reconhece: “Costa foi mais eficaz”

O debate é avaliado pela *eficácia* de um dos participantes, que é inclusivamente reconhecida pelos apoiantes do outro participante, o que legitima a interpretação. Apesar da citação direta, não é identificado quem proferiu a frase que faz o título. Sendo a *direita* (política) uma entidade abstrata, a jornalista poderia até ter usado uma declaração de um militante desconhecido para fazer o título.

Subtítulo: Marcelo deu o mote: “Costa ganhou”. E a maioria concorda: “Passos é mais consistente. Mas Costa foi mais eficaz”

O subtítulo continua a ser igualmente vago quanto às fontes. Apesar da referência a Marcelo, é atribuída novamente uma citação direta à *maioria* que não é identificada.

Lead: “E agora? Agora é trabalho para a frente”, afirma ao Expresso um responsável da direção de campanha da coligação, meia hora após terminar o debate entre Passos e Costa. A maioria não duvida que “Passos é mais consistente”, mas concorda que “Costa foi mais eficaz”.

O lead de pouco serve para esclarecer quem está nas origens das citações. É citado *um responsável da direção de campanha da coligação*, mas a *maioria* continua a não ser identificada.

Corpo: Na direção do PSD, há, aliás, quem estranhe que Pedro Passos Coelho não tenha usado mais os números que tinha na ponta da língua sobre os custos em termos de dívida pública bruta decorrentes do programa socialista - mais 30 mil milhões de euros até 2019, comparativamente com o impacto do programa da coligação. Como ninguém percebe que Passos não tenha espicaçado mais o adversário com a questão da Grécia e do Syriza.

As fontes continuam a ser apresentadas de uma forma vaga (*Na direção do PSD, há quem estranhe, ninguém percebe*). Os argumentos surgem como algo que é *usado* e Passos Coelho é criticado por não *espicaçar o adversário*. Para além do anonimato das fontes, surge novamente um discurso utilitarista e competitivo associado ao debate.

Corpo: Fontes da coligação contactadas pelo Expresso não escondiam alguma surpresa pela forma como Costa jogou ao ataque, deixando Passos Coelho numa posição mais recuada e defensiva.

Acreditam que junto do eleitorado comum e do ponto de vista do que as pessoas estão à espera, hoje, de um candidato a primeiro-ministro, talvez a postura mais serena “e consistente” de Passos Coelho tenha marcado pontos - “Costa promete demais”. Mas concordam que, politicamente, o PM não ganhou o debate: “António Costa teve mais atitude”, afirma um barão social-democrata.

Estes parágrafos confirmam as tendências já identificadas, o uso de um discurso bélico e competitivo (*ataque, marcado pontos*) e uma insistência em fontes não identificadas (*fontes da coligação, um barão social-democrata*). Este anonimato esconde uma desigualdade no acesso à esfera pública. Note-se que as *fontes da coligação* surgem mais qualificadas para falar do *que as pessoas estão à espera* do que as próprias *pessoas*, que surgem uma vez mais apenas nas sondagens e nos efeitos da prestação dos candidatos.

Corpo: Marcelo Rebelo de Sousa disse-o logo após o fim do duelo na TVI 24: “Costa ganhou”, afirmou o comentador, “fez uma gestão política enquanto Passos fez uma gestão tecnocrática”.

Na SIC/N, António Lobo Xavier, do CDS, enumerou vários erros de Passos ao longo do debate e coincidiu com Marcelo quanto ao vencedor.

Agora, com o debate mais esperado a esfriar a euforia que a última sondagem, que dava seis pontos de avanço á coligação, tinha provocado nas hostes, a palavra de ordem é: "ir para a rua e trabalho para a frente". Passos Coelho começa a dar a volta ao país no próximo sábado, em Braga.

758 - Costa e Passos travam duelo que pode influenciar indecisos - PÚBLICO

Título: Costa e Passos travam duelo que pode influenciar indecisos

O debate é apresentado como um *duelo*, situando-o num discurso competitivo e desportivo. Adicionalmente, é apresentado pelo seu potencial para *influenciar indecisos*. Isto significa que os públicos assumem uma importância suficiente para serem mencionados no título, mas apenas como entidade a ser influenciada.

Subtítulo: Debate de 2011 entre Sócrates e Passos Coelho deu vantagem ao PSD.

O subtítulo surge como uma forma de justificar o potencial de influência avançado no título. O debate assume assim um carácter instrumental, sendo uma forma de ganhar uma *vantagem* nas eleições.

Lead: Com propostas bem demarcadas sobre a forma como o país pode recuperar da crise, Passos Coelho e António Costa chegam esta quarta-feira, às 20h30, ao único frente-a-frente televisivo nos três canais generalistas, com um cenário de empate nas sondagens e, em alguns estudos, de vantagem para a coligação PSD/CDS. As pensões e o desemprego são temas incontornáveis de um debate que pode influenciar os indecisos.

O debate é novamente apresentado pelo seu potencial para influenciar os indecisos. No entanto, em contraste com a perspectiva de que o desempenho dos candidatos será central para essa influência, a jornalista salienta as *propostas bem demarcadas* e os *temas incontornáveis* como componentes centrais do debate. Subjaz ainda, no entanto, a ideia de que o apoio dos partidos é importante para contextualizar o debate, com os resultados das sondagens a providenciarem este contexto.

Corpo: Essa influência foi visível em 2011 no debate entre o líder do PS – o então primeiro-ministro José Sócrates – e o presidente do PSD, Passos Coelho. Na primeira sondagem PÚBLICO/TVI/Intercampus realizada após o duelo televisivo, o PSD registou uma subida nas intenções de voto.

Neste parágrafo reforça-se a ideia de que o debate é importante pela sua potencial influência nas intenções de voto. O debate volta a ser apresentado como uma forma de persuadir eleitores, em contraste com um possível enaltecimento da importância da discussão em si.

Corpo: Foi um debate tenso dominado pelo passa culpas da crise financeira e política que o país vivia na altura. Passos Coelho acusava o então líder do PS de ter levado o país ao estado de “quase bancarrota”, enquanto Sócrates criticava as propostas sociais-democratas por colocarem em causa o Estado social. Com a troca de um dos protagonistas, este argumentário quase podia ser repetido esta noite.

O debate é contextualizado historicamente, comparando-se a situação do país em 2015 à de 2011. Os verbos *acusar* e *criticar* voltam a transmitir um tom conflituoso, mas sem a componente bélica que caracteriza outras passagens. Uma vez mais, o debate é abordado pelo conteúdo da discussão e não pela performance dos candidatos.

Corpo: Com a classe média como alvo principal, os dois candidatos a primeiro-ministro devem querer deixar claras as posições que têm assumido nos discursos das últimas semanas. Um dos

temas incontornáveis é o das pensões. A coligação PSD/CDS propõe uma poupança de 600 milhões de euros no sistema de Segurança Social, com a garantia de que não será feito um corte directo nas pensões em pagamento por impossibilidade constitucional. Essa poupança poderá ser feita pela via da receita, mas a coligação não revela como se concretizará.

O líder do PS, por seu turno, deverá aproveitar este ponto para fazer notar a intenção (escondida) da coligação PSD/CDS em cortar pensões no futuro. Costa propõe até um corte temporário nos descontos para a Segurança Social como forma de estimular o consumo interno, que permite gerar investimento e emprego. É portanto a base do seu modelo de desenvolvimento.

Estes dois parágrafos abordam em maior detalhe os temas introduzidos anteriormente e as posições dos candidatos sobre os mesmos. É feita alguma especulação pela jornalista sobre o conteúdo do debate (*um dos temas incontornáveis, deverá aproveitar este ponto*). Saliente-se, no entanto, que em contraste com outras peças, este texto aborda os temas que serão puxados pelo debate, e não as *estratégias* dos candidatos. As propostas surgem como tal, e não como algo a ser usado. Não obstante, a apresentação da audiência (*classe média*) como *alvo* continua a passar a ideia dos públicos como uma entidade passiva, que deve ser persuadida ou *clarificada* pelos candidatos.

Corpo: O desemprego e a leitura dos números devem ser outros dos temas fortes do duelo televisivo, sem esquecer o fantasma de Sócrates que pode pairar no debate e que pode ser um risco para António Costa. Já sobre o pós-eleições, os candidatos deverão ter de responder sobre os cenários de governo e de possíveis alianças para corresponder ao apelo do Presidente da República sobre a necessidade de formar um governo estável.

O parágrafo final continua a especular sobre os outros temas que serão abordados pelo debate, identificando Sócrates como um *risco para António Costa*. Neste sentido, o tema volta a ser apresentado pelo seu potencial efeito e não pelo valor do conteúdo em si. De igual forma, o discurso bélico volta a marcar presença com o debate a ser apresentado como um *duelo*.

760 - Passos e Costa levaram mais um convidado para o duelo_ Sócrates – PÚBLICO

Título: Passos e Costa levaram mais um convidado para o duelo: Sócrates

O debate é novamente apresentado como um *duelo* e o tema de Sócrates é identificado como a componente central do mesmo. Note-se que este tema é frequentemente personalizado pelos jornalistas. Aqui Sócrates é apresentado como um *convidado* enquanto na peça anterior era um *fantasma*. Há assim um esforço dos jornalistas em focar Sócrates como indivíduo e não a sua governação ou política, a propósito da qual o nome do ex-primeiro-ministro é evocado no debate.

Subtítulo: Pedro Passos Coelho e António Costa protagonizaram, no Museu da Electricidade, em Lisboa, o único debate televisivo entre os dois principais candidatos a primeiro-ministro. Os jornalistas do PÚBLICO e os comentadores João Miguel Tavares e Felisbela Lopes acompanharam tudo ao minuto.

A peça é um acompanhamento minuto a minuto do debate televisivo. Note-se que, em contraste com o que sucede no Expresso, em que os leitores podiam participar no mesmo espaço que os jornalistas, a participação está vedada aos jornalistas, aos dois comentadores identificados e às elites do comentário político cuja opinião surge esporadicamente. Uma vez que a peça é bastante extensa, serão apenas abordados os comentários no final do debate, que serão reveladores da abordagem global ao mesmo.

Redação: Terminamos com a síntese de São José Almeida: Costa ao ataque, Passos à defesa. Obrigado a todos os que nos acompanharam. Até breve.

A peça termina com uma síntese do debate que destaca o *ataque* e a *defesa*. Uma vez mais é usado o discurso bélico e o debate é avaliado pelo desempenho dos candidatos.

Redação: A análise do economista de Ricardo Cabral: O único debate valeu a pena, mas soube a pouco.

Neste caso é apresentada uma opinião de um especialista (*economista*). No entanto, a síntese é extremamente vaga e aberta a interpretação, não se percebendo exatamente porque é que o debate *valeu a pena* ou *soube a pouco*.

Redação: António Lobo Xavier diz que Costa não rompeu, Passos longe do seu melhor.

Nova análise do ponto de vista do desempenho dos candidatos.

João Miguel Tavares: Só uma adenda: para compensar os votos que fogem ao PS por Sócrates estar no Areeiro, nada como pôr uns votos a fugir ao PSD pondo Miguel Relvas em Queluz de Baixo. Temo bem que se Relvas continuar a falar muito com aquele lencinho no casaco e os pêlos do peito à vista, eu ainda acabo a votar no Livre.

Um comentário que foge ao debate para comentar os comentadores. Uma vez mais a política é abordada como uma caça ao voto. Neste caso, o comentário à aparência de Miguel Relvas aproxima-se do estilo incivil dos comentadores que se socorrem do ataque à identidade para fazer vingar a sua perspetiva. Neste caso, João Miguel Tavares termina com a *ameaça* de votar no Livre, reforçando a ideia do voto como algo a ser usado como moeda de troca.

Pedro Marques Lopes (Twitter): Passos Coelho cometeu um erro que não costumava cometer: desvalorizou o adversário.

Um novo comentário sobre o desempenho dos participantes, sendo Costa apresentado como um *adversário*. Note-se ainda que, neste caso, não é explicado ao leitor quem é Pedro Marques Lopes e por que motivo é que a sua opinião merece ser destacada.

José Lello (Twitter): Hoje o jantar foi Coelho à caçador

Tal como Pedro Marques Lopes, o Tweet de José Lello surge sem qualquer explicação do motivo pela qual a sua opinião merece destaque. O autor recorre ao humor para resumir o debate, mas pode-se questionar se, proferido por um membro do público, esta frase não seria considerada insultuosa para um dos intervenientes do debate.

Paulo Gorjão (Twitter): Passos perdeu o debate? Talvez. Mas amanhã já ninguém se lembra. Assim sendo, quem ganhou verdadeiramente o debate?

O acesso ao Twitter parece ser condição essencial para aceder à peça mas, mais uma vez, não é explicado ao leitor o motivo pelo qual esta opinião é destacada. Neste caso, não só o debate é apresentado como algo a ser *ganho* ou *perdido*, como esse mesmo facto, juntamente com o próprio debate, é desvalorizado.

PBM (Twitter): Sócrates deve estar furioso em casa: Costa ganhou por goleada

Neste caso não só o autor não é apresentado, como é identificado apenas pelas iniciais PBM (Pedro Boucherie Mendes). A linguagem desportiva marca presença para caracterizar o debate e há uma especulação sobre a reação de José Sócrates ao debate. Uma vez mais, Sócrates é apresentado como figura central do debate sem justificação.

pedro adão e silva (Twitter): tudo resumido, é isto: um candidato a primeiro-ministro e um pm que quis passar invisível e que agora vai ter de mudar de estratégia

Prestação dos candidatos novamente avaliada em termos de *estratégia*.

Joao Galamba (Twitter): Não gosto deste tipo de "analise", mas, dado que é aquela que tem existido, aqui vai: quinze a zero

Uso da linguagem desportiva para caracterizar o debate, com uma negação aparente a ser usada.

*João Miguel Tavares: Como seria de esperar, um debate equilibrado, que não vai resolver coisa nenhuma. Duvido que algum eleitor decida mudar o sentido de voto por causa daquilo que escutou esta noite. Diria que Passos esteve um pouco melhor, mais pelo estilo do que pela substância. Quanto à *ménage à trois* jornalística, ela não foi nada palpitante: empate técnico entre os três moderadores. E saudades de debates mais incisivos, tanto da parte dos políticos como dos jornalistas.*

O impacto do debate é apresentado apenas em termos do voto dos eleitores. O estilo é que é central para determinar o vencedor, neste caso Passos. Uso da linguagem desportiva e até uma conotação sexual para caracterizar os jornalistas, minimizando-os. Crítica ao debate como um todo, apelando a outros tempos em que os debates seriam melhores (*saudades de debates mais incisivos*). A culpa disto é atribuída aos políticos e a jornalistas. Os públicos (*eleitor*) são

considerados pelo voto que representam, sendo implícito que o objetivo do debate seria alterar o *sentido de voto*.

761 - Duelo no crepúsculo - PÚBLICO

Título (Opinião): Duelo no crepúsculo

Novamente o debate é apresentado como um *duelo*, um evento competitivo centrado nos dois protagonistas que exclui os restantes participantes.

Corpo: Foi tudo num lugar simbólico, dito museu, na Central Tejo, a das companhias reunidas, do bloqueio central e das aliadas televisões de sinal aberto, que usam e abusam do economês e do financês, sem o adequado primado da política.

O autor critica o jornalismo do debate a um nível institucional, posicionando *as televisões* como *aliadas* do *bloqueio central* (referência a bloco central, os dois partidos) e, portanto, questionando a sua imparcialidade. De igual forma, critica a linguagem e eventualmente os temas abordados pelos jornalistas sob a forma do *economês* e do *financês*. A linguagem usada pelo autor é, no entanto, vaga, sem sustentar os motivos que subjazem às acusações.

Corpo: E o debate, anunciado quase como um clássico do jogo pelo título, apenas confirmou que vai haver play off, porque ambos sabem que vencer talvez signifique ser vencido. Porque a maioria dos que ansiavam ser mobilizados estão fartos de políticos generalistas que fingem poder se chamados para subsecretários das finanças e da segurança social e nos tratam como crianças.

Recorre-se à linguagem desportiva para descrever o debate. Os públicos são caracterizados como interessados (*anseiam ser mobilizados*), mas veem as suas expectativas serem defraudadas pelos políticos que são *generalistas* e *nos tratam como crianças*. Com o uso do *nos*, o autor pretende incluir-se a si e ao leitor neste grupo que é desapontado pelos políticos.

Corpo: Um quis beneficiar do velho estatuto de ser o Deus que está no poder, o outro não se assumiu como o Diabo da oposição. Mas nem um foi suficientemente pós-cavaquista, nem o outro, eminentemente pós-socrático.

O transmontano continuou teimoso no seu argumentário de experimentado federador dos grupos de interesse e de pressão, mas sem poder medir quantos votos perdeu por causa da campanha contra os reformados e pensionistas, a geração grisalha, os mangas de alpaca e outras corporações dos grandes corpos do Estado.

Já o alfacinha, sabendo que não pode ser unificador da esquerda, em regime de frente popular, demonstrou que os duelos depois do crepúsculo do regime do rotativismo quase devorista, ainda não trouxeram sinais de movimentação regeneradora.

Neste caso, o discurso religioso marca presença para descrever os políticos. No entanto, em vez de ser usado como uma forma de entronizar os políticos, é usado como forma de criticar o desempenho dos candidatos. O debate é apresentado em termos de medição de votos. As referências informais aos políticos pelo seu local de origem tiram-lhes a sua legitimidade institucional. O texto como um todo assume-se como uma crítica a políticos, aos jornalistas e ao debate como um todo, recorrendo frequentemente a uma linguagem complexa e encriptada que pouco revela acerca das ações e declarações que motivam as críticas. A crítica é simplesmente afirmada em nome do autor e do leitor, sem serem explicados os motivos para tal.

53 - Passos vs. Costa – Observador

Título: Passos vs. Costa. Os melhores trunfos e as piores fragilidades

O título apresenta o debate como uma competição, ilustrada pela abreviatura de *versus*. Nesta competição, os participantes têm *trunfos* e *fragilidades*, aludindo ao discurso do jogo, a peça centra-se nas características dos candidatos.

Subtítulo: Só ele preparou um debate contra Costa e um outro contra Passos. Hoje, conta-nos as fragilidades e virtudes dos dois. Bem-vindos ao prognóstico antes do jogo. O duelo é esta noite.

O subtítulo anuncia a presença de um especialista numa posição privilegiada para avaliar os dois participantes. Novamente, o texto socorre-se do discurso desportivo para apresentar o debate.

Lead: Um é “frio e objetivo”, o outro é “hábil no contra-ataque” e “próximo das pessoas”. Um tem o karma de ser “o homem das más notícias”, incapaz de “criar o sonho e a esperança”. O outro é “tenso” e “tem dificuldades em lidar com as críticas”. É a primeira vez que se encontram frente a frente, mas nenhum é caloiro no ringue.

O lead prossegue com a metáfora desportiva, elencando um conjunto de características dos participantes. O retrato do debate como algo semelhante a um combate de boxe é claramente assumido, servindo as citações do especialista ainda não identificado para avaliar os participantes.

Corpo: De um lado, Pedro Passos Coelho, o primeiro-ministro em funções que sobreviveu a três anos de troika e que leva consigo a experiência de um debate tenso contra o “animal feroz” em 2011. Do outro, António Costa, o líder do PS que ganhou o partido há menos de um ano e que leva para dentro de estúdio um longo treino de comentário político na televisão e uma maratona de debates contra António José Seguro nas primárias do ano passado. Quais vão ser os trunfos e fragilidades de cada um?

A metáfora desportiva prossegue, construindo-se a antecipação para o embate entre os candidatos apresentando o currículo desportivo de cada um dos participantes, com *experiência*, *treino* e *maratona*.

*Corpo: Luís Bernardo conhece-os bem. Ex-assessor de José Sócrates durante os seis anos que esteve em São Bento, foi um dos estrategas que esteve por detrás do ex-primeiro-ministro no debate contra Passos em 2011 e, mais tarde, foi também um dos conselheiros de António José Seguro nos três debates que travou em setembro contra Costa. Defrontou, por isso, um e outro em diferentes ocasiões. E conhece-lhes as manhas. **Ao Observador, o especialista em comunicação analisou em perspetiva como é que os dois políticos se comportam na arena e como é que podem, ou não, sair vencedores.***

É finalmente revelada a identidade do especialista, cuja autoridade advém de já ter *defrontado* ambos os participantes em debates. É este especialista que está numa posição única para avaliar as possibilidades de vitória no debate. Não só se apresenta o debate como uma competição a ser *vencida*, como o especialista que pode avaliar essa vitória assume esse papel porque é conhecedor do desempenho dos participantes e não um especialista nos temas e conteúdos que serão abordados. O conteúdo é irrelevante, é o desempenho *desportivo* dos candidatos que irá determinar a vitória. O resto da peça, demasiado extensa para uma análise detalhada, dá

continuidade ao tom estabelecido nos parágrafos iniciais. São analisados vídeos dos candidatos e elencados os *trunfos* e *pontos fracos* de cada um.

57 - Podcast_ o que esperar do debate_ – Observador

Título: Podcast: o que esperar do debate?

A peça, em formato áudio, procura preparar os leitores para o debate. A formulação do título como uma questão cria no leitor a expectativa de que o conteúdo da peça irá responder a essa mesma questão.

Subtítulo: Ontem vimos o primeiro debate aceso das legislativas, hoje temos o debate decisivo. David Dinis e Helena Pereira fazem apostas e explicam o contexto com que vamos seguir o duelo.

O uso da primeira pessoa do plural procura incluir os jornalistas e os leitores no mesmo grupo, de espetadores do debate. O adjetivo *decisivo* procura transmitir a importância do debate, estando subjacente que o mesmo será relevante independentemente do conteúdo. O propósito da peça é explicado de seguida, o de *fazer apostas* e de *explicar o contexto*. O texto serve-se do discurso do jogo (*apostas, duelo*) para caracterizar o debate.

62 - As perguntas de que eles vão fugir – mas que era bom ouvir resposta – Observador

Título: As perguntas de que eles vão fugir – mas que era bom ouvir resposta

O título começa por tratar os participantes no debate como *eles*, estabelecendo implicitamente um distanciamento entre um nós que inclui o leitor e eles que *vão fugir* às questões. O uso do pretérito imperfeito (*era*), aliado à certeza da formulação *vão fugir*, implica que o projeto proposto pela peça não terá sucesso.

Subtítulo: São cinco questões para Passos Coelho e outras cinco para António Costa, aquelas de que mais têm fugido nestas semanas - e que mais dúvidas levantam. Uma síntese para ter contexto para o debate.

O subtítulo assume o propósito da peça, identificar um conjunto de questões que devem ser esclarecidas no debate. No entanto, como indicado pelo título, o autor não espera ter resposta para as questões, sendo que elas são indicadas como *contexto para o debate*. Transmite-se assim a ideia de que o debate é controlado pelos políticos e que a ausência de resposta para as questões é inevitável.

Lead: A poucas horas do primeiro debate entre Passos Coelho e António Costa, vale a pena manter em memória algumas das questões mais importantes a que os dois líderes políticos têm fugido. Ponto de situação, para perceber hesitações (ou surpresas positivas) no duelo televisivo.

O lead surge em continuidade com o conteúdo anterior, reforçando que as questões apresentadas serão importantes para avaliar o *duelo televisivo*. A peça propõe de seguida as 10 questões e enquadra cada uma delas. Neste caso, o ângulo proposto é o de que estes temas serão relevantes para avaliar o comportamento e as *hesitações* dos candidatos. Assim, o ângulo não é o do debate como performance, mas como forma de esclarecer os eleitores.

63 - Há TV para além do debate_ Guia alternativo – Observador

Título: Há TV para além do debate? Guia alternativo

O título da peça alude, através de uma pergunta retórica, à centralidade que o debate televisivo vai assumir na programação da noite. Embora esteja expresso de uma forma mais clara nesta peça, o facto de o debate ser transmitido pelos três canais generalistas é um dos motivos pelos quais lhe é atribuída importância, a par do potencial de o mesmo poder ser decisivo para definir intenções de voto. Note-se que o debater das ideias e políticas para o país não aparece como fator importante e, nas peças em que é mencionado, surge como um objetivo condenado a não ser cumprido por culpa dos políticos e dos moderadores.

Subtítulo, lead e corpo: Nem só do debate entre Passos Coelho e António Costa se faz a oferta televisiva da noite de hoje. Encontre uma lista com as melhores alternativas que poderá escolher se quiser mudar de canal.

A RTP chama-lhe “Frente a Frente: Passos Coelho e António Costa”, a SIC “Debate Legislativas 2015 – Passos Coelho e António Costa” e a TVI “A Caminho das Legislativas: Debate Passos Coelho e António Costa”. Estações de televisão diferentes, nomes diferentes, mas o programa desta quarta-feira entre as oito e meia e nove e meia aproximadamente será exactamente o mesmo.

O debate entre Pedro Passos Coelho e António Costa vai dominar o espaço televisivo português em sinal aberto. ou seja, as alternativas a esta programação, para quem não tem televisão por cabo não abundam. A opção que resta é mesmo a RTP2, onde irá para o ar mais um episódio da série “Vida de Mãe”, com início previsto para as 20h40.

Se tem televisão por cabo, o leque de opções é bem mais vasto. Encontre na lista seguinte a sua alternativa preferida.

Após este texto, surge uma lista de programação em vários canais. Esta peça surge como uma forma de informar os leitores da programação alternativa ao debate. No entanto, não é habitual num jornal deste género publicar peças que elencam a programação televisiva. Assim, embora a peça advogue o propósito de apresentar alternativas, o texto é sobretudo uma forma de assinalar o carácter extraordinário da transmissão televisiva do debate, que exige inclusivamente um esforço extraordinário para informar o leitor das alternativas. Assim, uma artigo que aparenta procurar relativizar a importância do debate, é na verdade uma forma de reforçar a sua excecionalidade.

64 - Passos-Costa - Observador

Título: Passos-Costa. Como foi o debate ao minuto - como aconteceu

O título sugere um relato informático do debate em tempo real (*como foi, como aconteceu*). Cria-se a expectativa de uma narrativa do debate televisivo, construída pelos jornalistas.

Subtítulo: O único frente a frente entre o primeiro-ministro e o líder do PS foi transmitido em simultâneo pela RTP, SIC e TVI. O Observador seguiu tudo em direto com análise e comentários.

O subtítulo revela que, afinal, o relato não tem apenas um fim informativo, mas também interpretativo (*análise e comentários*). Uma vez que a peça é bastante extensa para ser sujeita a uma análise crítica do discurso na íntegra, consideramos para análise apenas as publicações no final do debate.

Liliana Valente: O Observador termina aqui o acompanhamento do debate e dos comentários. Esperamos por si já amanhã em novo direto para acompanhar mais um dia de pré-campanha.

Por agora, vamos dormir. O nosso direto volta daqui a oito horas. Boa noite.

A peça encerra com um tom familiar da parte da jornalista, despedindo-se do leitor. Uma vez que, neste caso, o jornalista tem exatamente o mesmo acesso ao acontecimento que o leitor (*transmissão em direto*), a jornalista procura posicionar-se ao mesmo nível do leitor, acompanhando-o enquanto assiste ao debate.

Em termos de conteúdo do minuto-a-minuto, este não difere substancialmente do que foi apresentado pelo Público. São destacados os Tweets de algumas personalidades consideradas relevantes, tecendo alguma consideração sobre o desempenho dos candidatos e é dado destaque às peças do próprio jornal sobre o debate.

66 - Luís Aguiar-Conraria_ Exageros, demagogias e um resultado – Observador

Título: Luís Aguiar-Conraria: Exageros, demagogias e um resultado

O facto de o nome do autor do artigo constar no título do mesmo indica que a relevância do artigo provém, precisamente, em parte de quem o escreve. O debate é resumido em duas palavras de conotação negativa (*exageros, demagogias*) e uma palavra que pretende indicar uma conclusão (*resultado*).

Subtítulo: António Costa falou bastante menos (cerca de 4 minutos menos), mas pareceu ter falado bastante mais. Melhor indicador não é possível.

O subtítulo transmite a ideia de que a o tempo que os candidatos falaram e a perceção desse mesmo tempo são os elementos essenciais para avaliar o debate (*melhor indicador não é possível*). Para além do pressuposto de que um debate é algo que pode ser avaliado com indicadores, o desempenho dos candidatos é avaliado não pelo conteúdo, mas pela forma e pela impressão transmitida. A conclusão de que *pareceu ter falado bastante mais* também é impessoalizada, dando a ideia de que se trata de um facto amplamente aceite e não da opinião do autor.

Lead: O David Dinis desafiou-me para escrever para o Observador umas impressões sobre o debate de hoje. Presumo que me tenha convidado com o propósito de ter alguém de esquerda de forma a ter um painel equilibrado aqui no Observador. Aceitei com gosto. O primeiro desafio foi mesmo o de escolher em qual canal seguiria o debate. Não me lembro de ter visto um jogo simultaneamente transmitido por três canais abertos. Como representante da esquerda, elegi o canal público. Se vos parecer que viram o debate diferente do meu é porque, provavelmente, viram o debate num canal privado.

O autor começa por contextualizar o artigo de opinião que escreve, especulando mesmo sobre os motivos que levaram a que lhe fosse dada a voz no espaço do jornal. Para além disso, o autor dirige-se diretamente aos leitores e admite até que a sua perceção do debate seja distinta. Tal como em outras peças, o discurso do jogo é usado para aludir ao debate, mas a explicação do processo através do qual foi dado espaço no jornal ao autor é um traço pouco presente nos artigos sobre o debate.

No resto da peça, o autor vai alterando a forma como aborda o debate. Começa por usar a primeira pessoa do singular (*mas não consigo deixar de considera*), assumindo a interpretação como sua. Esta formulação surge uma outra vez para lembrar ao leitor que se trata da opinião do autor (*não se*), mas o resto do texto está organizado como se não existisse um autor a quem atribuir a opinião, ou seja, a interpretação do debate é apresentada como se se tratasse de um facto evidente (*[Passos Coelho] Chegou a ser patético*). Por fim, recorre também ao uso da primeira pessoa do singular e de pronomes possessivos para se incluir no mesmo grupo do leitor (*nosso futuro, precisamos, não devemos*).

67 - Vítor Cunha_ Iguais entre primeiros – Observador

Título: Vítor Cunha: Iguais entre primeiros

O título é bastante vago, não sendo até claro se se refere aos participantes no debate. O uso do termo iguais sugere que o desempenho dos candidatos foi semelhante.

Subtítulo: Optei, pois, por ver o programa de TV como uma operação aritmética, simples, somando pontos em dez áreas, combinando fatores emocionais com outros eventualmente mais racionais. Eis o resultado.

O autor, falando na primeira pessoa, avalia quantitativamente os protagonistas do debate num conjunto de áreas, admitindo que tanto a emoção como a razão são importantes para esta avaliação.

Corpo: A política é sempre mais do que ideologia ou programa: a política é feita de pessoas, pessoas que, como há muito sabemos, teimam na emoção.

Esta formulação admite explicitamente que o foco do debate é a performance dos candidatos (*pessoas*) e não as ideias e propostas (*ideologia ou programa*). Se o subtítulo era formulado na primeira pessoa, aqui a ideia é apresentada de uma forma impessoal, como se se tratasse de uma verdade evidente, não só para o autor mas também para o leitor (*como há muito sabemos*). Esta formulação naturaliza este tratamento do debate focado nas pessoas, escondendo que um tratamento focado nas ideias seria uma escolha igualmente viável.

Corpo: Um debate é um combate para impressionar incrédulos e garantir fiéis. Nenhuma avaliação é isenta de emoção. A emoção manda neste mundo, e a avaliação das perspetivas macroeconómicas pode ser mais um caso de fé do que de razão.

Uma vez mais, o debate é apresentado recorrendo a um discurso simultaneamente bélico e religioso. O belicismo salienta a agressividade como característica essencial, enquanto que o uso dos termos religiosos (*incrédulos, fiéis*) passa a ideia de que a política é uma questão de crenças e não de debate racional. Este ponto é tornado explícito na última frase do parágrafo, em que é argumentado que a emoção é um quadro interpretativo mais adequado do que a emoção para interpretar o debate.

Considere-se brevemente porque motivo jornalistas e comentadores prefeririam este quadro interpretativo. Como ilustra a retórica do presidente norte-americano Donald Trump, uma negação da importância dos factos ou da opinião informada permite que não-especialistas reclamem a legitimidade para se pronunciarem sobre assuntos que desconhecem. Uma análise cuidada das propostas dos dois candidatos para o país nunca conseguiria ser feita e publicada num espaço de 30 minutos após o debate. A complexidade é incompatível com os tempos de publicação do jornal, assim, apresenta-se a emoção, a impressão e o desempenho comunicativo como os mecanismos ‘naturais’ para falar sobre um debate televisivo. Ilustrativo disso mesmo, são os 10 critérios que o autor usa para avaliar os participantes: *Descontração, Convicção, Linguagem corporal, Confiabilidade, Conhecimento dos dossiês, Capacidade argumentativa, Índice soundbyte, Autenticidade, Índice de demagogia (inverso), Linguagem*. Note-se que, dos dez critérios, apenas o item *conhecimento dos dossiês*, se relaciona com alguma forma com as ideias e propostas apresentadas, sendo o resto dos parâmetros características dos próprios autores. O uso de uma

escala quantitativa e de termos como *operação aritmética* pretende sugerir um rigor científico a um exercício que, como o próprio autor admite, não é de todo racional.

68 - Quem ganhou o debate_ – Observador

Título: Quem ganhou o debate?

O título apresenta uma vez mais o debate como algo a ser ganho, lançando a questão sobre quem foi o vencedor.

Subtítulo: Minutos depois do fim do duelo entre Pedro Passos Coelho e António Costa, o Observador quer saber a sua opinião sobre o debate. Quem ganhou e porquê?

Esta peça do Observador constitui um repto direto aos leitores para expressarem a sua opinião sobre o debate. No entanto, enquadra desde logo os moldes nos quais esta opinião deve ser dada: o leitor deve identificar um vencedor e justificá-lo. É dada a voz ao leitor, mas este é incentivado a encarar o debate no mesmo quadro interpretativo dos jornalistas.

Lead: O duelo terminou, mas o debate prossegue e conta com a sua participação. Diga-nos quem saiu vencedor da discussão entre Pedro Passos Coelho e António Costa no Museu da Eletricidade. E mostre-nos os seus argumentos na caixa de comentários.

O apelo à participação dos leitores continua no lead. Esta participação pode ser feita numa votação embutida no corpo da notícia e/ou na caixa de comentários. A sondagem permite votar num dos participantes, incentivando o leitor a escolher o vencedor. Votando no candidato com menor percentagem de votos (neste caso António Costa – 41%), o leitor é confrontado com a mensagem: *A esmagadora maioria das pessoas discorda da sua opinião*. Não só o debate é transformado num concurso de força, como a maioria *esmagadora* é consagrada na sondagem. A esta opção editorial subjaz não só um esquema de interpretação do debate, mas também uma determinada conceção da democracia.

Uma vez que a notícia lança um repto aos leitores, analisamos também os comentários para ver se o esquema interpretativo proposto era aceite. Em 158 comentários, encontramos apenas duas instâncias em que os leitores rejeitam o quadro proposto pelo jornal:

Comentador X: Não sei quem ganhou o Debate, até porque, - apesar de ter tido 90 minutos -, não é um Jogo de Futebol. [...]

Comentador Y: Tudo isto é folclore e lamento que os jornalistas do Observador tenham transformado o debate numa luta de gladiadores. A parte séria ficará para os comentadores. Afinal, os candidatos mantiveram as propostas de governação já conhecidas e seria muito estranho que viessem para o debate com idéias novas. Nisso foram coerentes, mais do que os habituais "pistoleiros do PS" que vão comer coelho ou ganhar por 15-0, coisa que muito satisfaz o ego do Observador. O que disseram, repito, é o que já divulgaram, a forma como o fizeram é pura semântica, não há vencedores nem vencidos. [...]

Em ambos os casos os comentadores rejeitam não só a apresentação do debate como algo a ser vencido, mas também o uso do discurso bélico e competitivo para descrever o evento. Note-se, no entanto, que estes casos são a exceção, já que a maioria dos comentários procura efetivamente apontar um vencedor e justificar a sua opção.

69 - Luís Bernardo_ Tudo em aberto – Observador

Título: Luís Bernardo: Tudo em aberto

Neste caso o título procura abordar o debate pelo seu impacto no resultado das eleições, concluindo que este impacto não foi decisivo.

Subtítulo: A verdadeira conclusão sobre quem ganhou este debate, só teremos no dia 4 de Outubro, quando percebermos quais dos guiões hoje cruzados os Portugueses mais vão valorizar.

Uma vez mais, o debate é algo que é ganho, sendo a avaliação feita pelo impacto que os *guiões* têm nas intenções de voto. O uso do termo *guiões* indica uma preparação ensaiada do debate. O debate não é uma troca de ideias, mas uma performance ensaiada e programada pelos candidatos e respetivos partidos.

Corpo: Na forma António Costa esteve melhor. Teve a iniciativa, foi mais eficaz no discurso e procurou, dentro do possível, reagir ao passado que o ligava ao anterior Governo do PS.

A prestação é avaliada pela forma, pelo desempenho do candidato, e o conteúdo não é discutido.

Corpo: No conteúdo, mais equilibrado porque Passos conseguiu transmitir as principais mensagens que levava de forma mais acutilante. Associar Costa a um regresso ao passado, relembrar a incerteza e a posição do PS face à Grécia e colar à campanha do PS muitas promessas populistas de que as pessoas já não acreditam.

Mesmo quando o autor se propõe a abordar o conteúdo, é traído pelo próprio vocabulário associando o conteúdo à *forma como conseguiu transmitir as mensagens*. O *conteúdo* em si é uma alteração das associações e do posicionamento atribuído ao outro participante, *colando-o* a certas ideias em que *as pessoas já não acreditam* (note-se a indefinição).

Corpo: E nesse aspeto, em diversos temas: Saúde, BES, Segurança Social nenhum dos dois foi claro e assertivo e duvidamos que algum tenha retirado aqui vantagem sobre o outro, e tenha sido devidamente esclarecedor junto dos portugueses.

Quando há temas específicos que são nomeados, estes são vistos como forma de *tirar vantagem*. Menciona-se também, contudo, a audiência (*os portugueses*), que não foram *devidamente esclarecidos*.

70 - Miguel Pinheiro_ They needed to talk about Sócrates – Observador

Título: Miguel Pinheiro: They needed to talk about Sócrates

O título da peça é apresentado em inglês, sem se perceber muito bem o motivo para tal. Podemos apenas especular que poderá ser uma referência ao filme 'We Need to Talk About Kevin', mas não parece ser uma referência abrangente o suficiente para ser evidente.

Subtítulo: António Costa quis tanto colar Passos Coelho à troika que cometeu um erro fatal: fez com que este fosse um debate sobre aquilo que se passou em 2011 e não sobre o que se passa em 2015.

Corpo: Santo Deus, o que terá passado pela fervilhante cabeça de António Costa? Não sei se o ouviram: troika, troika, troika; e mais troika, troika, troika; e ainda, para quem tivesse abandonado a sala por minutos para voltar a encher a chávena com café, troika. Quem suspirou pela troika? Pedro Passos Coelho. Quem negociou com a troika? Pedro Passos Coelho. Quem teve vontade de ir ao Bairro Alto tomar um copo com a troika? Pedro Passos Coelho.

Em termos de estilo e de abordagem, o artigo não apresenta diferenças substanciais em relação aos restantes. Trata o debate do ponto de vista do desempenho dos políticos, com um debate que é *ganho* e em que os candidatos têm objetivos. A repetição da palavra *troika* e o listar do número de referências a José Sócrates (*O líder do PSD entrou no estúdio desesperado por trazer José Sócrates ao debate – tanto que falou oito vezes no seu nome – mas nem precisou de roer as unhas: António Costa entregou-lho de bandeja*) são usadas como argumento para eleger este como o ponto central do debate.

No entanto, enquanto a narrativa de outras peças atribuem estas referências a um erro de Passos Coelho, o autor diz que este foi um erro de Costa. A mesma frase de António Costa (*Porque é que não vai lá a casa debater com José Sócrates?*) é identificada pela jornalista do Expresso como um *sound bite* que permite a Costa distanciar-se de Sócrates e pelo autor do artigo como uma *pergunta angustiante* vinda de um participante *incomodado*. Na verdade, nenhuma das partes oferece razões refutáveis que possam desmentir uma ou outra versão, o que põe em evidência que o debate da performance não se situa no domínio da discussão Habermasiana crítico-racional com afirmações de validade refutáveis. Se, como é afirmado por vezes, o sucesso dos candidatos é avaliado pela sua influência no sentido do voto, então a opinião de um comentador político com acesso ao espaço do jornal valerá tanto como a de um membro do público que se expressa na caixa de comentários uma vez que, neste enquadramento instrumental, cada um representa apenas um voto.

Corpo: Já perto do final do debate, o líder do PS ficou tão incomodado com as referências ao seu “ante-antecessor” (peço desculpa, a palavra, se é que se pode chamá-la assim, não é minha) que perguntou a Passos Coelho, com comovente indignação: “Porque é que não vai lá a casa debater com José Sócrates?”. A resposta a essa angustiante pergunta seria simples: porque, graças ao próprio António Costa, não é preciso.

71 - Fernando Ribeiro Mendes_ As políticas sociais do futuro foram o que menos se discutiu esta noite! – Observador

Título: Fernando Ribeiro Mendes: As políticas sociais do futuro foram o que menos se discutiu esta noite!

A exclamação no título indica que o autor se encontra revoltado com a ausência de discussão de um tema específico no debate. Ao contrário de grande parte dos artigos de opinião, esta peça não se centra na vitória de um dos participantes, apostando em abordar o debate do ponto de vista do tema.

Subtítulo: António Costa manteve sempre a iniciativa no debate sobre emprego, segurança social e saúde, encostando Passos Coelho à defesa dos resultados do seu mandato.

O subtítulo, no entanto, volta a focar-se no desempenho dos candidatos, descrevendo os temas em termos de *iniciativa* e de *encostar à defesa*.

Corpo: No debate desta noite, as políticas sociais para os próximos anos acabaram muito obscurecidas com a extensão do tempo consagrado às polémicas sobre a governação de Sócrates e o “ter ido além da Troika” por parte de Passos Coelho.

O princípio do texto do autor (o subtítulo é escolhido pelo jornalista) elabora sobre a revolta expressada no título. O autor explica que o tema relevante *as políticas sociais dos próximos anos* foi pouco discutido relativamente às *polémicas* da governação anterior.

Corpo: O emprego, que aparece com grande centralidade nos programas de ambos os partidos, foi mais explicado por Costa, que foi claro no aumento que quer garantir na restauração e na reabilitação urbana para os desempregados menos qualificados. Mas os jovens desempregados mais qualificados foram remetidos para um programa de subsidiação pública às empresas para os contratarem sem explicação da sustentação desses empregos assim criados, fora dessa subsidiação pública. Passos Coelho foi muito vago na explicitação das suas propostas neste domínio, remetendo para as empresas a iniciativa na criação do emprego e desvalorizando as políticas ativas.

Sobre as pensões, António Costa reduziu a questão da sustentabilidade do sistema à confiança que o seu Governo devolverá aos cidadãos relativamente às pensões futuras, não explicando como o “plafonamento” vertical é acomodado num sistema atualmente já em défice. Passos Coelho não conseguiu explicar como o “seu” plafonamento horizontal é favorável à sustentabilidade e à adequação das pensões para o futuro, nem quais os princípios de reforma que sustenta.

No domínio da saúde, António Costa afluou ainda que superficialmente a aposta prioritária nos cuidados primários e nos cuidados continuados para reforço do SNS. Passos Coelho defendeu a política atual de medicamentos e o reforço que afirma ter garantido ao SNS, mas não avançou nada de concreto para o futuro.

Os restantes três parágrafos que completam o texto tocam em assuntos abordados (ou não) no debate que o autor considerou centrais. Note-se que, neste caso, os temas não são *usados* pelos candidatos como estratégia para *ganhar* o debate. Os temas são abordados pelo autor enquanto propostas que valem por si, apontando fragilidades às medidas e argumentos que por sua vez

podem estar associados à habilidade do candidato. Enquanto outros autores negam simplesmente que estes temas tenham sido abordados, o autor justifica a sua revolta com uma descrição das declarações dos candidatos.

72 - O debate dos fantasmas do passado_ Sócrates e troika – Observador

Título: O debate dos fantasmas do passado: Sócrates e troika

O título aponta Sócrates e a troika como os protagonistas, mas critica implicitamente a centralidade dos temas apelidando-os de *fantasmas do passado*. A ideia é de que estes temas não são relevantes, apesar de a nossa análise dos comentários ter revelado que esta é uma das principais preocupações dos comentadores.

Subtítulo: Era o debate decisivo para as eleições e ficou preso por dois assuntos do passado: a herança de José Sócrates e a colagem à troika. O futuro? Passou, mas ao de leve sobre as pensões e sobre a saúde.

O subtítulo desenvolve a ideia apresentada no título, reafirmando a centralidade de José Sócrates e da troika e criticando a falta de discussão sobre temas como as pensões e a saúde.

Lead: Foram pelo menos 12 as vezes que o nome de José Sócrates apareceu no debate. Só de referências feitas por Passos Coelho. José Sócrates foi o presente ausente no debate decisivo das eleições legislativas. Não se falou do caso judicial que envolve o ex-primeiro-ministro, mas a estratégia de Passos Coelho nem precisava disso: bastava fazer a colagem de Costa à política do ex-governante e ao Syriza. E fê-la, chegando mesmo a dizer que o líder do PS “não era muito diferente” de Sócrates. António Costa resistiu, mas acabou por responder e dizer a Passos que se tinha tantas saudades podia “ir lá a casa debater com ele”. Foi a desmarcação depois de pressionado até porque a tática que tinha levado para o debate era outra: mostrar a colagem do Governo à troika e às promessas falhadas. Cada um atirou ao outro um fantasma do passado.

Uma vez mais, o número de referências a Sócrates é usado para justificar a importância. A expressão *pelo menos* é usada para fazer o número parecer maior, embora o leitor não tenha o contexto que lhe permita avaliar se 12 referências é um número elevado ou não para o debate. Um exercício semelhante para os termos *pensão* e *pensionistas*, por exemplo, teria revelado que os termos surgem 34 vezes ao longo do debate. Uma vez mais, os números são usados pelo jornalista para dar uma ideia de objetividade e de rigor científico, quando na verdade o protagonismo atribuído a José Sócrates é uma escolha do autor. Uma vez mais, o debate é abordado em termos de *estratégia* e de *tática*, recorrendo ao discurso bélico/desportivo. O conteúdo das propostas de ambos os candidatos é eventualmente abordado pelos jornalistas, mas apenas nas duas últimas secções da peça.

73 - Marina Costa Lobo_ Ninguém venceu por K.O

Título: Marina Costa Lobo: Ninguém venceu por K.O.

O título do artigo representa o debate como algo a ser ganho. Para além disso, a autora serve-se da linguagem do boxe (desportiva/violenta) para representar o evento.

Subtítulo: Passos Coelho tinha de ser claramente destronado, e não foi. Mas Costa foi tão credível como o Primeiro-Ministro, mostrando-se à altura do chefe de governo.

Note-se no subtítulo que Passos Coelho é usado como medida para o desempenho de António Costa, subjazendo a ideia de que o primeiro é superior ao segundo. É Costa que deve *estar à altura do chefe* e não o contrário.

Corpo: Prometeram um debate histórico e decisivo, mas acabou por não ser. Tanto Pedro Passos Coelho como António Costa estiveram seguros nas estratégias – aliás mais que previsíveis: Passos a recordar permanentemente a governação Sócrates, a insistir na agenda despesista e irrealista do PS; António Costa a esplanar muito claramente o quanto este governo quis ir para além da troika, os sucessivos cortes nas pensões e nos salários, ou o enorme aumento de impostos que foram implementados nos últimos anos. Além de previsível, o debate ficou-se, infelizmente por questões exclusivamente nacionais – ninguém sequer mencionou a Europa, o que é absolutamente lamentável. E mesmo nas questões nacionais houve lacunas clamorosas, por exemplo como a educação.

O debate é abordado em termos das *estratégias previsíveis* dos candidatos, enquadrando uma vez mais o debate como um jogo ou combate para o qual há uma estratégia. Para além disso, é criticado o facto de se terem discutido questões nacionais e omitido questões Europeias, sem serem apresentados os motivos pelos quais tal é *lamentável*. Os intervenientes no debate são criticados, mas a crítica não é fundamentada.

Corpo: A que partido é que este debate equivalente serviu mais? Passos Coelho tinha de ser claramente destronado, e não foi. Mas Costa foi tão credível como o Primeiro-Ministro, mostrando-se à altura do chefe de governo em todos os dossiers. Esse objectivo Costa alcançou decisivamente. No dia 4 de Outubro a luta vai travar-se entre o medo do futuro com um governo diferente do que tivemos até agora, e a desconfiança em relação a um PSD sem sensibilidade social. Nesta “primeira volta das eleições”, ninguém venceu por K.O.

O debate é representado como algo que *serve* os partidos, sendo os públicos ignorados neste aspeto. A autora chega mesmo a apelidar o debate de *primeira volta de eleições*. O uso do termo não deixa de ser curioso, uma vez que os eleitores não participaram no debate e o resultado é determinado não pelos cidadãos, mas pelo voto de um conjunto de personalidades com acesso privilegiado aos *media*.

74 - 9 análises ao debate Passos-Costa – Observador

Título: 9 análises ao debate Passos-Costa

O título apresenta as 9 análises publicadas pelo Observador ao debate.

Subtítulo: Aguiar-Conraria, Ribeiro Mendes, Marina Costa Lobo, Rui Ramos, Helena Matos ou Luís Bernardo comentam o debate Passos-Costa. Quem esteve melhor, afinal?

O subtítulo revela qual é o principal objetivo das análises ao debate, determinar *quem esteve melhor*. Note-se que os temas e as propostas não são elegidos como o ponto central do debate, mas a prestação dos candidatos.